

V. 1, N. 2, NOVENEMBRO 2019

# Revista Estudos Libertários

POR UMA TEORIA DAS RUAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

## SUMÁRIO

**EDITORIAL**

	<b>AUTORES</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>PÁGINAS</b>
Wallace	de Moraes	<b>EDITORIAL</b>	3/5

**VERSÕES**

Black	Bob	<b>REFUTANDO A DEMOCRACIA</b>	6/30
-------	-----	-------------------------------	------

**ARTIGOS**

Carlo Maurizio	Romani	<b>REDE DOS ANARQUISTAS</b>	31/59
Bruno Corrêa de Sá	e Benevides	<b>ITALIANOS EM SÃO PAULO NO INÍCIO DO SÉC XX</b>	

Daniel Santos	da Silva	<b>ÉTICA E HISTÓRIA NOS ESCRITOS DE MARIA LACERDA DE MOURA</b>	60/72
---------------	----------	--	-------

Guilherme	Santana	<b>POR UMA TEORIA DAS RUAS:</b>	73/96
Juan Filipe L.	Magalhães	<b>UMA ANÁLISE DE UM MUNDO EM CHAMAS</b>	

Felipe	Luiz	<b>A GENEALOGIA E AS RELAÇÕES DE CENTRO-PERIFERIA</b>	97/118
--------	------	---	--------

Hamilton	Santos	<b>IMIGRAÇÃO E ANARQUISMO NO MOVIMENTO OPERÁRIO DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA</b>	119/153
----------	--------	--	---------

Karime A. Borrasci	Cheaito	<b>NA CASA AO LADO: A SITUAÇÃO DOS REFUGIADOS PALESTINOS QUE HABITAM NO LÍBANO</b>	154/176
--------------------	---------	--	---------

**ENTREVISTAS**

Rômulo	Castro	<b>ENTREVISTA 2ª EDIÇÃO REL</b>	177/183
--------	--------	---------------------------------	---------

**RESENHAS DE LIVRO**

Felipe	Corrêa	<b>TEORÍA E HISTÓRIA ANARQUISTA EN PERSPECTIVA GLOBAL</b>	184/213
--------	--------	---	---------

## Editorial

É com enorme prazer que publicamos o segundo número da Revista Estudos Libertários (REL)!

Agradecemos a todos que colaboraram diretamente para que esse trabalho viesse a público. Os membros do conselho editorial, os pareceristas, e mais particularmente, Guilherme Santana, Juan Magalhaes, Isabella Correia, Caroline Lima Dias e Cello Latini que foram fundamentais. O primeiro número teve um enorme impacto. Temos certeza que este número também ajudará a pensar para além da caixinha estadolátrica.

Na primeira seção, cujo nome é Versão, Lucas Lemos Walmrath nos brindou com a tradução do “Debunking Democracy”, de Bob Black (Robert Charles Black Jr.) publicado originalmente em abril de 2011 nos EUA. Trata-se de texto absolutamente polêmico e igualmente necessário, cujo principal papel é desconstruir o conceito de democracia. Nada mais relevante para os nossos dias onde procuram induzir que o povo se autogoverna, mas na verdade é governado em todo lugar em favor dos proprietários das riquezas materiais.

Na segunda seção, destinada a artigos científicos e inéditos, inauguramos com o *paper* dos historiadores Carlo Romani e Bruno Corrêa de Sá e Benevides, especialistas em história do anarquismo. Suas contribuições para a REL versam sobre a rede dos anarquistas italianos em São Paulo nos primeiros anos do século XX com ênfase especial para o papel dos redatores do periódico La Battaglia. Trata-se de um texto com um rico debate historiográfico, mergulhando fundo nos debates atuais sobre o significado das lutas anarquistas naquele momento histórico. Um texto obrigatório para pesquisadores da história do movimento operário brasileiro.

O artigo de Felipe Luiz, no campo da filosofia, trata do pensamento de Michel Foucault. A contribuição ímpar do autor diz respeito a utilização de um marco libertário para analisar algumas questões do clássico francês. Assim, de maneira inteligente, Luiz utiliza os conceitos de centro e periferia de Bakunin, mas abordados por Rudolf de Jong, para pensar “uma leitura do método genealógico de Michel Foucault em um marco libertário”. Assim, o estudo constitui-se em importante termo para aqueles que refletem com algumas categorias de Foucault e também não abrem mão dos princípios do anarquismo, aproximando-os.

Guilherme Santana e Juan Magalhães buscam com suas pesquisas apresentar um tratado teórico podendo ser aplicado no entendimento dos protestos massivos na América

Latina nos anos de 2018/19, bem como de outros momentos históricos. A contribuição dos autores pauta-se na perspectiva de utilização do conceito de “Teoria das ruas” que se contrapõe a “teoria para as ruas”. Destarte, suas propostas partem de categorias de matriz anarquista como ação direta, autogestão, federação e outras com vistas a contribuir para uma chave específica de leitura que jogue luz para as ações autônomas dos governados, sem que sejam tutelados por algum “iluminado”. Para pesquisadores de movimentos sociais e de insurgência e àqueles que querem entender os protestos dos nossos dias, vale demais a leitura.

Daniel Santos da Silva com a sua pesquisa busca reparar a invisibilidade da obra da militante, feminista e anarquista, Maria Lacerda de Moura. O resgate da história dessa mulher combativa constitui-se por si só em razão de elogio e motivo para leitura do artigo. Mas para além disso, o autor apresenta um importante debate sobre sua trajetória e impacto de suas teses. Vale a leitura.

Hamilton Santos no seu artigo retoma um debate já amplo da historiografia sobre a influência da imigração europeia na formação do movimento operário brasileiro durante as primeiras décadas da Primeira República. Trata-se de importante pesquisa para quem quiser se aprofundar sobre o papel de imigrantes europeus, muitos anarquistas, para a organização operária no Brasil. Leitura essencial para estudantes do tema.

Karime Cheaito traz admirável debate sobre a situação dos refugiados palestinos que migraram para o Líbano a partir dos anos 1940. A autora nos situa quanto a relação existente entre o sistema político libanês, pautado no Confessionalismo, e a forma como os refugiados foram tratados pelo Estado. Com efeito, aprendemos como as relações políticas, econômicas e religiosas estão entrelaçadas também nas disputas do Oriente Médio desde meados do século passado.

Neste número da REL inauguramos a seção “Entrevistas”. O primeiro entrevistado é o prof. Rômulo Castro. Perguntamos a ele sobre o processo de nomeação de interventores em diversas instituições federais de ensino pelo atual governo. Também procuramos saber sobre assuntos da atual conjuntura, do papel do petismo, do crescimento do proto-fascismo, das contribuições que uma perspectiva libertária pode oferecer e, por fim, como interpretar os movimentos insurgentes na América Latina de hoje sob o viés libertário. Portanto, o entrevistado nos brindou com maravilhosas reflexões sobre os desafios da atualidade para o movimento combativo.

Fechando o segundo volume da Revista Estudos Libertários, na seção Resenhas, Felipe Corrêa (2014) apresenta as principais teses de seu livro “*Bandera Negra*:

*rediscutiendo el anarquismo*". O tema do livro é aquilo que podemos chamar de teoria anarquista. A partir de ampla pesquisa acadêmica, Corrêa *desenvolve três eixos de análises*: "1) Balanço crítico dos estudos de referência do anarquismo; 2) Proposta de nova abordagem teórico-metodológico para os estudos do anarquismo; 3.) Redefinição do anarquismo, (...) tomando por base a produção escrita de mais de 80 autores/organizações anarquistas e a história global do anarquismo em seus quase 150 anos de existência." Colaboração fundamental para entendimento da história do movimento e das ideias anarquistas.

Por fim, resgatamos a letra de um samba eternizado na voz de Clara Nunes que expressa muito bem o objetivo da nossa revista: popular, negra, revolucionária e combativa. Desejamos uma boa leitura dos artigos e que eles sirvam para inspirações ágora-fílicas!

Saudações libertárias!

Editor

### **Canto das três raças**

Ninguém ouviu  
Um soluçar de dor  
No canto do Brasil  
Um lamento triste  
Sempre ecoou  
Desde que o índio guerreiro  
Foi pro cativo  
E de lá cantou

Negro entoou  
Um canto de revolta pelos ares  
No Quilombo dos Palmares  
Onde se refugiou  
Fora a luta dos Inconfidentes  
Pela quebra das correntes  
Nada adiantou  
E de guerra em paz  
De paz em guerra  
Todo o povo dessa terra  
Quando pode cantar  
Canta de dor

E ecoa noite e dia  
É ensurdecido  
Ai, mas que agonia  
O canto do trabalhador  
Esse canto que devia  
Ser um canto de alegria  
Soa apenas  
Como um soluçar de dor

Composição: Mauro Duarte / Paulo César Pinheiro

REFUTANDO A DEMOCRACIA <sup>1</sup>**Bob Black<sup>2</sup>**

Mestre em jurisprudência e política social pela Universidade da Califórnia, em Berkeley, e em justiça criminal na Universidade de Albany, em SUNY, e LL.M em direito penal pela University at Buffalo Law School. Formado na Universidade de Michigan e na Georgetown Law School (Washington D.C.)

Pela primeira vez na história, “quase todos hoje professam ser democratas” (HELD, 1996; MACHAN, 2002, cap. “Introduction: The Democratic Ideal”). Os professores universitários professam a democracia profusamente, apesar de mantê-la fora do *campus*. Democracia – realmente, “essa palavra pode significar qualquer coisa” (Ellul, 1967: 181). Mesmo a Coreia do Norte se autoproclama uma República Popular Democrática. A democracia vai bem com tudo. Para os defensores do capitalismo, a democracia é inseparável do capitalismo. Para os defensores do socialismo, a democracia é inseparável do socialismo. É até mesmo dito ser inseparável a democracia do anarquismo (Graeber apud Black, 2009). É identificada com o bem, o verdadeiro e o belo<sup>3</sup>. Há um sabor da democracia para todos os gostos: democracia constitucional, democracia liberal, social-democracia, democracia-cristã e até democracia industrial. Os poetas (reconhecidamente, não muitos) cantaram hinos em sua glória. E, no entanto, a suspeita esconde isso, como pareceu a outro poeta, Oscar Wilde, “a democracia significa simplesmente o golpe do povo, pelo povo e para o povo. Assim se descobriu” (Wilde, 1969: 294). Foi descoberta, e considerada infundada.

Até o século XX havia poucas democracias. Até o século XIX, a sabedoria das eras foi unânime em condenar a democracia. Todos os sábios da Grécia antiga a

<sup>1</sup> Tradução do texto “Debunking Democracy”, publicado originalmente em abril de 2011. O texto que serve de base para esta tradução foi escaneado do CAL Press Pamphlet Series #2 e disponibilizado com *copyleft* pelo site [theanarchistlibrary.org](http://theanarchistlibrary.org). Tradução de Lucas Lemos Walmrath, mestrando do PPGSA da UFRJ.

<sup>2</sup> Robert Charles Black Jr. (nascido em 4 de janeiro de 1951) é um anarquista americano. Ele é o autor dos livros *A Abolição do Trabalho e Outros Ensaio*, *Beneath the Underground*, *Friendly Fire*, *Anarchy After Leftism*, *Defacing the Currency* e numerosos ensaios políticos. O autor se formou na Universidade de Michigan e na Georgetown Law School (Washington D.C.). Possui também mestrado em jurisprudência e política social pela Universidade da Califórnia, em Berkeley, e em justiça criminal na Universidade de Albany, em SUNY, e LL.M em direito penal pela University at Buffalo Law School (WIKIPEDIA CONTRIBUTORS, 2018, tradução própria).

<sup>3</sup> “Democracia é feita idêntica à liberdade intelectual, à justiça econômica, ao bem-estar social, à tolerância, à piedade, à integridade moral, à dignidade do homem e a decência civilizada geral” (Nisbet, 1962, p. 248).

denunciaram, especialmente os sábios da Atenas democrática (Barker, 1959: 13; Finley, 1985: 5-29; Held, 2006: 80). Como Hegel escreveu:

Aqueles antigos que, como membros das democracias desde sua juventude, haviam acumulado uma longa experiência e refletido profundamente sobre isso, detinham diferentes pontos de vista sobre a opinião popular do que as visões mais a *priori* prevalecem hoje (Hegel, 1999, p. 235)

Os *Framers*<sup>4</sup> da Constituição dos Estados Unidos rejeitaram a democracia (Bailyn, 1967; Wood, 1972: 222–223; 409–413)<sup>5</sup>, assim como os seus opositores, os antifederalistas (Storing, 1981: 29). A democracia que fora até então desprezada universalmente é a que agora é chamada de democracia direta, governo do povo sobre o povo. “Povo”, em “pelo povo”, significava os cidadãos: uma minoria constituída por alguns homens adultos. “Povo”, em “sobre o povo”, significava todo restante da população. Os cidadãos reuniam-se em intervalos de tempo para exercer o poder do Estado pela regra de maioria de votos. Este sistema já não existe em qualquer lugar, e isso facilita acreditar nele, como Hegel observara.

A democracia só se tornou respeitável, no século XIX, quando seu significado mudou. Agora significava democracia representativa, na qual a cidadania – agora um eleitorado, mas ainda uma minoria – de vez em quando escolhia alguns de seus governantes por maioria de votos (ou melhor, pela maioria dos que efetivamente votam – o que não é o mesmo). Os governantes eleitos nomeiam o resto dos governantes. Como sempre, alguns governam, e todos são governados. No século XIX, quando este sistema prevaleceu em apenas algumas nações, adquiriu alguns defensores intelectualmente capazes, como John Stuart Mill; mas também provocou alguns adversários intelectualmente capazes, como Herbert Spencer, Pierre-Joseph Proudhon e Friedrich Nietzsche. A democracia, como uma das ideologias políticas ascendentes da época, acomodou-se a outras: ao liberalismo, ao nacionalismo, ao socialismo e até mesmo ao cristianismo. Elas, por sua vez, geralmente acomodaram-na. O que parecia improvável, estas doutrinas geralmente se legitimaram mutuamente.

---

<sup>4</sup> **N.T.:** Termo em inglês para designar os “Cinquenta e cinco delegados que participaram de sessões da Convenção Constitucional e são considerados os autores da Constituição, embora apenas 39 delegados tenham realmente assinado” (Wikipedia Contributors, 2019, tradução própria).

<sup>5</sup> Veja, *e.g.*, The Federalist (Madison, 1961); The Records of the Federal Convention of 1787 (United States Constitutional Convention, 1911, p. 26–27, Edmund Randolph; 48, Elbridge Gerry; 49, George Mason; 288, Alexander Hamilton). Randolph culpou os problemas da América com “a turbulência e as loucuras da democracia” (Ibid. 1911, p. 51).



A dita popularidade da democracia é seguramente exagerada. É uma milha de largura e uma polegada de profundidade. A aversão a regimes autoritários não é necessariamente um entusiasmo pela democracia. Em algumas das democracias pós-comunistas, a democracia já perdeu o seu charme (Dahrendorf, 2005: 168). Em outras, como a Rússia, a própria democracia já está perdida. As democracias mais antigas persistem mais de apatia e da força do hábito do que de convicção genuína. John Zerzan pergunta, razoavelmente: “Alguma vez houve uma importância muito incessante sobre a democracia, e menos interesse real nela?” (Zerzan, 2002: 204). Bem, teve?

A ideia de democracia nunca foi justificada, apenas meramente glorificada. Nenhuma das críticas mais antigas da democracia foi refutada, e mesmo nenhuma das mais novas também foram. Elas vêm da esquerda, da direita e do centro. Algumas dessas críticas se seguem. Elas estabelecem que a democracia é irracional, ineficiente, injusta e antitética aos próprios valores reivindicados: liberdade, igualdade e fraternidade. Nem mesmo, por exemplo, implica liberdade (Russel, 1996: 24; Stephen, 1991: 168). Em vez disso, a tendência instintiva da democracia é “desprezar os direitos individuais e tomar pouco conhecimento deles” (De Tocqueville, 1969: 699). A democracia não só subverte a comunidade: insulta a dignidade e aflige o senso comum. Nem todos esses valores violados são importantes para todos, mas alguns deles são importantes para qualquer um, exceto para alguém a quem nada é importante. É por isso que os pós-modernistas são democratas.

Nos últimos anos, alguns intelectuais (acadêmicos e antigos radicais) tentaram reviver a democracia direta como um ideal e configurá-la como uma alternativa viável para a democracia representativa. Seus esforços extenuantes interessam apenas a eles mesmos. Os seus esforços falham, pelo menos, por dois motivos. O primeiro motivo é que, de fato,

não há motivos para acreditar que tenha havido uma democracia urbana puramente direta ou mesmo uma aproximação razoável de uma. Toda instância conhecida envolveu uma mistura considerável de democracia representativa que, mais cedo ou mais tarde, geralmente subordinava a democracia [direta], onde aquela não eliminava esta completamente (Black, 1997: 71)

Não há espaço para provar isso aqui, mas a evidência é ampla (Black, 2010, cap. 14 e 15).



A democracia direta é meramente um ideal abstrato, uma fantasia, de fato, sem base na experiência histórica. De acordo com Jean-Jacques Rousseau, que é falsamente reivindicado como defensor da democracia direta, “por menor que seja qualquer Estado, as sociedades civis são sempre muito populosas para estar sob o governo imediato de todos os seus membros” (Rousseau, 1950a: 313). O segundo motivo é que as principais objeções à democracia representativa também se aplicam à democracia direta, mesmo que esta seja considerada como uma forma ideal de democracia majoritária pura. Algumas objeções se aplicam a uma versão, algumas à outra, mas a maioria se aplica a ambas. Há mais do que razões suficientes para rejeitar todas as versões da democracia. Deixe-nos, então, considerar algumas dessas objeções.

### **Objeções à Democracia**

#### **A maioria nem sempre está certa**

Como (entre muitos outros) Pierre-Joseph Proudhon, Henry David Thoreau, Mikhail Bakunin, Benjamin Tucker, Errico Malatesta e Emma Goldman disseram – e alguém discorda? - “a democracia não garante decisões corretas. A única coisa especial sobre as maiorias é que elas não são minorias” (Lomasky, 2002: 3). Não há força em números, ou melhor, não há nada além de força em números. Partidos, famílias, corporações, sindicatos: quase todas as associações voluntárias são, por opção, oligárquicas (Kerr, 1957: 12)<sup>6</sup>. De fato, em assembleias diretas ou representativas, eleitorais ou legislativas, o todo é menos – menos mesmo – que a soma de suas partes. É até mesmo matematicamente demonstrável (mas não por mim) que a tomada de decisão majoritária gera decisões ineficazes, socialmente desperdiçadoras e mais ou menos autodestrutivas (Buchanan; Tullock, 1962: 169; McConnell, 1966: 120–127; Spitz, 1982: 153; Taylor, Michael, 1982: 54–55). Além disso, depois disso tudo, por que você deveria, ou, por que alguém deveria, aceitar uma decisão que você sabe que é errada? Certamente, a qualidade das decisões na democracia tem algo a ver com a qualidade do processo de tomada de decisão desta.

---

<sup>6</sup> Da mesma forma, a democracia na Suíça é a mais participativa do mundo, mas os suíços não são “particularmente participativos na vida econômica e social” (Linder, 2010: 127).

**A democracia não dá a todos, como prometido, o direito de influenciar as decisões que os afetam, porque uma pessoa que votou no lado perdedor não terá influência nas decisões posteriores**

Como Henry David Thoreau escreveu, “uma minoria é impotente enquanto está em conformidade com a maioria; não é mesmo uma minoria, então” (Thoreau, 1960: 231). E é, de fato, impotente: não é nada. Thomas Hobbes antecipou Thoreau:

E se o Representante consistir em muitos homens, a voz do maior número deve ser considerada como a voz de todos. Pois, se o número menor pronunciar (por exemplo) na Afirmativa, e o maior na Negativa, haverá Negativas mais do que suficientes para destruir as Afirmativas; e, portanto, o excesso de Negativas, sem contradição, é a única voz que o Representante tem. (Hobbes, 1968: 221).

“A maioria numérica”, escreveu John C. Calhoun, “é tão verdadeiramente um único poder – e exclui os contrários tanto quanto o governo absoluto de um ou poucos.” (Calhoun, 1953: 29).

**A democracia, especialmente nos pequenos círculos eleitorais, presta-se à destituição de minorias permanentes, que ocupam a mesma posição na democracia que ocupariam sob o despotismo**

Não é sempre a mesma maioria momentânea que rege o governo, mas muitas vezes o é, e as maiorias em mudança só tornam menos provável, não improvável, que algum grupo seja sempre oponente à gangue vencedora (Steiner, 2001; Spitz, 1982: 183). Sob a democracia americana há muito tempo é sabido, mesmo para o Supremo Tribunal dos EUA em 1938, que as “minorias discretas e insulares” estão em desvantagem política além do mero fato (que é uma desvantagem suficiente) de serem minorias (“United States v. Carolene Products Company”, 1938). E quanto menor o círculo eleitoral, mais provável é que muitos interesses possam ser representados “por números tão pequenos que são menores do que o mínimo necessário para a defesa desses interesses em qualquer ambiente” (McConnell, 1966, p. 109).

**A regra da maioria ignora a urgência das preferências**

As preferências variam em intensidade, mas o consentimento não. A preferência é *mais ou menos*, o consentimento é *sim ou não*. O voto de uma pessoa que tem apenas uma pequena preferência por um candidato ou medida conta o mesmo que o voto de alguém apaixonadamente oposto, e assim: “Uma maioria com preferências ligeiras de

uma maneira pode ultrapassar quase tantas preferências fortes do outro lado”. Poderia até haver, como acabamos de observar, uma minoria permanentemente frustrada, que é uma fonte de instabilidade, ou mesmo a opressão. Por outras palavras, a oportunidade de influenciar uma decisão não é proporcional ao interesse legítimo de uma pessoa pelo resultado (Buchanan; Tullock, 1962: 125–127, 132–133; Burnheim, 1985: 83; Dahl, 1956: 91–99, 1982: 88–89; Waldron, 1999: 132; 142–143).

Os teóricos da democracia geralmente ignoram o problema ou, como John Rawls, o acenam dogmatizando que “essa crítica baseia-se na visão equivocada de que a intensidade do desejo é uma consideração relevante na promulgação da legislação” (Rawls, 1999: 230). Mas, por mais embaraçoso que seja para os democratas, “a questão da intensidade é absolutamente vital para a estabilidade dos sistemas democráticos” - e é uma questão para a qual a pura democracia majoritária não tem resposta (Barbear, 1988: 79; Kendall; Carey, 1968). Rousseau pelo menos reconheceu o problema, embora sua solução seja impraticável. Ele pensou que “quanto mais graves e importantes forem as questões discutidas, mais perto a opinião que deve prevalecer abordar a unanimidade” (Rousseau, 1950b: 107). Mas não há como decidir *a priori* a importância de uma questão. Primeiro você deve decidir o quão importante é a questão, e a maioria pode muito bem governar uma questão para ser sem importância para se certificar de que a questão será respondida como a maioria deseja.

### **Não existem regras de votação democráticas autoevidentes**

Maioria ou pluralidade? Delegação de representatividade<sup>7</sup>? Quóruns? Supermaiorias (De três quintos? Dois terços?) necessárias para todas, algumas ou nenhuma das decisões? Quem define a agenda? Os movimentos de base serão entretidos? Quem decide quem fala, por quanto tempo e quem obtém a primeira ou a última palavra? Quem agendaria as reuniões? Quem aponta isso? E quem decide, e por que regras, as respostas a todas essas questões? “Se os participantes não concordarem com as regras de votação, eles podem primeiro votar essas regras. Mas eles podem discordar sobre como

<sup>7</sup> **N.T.:** Tradução livre do termo em inglês *proxy voting*. Segundo a Wikipedia, “é uma forma de votação em que um membro de um órgão de decisão pode delegar seu poder de voto a um representante, para permitir uma votação na sua ausência. O representante pode ser outro membro do mesmo corpo ou externo. Uma pessoa assim designada é chamada de “proxy” e a pessoa que a designa é chamada de “principal” (“Proxy voting”, 2019).

votar as regras de votação, o que pode tornar a votação impossível, pois a decisão sobre como votar é adiada para mais adiante” (Steiner, 2001: 130).

### **Uma votação coletiva, de tudo ou nada, é irracional**

Uma decisão tomada sobre uma questão importante por um único voto é tão válida como uma votação unânime sobre alguma frivolidade. Essa extrema raridade, a única vez que um voto, a vontade de uma pessoa, faz a diferença, é a mesma situação – monarquia, ditadura, governo de um homem só – da qual a democracia deveria ser uma solução melhor! Em todos os outros momentos, de todos os votos para o lado vencedor, apenas um é decisivo, então os votos de todos, exceto um dos vencedores, com os votos de todos os perdedores, também não poderiam ter sido computados.

**A regra da maioria não é nem mesmo o que se pretende: raramente significa literalmente a maioria das pessoas** (Spitz, 1982: 3)

Muitas pessoas (como crianças, estrangeiros, lunáticos, sem-teto e criminosos) em todos os cantos têm negado seu direito de voto. Os privados dos direitos nunca são muito menos do que a maioria, e às vezes são a maioria. E uma vez que raramente acontece que cada um dos eleitores elegíveis vota todas as vezes, geralmente a maioria resultante de uma maioria significa pluralismo (Barclay, 1982: 118; Linder, 2010: 110; Mill, 1951: 346–347), em outras palavras, a regra da minoria momentaneamente maior, que pode ser bastante pequena. A maioria da maioria é muitas vezes uma minoria, e a maioria de uma minoria é sempre uma minoria. A fim de englobar as maiorias de assembleias incoerentes, os líderes costumam exercer um poder literalmente decisivo<sup>8</sup>. Sob qualquer governo possível, uma minoria governa.

**Seja votando por distritos eleitorais ou em assembleias populares, as decisões são arbitrarias porque os limites dos distritos determinam a composição de seus eleitores, o que determina as decisões**

Em uma democracia, “a definição do círculo eleitoral em que a contagem é tomada é uma questão de importância primordial”, mas a teoria democrática é incapaz de dizer

---

<sup>8</sup> “A necessidade desses líderes é evidente, pois, sob o nome de chefes de grupos, eles são recebidos nas assembleias de todos os países. Eles são os reais governantes de uma assembleia” (Bon, 1960: 189).

quem deve ser incluído em um eleitorado (Cain, 1984: 36–37; Dahl, 1982: 97–99; McConnell, 1966: 92 citado; Taylor, Peter J.; Gudgin; Johnson, 1986: 183–184). Redesenhe os limites e a maioria se torna uma minoria ou vice-versa, embora ninguém tenha mudado de ideia. Os políticos que desenham e redesenham os limites entendem isso muito bem.

### **Depois, há o paradoxo do eleitor, uma contradição técnica (mas muito real) da democracia descoberta por Condorcet antes da Revolução Francesa**

Em cada situação em que dois ou mais eleitores escolham entre três ou mais alternativas, se os eleitores escolherem consistentemente, a preferência majoritária pode ser determinada unicamente pela ordem em que as alternativas são votadas. Pode acontecer que A seja preferido em relação a B, e B seja preferido em relação a C, mas C é preferido pela maioria em relação a A (Arrow, 1963: 2–3, 94–95; Condorcet, 1994: 120–130)! Esta não é uma mera possibilidade teórica: aconteceu em votos reais.

Há, na verdade, vários desses paradoxos de votação. Sob condições ideais, a regra da maioria quase sempre produz essas ordens de preferência cíclicas. Por esta e outras razões, as várias condições de equilíbrio para a regra da maioria são incompatíveis mesmo com um grau muito modesto de heterogeneidade de preferências e, na maioria dos casos, não são significativamente menos restritivas do que a condição extrema da unanimidade completa das preferências individuais (Fishburn, 1974, para mais cinco paradoxos; Kramer, 1973: 285 citado; Nurmi, 1999; Riker; Weingast, 1988, para exemplos da vida real de maiorias cíclicas perpétuas)<sup>9</sup>.

O que isso significa é que quem controla a agenda política controla o voto ou, pelo menos, “que fazer agendas parece tão importante como realmente passar a legislação” (Riker, 1993: 1, citado; Shapiro, 1990: 97). É conveniente que um matemático do século XIX, que escreveu sobre esse fenômeno (o qual ele chamou de “maiorias cíclicas”), seja mais conhecido por seu pseudônimo<sup>10</sup>, Lewis Carroll (Arrow, 1963: 94; Dodgson, 2001: 46–58; Wolff, Robert Paul, 1970: 59–63). Ele sentiu o absurdo com honestidade.

<sup>9</sup> A única razão pela qual as ordens de preferência cíclicas não são mais comuns na vida real é a influência de outras práticas antidemocráticas, como o *logrolling* (ver abaixo).

<sup>10</sup> N.T.: Bob Black faz referência aqui a Lewis Carroll, pseudônimo de Charles Lutwidge Dodgson (Daresbury, 27 de janeiro de 1832 — Guildford, 14 de Janeiro de 1898). Foi “um romancista, contista, fabulista, poeta, desenhista, fotógrafo, matemático e reverendo anglicano britânico. Lecionava matemática no Christ College, em Oxford. É autor do clássico livro Alice no País das Maravilhas, além de outros poemas escritos em estilo nonsense ao longo de sua carreira literária, que são considerados políticos, em

### **Outro método bem conhecido para frustrar a regra da maioria com a votação é a troca de favores políticos**

*Logrolling* é uma troca de votos entre facções. Cada grupo vota para a medida do outro grupo, uma medida que de outra forma seria derrotada porque cada grupo faz parte da minoria. (Observe que isso não é um compromisso porque as medidas não estão relacionadas (Buchanan; Tullock, 1962: 132–133; Burnheim, 1985: 6; McConnell, 1966: 111–112). As facções não estão dividindo a diferença). Em certo sentido, a troca de favores facilita algum alojamento da urgência das preferências, uma vez que uma facção só troca seus votos por votos que ele mais valoriza – mas o faz por suborno e em detrimento da democracia deliberativa. Nenhuma maioria realmente aprova qualquer medida promulgada por troca de favores, uma vez que, se assim o fosse, não haveria necessidade da troca. E aqueles cujos votos são desnecessários podem ser excluídos do processo da troca de favores (Gillette, 1987: 959; Noonan, 1984: 580)<sup>11</sup>. A prática é comum às democracias representativas e diretas<sup>12</sup>.

### **No caso improvável de um corpo legislativo evitar a troca de favores, ele pode sucumbir a uma paralisia do governo**

Considere uma questão política típica, como a construção de uma rodovia (uma usina de energia ou um depósito de lixo podem ser exemplos ainda melhores). Todo mundo quer uma estrada, mas ninguém a quer em seu quintal. Se três grupos quiserem uma estrada – mas não em seus quintais, obrigado – eles vão se orgulhar de tocar o projeto

---

função das fusões e da disposição espacial das palavras, como precursores da poesia de vanguarda.” (“Lewis Carroll”, 2018).

<sup>11</sup> Na Itália do século XII, Gênova e Pistoia proibiram o logrolling nas eleições consulares (MARTINES, 1979, p. 29). Tais leis são em vão: “As leis contra o logrolling (provavelmente passadas em parte por meio do logrolling) não afetam substancialmente o funcionamento da democracia nos países que as adotaram” (TULLOCK, 1976, p. 41). Eles só convidam sigilo e hipocrisia. A maioria de dois terços dos estados para a adoção da Décima Terceira Emenda à Constituição dos EUA, abolindo a escravidão, foi obtida por meio de logrolling (NOONAN, 1984, p. 456–458)

<sup>12</sup> Veja, e.g., Tullock (1976, p. 45–46). Os referendos, outra expressão da democracia direta, proporcionam “o exemplo mais querido” do “logrolling”, colocando em um único voto medidas não-relacionadas agrupadas para apelar à maioria. (Ibid. 1976, p. 48–49). Algumas constituições estaduais tentam proibir a inclusão de mais de um assunto em cada proposta de votação. Essas disposições são notoriamente ineficazes. Elas também são antidemocráticas, porque o judiciário é o árbitro final. Em um sistema político sem freios e contrapesos, a democracia é tirania. Mas um sistema político com freios e contrapesos não é uma democracia.

(Rescher, 1999). A estrada que todos querem em algum lugar não será construída em qualquer lugar. Isso é um resultado ainda pior do que com a troca de favores, onde pelo menos a estrada é construída em algum lugar, e pode ser útil para alguém. Não é fácil dizer o que é pior, uma democracia que não governa, ou uma democracia que governa, de fato.

### **A democracia, especialmente a democracia direta, promove sentimentos desarmoniosos e anti-sociais**

A psicologia da *ekklesia* (assembleia) é a psicologia da *ágora* (feira<sup>13</sup>): “Os eleitores e os clientes são essencialmente as mesmas pessoas. O Sr. Smith compra e vota; ele é o mesmo homem no supermercado e na cabine de votação” (Tullock, 1976: 5)<sup>14</sup>. O capitalismo e a democracia passaram a dominar como objetivos da mesma classe, a burguesia. Juntos, eles fizeram um mundo comum de individualismo egoísta - uma arena de competição, não um campo de cooperação. A democracia, como litígio, é um método de decisão conflituoso: “A regra da maioria pertence a uma teoria do combate na política. É uma disputa entre as forças opostas, e o resultado é a vitória de um lado e a derrota para o outro”. Na verdade, como observou Georg Simmel, a regra da maioria é realmente a equivalente substituta da força (Simmel, 1950: 241–242). “Aceitamos tentar a força contando cabeças em vez de quebrar as cabeças. A minoria cede não porque está convencida de que é errada, mas porque está convencida de que é uma minoria” (Stephen, 1991: 70). Ter que enfrentar, literalmente, um adversário publicamente pode provocar agressões, raiva e sentimentos competitivos (Mansbridge, 1980: 273; Spitz, 1982: 192)<sup>15</sup>.

Em um sistema onde o vencedor leva tudo, não há incentivo para compensar ou conciliar minorias derrotadas, que foram informadas, de fato, que não só eles não devem

<sup>13</sup> N.T.: Bob Black usa originalmente o termo *marketplace*, que escolhi traduzir como “feira” para distinguir do sentido de “mercado” em termos estritamente econômicos, fazendo, assim, mais jus ao termo *ágora* por ele mencionado em sua alusão a nomes gregos.

<sup>14</sup> Considerações morais à parte (onde elas pertencem), a regra da maioria com *logrolling* pode levar a resultados ineficientes – o pico de eficiência exige, surpreendentemente, supermaiorias: “A regra da maioria não é, portanto, ideal” (TULLOCK, 1976, p. 51–55, 55 citado).

<sup>15</sup> “[...] a democracia majoritária é exclusiva, competitiva e com oposição” (“Consensus Democracy”, 2003). Mansbridge acrescenta que, por ser angustiante enfrentar uma maioria hostil, as reuniões exercem pressão pela conformidade. Militantes altamente motivados podem apenas se desgastar e superar os outros: “The Lower and Weaker Faction, is the firmer in Conjunction: And it is often scene, that a few, that are Stiffe, does tire out, a greater Number, that are more Moderate” (BACON, 1985, p. 155, ensaio número LI). Não menos importante das muitas desigualdades sérias que são inerentes à assembleia é a desigualdade entre extrovertidos e introvertidos. O governo de assembleia desencoraja a presença do tipo de pessoa que não gosta de estar na mesma sala com, digamos, Murray Bookchin ou Peter Staudenmeier.



seguir seu caminho, como também são estigmatizadas como erradas. A maioria inexplicável é arrogante; a minoria derrotada é ressentida<sup>16</sup>. O voto coercivo promove a polarização e endurece as posições. A deliberação “pode trazer diferenças para a tona, ampliando-as em vez de diminuí-las” (Shapiro, 2002: 198–199). Estas consequências, silenciadas em sistemas de larga escala, com voto secreto em eleições não muito frequentes, são acentuadas na combinação comunal imaginada de pequenos eleitorados, eleições extremamente frequentes e votação pública. Os cidadãos levarão suas animosidades e úlceras para casa e as demonstrarão na vida cotidiana. As eleições são indesejáveis em todos os lugares, mas em nenhum outro lugar elas seriam mais destrutivas para a comunidade do que em assembleias face a face e em bairros/vizinhanças.

### **Outra fonte de irresponsabilidade das majorias, e indignação das minorias, é a frivolidade sentida de votar seu elemento de chance e arbitrariedade**

Como Thoreau (citado por Emma Goldman) coloca, “Toda votação é uma espécie de jogo, como o jogo de damas ou gamão, com um leve toque moral, um jogo com certo e errado, com questões morais; e as apostas naturalmente acompanham isso.” (Thoreau, “Civil Disobedience”, p. 226 apud Goldman, 1972a: 60; Waldron, 1999: 126–127). A regra da maioria é a roleta da maioria. A popularidade das assembleias estudantis e do modelo das Nações Unidas confirma que há um elemento lúdico e envolvente na tomada de decisão deliberativa, qual seja independente de suas consequências. Este é um interesse que os delegados compartilham entre si, mas não com seus constituintes. A votação é uma competição, oficialmente organizada pela maioria, algumas vezes com altas apostas. Na medida em que os cidadãos reunidos estão jogando uns com os outros, ou que o ganhar por si só (ou pelo modo como você joga o jogo) desempenha qualquer papel em sua motivação, a qualidade da tomada de decisão é reduzida ainda mais, e a humilhação da submissão ao governo da maioria é muito aprofundada.

### **Sob a democracia representativa com os distritos eleitorais, o desajuste – a criação de distritos com populações desiguais – é possível e, mesmo que sejam iguais, a**

---

<sup>16</sup> “Ver a proposta de um homem que nós desprezamos ser preferida em lugar da nossa; ver nossa sabedoria ignorada diante de nossos olhos; incorrer em certa inimizade em uma luta incerta pela glória vazia; odiar e ser odiado por causa de diferenças de opinião (que não podem ser evitadas, ganhemos ou perdemos); revelar nossos planos e desejos quando não houver necessidade e não conseguir nada com isso; negligenciar nossos assuntos privados. Estas, eu digo, são desvantagens” (HOBBS, 1998, p. 120).

## **manipulação dos limites (de um eleitorado) de modo a favorecer um partido ou classe é quase inevitável**

Os democratas modernos concordam com H.L. Mencken que “deve ficar claro que uma comunidade cujos votos, homem a homem, contam apenas pela metade dos votos de outra comunidade, é uma comunidade em que metade dos cidadãos é, para todas as intenções práticas, incapacitada de votar como um todo” (Dahl, 1982: 83–84; Mencken, 1926: 86, citado). Mesmo que, como ocorre atualmente nos Estados Unidos, os distritos devam ser quase iguais em população, o *gerrymandering*<sup>17</sup> – o desenho de fronteiras de modo a favorecer algum candidato ou partido – é uma tentação permanente. Especialmente desde que os encarregados fazem tal desenho. Usando a mais recente tecnologia libertadora – o computador – é fácil conceber distritos enviesados ainda que matematicamente iguais.

## **A democracia direta, tentando evitar esse mal, abraça o federalismo, este que aumenta a desigualdade**

Se a vizinhança ou as unidades básicas face a face fossem autárquicas – autogovernadas e autossuficientes – não seria da conta de ninguém, apenas da comunidade, quais e quantas pessoas seriam incluídas. Eles poderiam ir para o inferno à sua própria maneira. Mas os desenhos de democracia direta tipicamente exigem um sistema federal com camadas de delegados “obrigatórios e revogáveis, responsáveis pela base”, pelas quais as decisões das assembleias são reconciliadas. Alguns delegados dos níveis mais altos potencialmente falam por um diferente número de cidadãos do que outros delegados, ainda que votem em igualdade. Em um sistema federal de unidades de população numericamente desigual, a igualdade de votos para as unidades significa a desigualdade de voto para os indivíduos. O sistema federalista – mas de um único membro – de pluralidade simples, evidentemente contemplado pela maioria dos democratas

---

<sup>17</sup> **N.T.:** Alguns conceitos não encontram uma tradução perfeita, como “*Gerrymandering* (palavra de origem norte-americana) [que] é um controverso método de definir em termos de área os distritos eleitorais de um território para obter vantagens no número de representantes políticos (geralmente parlamentares) eleitos, em especial nos locais onde se utiliza o sistema eleitoral majoritário com voto distrital. O *gerrymandering* pode também servir para favorecer ou prejudicar um determinado grupo étnico, linguístico, religioso ou social ou político-partidário.” (“*Gerrymandering*”, 2019).

diretos, incluindo os sindicalistas, é o menos proporcional de todos os sistemas de votação (Burch, 2003).

A desigualdade será composta em todos os níveis superiores. A maioria; a maioria da maioria; a maioria da maioria da maioria – quanto mais alto você for, maior será a desigualdade. Quanto mais vezes você multiplicar por uma fração, menor será o número a que você chega. “Não é possível”, diz-se, “encontrar uma resposta geral para a questão de até que ponto o federalismo pode ser legitimamente concedido para superar a democracia” (Linder, 2010: 84)<sup>18</sup>. Na verdade, há uma resposta geral à questão. A resposta é não. Um defensor da democracia direta que afirma que um sistema confederado abrangente produz decisões majoritárias afirma o impossível como um ato de fé (e.g. Bookchin, 1999: 314).

**A democracia direta, em um grau ainda maior do que a democracia representativa, encoraja a tomada de decisão emocional e irracional<sup>19</sup>**

O contexto face a face da política de assembleia engendra fortes influências psicológicas interpessoais que são, na melhor das hipóteses, alheias à tomada de decisão sobre os méritos. A multidão é suscetível a oradores e estrelas, e intolerante à contradição (Michels, 1962: 64-98–102)<sup>20</sup>. Os oradores, no tempo limitado que lhes é atribuído, tendem a sacrificar o raciocínio à persuasão sempre que têm que escolher, se quiserem vencer. Como Hobbes escreveu, os oradores não partem de princípios verdadeiros, mas de

opiniões comumente aceitas, que em sua maioria são geralmente falsas, e não tentam fazer com que seu discurso corresponda à natureza das coisas, mas às paixões dos corações dos homens. O resultado é que os votos não são feitos com base no raciocínio correto, mas no impulso emocional (Hobbes, 1998: 123)<sup>21</sup>.

“A democracia pura, como o puro rum, produz facilmente intoxicação e, com esta, mil loucuras e tolices” (John Jay, citado em Jay, 1833: 315)<sup>22</sup>. Dissidentes sentem-se

<sup>18</sup> No sistema suíço, o voto de um cidadão em Uri, um pequeno cantão rural, vale mais que os votos de 34 cidadãos em Zurique (Linder, 2010: 81).

<sup>19</sup> “As características gerais das multidões devem ser enfrentadas nas assembleias parlamentares: simplicidade intelectual, irritabilidade, sugestibilidade, o exagero dos sentimentos e a influência preponderante de alguns líderes.” (Bon, 1960: 187).

<sup>20</sup> Para quem tem dúvidas sobre a democracia, este é o primeiro livro a se ler.

<sup>21</sup> Ver também Freud (1959, p. 9) e Le Bon (1960: 187).

<sup>22</sup> Jay, co-autor de *The Federalist*, foi o primeiro presidente do Supremo Tribunal dos EUA.

intimidados, como estavam, por exemplo, quando a assembleia ateniense votou pela desastrosa expedição siciliana: “O resultado desse excessivo entusiasmo da maioria era que os poucos que realmente se opunham à expedição tinham medo de serem considerados não patriotas se votassem contra ela e, portanto, se mantiveram calados” (Thucydides, 1951: 425).

### **Uma influência emocional específica que vicia a democracia, verificada experimentalmente, é a pressão de grupo para o conformismo**

Isso foi notavelmente demonstrado em um famoso experimento do psicólogo social Solomon Asch. Cada um dos sete a nove sujeitos que participaram do experimento foi solicitado a comparar uma série de linhas e, em cada caso, identificar as duas linhas que eram iguais em comprimento. Para cada comparação, era óbvio, de fato extremamente óbvio, quais linhas combinavam – mas, vez após vez, todos os membros do grupo davam a mesma resposta errada – exceto o único sujeito que desconhecia o real propósito do experimento. Nestas circunstâncias, cinquenta e oito por cento dos participantes do teste mudaram sua resposta para concordar com a maioria unânime. Mesmo quando os participantes receberam um aliado em mesma condição, treze por cento dos sujeitos concordaram com o grupo, em vez da evidência percebida por seus sentidos (Asch, 1952: 458-477). Alguns dos conformados mudaram suas percepções, mas a maioria deles simplesmente decidiu que o grupo deveria estar certo, não importando o quão forte fosse a evidência do contrário.

### **Outra falha inerente à democracia direta, parcialmente (mas não inteiramente) uma consequência da anterior, é a inconstância da política**

Isso realmente cobre dois argumentos relacionados contra a democracia. O que a assembleia faz em uma reunião pode ser desfeito em uma próxima, seja porque os cidadãos pensaram uma segunda vez, de maneira sóbria (uma boa razão); ou porque uma mistura diferente de pessoas aparece (uma razão ruim). Isso aconteceu muitas vezes na Atenas clássica, a única organização política que já tentou seriamente fazer com que a democracia direta funcionasse. Por exemplo, a assembleia votou para dar aos mitilênios<sup>23</sup>,

---

<sup>23</sup> **N.T.:** nome dado aos cidadãos da cidade-estado de Mitilene, à época da “democracia” ateniense, cidadãos estes que “que haviam tentado, sem sucesso, se livrar da hegemonia ateniense, durante a Guerra do Peloponeso” (“Mytilenian Debate”, 2018, tradução própria).

cuja revolta havia sido esmagada, o tratamento Meliano<sup>24</sup>: morte para todos os homens, escravidão para as mulheres e crianças. O julgamento foi revertido no dia seguinte, o segundo navio despachado para Mitilene felizmente chegou primeiro, e assim apenas os mitilênios, os principais responsáveis – mais de 1000 deles – foram executados (Finley, 1985: 52; Hegel, 1999: 235; Thucydides, 1951: 212–223). Melhor, é claro, reverter uma má decisão do que cumpri-la; mas as pessoas relutam em admitir publicamente que estavam erradas.

Já é ruim o suficiente se a composição da assembleia flutua aleatoriamente ou por causa de fatores politicamente estranhos, já que o clima, por exemplo, influencia os resultados das eleições estadunidenses no comparecimento dos eleitores (maiores proporções de democratas acabam com bom tempo) (Hardin, 2003). Mas isto pode muito bem se transformar em mobilização deliberada por uma facção. Isso também aconteceu em Atenas. O general Nicias, dirigindo-se à assembleia em oposição à expedição siciliana proposta, afirmou: “É com verdadeiro alarme que vejo o partido deste jovem [Alcibíades] sentado ao seu lado nesta assembleia convocada para apoiá-lo, e eu, do meu lado, peço o apoio dos homens mais velhos entre vocês” (Aristophanes, 1970: 256; Thucydides, 1951: 417, citado). Uma frase do dramaturgo satírico Aristófanes também atestava para bloquear a votação na assembleia.

Hobbes observou que,

quando os votos são suficientemente próximos para que os derrotados tenham a esperança de ganhar a maioria em uma reunião subsequente se alguns homens se aproximarem de seu modo de pensar, seus líderes os reúnem e fazem uma discussão particular sobre como revogar a medida que acaba de ser aprovada. Resolvem-se entre si para participar da próxima reunião em grande número e estar lá primeiro; eles organizam o que cada um deve dizer e em que ordem, para que a questão possa ser levantada novamente, e a decisão que foi tomada quando seus oponentes estavam lá em peso possa ser revertida quando não puderem comparecer (Hobbes, 1998: 124).

---

<sup>24</sup> **N.T.:** referência ao Cerco de Melos, ocorrido “em 416 aC durante a Guerra do Peloponeso, uma guerra travada entre Atenas e Esparta. Melos é uma ilha no Mar Egeu a cerca de 110 km a leste da Grécia continental. Embora os melianos fossem do mesmo grupo étnico que os espartanos, eles escolheram permanecer neutros na guerra. Atenas invadiu Melos em 416 aC e exigiu que os melianos se rendessem e prestassem homenagem a Atenas ou enfrentassem a aniquilação. Os melianos recusaram, e depois de um cerco os atenienses capturaram sua cidade, massacraram os homens e escravizaram as mulheres e crianças.” (“Siege of Melos”, 2019, tradução própria).

Hobbes descreve exatamente como Samuel Adams<sup>25</sup> manipulou outra assembleia, a assembleia da cidade de Boston, em reuniões privadas prévias de sua facção no Clube Caucus:

Caucus envolveu a previsão mais ampla de problemas que poderiam surgir e a escolha mais estreita de resposta a cada possibilidade; quem falaria sobre qualquer assunto, e o que ele diria; com o consentimento geral do clube, garantido antecipadamente, tanto para a escolha do palestrante quanto para qual seria a mensagem do palestrante.

Seu primo John Adams ficou surpreso, depois de muitos anos participando de reuniões na cidade, para saber disso: “Lá eles bebem *flip* [um drinque de rum], eu suponho, e lá eles escolhem um moderador que coloca as perguntas à votação regularmente, e membros do governo local, assessores, guardas, quartéis de bombeiro e representantes são regularmente escolhidos antes de serem escolhidos pela cidade” (Wills, 1978: 20 citado, 23 citando John Adams)<sup>26</sup>. Exatamente os mesmos métodos de manipulação eram praticados na assembleia ateniense (Sinclair, 1998: 144–145).

A democracia direta é bem adequada para políticas mecânicas:

A poderosa reunião da cidade [em Boston] nomeou muitos funcionários municipais, determinou impostos e avaliações e adotou projetos de serviço público que eram uma rica fonte de empregos e generosidade econômica. Durante anos, o Caucus original e seus aliados no *Merchants Club* haviam atuado como o órgão não oficial de direção da reunião da cidade, na qual Sam Adams, o líder do Caucus, desempenhou um papel fundamental (Brown, 1973: 102)

Isso é democracia em ação.

O que Hobbes está falando sobre, como ele prossegue dizendo, é a facção, que ele define como “um tipo de esforço e trabalho árduo, que eles usam para moldar as pessoas” (Hobbes, 1998: 124). James Madison reconhecidamente argumentou que a democracia direta promove o partidarismo (Madison, 1961: 56–57). Mas uma organização de organizadores de votos serve a um propósito (o seu próprio) em qualquer assembleia ou legislatura. Os partidos (o eufemismo para “facções”) poderiam desempenhar papéis

<sup>25</sup> N.T.: “Samuel Adams (Boston, 27 de setembro de 1722 — Boston, 2 de outubro de 1803) foi um político dos Estados Unidos, considerado um dos *founding fathers* de seu país. Foi governador de Massachusetts e primo de John Adams, segundo presidente dos Estados Unidos.” (“Samuel Adams”, 2016).

<sup>26</sup> Os cidadãos de Boston recriaram a sala cheia de fumaça do Congresso Continental, onde Jefferson notou que “[Samuel Adams] estava constantemente realizando o Caucus com homens ilustres, entre os quais estava Richard Henry Lee, no qual a generalidade das medidas perseguidas era previamente determinada, e em que as partes foram atribuídas aos diferentes atores que posteriormente apareceram neles” (Wills, 1978, p. 25).

centrais em uma democracia direta, talvez papéis maiores do que na democracia representativa.

Apenas assembleias grandes e regulares minimizariam (não eliminariam) essas reversões caprichosas ou manipuladas, já que, se a maioria dos cidadãos comparecer a todas as reuniões, a maioria dos participantes de uma reunião comparecerá a outra. As possibilidades polares são que todas as mesmas pessoas, ou todas as pessoas diferentes, assistam à próxima reunião. Se são todas as mesmas pessoas, é uma oligarquia *de facto*. Se todas as pessoas são diferentes, é o caos, o único tipo de “anarquia” consistente com a democracia direta. Geralmente, ele estará mais próximo da oligarquia.

### Conclusão

A regra da maioria é tão arbitrária quanto a decisão aleatória, mas não é tão justa (Wolff, Robert Paul, 1970: 44–45). Para um eleitor, a única diferença entre a loteria e uma eleição é que ele pode ganhar na loteria<sup>27</sup>. Melhor a chance pura do que “democracia pura, ou a autocracia imediata do povo”, como descreveu Joel Barlow (1983, p. 1106). Um celebrante da democracia direta suíça em seu apogeu admite: “A corrupção, a facção, a arbitrariedade, a violência, o desrespeito à lei e um conservadorismo obstinado que se opunham a todo progresso social e econômico eram até certo ponto patologias endêmicas da forma de vida democrática pura” (Barber, 1974: 197). Democracia, em qualquer forma, é irracional, injusta, ineficiente, caprichosa, divisiva e humilhante. Suas versões diretas e representativas, como vimos, compartilham muitos vícios. Nenhuma versão exibe qualquer vantagem clara sobre a outra.

Cada uma também tem vícios peculiares. De fato, os sistemas diferem apenas em grau. De qualquer forma, a pior tirania é a tirania da maioria, como a maioria dos anarquistas, e alguns conservadores, e alguns liberais, e até mesmo os democratas mais honestos, sempre disseram (e.g. Goldman, 1972b: 98)<sup>28</sup>.

A democracia é, no entanto, a melhor forma de governo? Mesmo isso não é tão óbvio, depois de dar uma boa olhada em quão ruim ela é. Sua teoria é redutível a ruínas

<sup>27</sup> Assim, “o sufrágio universal é, a meu ver, nada além de uma loteria” (PROUDHON, 1923, p. 141)

<sup>28</sup> Ver também Hoffman (1972, p. 187). A expressão é geralmente creditada a Alexis de Tocqueville (1969, p. 250) e foi popularizada por John Stuart Mill; mas foi usada por, pelo menos, um antifederalista no debate sobre a Ratificação (N.T.: debate sobre a ratificação ou não da Constituição dos EUA, permeado pela clivagem entre federalistas e antifederalistas) (WOOD, 1972, p. 484). Certamente a ideia foi difundida na época e desde então.



em poucas páginas. Os crentes na democracia afirmam que esta promove o diálogo, mas onde está o diálogo sobre a própria democracia? Os democratas ignoram seus críticos – como se a democracia fosse algo dado – então por que se preocupar em defendê-la? Eles apenas tomam como certo que alguém (Locke? Rousseau? Lincoln? Churchill?) há muito tempo produziu um sólido argumento em favor da democracia. Ninguém nunca o fez. É por isso que você não aprendeu na escola. Apenas lhe foi dito no que acreditar. Os argumentos para a democracia – que muitas vezes não são articulados – são tão falhos e frágeis, alguns até bastante tolos<sup>29</sup>, que os devotos democratas podem se assustar (e.g. Godwin, 1976: 209–253; Sartwell, 2008: 39–96).

Agora, talvez algumas dessas críticas do governo democrático sejam realmente críticas ao próprio governo. Isso não diminui, mas aumenta a validade das críticas. Isso significa apenas que a democracia não é tão especial afinal, e que foi descoberta como algo especial.

### VOTE EM NINGUÉM NINGUÉM DIZ A VERDADE

---

<sup>29</sup> Por exemplo, diz-se que a residência voluntária em um país é um consentimento “tácito” para seu governo democrático. Ame-o ou deixe-o! Inacreditavelmente, a maioria dos democratas não percebe que, se a residência voluntária conta como consentimento para ser governado, então ela conta como consentimento para ser governado por qualquer governo, despótico ou democrático (BRIGHOUSE, 2002, p. 56; PLAMENATZ, 1979, p. 73-74 e cap. 4). Na antologia *Democratic Theory Today*, os onze colaboradores – todos professores universitários – discutem solenemente o republicanismo cívico, a democracia do desenvolvimento, a democracia deliberativa, a democracia associativa, etc. Nenhum deles faz uma pausa para justificar a própria democracia.

## **Bibliografia**

ARISTOPHANES. Plays: Birds. Lysistrata. Thesmophoriazusai. Frogs. Ecclesiazusai. Ploutos. Tradução Patric Dickinson (1970). Londres: Oxford University Press,. v. 2.

ARROW, Kenneth J (1963). Social Choice and Individual Values. 2ª ed. Nova Iorque: John Wiley & Sons.

ASCH, Solomon Elliott (1952). Social Psychology. Englewood Cliffs: Prentice-Hall,.

BACON, Francis (1985). Of Faction. In: KIERNAN, MICHAEL (Org.). The Essays Or Counsels, Civil and Moral. [S.l.]: Cambridge Harvard University Press.

BAILYN, Bernard (1967). The Ideological Origins of the American Revolution. [S.l.]: Harvard University Press.

BARBER, Benjamin R. (1988). The Conquest of Politics: Liberal Philosophy in Democratic Times. Princeton: Princeton University Press. (Princeton paperbacks : Political science).

BARBER, Benjamin R. (1974). The Death of Communal Liberty: A History of Freedom in a Swiss Mountain Canton. Princeton: Princeton University Press.

BARCLAY, Harold B. (1982). People without government: an anthropology of anarchy. Londres: Kahn & Averill with Cienfuegos Press.

BARKER, Ernest (1959). The Political Thought of Plato and Aristotle. Nova Iorque: Dover Publications.

BARLOW, Joel. To His Fellow Citizens of the United States. Letter II: On Certain Political Measures Proposed for Their Consideration. In: HYNEMAN, CHARLES S.; LUTZ, DONALD S. (Org.) (1983). American political writing during the founding era, 1760-1805. Indianapolis: Liberty Fund. v. 2.

BLACK, Bob (1997). Anarchy After Leftism. Columbia: C.A.L. Press.

\_\_\_\_\_. Letter to the editors (2009). Anarchy: A Journal of Desire Armed.

\_\_\_\_\_. Nightmares of Reason (2010). Disponível em: <<https://theanarchistlibrary.org/library/bob-black-nightmares-of-reason>>. Acesso em: 29 jan.

BOB BLACK. WIKIPEDIA CONTRIBUTORS (s/d). Wikipedia, The Free Encyclopedia. [S.l: s.n.], 24 dez. 2018. Disponível em: <[https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Bob\\_Black&oldid=875149461](https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Bob_Black&oldid=875149461)>. Acesso em: 30 jan. 2019.

BON, Gustave Le (1960). The Crowd: A Study of the Popular Mind. Nova Iorque: Compass Books.

BOOKCHIN, Murray (1999). Anarchism, Marxism, and the Future of the Left: Interviews and Essays, 1993-1998. São Francisco (EUA): A.K. Press.

BRIGHOUSE, Harry (2002). Democracy and Inequality. In: CARTER, APRIL; STOKES, GEOFFREY (Org.). Democratic Theory Today: Challenges for the 21st Century. Cambridge: Polity Press.

BROWN, Richard Maxwell (1973). Violence and the American Revolution. In: KURTZ, S. G.; HUTSON, J. H. (Org.). Essays on the American Revolution. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press & New York W.W. Norton & Co.

BUCHANAN, James M.; TULLOCK, Gordon (1962). The Calculus of Consent: Logical Foundations of Constitutional Democracy. Ann Arbor: University of Michigan Press.

BURNHEIM, John (1985). Is Democracy Possible?: The Alternative to Electoral Democracy. Cambridge: Polity Press.

CAIN, Bruce E (1984). The Reapportionment Puzzle. Berkeley: University of California Press.

CALHOUN, John C (1953). Disquisitions on Government and Selections from the Discourses. Indianapolis & Nova Iorque: Bobbs-Merrill Co..

CONDORCET, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat Marquis de (1994). An Essay on the Application of Probability Theory to Plurality Decision-Making (1785). In: MCLEAN, IAN; HEWITT, FIONA (Org.). Condorcet: Foundations of Social Choice and Political Theory. Aldershot, Hants., England & Brookfield, VT: Edward Elgar Publishing Limited.

CONSENSUS DEMOCRACY (2003). In: LIJPHART, Arend. Encyclopedia of Democratic Thought. [S.l.]: Taylor & Francis.

CONSTITUTIONAL CONVENTION (UNITED STATES). WIKIPEDIA CONTRIBUTORS. Wikipedia, The Free Encyclopedia (s/d). [S.l: s.n.], 21 jan. 2019. Disponível em: <[https://en.wikipedia.org/wiki/Constitutional\\_Convention\\_\(United\\_States\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Constitutional_Convention_(United_States))>. Acesso em: 29 jan. 2019.

DAHL, Robert A (1956). A Preface to Democratic Theory. Chicago: University of Chicago Press.

\_\_\_\_\_ (1982). Dilemmas of Pluralist Democracy: Autonomy Vs. Control. New Haven e Londres: Yale University Press. v. 31. (Yale Studies in Political Science).

DAHRENDORF, Ralf (2005). Reflections on the Revolution in Europe. New Brunswick, NJ & Londres: Transaction Publishers.

DE TOCQUEVILLE, Alexis (1969). Democracy in America. Tradução George Lawrence. Nova Iorque: Doubleday & Company.

DECISION-MAKING. In: STEINER, Juerg (2001). Encyclopedia of Democratic Thought. Londres e Nova Iorque: Routledge.

DODGSON, C. L. (2001). The political pamphlets and letters of Charles Lutwidge Dodgson and related pieces: a mathematical approach. Nova Iorque: Lewis Carroll Society of North America.

ELECTORAL SYSTEMS. In: BURCH, Sally (2003). Encyclopedia of Democratic Thought. [S.l.]: Taylor & Francis.

ELLUL, Jacques (1967). The Political Illusion. Tradução Konrad Kellen. [S.l.]: Alfred A. Knopf.

FINLEY, Moses I. (1985). Democracy ancient and modern. 2ª ed. Londres: Hogarth Press. (Mason Welch Gross lectureship series).

FISHBURN, Peter C. (1974). Paradoxes of Voting. American Political Science Review, v. 68, n. 2, p. 537–546, jun.

FREUD, Sigmund (1959). Group Psychology and the Analysis of the Ego. Tradução James Strachey. Nova Iorque: W.W. Norton & Company.

GERRYMANDERING. Wikipédia, a enciclopédia livre (s/d). [S.l: s.n.], 29 jan. 2019. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Gerrymandering&oldid=54169712>>. Acesso em: 3 fev. 2019.

GILLETTE, Clayton P. (1987). Equality and Variety in the Delivery of Municipal Services. Harvard Law Review, v. 100, n. 4, p. 946–968.

GODWIN, William (1976). An Enquiry Concerning Political Justice. Harmondsworth, Middlesex: Penguin Books.

GOLDMAN, Emma (1972a). Anarchism: What It Really Stands for. In: SHULMAN, ALIX KATES (Org.). Red Emma Speaks: Selected Writings and Speeches. Nova Iorque: Vintage Books.

\_\_\_\_\_ (1972b). The Individual, Society and the State. In: SHULMAN, ALIX KATES (Org.). Red Emma Speaks: Selected Writings and Speeches. Nova Iorque: Vintage Books.

HEGEL, Georg Wilhelm Fredrich (1999). On the English Reform Bill. In: DICKEY, LAWRENCE; NISBET, H. B. (Org.). Hegel: Political Writings. Cambridge Texts in the History of Political Thought. Cambridge: Cambridge University Press. p. 357.

HELD, David (2006). Democracy: From City-States to a Cosmopolitan Order. In: GOODIN, ROBERT E.; PETTIT, PHILLIP (Org.). Contemporary Political Philosophy: An Anthology. Blackwell Philosophy Anthologies. [S.l.]: Mk Blackwell Publishing. p. 754.

HELD, David (1996). Models of Democracy. 2ª ed. Stanford: Stanford University Press.

HOBBS, Thomas (1998). *Hobbes: On the Citizen*. Cambridge: Cambridge University Press. (Cambridge Texts in the History of Political Thought).

\_\_\_\_\_ (1968). *Leviathan*. Harmondsworth, Middlesex: Pelican Books.

HOFFMAN, Robert L. (1972). *Revolutionary justice: the social and political theory of P.J. Proudhon*. Urbana: University of Illinois Press.

JAY, William (1833). *The Life of John Jay: The life of John Jay*. Nova Iorque: J. & J. Harper.

KENDALL, Willmoore; CAREY, George W. (1968). The “Intensity” Problem and Democratic Theory. *American Political Science Review*, v. 62, n. 1, p. 5–24, mar.

KERR, Clark (1957). *Unions and Union Leaders of Their Own Choosing*. Nova Iorque: Fund for the Republic.

KRAMER, Gerald H. (1973). On a Class of Equilibrium Conditions for Majority Rule. *Econometrica*, v. 41, n. 2, p. 285–297.

LEWIS CARROLL. Wikipédia, a enciclopédia livre (s/d). [S.l: s.n.], 4 set. 2018. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Lewis\\_Carroll&oldid=53060370](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Lewis_Carroll&oldid=53060370)>. Acesso em: 3 fev. 2019.

LINDER, Wolf (2010). *Swiss Democracy: Possible Solutions to Conflict in Multicultural Societies*. 3ª ed. Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan UK.

LOMASKY, Loren E. (2002). Default and Dynamic Democracy. In: MACHAN, TIBOR R. (Org.). *Liberty and Democracy*. Stanford: Hoover Institution Press.

MACHAN, Tibor R. (Org.) (2002). *Liberty and Democracy*. Stanford: Hoover Institution Press.

MADISON, James (1961). *The Federalist No. 10*. Hanover, NH: Wesleyan University Press.

MANSBRIDGE, Jane L. (1980). *Beyond Adversary Democracy*. Nova Iorque: Basic Books.

MARTINES, Lauro. *Power And Imagination: City-States in Renaissance Italy*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf.

MCCONNELL, Grant (1979). *Private power & American democracy*. Nova Iorque: New York Vintage Books, 1966.

MENCKEN, Henry Louis (1926). *Notes on Democracy*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf.

MICHELS, Robert (1962). *Political Parties: A Sociological Study of the Oligarchical Tendencies of Modern Democracy*. Nova Iorque e Londres: The Free Press & Collier-Macmillan.

MILL, John Stuart (1951). *Representative Government. Utilitarianism, Liberty & Representative Government*. Nova Iorque e Londres: E.P. Dutton and Sons, J.M. Dent and Sons.

MYTILENIAN DEBATE. Wikipedia (s/d). [S.l: s.n.], 11 abr. 2018. Disponível em: <[https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Mytilenian\\_Debate&oldid=835887366](https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Mytilenian_Debate&oldid=835887366)>. Acesso em: 4 fev. 2019.

NISBET, Robert A (1962). *Community and Power*. Londres: Oxford University Press.

NOONAN, John T. (1984). *Bribes*. Nova Iorque e Londres: Macmillan; Collier Macmillan Publishers.

NURMI, Hannu (1999). *Voting Paradoxes and How to Deal with Them*. Berlim: Springer.

PARTICIPATION. In: HARDIN, Russell (2003). *Encyclopedia of Democratic Thought*. [S.l.]: Taylor & Francis.

PLAMENATZ, J. P. (1979). *Consent, freedom and political obligation*. Princeton: Princeton University Press.

PROUDHON, Pierre Joseph (1923). *General Idea of the Revolution in the Nineteenth Century*. Tradução John Beverley Robinson. Londres: Freedom Press.

PROXY VOTING. Wikipedia (s/d) [S.l: s.n.], 24 jan. 2019. Disponível em: <[https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Proxy\\_voting&oldid=879894370](https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Proxy_voting&oldid=879894370)>. Acesso em: 4 fev. 2019.

RAWLS, John (1999). *A Theory of Justice*. Cambridge: Harvard University Press.

RESCHER, Nicholas (1999). *Risking Democracy: Some Reflections on Contemporary Problems of Political Decision*. *Public Affairs Quarterly*, v. 13, n. 4, p. 297–308.

RIKER, William H. (1993). *Introduction*. In: RIKER, WILLIAM H. (Org.). *Agenda Formation*. Ann Arbor: University of Michigan Press.

\_\_\_\_\_; WEINGAST, Barry R. (1988). *Constitutional Regulation of Legislative Choice: The Political Consequences of Judicial Deference to Legislatures*. *Virginia Law Review*, v. 74, n. 2, p. 373–401.

ROUSSEAU, Jean Jacques (1950a). *Discourse on Political Economy. The Social Contract & Discourses*. Tradução G.D.H. Cole. Nova Iorque e Londres: E.P. Dutton and Sons, J.M. Dent and Sons.

\_\_\_\_\_(1950b). *The Social Contract. The Social Contract & Discourses*. Tradução G.D.H. Cole. Nova Iorque e Londres: E.P. Dutton and Sons, J.M. Dent and Sons.

RUSSELL, Bertrand (1996). *The Prospects of Democracy*. In: RUJA, HENRY (Org.). *Mortals and Others: American Essays, 1931-1935*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

SAMUEL ADAMS. Wikipédia, a enciclopédia livre (s/d) [S.l: s.n.], 11 mar. 2016. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Samuel\\_Adams&oldid=45045444](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Samuel_Adams&oldid=45045444)>. Acesso em: 5 fev. 2019.

SARTWELL, Crispin (2008). *Against the State: An Introduction to Anarchist Political Theory*. Albany, Nova Iorque: State University of New York Press.

SHAPIRO, Ian (2002). *Optimal Deliberation?* *Journal of Political Philosophy*, v. 10, n. 2, p. 196–211.

\_\_\_\_\_(1990). *Three Fallacies Concerning Majorities, Minorities, and Democratic Politics*. In: CHAPMAN, JOHN W.; WERTHEIMER, ALAN (Org.). *Majorities and Minorities. NOMOS – American Society for Political and Legal Philosophy*. Nova Iorque: NYU Press. v. 32.

SIEGE OF MELOS. Wikipedia (s/d) [S.l: s.n.], 4 fev. 2019. Disponível em: <[https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Siege\\_of\\_Melos&oldid=881764836](https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Siege_of_Melos&oldid=881764836)>. Acesso em: 4 fev. 2019.

SIMMEL, George (1950). *The Phenomenon of Outvoting*. In: WOLFF, KURT H. (Org.). *The Sociology of Georg Simmel*. Tradução Kurt H. Wolff. Nova Iorque e Londres: The Free Press & Collier-Macmillan.

SINCLAIR, R. K. (1998). *Democracy and Participation in Ancient Athens*. Cambridge: Cambridge University Press.

SPITZ, Elaine (1982). *Majority Rule*. Chatham, Nova Jérsei: Chatham House Publishers.

STEPHEN, James Fitzjames (1991). *Liberty, Equality, Fraternity*. Chicago e Londres: University of Chicago Press. (Cambridge Studies in the History and Theory of Politics).

STORING, Herbert J. (1981). *What the Anti-Federalists Were For: The Political Thought of the Opponents of the Constitution*. Chicago: University of Chicago Press.

TAYLOR, Michael (1982). *Community, Anarchy and Liberty*. Cambridge: Cambridge University Press.

TAYLOR, Peter J.; GUDGIN, Graham; JOHNSTON, R.I. (1986). *The Geography of Representation: A Review of Recent Findings*. In: GROFMAN, BERNARD; LIJPHART, AREND (Org.). *Electoral Laws and Their Political Consequences*. Nova Iorque: Agathon Press.



THOREAU, Henry David (1960). Civil disobedience. Walden and Civil disobedience. Nova Iorque: Signet Classics.

THUCYDIDES (1951). History of the Peloponnesian War. Tradução Rex Warner. Londres: Reagan Books.

TULLOCK, Gordon (1976). The Vote Motive. [S.l.]: Institute of Economic Affairs.

UNITED STATES CONSTITUTIONAL CONVENTION (1911). The Records of the Federal Convention of 1787. New Haven, CT: Yale University Press. v. 1.

United States v. Carolene Products Company (1938)[S.l: s.n.]. Disponível em: <<https://supreme.justia.com/cases/federal/us/304/144/>>. Acesso em: 29 jan. 2019. 25 abr.

WALDRON, Jeremy (1999). The Dignity of Legislation. [S.l.]: Cambridge University Press. v. 2. (John Robert Seeley lectures).

WILDE, Oscar (1969). The Soul of Man Under Socialism. In: ROSS, ROBERT B. (Org.). The First Collected Edition of the Works of Oscar Wilde, 1908-1922. Londres: Pall Mall.

WILLS, Gary (1978). Inventing America: Jefferson's Declaration of independence. Garden City, NY: Doubleday & Company. v. 1. (America's political enlightenment).

WOLFF, Robert Paul (1970). In Defense of Anarchism. Nova Iorque: New York Harper Torchbooks.

WOOD, Gordon S. (1972). The Creation of the American Republic, 1776-1787. Nova Iorque e Londres: W.W. Norton & Company.

ZERZAN, John (2002). Running on Emptiness: The Pathology of Civilisation. Los Angeles: Feral House.

## A REDE DOS ANARQUISTAS ITALIANOS EM SÃO PAULO NO INÍCIO DO SÉCULO XX<sup>30</sup>

*Carlo Maurizio Romani*

Professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); Doutor em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Mestre em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Graduado em História pela Universidade de São Paulo (USP).

*Bruno Corrêa de Sá e Benevides*

Formação: Doutorando de História na Fundação Oswaldo Cruz, FIOCRUZ; Mestre em História na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO (2018). Graduado em História pela mesma instituição (UNIRIO, 2015). Experiência Profissional: Professor na rede privada do Ensino Básico.

**Resumo:** O fluxo migratório de anarquistas italianos, tendo como destino o cone Sul-Americano, fez parte das redes transnacionais construídas pelos militantes, especialmente entre o final do *dezenove* e início do século XX. O encontro de muitos anarquistas italianos em São Paulo permitiu a criação de vários grupos de afinidades para o aperfeiçoamento da propaganda. Através das análises biográficas dos principais anarquistas que escreveram no periódico *La Battaglia* (Oreste Ristori, Alessandro Cerchiai, Angelo Bandoni, Tobia Boni e Gigi Damiani), pretendemos demonstrar que tais relações de afinidades foram mediadas a partir das identidades sociais desses ativistas. Nos últimos anos, os anarquistas italianos em São Paulo têm sido classificados como sendo individualistas por uma nova historiografia que não é capaz de investigar as peculiaridades deste grupo. Portanto, esta proposta compartilha a ideia de que o anarquismo transatlântico, em razão de sua complexidade, apenas pode ser compreendido por análises específicas.

**Palavras-chave:** anarquismo; imigração italiana; transnacional; biografias; São Paulo

---

30- O artigo é a versão em português do paper apresentado pelos autores no Congresso *Transatlantic Socialists and Anarchists in the 19th and 20th Centuries: Between New Freedom and Forced Integration*, realizado em Würzburg, Alemanha de 30 de junho a 1º de julho de 2017.

**Abstract:** The Italian anarchist immigration to the South American cone was part of transnational networks built by the anarchist activists, especially in the end of the 19th and the beginning of the 20th centuries. The encounter of many Italian anarchists in São Paulo allowed the creation of several affinity groups working together to improve the propaganda. Through the biographical analysis of the principal anarchists writing in *La Battaglia* (Oreste Ristori, Alessandro Cerchiai, Angelo Bandoni, Tobia Boni, Gigi Damiani), we intend to show that the affinity relationships were mediated by the social identities of the activists. In the last years, the Italian anarchists in São Paulo have been classified as individualists by a new historiography which isn't able to investigate the singularity of this group. Therefore, this proposal shares the idea that, due to its complexity, the transatlantic anarchism can only be understood by specific analysis.

**Key words:** anarchism; Italian immigration; transnational; biographies; São Paulo

### **Apresentação**

É impossível pesquisar o movimento dos trabalhadores no Brasil, em seus anos iniciais, distante de uma abordagem transnacional que envolva os imigrantes pertencentes às esquerdas. A atenção não deve ser direcionada apenas às relações estabelecidas nos territórios de origem, mas precisa, da mesma forma, incluir as redes de afinidades entre trabalhadores e militantes de países sul-americanos. Visto deste modo, um estudo sobre as origens do movimento operário brasileiro requer a compreensão das práticas políticas transnacionais a partir de imigrantes italianos e ibéricos e, além disso, a circulação de ideias e de militantes no país, na Argentina e no Uruguai.

No início do século XX um forte movimento operário emergiu em São Paulo, a cidade industrial mais importante do Brasil. Quando tentamos identificar as redes de militantes nesta cidade, percebemos que a participação do imigrante italiano foi essencial para o seu desenvolvimento (HALL, 1975; TRENTO, 1984). De fato, é impossível falar em movimento operário nessa região antes do final do século XIX, quando a maioria dos italianos emigrados ao país partiram das zonas rurais em direção às áreas urbanas. O intenso fluxo de estrangeiros provenientes da Itália foi responsável por trazer muitas ideias anarquistas e socialistas, que aterrizaram no solo brasileiro em um contexto

marcado pela mímica de proposições políticas pertencentes à esquerda.<sup>31</sup> Portanto, as ações mais visíveis foram tomadas por anarquistas e por grupos socialistas revolucionários, cujos militantes foram responsáveis pela edição de vários jornais impressos desde meados da década de 1890 e pela organização de inúmeros círculos sociais fundados no início do novo século (TRENTO, 2001: 102-120 e TOLEDO; BIONDI, 2010: 363-93). Neste ensaio, vamos nos concentrar na influência do anarquismo italiano nas primeiras organizações operárias do Estado paulista.

Para estudar o anarquismo italiano, uma abordagem transnacional não é apenas uma alternativa, mas, segundo Davide Turcato, a maneira necessária e mais eficaz de perseguir seu impacto no exterior (TURCATO, 2007: 407–44).<sup>32</sup> Ao rastrear a genealogia do movimento libertário italiano, somos geralmente direcionados para os primeiros contatos que aconteceram no interior da AIT, a Associação Internacional de Trabalhadores, e a ruptura entre Karl Marx (1818-1883) e Carlo Cafiero (1846-1892), um ativista italiano que seguiu as proposições de Bakunin e a Internacional autonomista surgida após o fim daquela centralista, em 1872 (MASINI, 2014). Os principais ativistas italianos na AIT, especialmente Cafiero, Errico Malatesta (1853-1932) e Andrea Costa (1851-1910) tornaram-se propagandistas do socialismo não-autoritário (ou anarquismo) e construtores das seções da AIT na Itália durante a década de 1870.<sup>33</sup>

A estreita relação entre os italianos e muitos ativistas internacionalistas da Federação do Jura, baseada na Confederação Suíça, traduz a característica transnacional do anarquismo italiano desde suas origens. Além disso, a implacável perseguição da polícia da Itália contra todos os ativistas internacionalistas das seções da AIT e, nos anos seguintes, contra todos os propagandistas do anarquismo, obrigou-os a fugir para países estrangeiros. De preferência, os militantes fugitivos encontraram refúgio nos países

---

31- Para uma abordagem geral, consultar: HATTON; WILLIAMSON, 1998: 101.

32- Para informações gerais sobre o anarquismo italiano desde a AIT até a ditadura fascista, cf.: LEVY, 1989.

33- Um estudo amplo foi feito por MASINI, 1974. Para os ativistas italianos no interior da AIT, ver: MARINI, 2017. Depois de contínua perseguição policial durante toda a década de 1870, com muitas prisões em toda a Itália, Andrea Costa decidiu mudar de posição e se tornou uma das mais importantes lideranças do Partido Socialista Italiano. Cf.: PERNICONE, 1993: 166-78, capítulo 8, “The defection of Andrea Costa 1879-1888”.

vizinhos, em primeiro lugar a Suíça, e depois a França e a Bélgica. Por outro lado, esses indivíduos exilados passaram a fazer parte da diáspora transatlântica nos países da América do Norte e do Sul, às vezes superando seus laços tradicionais, mas sem nunca esquecer as práticas originais.

Como mencionado, as redes transnacionais construídas por ativistas anarquistas no final do século XIX e início do XX já são muito conhecidas pela historiografia especializada. Diferentes tipos de estudos se concentraram não apenas na América do Norte, mas também em muitos países latino-americanos, como México, Argentina, Uruguai e Brasil.<sup>34</sup> A maioria dos trabalhos se dedica à compreensão do movimento operário, entretanto existem pesquisas voltadas para o entendimento das redes culturais e da proposição de uma educação libertária.<sup>35</sup> A imigração anarquista italiana para o cone sul-americano fez parte dessa história transatlântica, apoiando sindicatos, imprensa operária e desenvolvendo escolas anarquistas, sendo estudada em muitas dessas e outras obras (BAYER, 2003: 136-52 e ROMANI, 2015).

Na época das grandes migrações europeias, o Brasil era um importante local receptor de imigrantes e anarquistas italianos. Esses ativistas conceberam o anarquismo de maneiras diferentes, baseado não apenas em conceitos ou ideias, mas também fortemente influenciados por suas origens de classe e suas identidades culturais e regionais. O encontro de muitos militantes em São Paulo permitiu a criação de vários grupos de afinidades trabalhando e apoiando uma importante agenda de propaganda política.

Um desses esforços resultou no jornal *La Battaglia*, um periódico muito popular e duradouro, teve mais de 360 números publicados quase que ininterruptamente durante nove anos desde sua primeira aparição, em junho de 1904 (BIONDI, 1998: 117-149). Luigi Biondi ressaltou a percepção etnocêntrica que o grupo de anarquistas italianos reunidos em torno do *La Battaglia* possuía sobre o Brasil. Não pretendemos contradizer

---

34- Uma visão geral sobre o anarquismo latino-americano: para o caso argentino, cf.: SURIANO, 2001; RIVERA, 1996; OVED, 1997; para o caso brasileiro: MARAM, 1979; MAGNANI, 1982; para o México, ver: MACLACHLAN, 1991; HART, 1987 e para o Uruguai, conferir: ZUBILLAGA, 1996.

35- Um caso comparativo entre o México e a Argentina foi feito por: ACRI; CÁCEREZ, 2011. Para redes de ensino brasileiras e argentinas no início de 1900, ver ROMANI, 2014.

a interpretação do autor, mas, à luz de uma abordagem diferenciada, a nossa proposta visa capturar as identidades regionais da rede anárquica construída no exterior e como tais laços interferiram nessa percepção.

Através das análises biográficas dos anarquistas que mais frequentemente escreveram naquele jornal, Oreste Ristori, Alessandro Cerchiai, Angelo Bandoni, Tobia Boni e Gigi Damiani (que inicialmente se autodenominaram grupo *La Propaganda*), pretendemos mostrar que as relações de afinidades, mesmo no movimento transnacional, eram mediadas pelas identidades sociais originais dos ativistas. Assim como Bandoni, nascido na Córsega, mas vivendo a maior parte de sua juventude na península itálica, esses homens nasceram ou cresceram na Itália central. Os quatro primeiros na Toscana, fator capaz de tornar este grupo muito unido, e Damiani em Roma. Suas trajetórias pintam um quadro mais ou menos similar. Todos vinham de classes sociais subalternas com poucas ou nenhuma fontes materiais. Por exemplo, Ristori era filho de trabalhadores diaristas e o pai de Bandoni era um artesão. Todos encontraram o anarquismo em sua juventude e passaram pelas prisões do Reino e no *domicilio coatto*,<sup>36</sup> onde obtiveram uma formação política mais sólida através do contato com outros militantes italianos de maior proeminência. Também é possível identificar pontos de similaridades nas práticas de ações individuais (comuns nas classes sociais mais baixas) em determinado momento de suas vidas. Na fase adulta, mudaram de posição para ideias anarquistas-comunistas, inspiradas no pensamento de Errico Malatesta, mas sempre preservando a característica rebelde diante de todo tipo de autoridade (RICHARDS, 2015: 27-30).<sup>37</sup>

Surpreendentemente, nos últimos anos, o grupo heterodoxo de *La Battaglia* foi diminuído e pejorativamente classificado como insurrecionalista ou individualista por vários historiadores, seguindo a tese lançada por Lucien Van der Walt e Michael Schmidt (2009: 132).<sup>38</sup> Esta recente historiografia, que se proclama anarquista, adotou uma

---

36- *Domicilio coatto*: a prisão domiciliar italiana. Uma categoria de prisão, geralmente em pequenas ilhas próximas ao continente, e muitas vezes usadas durante o período de existência da Internacional até o século XX.

37- Para um estudo mais profundo cf.: TURCATO, 2017.

38- No Brasil, vários trabalhos que seguem essa interpretação vêm negligenciando ou subestimando a importância do *La Battaglia*, o mais importante jornal anarquista publicado no Brasil na década de 1900. Por exemplo, o trabalho de CORRÊA, 2011.

concepção estruturalista da história ao generalizar e dividir, de forma restrita, o anarquismo global em duas correntes distintas: uma antiorganizacional e insurrecionalista e outra organizacional e sindicalista. Fortemente baseada em sua própria posição ideológica, esta perspectiva histórica não tem sido capaz de destacar as singularidades existentes em diferentes nações, movimentos e grupos, na contramão do que a história social tem produzido desde Thompson<sup>39</sup>. Deste modo, percorrendo o caminho da história social, e seguindo a interpretação de Turcato sobre o movimento libertário italiano, pretendemos enfatizar que “uma análise transnacional revela novas formas de integração, continuidade e organização, baseadas na mobilidade de militantes, recursos e ideias através do Oceano Atlântico”, sugerindo também que uma compreensão plural do anarquismo é fundamental para o seu pleno entendimento, isso em razão da sua capacidade de reunir diferentes práticas de organização a cada caso específico (TURCATO, 2007: 407).

### **O Anarquismo Italiano no Brasil**

A ideia do anarquismo como uma planta exótica foi uma tese anedótica desenvolvida e difundida pelas elites políticas brasileiras no início do século XX para explicar a impossibilidade do seu florescimento em terras brasileiras (FAUSTO, 1976: 67-8). Grande erro, pois em menos de 20 anos, liderado por grupos anarquistas que atuaram dentro e fora dos sindicatos, o movimento dos trabalhadores organizou diversas greves, sendo a principal delas a Greve Geral de São Paulo, em julho de 1917 (LOPREATO, 2000).

Embora muitos italianos vinham migrando para determinados países da América do Sul desde meados do século XIX, só podemos falar de um fluxo migratório em massa, a partir da década de 1880. De fato, em um primeiro momento, a maioria teve como destino a Argentina e apenas anos após o Brasil teria também forte atratividade. No Brasil, os estrangeiros provenientes da Itália geralmente se instalaram em grandes fazendas de café do sudeste, ou em pequenas propriedades familiares no sul do país. No final do

---

39- No Brasil, vários trabalhos que seguem essa interpretação vêm negligenciando ou subestimando a importância do *La Battaglia*, o mais importante jornal anarquista publicado no Brasil na década de 1900. Por exemplo, o trabalho de CORRÊA, 2011.



*oitocentos*, as cidades industriais em pleno crescimento começaram a atrair outro perfil de imigrantes. Se num primeiro momento imigrantes do norte da Itália viajaram em grande número para o Brasil, em um segundo momento vieram de todas as regiões da península. Entre 1890 e 1920, a população da cidade de São Paulo cresceu explosivamente, saltando de 65.000 para 580.000 habitantes, tornando-se um atraente polo industrial para todos os imigrantes que viajavam para a América do Sul<sup>40</sup>

A fundação da Colônia Cecília em 1890 (uma comunidade coletiva estabelecida no Estado do Paraná pelo médico Giovanni Rossi) é apontada pela historiografia tradicional como o momento inicial do surgimento do anarquismo no Brasil. Os colonos ali residentes praticavam relações de poliandria, amor livre (o que significava a possibilidade de viver junto sem casamento oficial) e utilizavam recursos econômicos a partir de uma renda comunitária. Como todas essas iniciativas gozavam de certo ineditismo em solo brasileiro, talvez isso explique, em parte, o mito criado em torno de Colônia Cecília (FELICI, 2001). A colônia durou até 1894, quando foi encerrada por causa de conflitos internos, mas, mesmo assim, essa experiência inusitada ganhou fama internacional e foi identificada como ponto de partida do anarquismo no Brasil.

Após o término do projeto, muitos dos membros da Cecília, como Francesco Gattai e sua família, e Arturo Compagnoli, permaneceram no Brasil mudando-se para áreas urbanas como Curitiba e São Paulo. Gigi Damiani, apesar de não pertencer ao grupo original de colonos, teve contato com alguns de seus membros durante sua permanência na Capital curitibana, a partir de 1897. A ideia da Colônia Cecília como sendo o “mito fundador” do anarquismo no Brasil tem sido contestada por alguns historiadores. Trabalhos realizados nos últimos trinta anos, incluindo o abrangente trabalho de Isabelle Felici (1994), mostraram que importantes ações anarquistas realizadas por imigrantes italianos em São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, foram organizadas por outros militantes que nunca chegaram perto da área rural onde a Colônia havia sido instalada.

---

40- Prefeitura de São Paulo, “Histórico demográfico da Prefeitura de São Paulo”, [http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/historico/tabelas/pop\\_brasil.php](http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/historico/tabelas/pop_brasil.php) Archived at <http://www.webcitation.org/66VBsHm7i> on March 28, 2012.

Resumindo essa história e abordando com mais detalhes a organização dos trabalhadores italianos no Brasil, podemos voltar ao ano de 1892.<sup>41</sup> Nesse ano, um grupo de anarquistas fundou em São Paulo o *Gli Schiavi Bianchi*, que pode ser considerado o primeiro jornal de fato libertário impresso no Brasil, cujo diretor, Galileo Botti, um propagandista anarquista, havia acabado de chegar da Argentina dois anos antes. Esse periódico inaugurou uma fase em que uma série de jornais de idêntica natureza, em língua italiana, seria publicada em São Paulo até o final do século XIX. Os mais visíveis foram *L'Operaio*, *L'Asino Umano* e *L'Avvenire* (todos editados por Felici Vezzani), *Il Risveglio* (editado por Alfredo Mari e Gigi Damiani). Em comum, os periódicos tinham o fato de sofrerem com a perseguição policial ter todos os seus diretores incriminados pela prática de “anarquismo”, então passível de crime.

Na última década do *oitocentos*, Felice Vezzani pode ser considerado o ativista italiano que introduziu o movimento anarquista na classe trabalhadora paulista, antes de sua expulsão para Buenos Aires em 1895. Ativista sindical, Vezzani chegou ao Brasil em 1893 vindo de Bolonha, onde havia quebrado seus laços com o Partido Socialista Italiano e aderiu a posições anárquicas (ANTONIOLI et al, 2004). Mas sempre ocupou uma posição singular dentro do movimento, uma espécie de voz bipolar devido à sua simpatia por tendências individualistas e também por suas posições sindicalistas no início da organização da classe operária em São Paulo.

Já no início do século XX, os jornais anarquistas italianos impressos em São Paulo, como *La Nuova Gente*, *Palestra Social* (dirigido por Tobia Boni), *Germinal* (de Angelo Bandoni), estavam prontos para defender os trabalhadores, mas ao mesmo tempo assumiam uma posição contra os sindicatos existentes. Em parte, é possível explicar esse fenômeno em razão da ausência no Brasil de um movimento operário efetivamente organizado. Encontravam-se na maior parte do país em fins do XIX, inclusive no Rio de

---

41- O problema da organização formada por trabalhadores, no movimento anarquista, foi uma das grandes polêmicas do final do século XIX, especialmente na Itália, onde o debate entre “associacionismo” e “não associacionismo” ocupou várias páginas em jornais libertários até que a posição de anarcocomunismo de Malatesta tenha se tornado paradigma na experiência italiana em meados da primeira década do século XX. No Brasil, o mesmo debate foi reproduzido por ativistas do anarquismo, provavelmente um pouco mais tarde em relação ao debate na Itália. As posições dos anarquistas italianos no Brasil foram muito bem condensadas por FELICI, 1994: 326-38.

Janeiro, apenas associações de trabalhadores voltadas para a caridade, caixas de benefício ou de socorro mútuo, influenciadas pela maçonaria e algumas vinculadas às instituições do Estado (BATALHA, 2004: 95-119). Isso era predominante, inclusive, dentro do próprio círculo italiano de trabalhadores (BIONDI, 2012: 75-104). No entanto, o forte aumento da população italiana entre os trabalhadores, forçou uma mudança no discurso e nas práticas dos militantes anarquistas.

Durante a primeira década de 1900, o movimento socialista e anarquista em São Paulo, que prevalecia dentro da numerosa colônia italiana, teve que conversar com esses novos trabalhadores urbanos e ajudá-los a se organizar em uma forma de sindicato de combate que não existia até então. No início é possível identificar uma forte presença do socialismo, em duas diferentes definições e características: uma revolucionária, presente na abordagem sindicalista de Alceste De Ambris (que havia fundado em 1900 o jornal *Avanti!*, a edição homônima do original italiano), ou em sua forma reformista com Antonio Piccarolo (que assumiu a direção do periódico depois que De Ambris retornou à Itália em 1903). Nesses primeiros anos, socialistas e anarquistas dividiram e disputaram a liderança do movimento operário ítalo-brasileiro em São Paulo, até a celebração do Primeiro Congresso Operário Brasileiro em 1906. A partir desse momento, a associação entre ativistas sindicalistas revolucionários, como Giulio Sorelli,<sup>42</sup> e as posições anarcossindicalistas dentro dos sindicatos se tornaram hegemônicas. No entanto, os grupos anarquistas sempre demonstraram vitalidade e difusão significativas, especialmente após a saída de De Ambris para a Itália, o que pode ser atestado por várias associações dedicadas à propaganda e atividades sociais e à constante presença de jornais em circulação.

Na tentativa de ampliar o público-alvo entre os trabalhadores, foi feito um esforço para divulgar a propaganda em língua portuguesa, como foi o caso do periódico *Germinal*, 1901-1903 (dirigido por Angelo Bandoni) e *O Amigo do Povo*, 1902-1905 (pelo anarquista português, Neno Vasco). Outro componente importante para a difusão da propaganda anarquista, mas ao mesmo tempo circunscrevendo-a a uma audiência italiana, foi a chegada, desde 1900, de muitos militantes que já tinham contato e experiência com

---

42- Para melhor compreensão das práticas do sindicalismo revolucionário italiano em Alceste de Ambris e Giulio Sorelli, ver: TOLEDO, 2004.

o movimento libertário na Itália e na Argentina. Este segundo grupo de ativistas contribuiu diretamente para a disseminação do movimento, como foi o caso de Gigi Damiani, que chegou em São Paulo somente no ano de 1907 para ajudar a escrever *La Battaglia*; de Alessandro Cerchiai, proveniente de Lucca, que aportou na cidade em 1901; de Angelo Bandoni, de Livorno, e de Tobia Boni, de Siena, ambos chegados no país no ano de 1900; e Oreste Ristori, de Empoli, município da província de Florença, que entrou no Brasil em 1904, após de passar dois anos vivendo em Buenos Aires e Montevidéo. Ristori tornou-se o organizador do grupo *La Battaglia* e o mais importante propagandista do anarquismo no Brasil naquela década circulando pelo interior de todo o sudeste.

A rede anarquista vinha estabelecendo conexões entre ativistas italianos residentes na Argentina e no Brasil desde o final do século XIX. Nesse sentido, seguindo, por exemplo, os passos dados por Oreste Ristori através dos dossiês da Segurança Pública italiana, podemos exemplificar a circulação geográfica naqueles tempos. Desde Buenos Aires, o inspetor Genovesi escreveu ao Ministro do Interior da Itália, alertando-o que Ristori já conhecia as ações de Vezzani pelas páginas do periódico *L'Avvenire*, publicado em Buenos Aires desde 1895 (ZARAGOZA RIVERA, 1996). Assim, Ristori também tornou-se um colaborador regular do jornal, antes mesmo de sua chegada em Buenos Aires, em agosto de 1902:

*durante o pouco tempo em que está aqui colocou-se em evidência por uma propaganda incansável, com a palavra através de conferências quase cotidianas, e com a pena através da colaboração assídua ao periódico "L'Avvenire".*<sup>43</sup>

Após a greve geral argentina de dezembro de 1902, Ristori, juntamente com Pascoal Guaglianone, Felix Basterra e outros ativistas italianos, foi deportado para Montevidéo, com base na Lei de Residência, acusado de ser um dos líderes do movimento grevista. No Uruguai, conheceu outros conterrâneos que da mesma forma tinham sido exilados, como atesta o relatório de Genovesi:

---

43- Direzione Generale della P. S. della Prefettura di Roma. Archivio Centrale dello Stato, ACS, Casellario Politico Centrale, CPC. Ristori, Oreste, b. 4342. Nota reservada do Ministério do Interior, de Buenos Aires, 27 de janeiro de 1903. "Durante il breve tempo dacché è qui, si è messo in evidenza per una infatigabile propaganda, con la parola a mezzo di quasi quotidiane conferenze, con la penna merce la collaborazione assidua al periodico *L'Avvenire*."

*procurou e conseguiu fugir e salvar-se, refugiando-se junto a vários outros líderes da seita em Montevideú. Com Scopetani e Serantoni que o haviam precedido lá, ele fez de tudo para retomar a publicação do Avvenire naquela cidade*<sup>44</sup>

De acordo com as fontes policiais, o florentino Alessandro Scopetani era um ativista de pouca instrução, porém de caráter energético,<sup>45</sup> que chegou em Buenos Aires em 1898 e publicou o periódico *La Nuova Civiltá*. Anos antes, Ristori e Scopetani estavam confinados na ilha de Ventotene, onde se conheceram. Diferentemente de Vezzani, Scopetani tinha um perfil antiorganizacionista, ou seja, ele não gostava de agir dentro dos sindicatos. Por outro lado, Fortunato Serantoni, residente na Argentina desde 1893, era um dos mais importantes livreiros e editores anarquistas italianos, com a Livraria Sociológica, uma livraria libertária especializada.<sup>46</sup> Desde 1895 Serantoni era conhecido em São Paulo como o redator de *La Questione Sociale*, publicado em Buenos Aires, e por sua livraria que permaneceu aberta até 1901. As obras que publicou eram comumente vendidas no Brasil (livros foram oferecidos nas páginas dos periódicos anarquistas como o *Germinal*). A cidade de Montevideú permitiu que pessoas deportadas de Buenos Aires se estabelecessem naquela localidade. De fato, a vigilância das forças diplomáticas italianas nunca estabeleceu o mesmo tipo de relação feita entre a polícia uruguaia e as forças policiais argentinas e brasileiras. Montevideú deve ser incluída como uma forte coluna de apoio à rede anarquista italiana no exterior, especialmente no sentido cultural. Falando sobre isso, o romancista Manoel de Castro, em um trabalho autobiográfico, lembrou das reuniões diárias que frequentou no Café Polo Bamba, onde ele

*podia ver ali distribuído em diferentes mesas, mas comunicando facilmente uns com os outros, toda uma geração de poetas, sociólogos e literatos, em meio à atividade e cujos livros foram publicados por*

---

44- Ibid. Cercò e riuscì a mettersi in salvo, rifugiando insieme a parecchi altri caporioni della setta a Montevideo. Con lo Scopetani e il Serantoni che lo avevano preceduto colà, egli fece di tutto per poter riprendere in quella città le pubblicazioni dell'Avvenire.

45- Dicionario biografico degli anarchici italiani, 530-31. Colezioni Digitali, [http://bfscollezionidigitali.org/index.php/Detail/Object/Show/object\\_id/2024](http://bfscollezionidigitali.org/index.php/Detail/Object/Show/object_id/2024)

46- Ibid., 543-45. Para maiores informações sobre Serantoni ver Adriano Paolo Giordano, “L'editore errante dell'anarchia. Appunti per una biografia di Fortunato Serantoni”, *Rivista Storica dell'Anarchismo*, Pisa, 6 no.2, (1999): 41-70.

*Orsini Bertani, um anarquista que viveu com Pietro Gori na Itália e com a reverenciada Kropoktin em Londres, e cuja livreria, localizada no coração da rua Sarandí, era ao mesmo tempo outro ponto de encontro de intelectuais e propagandistas. Ele estava cercado por outros anarquistas expatriados, como Guaglianoni, Felix Basterra, Ovidi, Gino Fabri e Ristori.<sup>47</sup>*

Portanto, os trabalhadores lutavam dentro das fábricas por meio dos sindicatos organizando greves a partir de uma estreita conexão entre os círculos culturais e sociais apoiados por uma rede muito bem articulada de sindicalistas, propagandistas, intelectuais e editores envolvidos com a chamada Revolução Social. A propósito, todos esses indivíduos sobre os quais escrevemos estavam em busca de uma revolução socialista libertária. O que gostaríamos de reforçar aqui, de acordo com a nossa compreensão do anarquismo explicitada na introdução, é que a força desse movimento residiu precisamente nesse caráter pluralista e interativo de sua organização e não numa divisão binária estruturalista entre pró ou anti sindicalismo, “organização de massa” ou “insurrecionistas”, etc., como defendem Van der Walt e seus seguidores.

Mas nem tudo eram flores entre os anarquistas. Às vezes, a diferença ofusca o desejo de trabalhar juntos por uma causa comum. Por exemplo, a forte perseguição após a greve geral de 1902 em Buenos Aires dividiu o movimento em estratégias a serem adotadas. O grupo de italianos exilados em Montevideú, tendo Ristori como cabeça, atacou a posição sindicalista do *La Protesta* com o argumento da “inconsciência” da massa para apoiar uma greve naquelas proporções. A discussão ocupou muitas páginas na imprensa anarquista e operária em Buenos Aires e Montevideú durante o ano de 1903 e foi uma motivação determinante para a mudança de Ristori para São Paulo (Cf.: ROMANI, 2015: 83-106, 114-19). De fato, o aumento de contato entre ele e os libertários ítalo-paulistas foi rapidamente percebido pela vigilância diplomática.

*Nota-se, nos últimos tempos, uma relação mais estreita entre ele e vários anarquistas, assinaladamente com Vincenzo Sassi, também residente em S. Paulo e objeto de meu recente relatório, com Bertolini*

---

47- CASTRO, 1959: 271. Pude ver allí, distribuídos en distintas mesas, pero de fácil comunicación entre las mismas, a toda una generación de poetas, sociólogos y literatos, en plena actividad y cuyos libros publicaba Orsini Bertani, ácrata que había convivido con Pietro Gori en Italia y con el venerado Kropoktine en Londres y cuya librería, instalada en plena calle Sarandí, era a la vez, otro centro de reunión de intelectuales y propagandistas. Le rodeaban otros ácratas expatriados como Guaglianoni, Félix Basterra, Ovidi, Gino Fabri y Ristori.

*Ezio editor de um fanzine em Sanpieraarena, com Borzachini Remo [...] e finalmente com Travaglini Enrico redator do Grido della Folla de Milão.*<sup>48</sup>

Vincenzo Sassi provavelmente era Attilio Sassi, um anarquista italiano sindicalista, operário de uma mina de manganês no interior de Minas Geras, que viveu em São Paulo durante o ano de 1904, depois de ter sido demitido por causa de uma greve. Deportado para a Itália, Sassi tornou-se um importante sindicalista dentro do movimento anarquista italiano.<sup>49</sup> Do lado oposto, o *Grido della Folla*, de Milão, foi um baluarte tradicional do antiorganizacionismo, com a direção de Giovanni Gavilli, que já havia encontrado Ristori na prisão da ilha de Ventotene. Deste modo, a rede anarquista em desenvolvimento em São Paulo não foi definida de maneira restrita, mas plural.

O que esse fato evidencia é que os anarquistas italianos emigraram para a América do Sul e, ao se estabelecerem em São Paulo, adotaram diferentes estratégias de organização. Mas, no geral, o que eles claramente contrapunham era a possibilidade de uma espécie de organização tipo a do Partido Anarquista na Itália, que no início do século XX tornara-se um modelo absolutamente irreconciliável para os ideais anarquistas.<sup>50</sup> Nesse momento histórico em que o Partido Socialista Italiano, através do controle majoritário do sindicalismo, minava as bases do anarquismo naquele país, sobressai a posição de Gigi Damiani, que defendia um socialismo não autoritário apoiado numa espécie de organização que privilegiava a relação entre indivíduo e sociedade, como explica Maurizio Antonioli, (ANTONIOLI; MASINI, 1999: 62-3). Essa rede que seria organizada em São Paulo nos anos 1900 é muito complexa. Apesar da maioria dos anarquistas ter vindo de posições individualistas ou de ter tido uma posição negativa em

---

48- ACS, CPC, b. 4342, fasc. Ristori, Oreste. Correspondência de 1 de junho de 1904, de Petrópolis. Legazione d'Italia alla Direzione Generale della PS a Roma. Protocolo 12618: "Si nota, da poco tempo, una più stretta relazione tra lui e varii anarchici, segnalatamente con Vincenzo Sassi, pure residente in S. Paolo oggetto di mio recente rapporto, con tal Bertolini Ezio redatore di un giornaleto anarchico in Sanpieraarena, col Borzachini Remo [...] e finalmente col Travaglini Enrico redattore del Grido della Folla di Milano."

49- De acordo com os biógrafos de Attilio Sassi, provavelmente ele foi identificado pela política diplomática italiana em São Paulo como Vincenzo. De fato ele passou por São Paulo durante 1904 antes de seu retorno à Itália. Ver: MARABINI; SACCHETTI e ZANI, 2008.

50- Veja a denúncia feita por Alessandro Cerchiai, "Cosa si intende anarchicamente per organizzazione", *Il Grido della Folla*, April 16, 1903, *apud* GIULIETTI, 2012.



relação ao sindicalismo, eles foram capazes de conversar e mover-se dentro de diferentes organizações, estabelecendo boas relações com o grupo do *Amigo do Povo*, Neno Vasco, Giulio Sorelli, Edgard Leuenronth e com outros ativistas sindicalistas. Talvez tenha sido exatamente essa capacidade de intercambiar ideias e ações que causou uma vigilância policial mais próxima, com medo de que a propaganda pudesse se espalhar para diferentes tipos de trabalhadores em São Paulo e em outras regiões brasileiras.

A Segurança Pública italiana estendia seus braços no exterior usando o serviço secreto da diplomacia italiana em colaboração com as polícias locais. Desde a década de 1880, havia uma estreita relação entre as polícias italianas e argentinas através do consulado italiano em Buenos Aires, concedendo informações secretas às autoridades portenhas sobre a chegada dos anarquistas, considerados criminosos. Na década seguinte, essa rede policial passou a envolver também autoridades brasileiras. De fato, uma troca de correspondências entre as polícias portuárias de Buenos Aires, Montevideú, Rio de Janeiro e Santos, que monitoravam as deportações dos anarquistas argentinos para a Europa e a expulsão de anarquistas estrangeiros do Brasil, mostra essa interconexão. Os anarquistas deportados através de navios de Buenos Aires normalmente faziam escala no Rio de Janeiro, onde acabavam descendo e permanecendo na América do Sul (GALEANO; ALBORNOZ, 2017: 101-34). A informação policial foi o resultado de um esforço entre as autoridades investigativas brasileiras (no Rio de Janeiro, na época capital do país) junto com a polícia de algumas regiões da Itália e da Argentina, tentando impedir essa circulação, para eles, descontrolada. A implementação de medidas de cooperação internacional para combater o anarquismo, considerado na época um mal que comprometia a segurança nacional, tornou-se um fim a ser perseguido no novo século (GALEANO; ALBORNOZ, 2017).

Um exemplo dessa cooperação entre as autoridades dos países sul-americanos foi a informação coletada pela polícia de Buenos Aires em um intercâmbio com a polícia brasileira em 1902. Avisada pelas autoridades policiais italianas que Angelo Bandoni, com seu companheiro Gigi Damiani, estava por trás de uma “trama anárquica no Brasil”, e que ambos estavam fazendo viagens pelo interior de São Paulo ajudando na formação de centros anarquistas,<sup>51</sup> a polícia argentina repassou essa informação para a polícia

---

51- ACS, CPC. Bandoni, Angelo, b. 305, f. 75150.

brasileira. O interesse da polícia de Buenos Aires por dados sobre Bandoni (e Damiani) é possivelmente explicada pela circularidade que seu periódico – *Germinal* – teve, de forma efêmera, na capital argentina (dentro da comunidade italiana estabelecida na região),<sup>52</sup> e que despertou a curiosidade das autoridades que desejavam saber mais sobre seu editor. A riqueza dos laudos policiais é proeminente, pois se por um lado permite demonstrar a troca de informações em uma rede internacional de informações, por outro permite visualizar a penetração e a circularidade dos periódicos publicados pelos anarquistas italianos em São Paulo e enviados para diferentes países da América Latina, especialmente Argentina e Uruguai.

Uma visão geral da trajetória biográfica de Bandoni pode nos mostrar algumas características interessantes do transnacionalismo no anarquismo italiano. Angelo Bandoni nasceu em julho de 1868 em Bastia,<sup>53</sup> ilha da Córsega, um território à época já pertencente ao domínio francês. Bandoni tinha origem italiana por parte materna e paterna, pois ambos eram de Livorno. Seu pai (Giovanni) era um habilidoso artesão na manipulação de mármore, sendo a realidade econômica da família, portanto, bastante modesta.

Bandoni viveu na ilha francesa até a idade de 18 anos, quando migrou para a Itália, estabelecendo-se na cidade de La Spezia (região da Ligúria) em 1886. Quando chegou à península italiana, o país tinha uma massa proletária ainda predominantemente agrária e artesanal, que passava por grandes dificuldades e crescente miséria. O processo de industrialização na região norte e as crises econômicas periódicas geraram um expurgo de proletários desempregados provocando uma profunda desigualdade social entre as regiões norte e sul. Estas condições favoreceram o desenvolvimento do movimento anarquista, especialmente nas províncias da Toscana (Florença, Prato, Livorno, Massa, Carrara) e depois ampliando seu raio de propagação por toda a península até 1898, quando

---

52- Em seu jornal *Germinal*, que teve vida curta, Bandoni publicou textos com artigos onde os leitores de Buenos Aires teceram considerações sobre algumas questões abordadas pelo editor. Além disso, é grande o número de trocas epistolares publicadas, que saudaram o editor pela existência do periódico. Este fato nos permite concluir que o *Germinal* certamente circulou entre a comunidade italiana estabelecida naquela região.

53- Outras informações biográficas sobre Angelo Bandoni, ver: BENEVIDES, 2018a. e 2018b.

experimentou um processo de enfraquecimento por conta da intensa repressão (LEVY, 1999: 7).

O jovem Bandoni passou por diferentes partes do norte da costa tirrênica. Todos esses lugares, portanto, estavam sob grande influência do anarquismo. Foi neste contexto, e em solo italiano, que pela primeira vez manteve contato com ideias libertárias. Após sua primeira aparição registrada em La Spezia (1886), registros da polícia mostram que ele havia sido preso em Lucca (1887) por contrabando e permaneceu privado de sua liberdade até o final de 1890. Tendo cumprida a sua sentença, Angelo Bandoni retornou pela segunda vez para La Spezia. No mesmo ano em que foi libertado, fugiu para a Argélia, uma colônia administrada pelo Estado francês, e lá foi condenado a cinco anos de prisão por furto, roubo e uso de documentos falsos. Em 1895, depois de deixar a prisão, retornou pela terceira vez para La Spezia, quando foi preso novamente (por nove meses) e foi definitivamente expulso da Itália.

Em maio de 1898, uma forte onda de repressão assolou os anarquistas. Nesse momento, as forças do rei Umberto I atacaram o cerne do movimento libertário em uma tentativa de suprimir os “subversivos” da Itália.<sup>54</sup> Começaram, assim, uma série de expulsões e prisões em todo o país. Além disso, para o governo italiano, era necessário empurrar essa massa proletária para um lugar distante e suavizar as tensões internas, algo que foi fornecido através da imigração subsidiada para a América (LEVY, 1999: 6). Foi precisamente nesse contexto conflituoso que Bandoni teve sua expulsão decretada, chegando em São Paulo em maio de 1900. As ações libertárias de Angelo Bandoni durante o período em que viveu no Brasil (cerca de quarenta anos) colocaram mais ênfase na propaganda e informações da conjuntura política aos trabalhadores. Durante esse longo tempo escreveu em vários periódicos e também foi responsável pelas edições de alguns outros que ganharam notoriedade (*Germinal*, *Guerra Sociale*, *Germinal!* e *Alba Rossa*). Além disso, realizou conferências, organizou escolas e escreveu poesias.

O estudo sobre Angelo Bandoni, e de outros libertários italianos, permite visualizar a natureza transnacional do anarquismo ítalo-brasileiro enraizado em São Paulo nas primeiras décadas do século XX, e mais ainda, sua característica semelhante ao

---

54- O episódio é conhecido na história italiana como “i moti per il pane”, movimentos por pão. Ver: TILLY, 1972: 124-60.

movimento desenvolvido na região da Itália central, especialmente na Toscana. A transnacionalidade dos anarquistas pode ser percebida por dois prismas: o primeiro através do contato entre militantes espalhados pelo mundo através de cartas que foram escritas e depois publicadas na imprensa anarquista, e o segundo pelo intenso deslocamento de ativistas que estiveram em várias regiões do mundo com a intenção de realizar a propaganda libertária (TURCATO, 2007).

Os jornais anarquistas também publicaram numerosas cartas escritas por leitores (na maioria anarquistas) de diferentes regiões do país e do mundo. Estas correspondências foram publicadas em uma seção específica (geralmente chamada *Piccola Posta*),<sup>55</sup> estabelecendo contato entre os companheiros libertários no Brasil, mas também com aqueles que viviam em diferentes partes do mundo: na Itália (em Siena, La Spezia e outras cidades da Toscana), em Montevidéu, Buenos Aires, Chicago, Patterson (um reduto do anarquismo italiano em New Jersey, Estados Unidos) e em algumas regiões da Europa, como na Bélgica, em Marselha e Paris, na França, ou em Barcelona, na Espanha. Por outro lado, a trajetória biográfica de Bandoni é um exemplo do anarquista que se desloca de região para região, nacional e internacionalmente, visando a difusão do anarquismo.

A sua relação transnacional não foi estabelecida apenas através de trocas epistolares. Bandoni também esteve envolvido no apoio (financeiro, por exemplo) de companheiros italianos no exterior. Em 1902, o jornal *Germinal* realizou uma campanha de arrecadação de fundos em favor do florentino Giovanni Gavilli, e de Ludovico Tavani, de Ravenna, para trazê-los ao Brasil. Ambos eram anarquistas com vasta experiência em propaganda, especialmente nas regiões da Toscana e Emilia-Romagna. A campanha teve uma vida curta sem muito sucesso, no entanto, os companheiros do Brasil liderados por Bandoni conseguiram recolher 268 liras. Segundo relatos da polícia italiana baseados em agentes infiltrados em grupos anarquistas de Paris (o informante Enrico Insabato, um ex-anarquista – disfarçado sob o pseudônimo de “Dante”), o dinheiro arrecadado em São Paulo por Angelo Bandoni, Gaetano Sandri, seu irmão Pedro e outros, havia chegado a

---

55- *Germinal*, São Paulo, nº. 1-11, 1902, “Piccola Posta”.

Tavani através de seu companheiro, Pietro Mori.<sup>56</sup> A recente tese de Jorge Canales oferece uma análise abrangente desse fenômeno transnacional do anarquismo italiano e mostra como a rota sul-americana, incluindo os portos brasileiros de Santos e do Rio de Janeiro, tornou-se o portão preferencial dos ativistas italianos extraditados. Mas a maioria deles, como Mori, Sandri, Luigi Bezzi e muitos outros, tinham o único objetivo de arrecadar fundos para apoiar as lutas na Itália.

Após a chegada de Ristori ao Brasil, observando as ações do grupo *La Propaganda*, podemos perceber uma mudança de atitude visando apoiar a luta de classe dos imigrantes italianos nas fazendas e nas fábricas do país.<sup>57</sup> Seu primeiro passo foi a fundação do semanário *La Battaglia* em junho de 1904, jornal que se tornou uma espécie de divisor de águas no anarquismo ítalo-brasileiro. Em menos de seis meses, apoiado por uma grande rede de distribuidores na capital paulista e no interior do país, conseguiu uma tiragem de aproximadamente cinco mil cópias e tornou-se o jornal militante mais lido do país naquela década, alcançando a publicação de oito mil cópias em algumas edições do ano de 1908 (ROMANI, 2015: 140). O periódico apoiou várias campanhas em favor dos trabalhadores imigrantes italianos e também de toda a classe trabalhadora. Denúncia de crimes e más condições de vida de colonos em fazendas, exploração de oficinas, investigação de crimes de padres da Igreja Católica, promoção de boicotes em fábricas, divulgação de greves, campanhas pela liberdade de homens injustamente presos e muitas outras formas de ações fizeram os nomes *La Battaglia* e Ristori conhecidos no país. De fato, o *La Battaglia* foi distribuído e vendido em todas as regiões brasileiras. Tinha assinaturas em Belém, Manaus, Salvador e Recife, norte e nordeste do país, e obteve

---

56- ACS, CPC, b. 5049, fasc. Tavani Ludovico, ver o relatório da Prefettura di Genova destinado à Direzione Generale della Pubblica Sicurezza, DGPS, 13 de junho de 1902. Para maiores detalhes cf.: CANALES, 2016: 411-13.

57- “Il gruppo La Propaganda non è un gruppo permanente, né fisso; cioè la sua attività dipende da circostanze di indole diversa, ad esempio la pubblicazione di un opuscolo; l'aiuto materiale e morale ai rivoluzionari...” *La Battaglia* n. 35, 19 de março de 1905. Trad. “O grupo La Propaganda não é um grupo permanente, nem fixo; isto é, a sua atividade depende de circunstâncias de índole diversa, por exemplo, a publicação de um opúsculo; a ajuda material e moral aos revolucionários...” Se o grupo La Propaganda ainda conservou as características fluídas, após a fundação de *La Battaglia*, como periódico permanente, sua atuação diminuiria consideravelmente.

grande difusão em todo o Estado de Minas Gerais, no Rio de Janeiro, e nos estados do sul do país, além e também no Uruguai e na Argentina (ROMANI, 2015: 133-40).

A grande campanha realizada contra a imigração italiana para o Brasil, iniciada em 1906, que ocupou durante todo o ano várias edições de *La Battaglia*, pode ser usada para exemplificar as ações desenvolvidas pelo grupo. Desde a segunda edição, uma de suas seções mais populares foi uma coluna de escritos sobre a condição de vida nas fazendas de café que os colonos batizaram de *Dalle Caienne Brasiliane*. Semanalmente publicou denúncias sobre extorsão, estupros, crimes, escravidão envolvendo colonos italianos, fatos considerado como um verdadeiro inferno acontecendo nas fazendas. O grupo *La Propaganda* teve a ideia de expor essa situação no exterior, publicando um opúsculo de trinta páginas em que diferentes casos de exploração de colonos seriam mostrados. Esse opúsculo seria publicado em três idiomas, italiano, espanhol e português e distribuído na Itália, Argentina, Brasil, Espanha e Portugal, como um alerta para potenciais imigrantes para o Brasil desistirem de sua ideia (ROMANI, 2015: 151-59). A assinatura anunciada para coletar fundos para imprimir o livreto durou quatro meses e não conseguiu o dinheiro necessário para completar a meta, mas foi possível imprimir dez mil exemplares em língua portuguesa até o final do ano. *Contra a Imigração*, seu título, nunca foi impresso em espanhol e a distribuição foi limitada a terras brasileiras com poucos exemplares chegando a Portugal no ano seguinte.

A publicação do opúsculo teve uma péssima repercussão na embaixada italiana e entre os grandes fazendeiros que imaginaram maiores perdas de mão de obra. Oreste Ristori e Alessandro Cerchiai, os dois editores do panfleto, foram questionados pela Polícia do Estado de São Paulo. O caso foi considerado subversão contra o Estado brasileiro e ambos acabaram sendo processados por violarem a Segurança Nacional, sendo cogitada sua expulsão com base na Lei de Estrangeiros.<sup>58</sup> Em 1908 o julgamento foi encerrado e eles puderam permanecer no Brasil.

Parece impossível que um opúsculo divulgado em todo o país possa ter causado tamanha perseguição, já que *La Battaglia* permanecia publicando semanalmente as mesmas denúncias. Talvez seja mais provável que a queixa tenha começado com a diplomacia italiana. De fato, se a impressão espanhola tinha falhado, a italiana teve

---

58- Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, ANRJ, IJJ 7 179 (SPE-101).

sucesso. O primeiro contato na Itália aconteceu com Gino Allari, que distribuiu o *La Battaglia* em Florença, permanecendo sempre com a principal rede de identidades regionais da Toscana. Infelizmente, era impossível imprimi-lo lá e ninguém menos que Luigi Molinari, um importante anarquista italiano envolvido em programas educacionais, interessou-se pela denúncia e foi responsável por sua publicação na tipografia da *Università Popolare* de Mantova, na Lombardia. Foi somente depois da publicação na imprensa italiana que o processo contra Ristori e Cerchiai foi movido ( BIONDI, 1904).

Não é nosso objetivo mostrar com detalhes como se desenvolveu este caso específico, até porque indicamos a bibliografia especializada sobre o assunto. O que pretendemos usar deste exemplo é o conceito da rede anarquista italiana que operou em São Paulo. Funcionou eficientemente, estabeleceu rapidamente conexões com ativistas italianos e preferencialmente circularam em seus grupos regionais de identidade na Toscana. Contaram, também, com diferentes grupos de anarquistas de outras regiões da Itália e, surpreendentemente, mesmo com poucas pessoas envolvidas na organização, mostraram-se capazes de perturbar setores significativos da economia brasileira e do comércio italiano de imigrantes. Isso não é pouca coisa e ajuda a explicar a reação violenta das autoridades.

Olhando para a frente, o período de 1915 a 1919 foi de intensa atividade para o movimento operário no Brasil uma vez que o êxito da Revolução Russa em 1917 acrescentou uma dose de entusiasmo aos trabalhadores. Além disso, a conjuntura de Guerra Mundial (1914-1918) e um significativo aquecimento do setor industrial ajudaram a dar às manifestações operárias, às vezes, um caráter insurrecionalista (SAMIS, 2004). Neste contexto de euforia para os libertários italianos em São Paulo, a Guerra que eclodiu em agosto de 1914 não foi uma preocupação central entre aqueles que escreviam no jornal *La Propaganda Libertaria*, formado por militantes originários do *La Battaglia* quando este cessou de ser publicado, em setembro de 1912.

A atitude desses anarquistas apenas mudou quando a Itália entrou na Guerra em maio de 1915. Em setembro do mesmo ano, foi organizado por Angelo Bandoni um novo jornal chamado *Guerra Sociale*, cujo foco principal, num primeiro momento, seria quase exclusivamente a guerra e outros conflitos internacionais.<sup>59</sup> Os escritores que colaboraram

---

59- *Guerra Sociale*, 22 de maio de 1916. Ver também: FELICI, 1994.



em *Guerra Sociale* eram quase todos italianos, exceto o espanhol Florentino de Carvalho, pseudônimo de Primitivo Raimundo Soares, notório anarcossindicalista, cuja cooperação no periódico era frequente e de grande importância. O jornal foi inicialmente dirigido por Bandoni e, em um segundo momento, como havia acontecido com o *La Battaglia* e o *La Propaganda Libertaria*, Gigi Damiani assumiu a direção. Nas páginas do periódico, trocas de informações, correspondências ou notícias da Argentina, Itália, França, Espanha, Holanda, Rússia, Estados Unidos eram comuns.<sup>60</sup> Com o passar dos anos, porém, o periódico passou a acompanhar mais de perto as notícias da vida social do trabalhador paulista, deixando as notícias internacionais em segundo plano. Isso ficou claro entre os meses de maio e junho de 1917, quando a tensão aumentou devido ao contexto de greves emergindo em toda a cidade.

Assim, um evento marcante de 1917 foi a eclosão de uma grande greve na cidade de São Paulo. A “Greve Geral de 1917”, como ficou conhecida, contou com a participação direta dos anarquistas à frente de várias associações de classe, reunidas principalmente nos jornais *Guerra Sociale* e *A Plebe*, e também dos socialistas, que gravitavam em torno do jornal *Avanti!*, e juntos decidiram compor o CDP, Comitê de Defesa Proletário, para organizar melhor os grevistas e intermediar as negociações. Na crise de abastecimento da época, a fome havia provocado uma profunda revolta entre os operários, estimulando os espíritos dos trabalhadores contra o governo. A segunda metade de 1917 marcou o fim da crença dos trabalhadores nas promessas feitas por políticos e empresários. O custo de vida, juntamente com os baixos salários, criou uma mistura de revolta revolucionária e êxtase sob influência do noticiário vindo da Rússia. A greve terminou com alguns avanços para a classe trabalhadora de São Paulo. Nesse sentido, a implantação, em algumas fábricas, das oito horas de jornada de trabalho e aumentos salariais foram, sem dúvida, as maiores vitórias do movimento (LOPREATO, 2000). No Rio de Janeiro, em 18 de novembro de 1918, houve um movimento que ficou conhecido como a Insurreição Anarquista, onde trabalhadores de várias fábricas espalhadas pela cidade paralisaram suas atividades. Novamente, a repressão atingiu os anarquistas em uma tentativa de desarticular o movimento (ADDOR, 1986).

---

60- *Guerra Sociale*, 23 de junho de 1917, “Movimento Revolucionário Internacional”.

## O Fim da Rede Transatlântica Italiana

Apesar de alguns avanços da classe operária, tais eventos despertaram no governo republicano, especialmente a partir de 1919, a necessidade do controle das entidades de classe, especialmente na sistematização da repressão contra os considerados subversivos. Entre outras medidas, destaca a maior restrição à entrada de estrangeiros “nocivos à ordem pública” e a expulsão sumária de imigrantes residentes no Brasil sob suspeita de envolvimento em ações “subversivas”, prática mantida durante os primeiros anos de vida da República. Por outro lado, deve-se mencionar que vários trabalhadores estrangeiros foram expulsos ou deportados sem o devido processo legal ou, em total contradição com a lei, como foi o caso de muitos anarquistas italianos como Gigi Damiani, em 1919. Muitos simplesmente desapareceram de circulação, ficando detidos e incomunicáveis nos porões da polícia, esperando que o primeiro navio partisse para fora do país (MENEZES, 1996).

O início da década de 1920 também foi marcado pelo constante estabelecimento do Estado de sítio pelo chefe do Executivo Federal (o período mais longo durou de junho de 1924 a dezembro de 1926). Estas disposições tornaram-se comuns, especialmente a partir de 1922, com a posse do Presidente Arthur Bernardes. Além dessas determinações, a criação da 4ª Delegacia Auxiliar durante o governo Bernardes simbolizou o auge da ação estatal repressiva (ROMANI, 2011: 161-178). Com a criação dessa delegacia, a prática política de infiltração de policiais dentro dos sindicatos e associações de trabalhadores aumentou continuamente com o objetivo de controlar os trabalhadores organizados. Se não bastasse isso, outra medida usada pelo governo foi a deportação de indesejáveis para a colônia agrícola em Clevelândia (SAMIS, 2002: 171), no estado do Amapá, uma região localizada no extremo norte do Brasil, longe dos olhos das duas maiores capitais (Rio de Janeiro e São Paulo).

A emergência desse período de maior repressão no Brasil, que foi caracterizado principalmente pelo tratamento ao estrangeiro envolvido em ações subversivas e pela criminalização da prática do anarquismo,<sup>61</sup> deve ser considerada como o fator que motivou a ruptura da rede transnacional de comunicação entre os anarquistas italianos em

---

61- A prática do anarquismo no Brasil foi legalmente criminalizada em 1921 com a lei n. 4.269.

São Paulo e militantes instalados na Itália e em outros lugares do mundo. É claro que a ascensão do fascismo na Itália após 1922 também precisa ser considerada como um forte determinante para essa ruptura. Após a greve de 1917, por ser considerado o líder do movimento, Gigi Damiani acabou sendo expulso e retornou à Itália em 1919, mas, sete anos depois, precisou novamente se exilar no exterior.<sup>62</sup> A expulsão de Ristori viria mais tarde, em junho de 1936, durante o governo autoritário de Getúlio Vargas, que o enviou para os braços do regime fascista.<sup>63</sup> Angelo Bandoni, aos 51 anos, tentou esboçar uma reação e editar novos jornais em 1919/1921 (*Germinale!* e *Alba Rossa*), mas não obteve muito sucesso. Ele permaneceu no Brasil até a sua morte em 1947. Alessandro Cerchiai permaneceu no país e publicou alguns trabalhos como *Quaderni della Libertà* com Nino Daniele no início dos anos 1930 até o seu falecimento em outubro de 1936. O maior grupo de anarquistas italianos, fundamental para desencadear o anarquismo no território brasileiro, e que ajudou a unificar os primeiros sindicatos de trabalhadores com a FOSP, a Federação dos Trabalhadores de São Paulo, foi definitivamente rompido.

### Considerações Finais

*Anarquia. Uma vez, ao juiz que lhe pedia que definisse em poucas palavras seu ideal político, um anarquista respondeu-lhe com espírito bíblico que para ele a anarquia era a arca de Noé sem Noé. Mas outro anarquista imediatamente protestou que aquilo era reformismo e que, quando muito, a anarquia era o dilúvio universal e sem a arca. Nesse choque de chistes, defrontam-se as duas almas do anarquismo, aquela otimista e racional, e aquela romântica e niilista, le siècle des lumières e Sturm und Drung.*<sup>64</sup>

---

62- Depois de sua expulsão, Damiani escreveu um panfleto chamado: “I paesi nei quali non si deve emigrare: la questione sociale nel Brasile” (Os países em que não devemos emigrar: a questão social no Brasil).

63- ANRJ, Fundo Tribunal de Segurança Nacional, TSN, MJNI, Ministério da Justiça e dos Negócios Internos, (1933-39), box 292.

64- MASINI, 2010: 47, “Anarchia: Una volta al giudice che gli chiedeva di definire in poche parole il suo ideale politico, un anarchico rispose con spirito biblico che per lui l'anarchia era l'arca di Noè senza Noè. Ma un altro anarchico subito protestò che quello era riformismo e che semmai l'anarchia era il diluvio universale e senza l'arca., In questo scontro di battute si fronteggiano le due anime dell'anarchismo, quella ottimista e razionale e quella romantica e nihilista, le siècle des lumières e lo Sturm und Drung”.

Com essa anedota, Masini, o maior historiador do anarquismo italiano, começa a sua definição de anarquia por meio de uma referência provocativa, é claro, à Bíblia. Mas, além dessa definição tensionada e talvez esquizofrênica, o que Masini pretendeu fazer, apontando para a oposição dentro do próprio movimento, era reafirmar essa característica como sua maior força. Desde Bakunin, que alternou continuamente a paixão nas barricadas e a insurreição popular com a organização da massa operária, exemplo seguido por seu principal discípulo italiano, Malatesta, ambos e muitos entendimentos diferentes entre esses dois polos extremos foram na história os caminhos escolhidos pela anarquia, e que resistiram até hoje. Assim, dividir o anarquismo em duas formas rígidas, insurrecionalista ou movimento de massa, não só é um erro, já que houve e ainda há grande interconexão entre essas duas categorias, mas é, exclusivamente, uma defesa ideológica da posição política dos autores que a fazem.

O que tentamos mostrar nestas poucas páginas é que a importante conexão libertária transatlântica italiana entre o Cone sul-americano, a Itália, a França e outros países não se adéqua a essa divisão classificatória. Corresponde, de fato, à produção de ações complementares promovidas por ativistas que se moviam por diferentes posições dentro do anarquismo, em defesa de uma maior liberdade individual no interior das organizações sindicais. No lugar de uma posição ideal no movimento, a maioria das relações baseava-se em identidades regionais. Se observamos as regiões e províncias onde grande parte dos ativistas eram provenientes, podemos identificar a Toscana como a principal localidade, seguida da Emília, Ligúria e Lazio, e das cidades situadas ao longo da costa Tirrênic. Regiões na Itália onde as federações anarquistas eram fortes desde a última década do século XIX.

No entanto, se no início de 1900 a maioria das relações ainda estava estabelecida dentro das comunidades italianas no exterior, podemos observar uma mudança significativa durante a década de 1910. Se por um lado o início da Grande Guerra aumentou o internacionalismo dentro do movimento anarquista, por outro, a relação com a comunidade nacional de militantes no Brasil foi fortalecida, passando a apoiar mais diretamente as lutas operárias.

Com este breve resumo sobre a rede anarquista italiana no Brasil, esperamos ter introduzido sua característica transnacional, naturalmente influenciada pelas identidades regionais dos ativistas, mas, principalmente, discordando de qualquer tipo de rigidez ou

estreita divisão dentro do movimento. Em nossa opinião, foi a fluidez dos ativistas que lhes permitiu construir um movimento forte e persistente.

## Referências

### Periódicos utilizados

*Germinal*, São Paulo.

*Guerra Sociale*, São Paulo.

*La Battaglia*, São Paulo.

### Documentos utilizados

Archivio Centrale dello Stato, ACS, Casellario Politico Centrale, CPC. b. 4342, fasc. Ristori, Oreste. Correspondência de 1º de junho de 1904, de Petrópolis. Legazione d'Italia alla Direzione Generale della PS a Roma. Protocolo 12618.

Archivio Centrale dello Stato, ACS, Casellario Politico Centrale, CPC. Bandoni, Angelo, b. 305, f. 75150.

Archivio Centrale dello Stato, ACS, Casellario Politico Centrale, CPC. Ristori, Oreste, b. 4342. Nota do Ministro do Interior, de Buenos Aires, janeiro 27, 1903. Direzione Generale della P. S. della Prefettura di Roma

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, ANRJ, IJJ 7 179 (SPE-101).

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, ANRJ, Fundo Tribunal de Segurança Nacional, TSN, MJNI, Ministério da Justiça e dos Negócios Internos, (1933-39), box 292.

## Bibliografia

ACRI, Martín Alberto; CÁCEREZ, María del Carmen Cáceres (2011), La educación libertaria en la Argentina y en México (1861-1945). Buenos Aires: Libros de Anarres.

ADDOR, Carlos (1986), A insurreição anarquista no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Dois pontos.

ANTONIOLI, Maurizio et al. (2004), Dizionario biografico degli anarchici italiani tomo 2. Pisa: BFS ed.

\_\_\_\_\_; MASINI, Pier Carlo (1999), Il sol dell'avvenire. L'anarchismo in Italia dalle origini alla prima guerra mondiale (1871-1918). Pisa: BFS ed.

BATALHA, Claudio H. M. (2004), Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República, in BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da Silva e FORTES, Alexandre Fortes (eds.); Culturas de Classe. Campinas: Ed. Unicamp.

- BAYER, Osvaldo (2003), La influencia de la inmigración italiana en el movimiento anarquista argentino, In: Los anarquistas expropiadores y otros ensayos. Buenos Aires: Editorial Planeta.
- BENEVIDES, Bruno Corrêa de Sá e (2018<sup>a</sup>), A educação libertária como “nova tendência revolucionária”: as experiências pedagógicas de Angelo Bandoni, Revista Latino-Americana de História, vol. 7, n. 19, jan./jul.
- \_\_\_\_\_ (2018b), O Anarquismo sem adjetivos: a trajetória libertária de Angelo Bandoni entre propaganda e educação, Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- BIONDI, Luigi (1994), La stampa anarchica in Brasile, tesi di laurea, Università La Sapienza, Rome.
- \_\_\_\_\_ (1998), Anarquistas italianos em São Paulo. O grupo do jornal anarquista *La Battaglia* e a sua visão da sociedade brasileira: o embate entre imaginários libertários e etnocêntricos, Cadernos AEL, Campinas, n. 8/9, p. 117-49. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/viewFile/2472/1882>.
- \_\_\_\_\_ (2012), Mãos unidas, corações divididos. As sociedades italianas de socorro mútuo em São Paulo na Primeira República: sua formação, suas lutas, suas festas, Tempo, Niterói, n 33, p. 75-104, doi <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042012000200004>.
- CASTRO, Manoel de (1959), Ofício de viver. Montevideo: Banda Oriental.
- CORRÊA, Felipe (2011), Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário: uma resenha crítica do livro de Edilene Toledo, a partir das visões de Michael Schmidt, Lucien van der Walt e Alexandre Samis In CORRÊA, Felipe (ed.); Ideologia e Estratégia: anarquismo, movimentos sociais e poder popular. São Paulo: Faísca.
- GALEANO Diego, ALBORNOZ Martin, “Anarquistas y policías en el atlántico sudamericano: una red transnacional, 1890-1910”, Boletín del Ravignani”, Buenos Aires, no. 47 (2017):101-34. <http://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/ravignani/article/download/11080/9900>
- FAUSTO, Boris (1976), Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920. São Paulo: Difel.
- FELICI, Isabelle (1994), Gli anarchici italiani di San Paolo e il problema dell'organizzazione operaia (1898-1917), In eds. BLENGINO, Vanni; FRANZINA, Emilio e PEPE, Adolfo (eds.); La Riscoperta delle Americhe. Milan: Teti ed.

- \_\_\_\_\_ (1994), *Les Italiens dans le mouvement anarchiste au Brésil 1890-1920* Tese (Doutorado), Université de la Sorbonne Nouvelle, Paris.
- \_\_\_\_\_ (2001), *La Cecilia. Histoire d'une communauté anarchiste et de son fondateur Giovanni Rossi*. Lyon: Atelier de création libertaire.
- GIORDANO, Adriano Paolo (1999), *L'editore errante dell'anarchia. Appunti per una biografia di Fortunato Serantoni*, *Rivista Storica dell'Anarchismo*, Pisa, 6 n.2, p. 41-70.
- GIULIETTI, Fabrizio (2012), *Storia degli anarchici italiani in età giolittiana*. Milano: Franco Angeli.
- HALL, Michael M. (1975), *Immigration and the early São Paulo Working-class*, *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*, n, 12, p. 393-407.
- HART, John M. (1987), *Anarchism & the Mexican Working Class, 1860-1931*. Austin: University of Texas Press.
- HATTON, Timothy J.; WILLIAMSON, Jeffrey G. (1998), *The Age of Mass Migration: Causes and Economic Impact*. Oxford: Oxford University Press.
- LEVY, Carl (1989), *Italian anarchism, 1870-1926*, In GOODWAY, David (ed.); *For Anarchism. History, Theory and Practice*. London, Routledge.
- \_\_\_\_\_ (1999), *Gramsci and the Anarchists*. New York: Berg.
- LOPREATO, Christina (2000), *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume.
- MACLACHLAN, Colin (1991), *Anarchism and the Mexican Revolution: The Political Trials of Ricardo Flores Magon in the United States*. Oakland, CA: University of California Press.
- MAGNANI, Silvia Lang (1982), *O movimento anarquista em São Paulo (1906-1917)*. São Paulo: Brasiliense.
- MALATESTA, Errico (2017), *Complete works of Malatesta* In TURCATO, Davide (ed.); *A Long and Patient Work: The Anarchist Socialism of L'Agitazione, 1897-98*. Chico CA: AK Press.
- MARABINI, Tomaso; SACCHETTI, Giorgio e ZANI, Roberto (2008), *Attilio Sassi, detto bestione. Autobiografia di un sindacalista libertário*. Milano: Zero in Condotta.
- MARAM, Sheldon Leslie (1979), *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.



- MARINI, Gualtiero (2017), *Revolução, anarquia e comunismo: às origens do socialismo internacionalista italiano (1871-1876)*. Tese (Pós-doutorado) PhD thesis, Universidade de Campinas, São Paulo.
- MASINI, Pier Carlo (1974), *Storia degli anarchici italiani: da Bakunin a Malatesta (1862-1892)*. Milan: Rizzoli.
- \_\_\_\_\_ (2010), *Anarchia*, in *Le parole del Novecento*. Pisa: BFS ed.
- \_\_\_\_\_ (2014), *Cafiero*. Pisa: BFS ed.
- MENEZES, Lená M. de (1996), *Os Indesejáveis – desclassificados da modernidade. Protesto crime e expulsão na capital federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- OVED, Iacoov (1997), *The Uniqueness of Anarchism in Argentina*, E.I.A.L. v. 8 n. 1. Disponível em: <http://www7.tau.ac.il/ojs/index.php/eial/article/view/1126/1156>.
- PERNICONE, Nunzio (1993), *Italian Anarchism, 1864-1892*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- RICHARDS, Vernon (2015), *Life and ideas: The Anarchist writings of Errico Malatesta*, trans. Oakland CA: PM Press.
- ROMANI, Carlo (2011), *Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e as práticas de controle político e social*, *Topoi*, Rio de Janeiro, 12, n. 23, p. 161-178, doi: /10.1590/2237-101X012023009.
- \_\_\_\_\_ (2014), *Le scuole libertarie in Brasile e Argentina nel primo Novecento: l'influenza degli emigrati italiani e iberici*, *Officina della Storia*, n. 14. Disponível em: [http://www.officinadellastoria.info/magazine/index.php?option=com\\_content&view=article&id=398:le-scuole-libertarie-in-brasile-e-argentina-nel-primo-novecento-linfluenza-degli-emigrati-italiani-e-iberici&catid=28&Itemid=63](http://www.officinadellastoria.info/magazine/index.php?option=com_content&view=article&id=398:le-scuole-libertarie-in-brasile-e-argentina-nel-primo-novecento-linfluenza-degli-emigrati-italiani-e-iberici&catid=28&Itemid=63).
- \_\_\_\_\_ (2015), *Oreste Ristori. Vita avventurosa di un anarchico tra Toscana e Sudamerica*. Pisa: BFS ed.
- SAMIS, Alexandre (2002), *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo: Imaginário.
- \_\_\_\_\_ (2004), *Pavilhão negro sobre pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil*, In COLOMBO, Eduardo, et al. (eds.); *História do movimento operário revolucionário*. São Paulo: Imaginário.
- SCHMIDT, Michael; VAN DER WALT, Lucien (2009), *Black Flame: The Revolutionary Class Politics of Anarchism and Syndicalism*. Chico: CA AK Press.

- SURIANO, Juan (2001), *Anarquistas: Cultura y política libertaria en Buenos Aires (1890-1910)*. Buenos Aires: Ediciones Manantial.
- THOMPSON, Edward P. (1987), *A Formação da classe operária inglesa*. 3 volumes. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_ (1980), *Miséria da Teoria: ou um planetário de erros*. São Paulo: Brasiliense.
- TILLY, Louise (1972), *I fatti di maggio: the working class of Milan and the rebellion of 1898*, In BEZUCHA, Robert J. (ed.), *Modern European Social History*. Lexington, Mass.: D.C. Heath.
- TOLEDO, Edilene (2004), *Travessias revolucionárias. Ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália 1890-1945*. Campinas: Ed. Unicamp.
- \_\_\_\_\_; BIONDI, Luigi (2010), *Constructing Syndicalism and Anarchism Globally: The Transnational Making of the Syndicalist Movement in São Paulo*, In HIRSC, Steven; VAN DER WALT, Lucien (eds.); *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940: The Praxis of National Liberation, Internationalism, and Social Revolution*. Leiden, Netherlands: Brill, 2010.
- TRENTO, Angelo (1984), *La dove é la raccolta del caffè: L'emigrazione italiana in Brasile, 1875-1940*. Padova: Antenore.
- \_\_\_\_\_ (2001), *Wherever We Work, that Land Is Ours: The Italian Anarchist Press and Working-Class solidarity in São Paulo* In: GABACCIA, Donna R.; OTTANELLI, Fraser M. (eds.); *Italian Workers of the World: Labor Migration and the Formation of Multiethnic States*. Chicago: University of Illinois Press.
- TURCATO, Davide (2007), *Italian Anarchism as a transnational movement 1885-1915*, IRSH n. 52, p. 407–44.
- CANALES URRIOLOA, Jorge (2016), *Le valigie dell'anarchia: Percorsi e attivismo degli anarchici emiliani e romagnoli in Argentina e Brasile nella avolta di fine Ottocento*, Tese (doctorate), Università di Bologna, Bologna.
- ZARAGOZA RIVERA, Gonzalo (1996), *Anarquismo argentino (1876-1902)*. Madrid: Ed. de la Torre.
- ZUBILLAGA, Carlos (1996), *Pan y trabajo*. Montevideo: Librería de la Facultad de Humanidades.

## ÉTICA E HISTÓRIA NOS ESCRITOS DE MARIA LACERDA DE MOURA

*Daniel Santos da Silva*

Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP); Mestrado em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).

*Poderíamos ir mais longe: a que chamam inferioridade? A' diferença?!*

Maria L. de Moura

É *quase* inevitável que um texto remeta, de alguma forma, ao mundo vivo que o circunda, que o define e que medirá o quanto teoria e prática podem se envolver; a multiplicidade de caracteres de nossa história, infelizmente, é constantemente ofuscada, ainda, pela imposição de memórias de “grandes” feitos pontuais. Na literatura política brasileira, sem querer impor alguma métrica específica, a obra de Maria Lacerda de Moura (1887-1945) é dos mais transparentes sintomas de conturbações e desejos que logravam entrever o novo - mesmo que soasse absurdo - e destrinchar o seu presente com a argúcia de quem tem a história como centro de exercícios para confrontar as hegemonias de ideias e imagens então padronizadas.

Poucas tintas deram tanta cor a desamparos invisibilizados por camadas de mentira e sede de domínio dos homens seus contemporâneos; suas performances escritas, faladas e seus devires afetivos e intelectuais sintonizavam-se à árdua busca das mulheres por liberdade; por outro lado, recusando a fantasia de vítima, a escritora perspectiva a autocompreensão das “mulheres” em necessária refundação, reinvenção, tomada de responsabilidade. Com suas palavras, estirava a quem ouvisse as linhas inauditas de fuga e estratégias de emancipação radicais que denunciavam *também* o conformismo feminino - sugando do fato, na medida do possível, suas causas reais. Seus processos têm sido reativados hoje, já que sua obra e vida têm devidamente, aos poucos, nutrido estudiosas e estudiosos em diversos meios.

Os movimentos de Maria Lacerda de Moura seguiam-se rapidamente - de seu livro publicado em 1918, *Em torno da educação*, já se veem ressalvas na obra seguinte, um ano após, chamada *Renovação*. Se os dias então corriam depressa, não é qualquer olhar

que captaria sutilezas de seus trajetos em consonância com a experiência própria, a qual desde cedo fora engajada com a prática e a reflexão da educação. Na sequência, a princípio, do espanhol Ferrer, suas ideias ao redor do educar impunham-se a todos os âmbitos de vida e reflexão e mostravam o incômodo com a facilidade de tudo compartimentar em utilidades isoladas. Maria Lacerda tinha um alvo claro e reconhecia.

Leio, partindo daí, o uso da história por Maria Lacerda como um confronto com o tempo acumulado em mentira, em dominação - de transmutação em rotina de violências às quais nos tornamos insensíveis. Vejo assim sua luta pela criação de uma cadeira sobre História da Mulher, com sua consciência de que "o homem não está em condições de pensar a educação feminina",<sup>65</sup> com sua convicção de que a potência que poderá gerar o novo tem de ser fenomenal, capaz de fazer frente aos preconceitos mais sanguíneos de nossas vidas. É uma abordagem geral, sem dúvida - Maria Lacerda tampouco brincou com a sorte produzindo uma teoria da história; é um entrelaçamento específico que me chamou a atenção, e por duas razões: primeiramente, pela maleabilidade "proposital" dos termos envolvidos, e, enfim, pela coerência constantemente incrementada que tal maleabilidade engendrou.

À minha atenção, certos traços se destacaram quando percebi que o uso da história por Maria Lacerda é minuciosamente articulado pela tensão ética entre desespero e convicção, liberdade e responsabilidade, saber e dominação; não há identidade entre essa tensão e algum conceito filosófico universal que empurra a autora a aplicá-lo a acontecimentos particulares da história - pelo contrário, a maleabilidade das ideias históricas e éticas de seus escritos se apegam à possibilidade de notar a crueza do real, talvez até desesperar dele, alimentando com a outra mão o *desejo* do novo, da revolução, do porvir, da concreção da "moral do futuro" (Moura, 1982: 72).

---

<sup>65</sup> Sobre a "missão complexa da mulher", cf. *A mulher é uma degenerada?*, ps. 80, 86 e 89, em que afirma: "só as mulheres conscientes entendem que a liberdade não se pede, se conquista..."; sobre a disciplina de História da Mulher desejada por Maria Lacerda, vários comentários foram feitos - indico "Movimento feminista e educação: cartas de Maria Lacerda de Moura a Berta Lutz" (p.213), de Ângela Maria Souza Martins e Náilda Marinho Costa; também a dissertação de Jussara Valéria de Miranda - pela qual temos acesso a muitos textos de Maria Lacerda, fora a ótima interpretação -, "*Recuso-me*!" *Ditos e escritos de Maria Lacerda de Moura*, p. 13. Sobre a acumulação da mentira, Maria Lacerda escreve em *Ferrer e o clero romano*, p.13: "A primeira providência de Ferrer foi preservar o cérebro infantil e adolescente da sugestão e da rotina, determinadas pela influência ancestral, impressa no ativismo e na ignorância, ou na malícia, com que são feitos os livros escolares".

É o entrelaçamento entre ética e história, pois, um foco, sem ser guia de leitura. A escritora não enlaçou definitivamente as duas ideias, antes as construiu em um processo de décadas de experimentação e estudo. O que me resta é apenas refazer alguns pontos dessa malha - não traduzir Maria Lacerda para públicos contemporâneos (há quem o faça magistralmente), mas jogar, com ela, sob o signo justamente da experimentação e do estudo.

\*\*\*

O aguçamento perceptivo que levou Maria Lacerda a separar-se das que lutavam pelo sufrágio feminino, momento reavivado em vários escritos sobre a autora, é escoltado por uma rede de ideias visivelmente conectadas a literaturas e práticas anarquistas - proximidade amenizada pela dificuldade de enquadrar a escritora em qualquer demarcação ideária; de todo modo, antes dessa ruptura - cristalizada por seu distanciamento de Bertha Lutz – ícone do movimento sufragista brasileiro -, Maria Lacerda preconiza o corpo da mulher como centro de autoconhecimento feminino e de tomada de força, de responsabilidade sobre si e de amor a si e aos seres. Esse é um motivo, creio, que nos permite reconhecer sua pena nas diversas perspectivas que assume - pena que, aliás, parecia esconder seu "sexo" aos olhos pobres e preconceituosos da "reação masculina".<sup>66</sup>

---

<sup>66</sup> Cf. o artigo mencionado acima, "Movimento feminista e educação", p. 222, sobre a mulher consciente de si e do seu corpo; na página seguinte, reproduz-se a citação: "(...) quando escrevo meus panfletos e nas entrelinhas não vêm a minha alma essencialmente feminina a maneira de sentir e de viver - batizam-se com todos os adjetivos capazes de mudar o meu sexo .... muita gente precisa me conhecer pessoalmente para se capacitar de que sou mulher, de que tenho a natureza delicada de meu sexo. Dois pesos e duas medidas. É a reação masculina procurando impedir a evolução feminina". Outra figura de destaque a defender o sufrágio feminino foi Leolinda Figueiredo Daltró (1858-1935), defensora da participação feminina na guerra; vale conferir o texto "Apontamentos sobre campos de guerra", de Norma Telles, na *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*. Sobre a anarquia, Margareth Rago situa Maria Lacerda – e nesse aspecto a aproxima da ítalo-uruguaia Luce Fabbrì – de modo especial, pois é grande responsável pela "renovação do anarquismo na América do Sul", em "Entre o anarquismo e o feminismo: Maria Lacerda de Moura e Luce Fabbrì", p.54; Rago esclarece um pouco a natureza da proximidade entre anarquismo e feminismo, proximidade essa que impregna Maria Lacerda e Luce Fabbrì, e escreve, p. 70: "Com todas as críticas que os opositores lançam aos anarquistas, não há como negar que o anarquismo foi a doutrina política e o movimento social que mais avançaram na formulação e na exigência do respeito à diferença e à liberdade individual, inclusive para as mulheres"; complementa, na página seguinte (depois de ampliar o leque de mulheres de destaque na luta feminista): "É interessante observar que nem sempre a dimensão anarquista ganha prioridade em relação ao feminismo no discurso dessas revolucionárias que, ao mesmo tempo, consideravam negativamente como 'feministas' as mulheres burguesas ou das camadas médias".

Acompanha essa constância temática da autoeducação da mulher a denúncia do aguilhão histórico da violência traduzida em inferioridade econômico-social (Moura, 1932: 75-77), fomentada por sua "deseducação" enviesada pelos homens e que a afasta da vida e da atividade reflexiva que a torna verdadeira, plena e com "clarividência moral". É ingênuo pensar que haja, aqui, prioridade do pensamento abstrato: ao contrário, e não por outra razão menciono os anarquismos, a educação do gênero humano exercita mãos e cérebros, é integral, concilia a oficina e o livro, o prazer dos despertares empíricos e o rigor das ciências.

Por muito tempo, sua inspiração na prática educacional foi Francisco Ferrer Guardia (1859-1909), que conscientemente rejeitava a redução de suas ideias a qualquer corrente; é constante, porém, que sua literatura e a Escola Moderna sejam tomadas pelos sinais próprios à "educação libertária", sempre apoiadas que eram nos pilares da *ciência*, da *liberdade* e da *solidariedade* – essa ancoragem também serve para desarticular valores venerados na sociedade e que são sintomas de seu cinismo, como proteção e caridade. Esse tríptico atizava a crítica em pelo menos dois sentidos: fundava a relação com a criança pela vivência aberta e crítica da pluralidade de ideias; e, do mais, quando concretizado na Escola Moderna, fundava a crítica à escola e seus usos correntes, conduzidos por ambições de capitalistas, sacerdotes, militares e afins. Paralelamente, esse duplo caminho de construção crítica exigia, não menos, a incorporação do saber libertário – não restrito à corrente libertária - na singularidade que educa, já que o topos vulgar de quem ensina é hierárquico e pode ser violento.

A experimentação racional de Ferrer despertou a ira das grandes reações, e, em 1909, sua vida foi aniquilada. Não importa para onde miremos, à época os contrafluxos às ideias revolucionárias cresciam à proporção da influência dessas ideias entre as classes operárias e camponesas. O *pacifismo* presente no educador espanhol e em Maria Lacerda a/os posicionava em um embate mais amplo em meios libertários, em que divisões ocorriam por discrepâncias a respeito da ação direta, da violência como propaganda e apelo à luta. O pacifismo de Maria Lacerda “contrastava” com certa realidade que se impunha, mas sua leitura, lúcida, via no indivíduo a centelha da mudança possível – na

---

Rago enfatiza o anarquismo de Maria Lacerda e pontua o encontro com José Oiticica, em outro texto, “Ética, anarquia e revolução em Maria Lacerda de Moura”, p. 264

nossa semelhança reside a peculiaridade de cada desenvolvimento, não como seres isolados, mas por que o que afeta apenas afeta individualmente.<sup>67</sup>

Assim, individualidade e pacifismo complementam-se, ou melhor, têm o mesmo núcleo conceitual e prático. Tanto que a questão, para ela, não era repisar o pensamento, como se isso fosse inculcar liberdade em quem escuta; a insistência de verbo e do pensamento masculinos aproxima-se demais de um repisamento, em que é intrínseca a força *sobre* – interessa mais intensamente a Maria Lacerda revolver a terra pobre dos preconceitos, despedaçá-los conceitual e vivazmente ao extremar a liberdade de pensamento e palavra na prática de abertura mental priorizada por sua ideia de educação, que foge à programação e organização de verdades.

Não é casual que em seu livro, *Fascismo: filho dileto da igreja e do capital* (publicado em 1935), a organização de verdades seja uma operação medular dos totalitarismos que conhece, e que as etapas da vida humana, a seu ver, seguissem em constante absorção, cada vez mais elaborada, de medo e superstição. Revolver a terra dos preconceitos equivale, pois, a mexer na história, destruí-la e reconstruí-la – simultaneamente -, praticando a revolução desde o ensino à vida ética, que é a vida bem utilizada também na compreensão de si própria.<sup>68</sup> A história, em sintonia, é um agir atrás das causas e, simultaneamente, o lapidar de nossa percepção total para o que o momento oferece de abertura – ao novo: sem compreender o alcance da força individual e sua natureza ético-política, facilmente se reproduzem os esquemas postos de dominação.

Em cima desse enlace filosófico – que busca as causas – entre ética e história, a velha tensão entre *o que é* e *o que deve ser* ganha sua dimensão própria nos escritos de Maria Lacerda. Os problemas mais localizados erguem-se sobre lógicas primárias mais

---

<sup>67</sup> Em *A mulher é uma degenerada*, p. 189, lemos: “Os homens são mais ou menos os mesmos. (...) E voltamos ao desenvolvimento individual, á necessidade de tocar no íntimo de cada criatura (*sic*)”. Na p. 142, lemos: “A nova civilização tem como característica a UNIÃO e o respeito à individualidade. Temos que trabalhar por essa união si queremos velar por nós mesmos (*sic*).” Em *Civilização - Tronco de escravos*, p. 63: “Ídolos novos dentro de nichos antiquíssimos. O homem é o mesmo troglodita sanguinario (*sic*)”. A maternidade consciente integra o individualismo lacerdiano.

<sup>68</sup> Nisso reside a força da coeducação como a pensa Maria Lacerda; cf. *A mulher é uma degenerada*, ps. 94 - 104 - nesta, escreve: “Finalmente, si a mulher nasceu para perpetuar a espécie, deve elevar-se á altura da beleza interior a que possa atingir. Deve instruir-se até poder conceber a finalidade da vida, realizando seu mundo interior, *conhecer-se* – *para aprender a amar*’. Socialmente falando é fator da civilização moral: deve caminhar e fazer caminhar a Humanidade em busca da Beleza e da Verdade, que o seu cérebro ainda lhe não deixou entrever”. Itálico dela.



duras, ou melhor estabelecidas, porém é o interesse momentâneo da obra quem dita as configurações que distribuem os problemas. Focar uma questão desloca diversas outras em conjunto, e pode ser repetitivo ler Maria Lacerda acerca – por exemplo – da proximidade entre Igreja e Estado fascista em muitos de seus escritos, em afirmações bem semelhantes. Poderíamos, por outro lado, perder as sutilezas dos movimentos efetuados por cada deslocar de ponto de vista: causas que aparentam ser expostas como suficientes para explicar tal fenômeno são, entretanto, perspectivas que o definem parcialmente e que perdem sentido se isoladas em um dos polos do eixo ser/dever-ser.

O que a ela permite iluminar alguma via de emancipação para as mulheres se abastece exatamente da compreensão da natureza artificiosa do que é o feminino – não se trata somente de desmanchar os biologismos e cientificismos berrantes em seu tempo, o que fez com frequência, Maria Lacerda igualmente retira da suspensão cética quem acredita ser impossível desfazer tão antigo e profundo enraizamento da mulher na servidão. Isso pode gerar – e gera – ambiguidades a respeito do conceito de educação, tanto mais se nos detemos aí, na existência de um conceito estritamente teórico, a ser manuseado como guia de práticas e análises.

A complexidade do conceito de educação remonta a múltiplas críticas que, em geral, têm em comum uma lógica “radicalmente contrária à dogmatização e à organização das ideias através de programas autoritários” (Lima, 2016:14). Maria Lacerda recorrentemente menciona experiências educacionais modernas em uso na Europa e nos Estados Unidos, mas sabe que poucas levam à radicalidade a proposta de cultivar sem distorções atroz a singularidade dos seres; em certa medida, a experiência da Escola Moderna foi, com seus limites, insuperável nesse sentido. Consoante aos trágicos horizontes da educação burguesa e aos limites intrínsecos das experiências existentes, a formulação contínua da ideia de educação é par das propostas que aquiescem em não invadir o que há de *singular* nos seres humanos, nos indivíduos – de modo ativo: não se trata de deixar ao indivíduo o que seria só dele (um aceite de premissas liberais), sim de, positivamente, *engendrar* espaços de conhecimento e ação individuais pela determinação mesma da tarefa da educação.

A formação da ideia de educação – que anima a afirmá-la como meio de libertação –, conseqüentemente, opera em momentos diversificados conforme perspectivas imanentes às multiplicidades cognitivas, é busca interseccional de causas, e se mantém

coesa ao penetrar em todas as esferas portando a consciência de que são as individualidades que geram as energias que podem ser bem usadas coletivamente e de que, como está dada, a constituição dos caracteres individuais é marcada pela violência homogeneizante de instituições e poderes históricos que submetem as complexidades das relações a estruturas normativas tendenciosas e hierárquicas.

\*\*\*

Com coerência, constituir novas educações *passa por* remodelar conhecimentos, ou, em todo caso, lutar pela eliminação das forças que nos entram. Maria Lacerda adianta um ponto fundamental a epistemologias feministas nossas contemporâneas, que subvertem os princípios de conhecimento e prática da capa de entendimento patriarcal, provocando a tomada em mãos da narrativa histórica – nas ciências, por exemplo, não se quer negar a realidade de certos fenômenos, mas a idealidade que conforma as pesquisas a concepções parciais de realidade. Muitas vezes, Maria Lacerda não queria negar a relevância de certas descobertas científicas, questionava e/ou negava o *porquê* chegou-se à descoberta, de quem ela efetivamente avança a vida.<sup>69</sup>

Essa discussão é o cerne do livro *Civilização - tronco de escravos* (1931), mas é inseparável de todas as preocupações da autora. Na página 9, escreve: "a civilização sufoca o instinto animal de defesa"; essa afirmação não significa somente que a alvorada civilizatória se deu pelo silenciamento de impulsos inerentes à nossa luta ancestral pela sobrevivência – significa que a ideia de civilização é construída com a morte intencional e a escravização de muitos corpos e muitas mentes que *aprendem* a desejar a morte e a escravidão, sob o nome de patriotismo, de religião, de educação e outras formas. Nessas

---

<sup>69</sup> Em texto intitulado "A sciencia a serviço da degenerescencia humana", no jornal *O combate* (e citado em Miranda, 2006, p. 48), Maria Lacerda escreve: "Descobertas, investigações, os methodos scientificos attestam o esforço genial da élite para uma evolução mais alta. O resultado não se faz esperar: o capitalismo industrializado apodera-se do esforço científico, ainda em embryão, de maneira a canalisar todas as energias humanas, em uma direção única – a lucta de competições, a concorencia economica, o assalto ás posições já occupadas, o nacionalismo, e, consequentemente, as guerras."; Margareth Rago, 2007, p. 270, cita Maria Lacerda: "A ciência costuma afirmar que a mulher é uma doente periódica, que a mulher é útero. Afirma que o amor para o homem, é apenas um acidente na vida e que o amor, para a mulher, é toda a razão de ser da sua vida, e ela põe nessa dor o melhor de todas as suas energias e esgota o cálice de todas as suas amarguras, pois que o amor é a consequência lógica, inevitável de sua fisiologia uterina. Há engano no exagero de tais afirmações. Ambos nasceram pelo amor e para o amor".

batalhas, as mulheres são triplamente constrangidas; todo o controle e a formação premeditada que o capitalismo impõe a corpos e mentes não atua simetricamente em relação aos “sexos”, pois no caso feminino a estruturação dos poderes incide sobre sua capacidade produtiva e, também diretamente, reprodutiva. A dinâmica ímpar envolvida no controle do corpo feminino é capaz de transformar a vivência bela e natural da maternidade em uma prisão e um contrato de união em submissão legitimada.<sup>70</sup>

Essas agressões especialmente forjadas para as mulheres já vinham sendo denunciadas há tempo. No Brasil, mas não apenas, isso ainda não trazia consigo todo o trabalho de reperspectivação histórica da luta das mulheres – um projeto como este respira sozinho apenas nos anos 70, com a chamada Segunda Onda. Maria Lacerda, particularmente, conviveu e trocou cartas com nomes que tocaram na ferida da dominação masculina em seu tempo (Bertha Lutz, Raquel de Queiroz, Ana Castro Osório...), e antecipava-se criticamente às teorias científicas e morais que veiculavam a debilidade inata ao *feminino*, e o fazia decompondo as ideias reacionárias ditas científicas e mostrando os elementos morais e doutrinários indissolúveis que eram camuflados por trás da “objetividade” (“nosso programa se baseia na ciência e na ética, na filosofia e no amor”; Moura, 1982:183).

Dentre as mulheres com quem se correspondeu, Raquel de Queiroz, mesmo com dificuldades de compreender o que queria positivamente Maria Lacerda, soube que "sua reflexão é fundamentalmente orientada por uma noção de natureza";<sup>71</sup> uma intuição que muito diz da sensibilidade da jovem escritora cearense e também retrata o continuado exercício lacerdiano de instigar o autoconhecimento – trilha em que a individualidade se concretiza em ações práticas de solidariedade – e enfatizar a congruência dessa mirada de si com a experiência da natureza e da sociedade, enfim, da ciência e da história – que,

---

<sup>70</sup> *A mulher é uma Degenerada*, p. 164: "a mulher é 3 vezes escrava: pela subserviência, pela domesticidade, ao homem mais autoritário e superior"; cf, também a dissertação de Jussara, mencionada na nota acima e Pacheco, 2010. Sobre o casamento, Maria Lacerda escreve em *Religião do amor e da beleza*, p.184: “Esse ‘contrato’ é a partilha do leão: o homem é forte, instrui-se, vai até onde sua capacidade o leva, e a mulher é ‘do lar’, não cursa estudos superiores, obedece, serve, abdica do direito de pensar para ‘ser do lar’, para defender a instituição da família (...)”.

<sup>71</sup> Natália de Santana Guerellus, “Feminismo e anarquismo nos anos 1920: uma diálogo entre Raquel de Queiroz e Maria Lacerda de Moura”, 2013, p.6; na p. 9, cita Raquel de Queiroz: "apenas compreendi o que ela não quer."

enquanto disciplinas, não podem ser modificadas senão em conjunto com as mudanças do que está arraigado em nós sobre nossa própria natureza.

Não há, portanto, um itinerário revolucionário traduzido pela obra de Maria Lacerda, mas quer-se reconhecer os instrumentos sem os quais todo trabalho será inútil e até traiçoeiro. O vetor individual aponta a mútua implicação entre autoconhecimento e comunicação, entre natureza e civilidade. Discernir o que significam essas implicações em atos como gerar, educar, comunicar, aprender, escrever, amar, e tantos outros, serve a treinar o olhar em direção às demais individualidades – a meu ver, esses laços que prendem a atenção, em sua obra, expressam a preocupação em ressaltar a complexidade alheia, fácil e erroneamente simplificada naquilo que *aparenta*, no que *interessa* aparentar. Pela moralidade assimétrica, os atos não são julgados, mas quem o faz – para as mulheres, observa-se, é visto como inato o que nos homens é tranquilamente camuflado, em que se transforma vício em virtude.

Assim é com o egoísmo masculino, cujas dimensões catastróficas quase que preenchem as páginas da historiografia androcêntrica ocidental (Moura, 1932: 112); a maternidade, por esse prisma, deve ser a antítese dessa vital qualidade masculina, arma de sobrevivência, mas vetada às mulheres, as quais devem ser devotadas exclusivamente à benevolência e à caridade – por que não, à renegação quase que completa de si? Não é universal e natural que todas e todos nos esforcemos motivados pelo autointeresse?<sup>72</sup> Benevolência e caridade são, perspectivadas pela história que vê profundamente, as marcas de ferro quente da mulher mortificada pelos hábitos burgueses, cujo maior valor, nem sempre latente, é a hipocrisia.

“Como nos sentimos humilhadas diante dessas transmutações de valores éticos” (Moura, 1931: 63), porque há um cotidiano tão ensopado de violência que é interpretado como natural – não apenas pelo senso comum, mas pelas ciências e outras produções ideárias quando a serviço da ganância. Entre elas, a história, dos primeiros campos a

---

<sup>72</sup> O livro de Edgar Rodrigues, *Mulheres e anarquia*, reproduz texto de Maria Lacerda, em que toca na prisão da operária Geny Gleiser pela polícia paulista, endereçado às mães, e ela escreve (ps. 21-22): “O mundo está às vésperas de notáveis transformações de valores. Não apelamos nem mesmo para a emotividade proverbial ou para a generosidade tão decantada, em prosa e verso, da mulher brasileira, mas apelamos para vosso *egoísmo de mães*: se quereis a liberdade de vossos filhos, defendei a liberdade dos filhos das outras mães. Se quereis a felicidade do vosso lar, lembrai também dos lares desgraçados, onde a dor se alojou na tortura de um pai que viu suicidar-se a mulher, vencida pela miséria, e vê, hoje, a filha martirizada pelo crime inominável de buscar, por toda a parte, a solução para o problema da solidariedade humana de fraternidade universal”.

serem tomados de assalto por quem objeta conscientemente essa ordem maliciosamente tida por natural. Mas também os espaços se modificam quando o olhar atenta a tais aspectos, e nesse sentido a luta cotidiana se enxerga como necessariamente internacionalista – como em um princípio de plenitude, não pode haver recantos esquecidos pela revolução. "*somos internacionalistas porque o coração feminino deve estar em toda parte*" (Moura, 1982:190).

Assim ampliada, a luta rompe a película estetizante que encobre as fraquezas masculinas e os conformismos femininos – mais ainda, denuncia o embelezamento proposital das mazelas sociais, frequentemente encapotadas de fatalismo (Moura, 1982:157), a ponto de quem sofre agradecer pela dor, desculpar-se por sua presença “incômoda”, não esquentar o sangue e continuar na vida como quem espera a morte (Cf. Rago, 2012:66). Essa situação de acobertamento do vigor e da energia que todo indivíduo tem é armada por diversas estruturas de dominação física e afetiva, Maria Lacerda o sabe, e quer mostrar em que recantos está a real alegria de viver, e para isso descaracteriza a falseada harmonia que justifica o dominismo. Nessa linha, escreve em *Han Ryner e o amor plural*: “Homens e mulheres encontrarão nas leis biológicas e nas necessidades afetivas e espirituais, o seu caminho, a sua verdade e a sua vida. A solução só poder ser individual. Cada qual ama como pode...”.

Maria Lacerda compreendeu a mazela generalizada do sistema sócio-político do capitalismo e, como lembra Margareth Rago, sua percepção alcança complexidades da vida humana que pouco eram relevadas na época – já que não assumia em seu horizonte nenhuma organização partidária como meio de liberação, já que sua ideia de revolução não se servia de formatar nossas capacidades afetivas, sua obra então sofre permanente ataque da esquerda organizada e oficiosa; os ritmos impostos de cima por tais organizações da luta e dos afetos são contraditórios com o tempo necessário para reatar nossa vida à natureza, instância inescapável à elaboração ética:

Qualquer que seja a classe social a que pertença o indivíduo, ele precisa aprender a amar a natureza, a respeitar os outros indivíduos, a só dizer a verdade, a reprimir paixões grosseiras, as más tendências, a cultivar os sentimentos nobres, a vislumbrar preceitos morais a serem observados numa sociedade futura, sempre melhor que a atual: não explorar o próximo, ser útil, solidário com os outros homens, ser uma fonte de amor, de heroísmo, de abnegação, de paciência em vez de respirar irritabilidade e mau-humor e ódio: fazer crescer dentro da alma

um nobre ideal de equidade em vez de constituir-se em fonte perene de egoísmo individual (Moura, 1925: 10).

“Sempre melhor que a atual” – Maria Lacerda recusa aliar-se idealmente à crença de que a história avança por si, de que a liberdade espera a humanidade ao fim de todo processo evolutivo do espírito humano e universal. São besteiras de quem é cego ao presente, sem dúvida; mas para quem descortina a potência individual e coletiva de revolucionar cotidianamente a sexualidade, a aprendizagem e o ensino, as relações pessoais e institucionais – para quem descortina tal potência seria exercer violência não comunicar a visão do futuro aos contemporâneos, a quem, enfim, há de concretizar efetivamente os ideais de solidariedade, liberdade e conhecimento.

O primor de estilo na escrita de Maria Lacerda já seduz, já nos desvia da normalidade conformada e da monotonia que reclama; a tentação de crer que nossa época é mais sadia e avançada que as anteriores me fez, a princípio, querer adaptar certas ideias da escritora a atuais reivindicações – o melhor de tudo foi verificar com ela que nada há de anacrônico em seus ditos e escritos, que seus movimentos na história já firmam um sentido ético que nada deve à investigação contemporânea mais profunda – e para assegurar isso, nem por um segundo preciso menosprezar o contemporâneo.

## **Bibliografia**

GUERELLUS, Natália de Santana. Feminismo e anarquismo nos anos 1920: um diálogo entre Rachel de Queiroz e Maria Lacerda de Moura. XXVII Simpósio Nacional de História – Anpuh (2013), pp. 1-13. Disponível em [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364485823\\_ARQUIVO\\_Artigo\\_Anpuh\\_Natalia\\_Guerellus.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364485823_ARQUIVO_Artigo_Anpuh_Natalia_Guerellus.pdf)

LEITE, Miriam L. Moreira. (1985), Maria Lacerda de Moura e o anarquismo. Em Coleção Remate de Males: ISSNe 2316-5758, Campinas, N.5, pp. 121-129.

LIMA, Nabylla Fiori de (2016). Maria Lacerda de Moura na Revista *Estudios* (1930-1936): anarquismo individualista e filosofia da natureza. Dissertação (Mestrado em Tecnologia), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba.

MARTINS, Ângela Maria Souza; COSTA, Nailda Marinho. (2016), Movimento feminista e educação: cartas de Maria Lacerda de Moura para Bertha Lutz (1920-1922). Em Revista Contemporânea de Educação: ISSN 1809-5747, Rio de Janeiro, Vol. 11, N. 21, pp. 211-229.

MIRANDA, Jussara Valéria de (2006). “Recuso-me!”. Ditos e escritos de Maria Lacerda de Moura. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

MOURA, Maria Lacerda de. (1982), A mulher é uma degenerada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (3ª. Edição).

\_\_\_\_\_. (1931), Civilização – tronco de escravos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

\_\_\_\_\_. (1934), *Ferrer, o Clero Romano e a Educação Laica*. São Paulo: Editora Paulista.

\_\_\_\_\_. (2018), *Fascismo: filho dileto da igreja e do capital*. São Paulo: Entremares.

\_\_\_\_\_. (1925), *Lições de pedagogia*. São Paulo: Ed. Paulista.

\_\_\_\_\_. (1926), *Religião do amor e da beleza*. São Paulo: Condor.

RAGO, Margareth. (2012), Entre o anarquismo e o feminismo: Maria Lacerda de Moura e Luce Fabbri. Em Revista Verve: ISSN 1676-9090, São Paulo: N.21, pp. 54-78.

\_\_\_\_\_. (2007), Ética, anarquia e revolução em Maria Lacerda de Souza. In REIS, Daniel Aarão e FERREIRA, Jorge (orgs); *As esquerdas no Brasil, Vol. 1: a formação das tradições, 1889-1945*; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 262-293.

PACHECO, Joice Oliveira (2010). O pensamento de Maria Lacerda de Moura sobre a emancipação feminina: contribuições e desafios para a educação contemporânea. Dissertação de Mestrado (Educação), Unisinos, São Leopoldo.



TELLES, Norma. (2016), Apontamentos sobre campos de guerra. Em Revista do Centro de Pesquisa e Formação: ISSN 2448-2773, São Paulo: N.3, pp. 45-56.

## POR UMA TEORIA DAS RUAS: UMA ANÁLISE DE UM MUNDO EM CHAMAS

*Guilherme Santana*

Doutorando em História Comparada no Programa de Pós-Graduação em História Comparada do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC-IH-UFRJ); membro-pesquisador do Observatório do Trabalho na América Latina (OTAL); Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE-UFRJ). Professor da rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro. Bolsista Capes.

*Juan Filipe L. Magalhães*

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Mestre em História pela mesma instituição. Pós-Graduado pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em Gestão da Cadeira de Suprimentos e Logística. membro-pesquisador do Observatório do Trabalho na América Latina (OTAL); Professor da Faculdade Lusófona do Rio de Janeiro. Bolsista Capes.

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo historicizar e teorizar, com base na lente teórica do pensamento político e filosófico libertário, uma série de greves, protestos, revoltas populares e ocupações que compõem em nossa tese um conjunto de acontecimentos ignorados, menosprezados pela academia ao longo da história. Esses movimentos, quando recebem alguma atenção, são tratados de forma isolada, o que dificulta uma análise mais holística, que é o objetivo deste artigo. Os eventos supracitados se sucedem desde a Revolução Industrial e avançam até o nosso cotidiano em diversas partes do globo, o que evidencia a necessidade de compreender a existência de uma teoria das ruas em um momento em que as propostas marxistas de constituir uma teoria para as ruas são amplamente questionadas.

**Palavras-Chave:** manifestações políticas, ocupações, greves, revoltas, insurgências, teoria das ruas.

**Street Theory : An analyze of a World in Flames**

**Abstract:** This article aims to historicize and theorize based on the theoretical lens of libertarian political and philosophical thought, a series of strikes, protests, popular revolts and occupations that make up in our thesis a set of events ignored, despised, delegitimized by academia throughout history. When these movements receive some attention, they are treated in isolation, what makes the holistic analyze difficult, which is the purpose of this article. The events already commented, which have been happening since the Industrial Revolution and have progressed to our daily lives in different parts of the globe, shows the necessity of understand the existence of street theory, at a time when the marxist proposals to constitute a theory for the streets are widely questioned.

**Keywords:** political demonstrations, occupations, strikes, uprisings, insurgencies, street theory.

### **Introdução**

Ao longo da história da humanidade, diversos episódios se destacaram por provocar, em diversos momentos, verdadeiras rupturas no sistema político institucional, que sempre privilegiou as elites. Rebeliões, revoltas, insurreições, levantes e outras denominações, que buscam combater as diversas formas de opressão e que subvertem o *status quo*, nos imputam repensá-los a partir de uma perspectiva crítica.

Este artigo faz uma análise de fenômenos sociais e políticos desde o fim do século XIX até o presente momento a partir da ótica filosófica anarquista. Tentaremos aprofundar, a partir dessa perspectiva, alguns conceitos como Estadolatria, Ordem/Desordem, Propaganda pelo fato e Ação direta, para, enfim, levantar a hipótese da existência de uma teoria: a “Teoria das Ruas”, desenvolvida por (Moraes, 2018b) que permeariam cada um desses eventos.

### **Sobre os conceitos de Estadolatria, Ordem/Desordem e Ação Direta**

Diferentes espectros políticos, de conservadores a progressistas, de liberais a intervencionistas, defendem a manutenção do capitalismo, sustentados pela figura institucional do Estado. O Estado possui papel central tanto para Maynard Keynes quanto para Adam Smith, mas com diferentes níveis de intervenção. O primeiro defende que tal

intervenção deve ser feita de maneira mais assídua, enquanto o segundo defende uma intercessão moderada. Em sua versão máxima, Karl Marx propõe um modelo de gestão que, apesar de rescindir com o modelo capitalista, não avança de forma imediata e direta em direção a sua extinção, como é proposto pelos libertários. Em suma, preservam a que reforça a Estadolatria, ou seja, a adoração ao Estado Nacional moderno (Moraes, 2018a).

Nossa concepção de Estadolatria é absolutamente diferente da utilizada pelo pensamento ultraliberal que defende o Estado mínimo exclusivamente para garantir a propriedade, o patrimônio e o lucro dos proprietários. Essa concepção não aponta para o fim do Estado, mas apenas para um direcionamento de suas funções, com vistas a garantir o pleno funcionamento da economia capitalista, sem possibilidade de qualquer papel mais generoso para os governados.

Assim, só o pensamento anarquista pode estabelecer a crítica ao Estado enquanto instituição de coerção, de controle, de autoridade, que atenta contra a liberdade dos governados, opondo-se, frontalmente, à tradição da Estadolatria. Nos nossos termos, essa categoria funciona como uma camisa de força, que propõe reflexões teóricas limitadas a uma conformação coercitiva, centralizadora, sem nenhuma esperança de superação da dicotomia que se estabelece entre governantes e governados (Moraes, 2018a: 38-39).

Neste sentido, quando os governados se rebelam são imediatamente acusados de causarem desordem ao sistema político e social vigentes. Constituem-se como uma ameaça ao *establishment* e são imediatamente acusados de provocarem desordem, caos, balburdia, vandalismo ou terrorismo em casos mais extremos (Magalhães, 2017).

Portanto, em nome da suposta retomada da ordem, o Estado apela às suas forças de repressão a fim de garantir sua retomada ao controle sobre as vidas, as mentes e os corpos das pessoas, buscando acabar com o que é chamado de desordem pelo *establishment*. Consideramos importante referendar o que significa Ordem/Desordem para além das perspectivas filosóficas estadolátricas e abarcar a inversão semântica proposta no seio do pensamento anarquista.

Podemos observar, nas palavras de Kropotkin, uma análise social a partir da oposição Ordem/Desordem da seguinte forma:

(...) a ordem é a miséria, a fome, tornadas estado normal da sociedade  
(...) A ordem é a mulher que se vende para alimentar seus filhos (...) é o operário reduzido ao estado de máquina. (...) A ordem é uma minoria ínfima, educada nas cátedras governamentais, que se impõe por esta razão à maioria, e que prepara seus filhos mais tarde para ocupar as

mesmas funções, a fim de manter os mesmos privilégios, pela astúcia, pela corrupção, pela força, pelo massacre.

E a desordem – o que eles chamam de desordem? (...) É a revolta do pensamento às vésperas das revoluções; é a derrubada das hipóteses sancionadas pela imobilidade dos séculos precedentes; é a eclosão de todo um fluxo de novas ideias, de invenções audaciosas, é a solução dos problemas da ciência. (...) A desordem – o que eles denominam desordem – são as épocas durante as quais gerações inteiras mantêm uma luta incessante e se sacrificam para preparar uma existência melhor para a humanidade, livrando-a das servidões do passado. São as épocas durante as quais o gênio popular toma seu livre impulso e dá, em alguns anos, passos gigantescos, sem os quais o homem teria permanecido no estado de escravidão antiga, de ser rastejante aviltado na miséria. (...) A desordem é a eclosão das mais belas paixões e das maiores dedicações, é a epopeia do supremo amor pela humanidade!

A palavra anarquia, implicando a negação desta ordem e invocando a lembrança dos mais belos momentos da vida dos povos, não foi bem escolhida para um partido que caminha para a conquista de um futuro melhor? (Kropotkin, 2005: 88-89).

O militante anarquista, filósofo e pensador russo Mikhail Bakunin se posiciona sobre a mesma dicotomia apontando que “na natureza e na sociedade, a ordem sem luta é a morte” (Bakunin, 2008: 132). Grande defensor da liberdade coletiva e construída, podemos interpretar que essa “ordem” social imposta de cima para baixo, ou seja, vindas das instituições do Estado e seus representantes – representam um cerceamento da prática e da filosofia anarquista. A ordem aqui equivale ao pensamento individualista, capitalista e à defesa do Estado.

Já a desordem pode ser entendida como uma busca incessante pela liberdade, sendo essa sempre vinculada à igualdade, como o próprio Bakunin diz:

A liberdade de todos, longe de ser um limite da minha, como sustentam os individualistas, é, ao contrário, sua confirmação, sua realização e sua extensão infinita. Desejar a liberdade e a dignidade humana de todos os Homens, ver e sentir minha liberdade confirmada, sancionada, infinitamente ampliada pelo assentimento de todos, eis a felicidade, o paraíso humano sobre a terra.

Mas essa liberdade só é possível na igualdade. Se há um ser humano mais livre do que eu, torno-me forçosamente seu escravo; se o sou mais que ele, ele não será o meu. Assim, a igualdade é uma condição absolutamente necessária da liberdade (Bakunin, 2008: 77).

Para avançarmos pelo viés de uma é fundamental salientar que existem outras formas de se organizações políticas que transcendem os limites das instituições do Estado

e do sistema capitalista. A equiparação entre liberdade e igualdade é um princípio central no pensamento e ação de qualquer forma de atuar no sentido libertário político-filosófico.

Logo, a Ordem/Desordem definidas por Kropotkin e Bakunin questionam e trazem reflexões pautadas na incessante busca em combater o Estado e o capitalismo. Avançando sobre esta dicotomia, (Moraes, 2018b) reforça que

A ordem é a criminalização da luta e da ação direta, tanto dos quilombos como dos insurgentes de 2013, enfim, em todo lugar e em qualquer tempo.

A desordem, bem como o anarquismo, significa o extremo oposto: o incentivo de toda luta, toda ação direta, toda revolta contra a ordem ignóbil.

(...) Trata-se da extrema valorização da insurgência, da luta direta contra as hierarquias, autoridades, desigualdades, explorações, escravidões, sexismos e racismos (Moraes, 2018b: 94).

Em meio a essa construção teórica entendemos que é preciso conceituar algumas táticas que dialogam diretamente com ações e práticas políticas próximas aos ideais libertários ao longo da história. Dentre os postulados teóricos, destacaremos os conceitos de ação direta e da autogestão.

Silvio Gallo (2007) conceitua ação direta como um paradigma anarquista. O autor indaga que

A ação direta anarquista traduz-se principalmente nas atividades de propagandas e educação, destinadas a despertar nas massas a consciência das contradições sociais a que estão submetidas, fazendo com que o desejo e a consciência da necessidade da revolução surjam em cada um dos indivíduos. Pode-se dizer que a principal fonte da ação direta foi o da propaganda, através dos jornais e revistas, assim como da literatura e do teatro (Gallo, 2007: 21).

Ação direta, portanto, trata-se de um conceito e prática ao longo da história que não é exclusiva de quem reivindica a política anarquista, mas que possui relação intrínseca com quem costuma construir tal filosofia política no cotidiano. Nosso intuito é elencar algumas referências teóricas que embasam o conceito, a prática e fatos históricos que demonstram o quanto os eventos de insurgência contemporâneos não são fatos isolados enquanto modo de pensar, agir e reivindicar politicamente.

Segundo Silva,

O conceito de ação direta apareceu por escrito pela primeira vez no Congresso de Amiens (1906): “a ação econômica deve-se exercer diretamente contra o patronato”. O termo, no entanto, já era usado no contexto do movimento sindicalista francês na década de 1890,

resumindo-se a “ação industrial”, como “greves, boicotes e sabotagens” (Silva, 2018: 193).

Ainda sobre esse episódio, segundo o sociólogo Gurvitich (1985), especialista no pensamento prodhoniano, a ação direta é concebida como uma recusa ao contato com a burguesia, com os partidos políticos e com o Estado de forma geral. A ação direta estaria assim muito ligada a uma concepção de autonomia muito presente no autor, significando greves e boicotes que construissem uma revolução.

A respeito dessa história o intelectual nos mostra que

O sindicalismo revolucionário aprova uma carta no Congresso de Amiens (1906). Recusando todo e qualquer contato com a burguesia, com o Estado e até com os partidos políticos, exortando à ação direta, à greve geral e a uma revolução permanente nas fábricas e no país, a carta de Amiens é aprovada por 830 votos a favor e 8 contra. O seu autor chama-se Griffuelhes; secretário geral da CGT foi o maior chefe do sindicalismo revolucionário como movimento real. Os dirigentes do sindicalismo revolucionário retiveram de Proudhon várias ideias, em especial a de que ‘a oficina fará desaparecer o governo, que a democracia industrial só pode ser instituída pelos próprios operários e, por fim, que, para a realizar é necessário uma ‘ação direta’ termo que eles inventaram, mas que prolonga a estratégia proudhoniana, sem tirar proveito da sua dialética. (Gurvitich, 1985: 65).

Essa atuação permite dar voz a pessoas descrentes com as burocráticas e corruptas vias institucionais que desejam radicalizar sua contestação. Trata-se de um meio de alcançar melhorias de vida por parte dos governados na luta pela libertação plena. Dessa maneira, temos um afastamento do viés político tradicional pautado em representação política para uma atuação mais difundida, que observa suas conquistas como fruto, não de concessão de um político ou partido qualquer, mas sim de sua própria luta, em outras palavras, fruto da sua ação direta.

### **Sobre o conceito de Autogestão**

Além de estabelecermos o conceito e a prática da ação direta, acreditamos que precisamos delimitar a forma de organização que os anarquistas sempre buscaram instaurar ao longo da trajetória política em diversos locais e em diferentes momentos históricos. Segundo o autor Hughes Lenoir, em ambos os casos a lógica apresentada consiste na busca de algum nível de autonomia sobre si próprio por parte do indivíduo



(Lenoir; 2017: 54).

O geógrafo Glauco Bruce Rodrigues entende que

O conceito de autogestão pode ser refletido a partir do que alguns autores do campo libertário que observaram empiricamente e interpretaram o pressuposto político, teórico e prático como uma forma de auto-organização que possui a capacidade de exercício de poder onde uma coletividade formula e institui para si suas próprias regras e possui a liberdade para alterá-las sempre que o coletivo julgar necessário, sem atribuir tais construções de leis e regras a estruturas como Deus, o Partido ou o Estado (RODRIGUES, 2012: 264).

A partir da visão do autor Cornelius Castoriadis, Glauco Bruce Rodrigues (2012) reforça que

A autogestão implica a possibilidade de participação direta e igualitária de qualquer membro da sociedade no processo de tomada de decisões (instituição de leis, normas, organização do trabalho, distribuição da riqueza, etc.) (...); prevê também o controle efetivo do processo de tomada de decisões pelos próprios envolvidos, em um ambiente protegido (mas não completamente desprovido) das relações heterônomas que cristalizam hierarquias divisões entre dirigente e dirigidos (Castoriadis, 1982, apud Rodrigues, 2012: 265).

Moraes (2018a) aprofunda e avança na interpretação de autogestão (ou autogoverno como o próprio escreve) dizendo que

Ao mesmo tempo, os anarquistas acreditam no autogoverno ou autogestão. Se partimos da premissa segundo a qual devemos ser governados, logo entendemos que não temos capacidade de autogoverno. Com esta assertiva, está todo o fundamento da autoridade e da tutela contra a qual os anarquistas lutam. Toda forma de governo será sempre uma imposição de uns sobre outros, atentando contra a liberdade dos governados. Mesmo que o governo tenha boas intenções, ele sempre se sustentará na miragem de que os governados são incapazes de autogovernar-se e/ou necessitam de controle.

No sentido oposto, os anarquistas defendem a livre associação entre os indivíduos para gerirem o produto de seu trabalho e todas as demais questões da sociedade em comunas livres, sem patrão, Estado, ou qualquer forma de opressão. Eles devem constituir-se pela livre associação entre os indivíduos. Ou seja, as pessoas escolhem aquelas com as quais querem associar-se e criar ou manter algum tipo de produção para a sociedade. A junção de diversas comunas comporá a federação. O anarquismo defende os fundamentos do federalismo como forma de organização social. Ademais, o preceito da autodeterminação dos povos é fundamental para a teoria anarquista e viabiliza a superação do capitalismo e suas formas de opressão (Moraes, 2018a: 34).

É importante salientar que enquanto a ação direta é uma tática política – muitas vezes pontual- a autogestão complementa e se relaciona diretamente com tal prática. O oposto à Estadalatria é, portanto, o autogoverno, ou autogestão, em todos os sentidos da vida (Moraes, 2018a: 38-39). Ao refletirmos sobre uma teoria anarquista que busca interpretar os fenômenos sociais, políticos e históricos e empenha-se em construir outra filosofia de organização social, não há como dissertar sobre um conceito de forma isolada em uma análise libertária aprofundada.

A seguir, relacionaremos o conceito de ação direta a alguns já mencionados e suas possíveis interpretações e aplicações ao longo de diversos fenômenos históricos desde o século XIX, passando por todo o século XX até chegar à contemporaneidade.

### **Ocupações e outros exemplares de Ação Direta ao longo da História**

Vale a pena ressaltar que a noção de ação direta não é, de forma alguma, uma novidade. O conjunto de transformações ocorridas no século XVIII e seus desdobramentos no século XIX marcaram intensamente a vida social, política, econômica e intelectual dos trabalhadores. O advento da Revolução Industrial trouxe consigo a substituição do trabalho artesanal pelo uso das máquinas, baixou o custo da produção, aumentou a produtividade e o desemprego. Enquanto a burguesia concentrava riqueza, o proletariado era submetido a jornadas de 14 ou até 16 horas diárias, trabalho infantil, feminino, sem direitos trabalhistas e com condições insalubres.

Diante desse cenário, é natural o surgimento de alguns movimentos de contestação, como o Ludismo. A constatação de que as máquinas substituiriam os postos de trabalho acarretando desemprego em massa, levou os trabalhadores a quebrarem o maquinário com as próprias mãos em uma estratégia de resistência ao capital e a exploração, formando o que podemos chamar de primeira prática de ação direta contra o capitalismo industrial. Além disso, outras formas de atuação também surgiram, como as greves.

Entendemos que toda reivindicação que se propõe a ocupar – de maneira coletiva e minimamente organizada por meio de pautas específicas ou gerais - espaços públicos, privados, praças e outros locais como forma de contestar a ordem estabelecida pelos governantes são exemplos tácitos de ações diretas.

Procuramos resgatar nesse momento o método e a tática de ocupação como recurso político em diferentes contextos históricos, tais como as ocupações de fábricas na virada do século XIX e XX que lutavam por direitos e condições de trabalho dignas; os soviets no processo da Revolução Russa e anterior a chegada dos bolcheviques em 1917; as ocupações de prédios, estabelecimentos e locais públicos durante a Guerra Civil Espanhola, na região da Catalunha; ocupações em universidades e fábricas na França ao longo do período conhecido como Maio de 1968; ações diretas no episódio político já citado conhecido como Ação Global dos Povos; ocupações que se tornaram referências revolucionárias contemporâneas na região de Chiapas no México pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e a Revolução Curda<sup>73</sup> que vem ocorrendo com base no Confederalismo Democrático<sup>74</sup> e que também podemos considerar uma ação direta em termos totais na região.

Podemos acrescentar movimentos ocorridos no Brasil nas primeiras décadas do século XX, como as ocupações das fábricas e das escolas operárias durante as greves gerais; e temos como exemplo mais recente as ocupações sem-teto na luta por moradia e contra a especulação imobiliária nos centros urbanos brasileiros; as ocupações sem-terra contra o latifúndio; e as recentes ocupações de praças públicas – ocupações estas que, desde a Primavera Árabe, ocorreram em diversos locais do mundo: em alguns países da região do norte da África e em regiões vizinhas a Europa e Ásia; nos Estados Unidos, onde a Ocupação da Praça de Wall Street destacou-se diante de várias outras praças no país e, por fim, o Movimento dos Indignados em Puerta del Sol, em Madri (Espanha) que reivindicava mudanças políticas e sociais.

Vale mencionar a “Revolta dos Pinguins”, movimento de ocupações de escolas no Chile que ocorreu em 2006, protagonizado por secundaristas e que influenciou diretamente todas as mobilizações estudantis do Brasil alguns anos mais tarde (mais precisamente em 2015 e 2016). Como último e ilustrativo exemplo, também no Brasil,

---

<sup>73</sup> Revolução social iniciada no norte da Síria, na região de Rojava, nos escombros da guerra civil e da expulsão do Estado Islâmico, colocará esta ideia em movimento no seu sentido pleno, mas a sociedade curda vem construindo tais instituições como alternativa à repressão dos Estados-nação desde a década de 1990.

<sup>74</sup> Administração política não-estatal (...) flexível, multicultural, antimonopolista e orientado pelo consenso. A ecologia e o feminismo são pilares centrais (Öcalan, 2016: 27).

outras ocupações em praças como a da Cinelândia, no centro do Rio de Janeiro, ao longo do ciclo de manifestações entre 2013 e 2014 que ocorreram em todo o país.

Sobre a tática de ocupações, Castells (2017) reforça que

Frequentemente prédios são ocupados, seja por seu simbolismo, seja para afirmar o direito do uso público de prioridades ociosas, especulativas. Ao assumir e ocupar o espaço urbano, os cidadãos reivindicam sua própria cidade, uma cidade na qual foram expulsos pela especulação imobiliária e pela burocracia municipal. Alguns movimentos sociais historicamente importantes como a Comuna de Paris de 1871 ou as greves de Glasgow em 1915 (na origem da política de habitação pública na Grã-Bretanha), começaram como boicotes aos alugueis contra a especulação na área de moradia. O controle do espaço simboliza o espaço da vida das pessoas (Castells, 2017: 25).

Os exemplos históricos e suas narrativas também servem de referenciais históricos e teóricos fundamentais. Sobre a Comuna de Paris, mobilização do povo sem representantes e ação direta, Kropotkin (2005) diz que

A revolução de 1871 foi um movimento eminentemente popular. Feita pelo próprio povo, nascida, de forma espontânea, no seio das massas, e na grande massa popular que encontrou seus defensores, seus heróis, seus mártires (Kropotkin, 2005: 107).

Sobre a Comuna de Paris, Vassilev (2008) reforça que “o proletariado parisiense de 1871 derrubou não apenas a monarquia, como também a máquina do Estado parlamentar e democrático, e substituiu-as pelo conselho municipal” (Vassilev, 2008: 49).

Bakunin, ao comentar sobre a organização e os fatos políticos referentes a Comuna de Paris, diferencia a ação dos comunistas dos socialistas revolucionários (ou anarquistas) mostrando que

Os comunistas são partidários do princípio e da prática da autoridade, os socialistas revolucionários só tem confiança na liberdade. Uns e outros igualmente partidários da ciência que deve matar a superstição e substituir a fé, os primeiros desejarão impô-la, os outros esforçar-se-ão para propagá-la a fim de que os grupos humanos, convencidos, organizem-se e federalizem-se espontaneamente, livremente, de baixo para cima, por seu próprio movimento e conforme a seus reais interesses, mas nunca segundo um plano traçado de antemão e imposto “às massas ignorantes” por algumas inteligências superiores (Bakunin, 2008: 117).

Essa passagem de Bakunin dialoga diretamente com a teoria, a prática e o histórico das ações de diversos anarquistas ao longo da história.

A ação de determinados segmentos do anarquismo no final do século XIX, por exemplo, considerava o ideal de que seus atos se converteriam em propaganda em prol do protesto público e da atuação direta de trabalhadores contra seus empregadores considerados exploradores. Os militantes mais radicais chegavam a explodir prédios ou edificações simbólicas e a atentar contra a vida de governantes (Monteiro, 2009: 204).

Eu estou orgulhoso do que fiz. Você não irá tirar de mim uma única palavra de arrependimento. Se eu não tivesse sido preso iria continuar minhas explosões, sem poupar qualquer pessoa ligada à condenação de outros Anarquistas. Eu gostaria de ter explodido a Câmara dos Deputados por impor aos dinamitadores a pena de morte. Sem deixar nada impedindo o caminho da propaganda Anarquista.<sup>75</sup>

Ações diretas e propagandas pelo fato foram orquestradas em várias partes do globo, algumas levaram à morte de alguns governantes considerados opressores e extremamente violentos com seu próprio povo. São exemplos: Antonio Cánovas, primeiro-ministro da Espanha, morto em 1897, e Sadi Carnot, presidente da França, morto em 1894. Em 1898, foi a vez de Isabel, Imperatriz da Áustria, e, em 1900, do rei Rei Humbert, da Itália. Em 1901 o então presidente dos EUA, William McKinley, considerado um símbolo da opressão pelos anarquistas principalmente após assumir o controle das Filipinas e de Porto Rico, acabou fatalmente ferido dentro do *Temple of Music* na Exposição Panamericana em Nova Iorque pelo anarquista Leon Czolgosz que logo depois foi executado na cadeira elétrica. Após esse episódio, o Congresso encarregou oficialmente o Serviço Secreto da segurança presidencial dificultando outras ações de mesma magnitude. Com a crescente repressão imposta pelos governos, aliada à nova estratégia de aproximação dos sindicatos e trabalhadores, cessa a onda de ações anarquistas de grandes magnitudes na Europa e nos Estados Unidos, mas de forma alguma se encerra o ciclo de ações diretas.

Ainda nos primeiros anos do século XX, o movimento sufragista da Grã-Bretanha atuava na luta pela conquista do voto feminino. Eram promovidos debates, reuniões e cartas publicadas em jornais de grande circulação. Algumas ativistas criticavam a atuação extremamente pacífica entendendo-a como incapaz de perturbar a ordem e modificar o *status quo*. Dessa forma, as integrantes mais radicais se separaram

---

75 Reportagem publicada no jornal The New York Times. AN anarchist's confession. *The New York Times*, Nova Iorque, 4 apr., 1892, p.1.

do movimento criando o Women's Social and Political Union (WSPU), também conhecido como Sufragistas posteriormente.

Em seu repertório de ações diretas incluía-se protestos de rua, boicotes a patrões em fábricas, até outros atos contra reuniões de partidos políticos de esquerda que tinham proibido sua participação. Em seus protestos, chegaram a quebrar janelas e vidraças de diversos prédios públicos com martelos e pedras, terminando em confronto com as forças policiais. Toda essa mobilização resultou na conquista do direito feminino ao voto na Grã-Bretanha após a primeira guerra mundial.

Já durante o período da Revolução Russa, ocorreram episódios que são pouco comentados na historiografia clássica como a resistência contra mencheviques e estrangeiros na região da Ucrânia, onde camponeses desapropriaram terras e começaram a fundar comunas autogestionárias, plantando e colhendo, se sustentando de maneira coletivizada e que foram construindo tal forma de sobrevivência para além das ordens de quem detinha o poder no Estado em Moscou. Nas palavras de Nestor Makhno, as ações diretas dos camponeses ucranianos podiam ser entendidas da seguinte forma:

Um anarquismo instintivo transparecia em todas as intenções dos camponeses da Ucrânia naquele momento, exprimindo um ódio não-dissimulado por toda autoridade estatal, acompanhada de uma aspiração a libertar-se dela.

Esta aspiração era muito forte entre os camponeses. Consistia, em substância, em se libertar das instituições da polícia, do juiz enviado por Moscou pela burguesia, e assim por diante (Makhno, 2001 :21).

Ainda na Rússia, vale citar os soviets como células fundamentais na construção da mobilização da classe operária no período que antecedeu 1917. Na verdade, o conceito de Soviets e a distribuição federalista do poder não deixa de estar, em algum sentido, em consonância com os ideais anarquistas. O grande problema da Revolução Russa não eram os Soviets, e sim sua destruição executada por Stalin e a burocracia vermelha em nome de um centralismo estadolátrico. Segundo Vassilev, a ideia dos soviets significava

(...) a ideia de uma organização de uma vida social no sentido de um sistema novo, livre e comunista, com a regulação da produção e da distribuição dos bens na futura sociedade por meio de encontros, reuniões de trabalho, entre os delegados diretos, sempre substituíveis e desprovidos de qualquer poder, das organizações profissionais e dos outros de distribuição; esta ideia nada tem em comum com o caráter próprio dos bolcheviques, sua tendência estatista e seu sistema ditatorial na regulamentação da vida social (Vassilev, 2008: 17).

Mintz (2006) em “O anarquismo social” destaca esse caráter do papel dos sindicatos e da população engajada na região da Catalunha durante a Guerra Civil Espanhola da década de 1930. Tema este muito importante do ponto de vista social e político, mas pouco analisado pela historiografia que privilegia temas de interesses marxistas. Nas palavras do autor fica claro a noção de ação direta e de autogestão.

Toda a propaganda sublinha táticas utilizadas durante o trabalho: sabotagem, ação direta. A imprensa é escrita por trabalhadores. Inúmeras brochuras explicam a necessidade de derrubar a sociedade atual e construir uma outra desde os alicerces, conhecer a cultura e sua própria sexualidade para controlar a gravidez. O sindicato é simultaneamente um órgão de defesa e a célula de reconstrução de uma nova ordem social fundada no coletivo, de baixo para cima (Mintz, 2006: 67).

Rodrigues (2004) reforça nossa hipótese mostrando o quanto a cidade de Barcelona se transformou nesse período por meio da autogestão e das ações diretas.

Igrejas, prédios, casas, mercados, estabelecimentos comerciais, hotéis e restaurantes foram expropriados pelos trabalhadores para que eles pudessem desenvolver as ações sob sua responsabilidade. As igrejas que não foram destruídas e outros imóveis foram utilizados para inúmeras finalidades, funcionando como armazéns, garagens, cinemas, escolas, enfermarias, creches etc. Casas, prédios e hotéis (geralmente os melhores, mais bem conversados) expropriados tornaram-se sedes das organizações dos trabalhadores, dos comitês, partidos e milícias. Era comum que restaurantes e hotéis fossem transformados em refeitórios coletivos, onde a comida era oferecida de graça a desempregados, crianças e idosos, e vendida aos trabalhadores por preços bem menores que o habitual (Rodrigues, 2004: 278).

Em Paris, nos eventos de 1968, estudantes se uniram contra a política do governo do general De Gaulle. Entre os diversos atos, ocuparam a Universidade de Sorbonne, fato que resultou em centenas de prisões. Por conta disso, as pautas se radicalizaram e os protestos ganharam as ruas em cenários de enfrentamentos entre policiais e ativistas. Trabalhadores decretaram uma greve geral e fábricas automobilísticas da Citroën e da Peugeot também foram ocupadas. Pautado em lemas como “é proibido proibir”, o movimento é um grande marco de contestação da autoridade de forma geral, exportando a rebelião para os jovens ao redor do mundo em diversos países. Com foco inicialmente na França, esse ano é fundamental na história contemporânea no sentido de influenciar diversos movimentos sociais até a contemporaneidade. Sobre a ocupação da Universidade



de Sorbonne nesse período, o relato abaixo do “Conselho pela manutenção das ocupações” é revelador.

Ao entregar a Sorbonne, o governo esperava pacificar a revolta dos estudantes, que já haviam conseguido controlar durante toda uma noite, com suas barricadas, um bairro de Paris, duramente reconquistado pela polícia. Deixava-se a Sorbonne aos estudantes para que discutissem pacificamente seus problemas universitários. Mas os ocupantes decidiram rapidamente abri-la à população para discutir livremente com ela os problemas gerais da sociedade. Era então o esboço de um conselho, em que os próprios estudantes haviam deixado de ser estudantes: eles saíam de sua miséria (Corrêa; Mhereb; 2018, 149).

Nos anos de 1980, temos a consolidação do movimento autonomista na Europa. Um conjunto de teorias descentralizadoras como o anarquismo, comunismo libertário e anarco-comunistas, dentre outras correntes e derivações, caracterizavam-se pela forte oposição à burocracia estatal, objetivando derrubar não apenas o Estado, mas também o capitalismo. Temas como autogestão e cooperação entre indivíduos são pilares centrais nas ideias revolucionárias dos autonomistas que buscam modelos sociais alternativos como forma de superação aos modelos mais autoritários vigentes.

Na manhã de 28 de julho de 1981, em uma ação coordenada envolvendo centenas de policiais, um grande agachamento foi despejado e mais de 30 casas particulares foram invadidas dentro e ao redor da área de Frankfurt. Dezenas foram presos, seis foram acusados de fundar e ser membros de uma "organização criminosa". O nome da organização: “Bloco Schwarzer” (Black Bloc). Aliás, nada veio do próprio julgamento: o caso desmoronou, com as próprias autoridades admitindo que tal organização nunca existiu realmente. As acusações foram abandonadas e a investigação sobre a "organização criminosa" conhecida como o "Bloco Negro" foi encerrada...certamente não foi o fim do "Bloco Negro", ao contrário, ele prospera como uma das formas mais populares de militância anticapitalista em uso hoje.<sup>76</sup>

Já na década de 1990, vale citar a tomada e construção de um estado autônomo na região de Chiapas, no México. O protagonismo desse feito foi do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) mais exatamente no dia 1º de janeiro de 1994. Hilsenbeck Filho e Spinelli caracterizam da seguinte forma esse momento histórico:

O zapatismo logo se constituiu em força sindical aglutinadora dos descontentes com o neoliberalismo no México, atraindo a simpatia de

---

76 RAHMANI [Sina](https://politicsandculture.org/2009/11/09/macht-kaputt-was-euch-kaputt-macht-on-the-history-and-the-meaning-of-the-black-block/) ; *Politics and Culture*; From edition [2009 Issue 4](https://politicsandculture.org/2009/11/09/macht-kaputt-was-euch-kaputt-macht-on-the-history-and-the-meaning-of-the-black-block/) Disponível em <<https://politicsandculture.org/2009/11/09/macht-kaputt-was-euch-kaputt-macht-on-the-history-and-the-meaning-of-the-black-block/>>

variados setores e classes. Tentou organizar um projeto comum entre desempregados, camponeses sem terra, movimentos indígenas, setores progressistas da Igreja católica, funcionários do Estado, estudantes, professores, ativistas, sindicatos e trabalhadores da cidade e do campo, cooperativas rurais, pequenos comerciantes e microempresários, todos contrários ao governo do Partido Revolucionário Institucional (PRI), uma máquina de institucionalização da vida política que ganhava eleições presidenciais desde os anos 30 (Hilsenbeck Filho; Spinelli, 2012: 244).

Os autores ainda complementam dizendo que

(...) o levante extrapolou as fileiras militares zapatistas, resultando em um boom de ocupações de terra no estado por organizações rurais não ligadas diretamente ao EZ. Uma rede de organizações políticas e produtivas (econômicas) atuantes no meio rural apoiou ativa e passivamente a insurreição, na medida em que se apropriaram da lei agrária revolucionária publicada pelo EZLN nos primeiros dias do conflito (Hilsenbeck Filho; Spinelli, 2012: 245-246).

Assim, entendemos o conceito e a prática da ação direta que não abarca apenas o momento do agir coletivo e político, mas conta também com a construção e ressignificação política do local no qual a pauta é mobilizada em determinado tempo histórico. Afunilando o debate sobre os vários movimentos de ocupação que aconteceram no mundo recentemente, vale a contextualização de Peschanski dizendo que

A crítica dos “ocupas” é especialmente apropriada num contexto global em que a taxa de desemprego é crescente e a parcela da população economicamente vulnerável aumenta: de acordo com a Organização Internacional do Trabalho, a taxa global de desemprego atingiu níveis recordes nos últimos três anos. As “ocupas” pelo mundo, em particular os de Wall Street, Nova York, onde os protestos começaram em setembro e chegaram a reunir 15 mil pessoas, definem-se como a “mobilização dos 99%”, isto é, a parcela da população negativamente afetada pela desigualdade econômica (Perchanski, 2012: 28).

Dentre autores que aprofundaram a investigação de tais recentes mobilizações, temos como referenciais teóricos: Manuel Castells (2012) que discorre sobre os movimentos que ocorreram desde a Primavera Árabe até os ocorridos na Europa e Estados Unidos; o antropólogo David Graeber (2015) que analisa e faz uma narrativa sobre o movimento Occupy Wall Street, nos Estados Unidos e Wallace de Moraes (2018) que também acrescentará a contextualização teórica e prática sobre ações diretas, quando se propõe a implementação de uma narrativa anarquista do ano de 2013 no Brasil.

Manuel Castells (2017) faz uma narrativa e descrição interessante a respeito dos movimentos que ocorreram na Tunísia, Egito e da chamada Primavera Árabe (entre 2011 e 2012); A “Revolução das Panelas” na Islândia (entre 2008 e 2009); o Movimento dos Indignados na Espanha (2011); o movimento Occupy Wall Street nos Estados Unidos (2011); além de citações de mobilizações que aconteceram em 2013 no Brasil, Chile, México e Turquia.

O uso dos novos meios de comunicação e a questão da falta de representatividade da política institucional são dois dos principais fios condutores que o cientista social espanhol traça em comum com todos os movimentos citados anteriormente classificando-os como “Rede de Esperança e Indignação”, que deu origem ao título do livro de sua autoria.

Castells se utiliza de um conceito importante chamado contrapoder, como veremos abaixo:

Os movimentos sociais exercem o contrapoder, construindo-se, em primeiro lugar, mediante um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm o poder institucional. Como os meios de comunicação de massa são amplamente controlados por governos e empresas de mídia, na sociedade em rede e autonomia de comunicação é basicamente construída nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio. As redes sociais digitais oferecem a possibilidade de deliberar sobre e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida (Castells; 2017, 24).

O Occupy Wall Street foi brilhantemente narrado por Graeber (2015). O antropólogo relata o antes, o durante e o depois do evento que ocorreu em Nova Iorque, em 2011, além de aprofundar a história da democracia nos Estados Unidos e o conceito político propriamente dito. Dentre tantos temas trabalhados pelo autor, a própria ocupação e construção do Occupy são exemplos de ação direta.

Além disso, as reflexões de Graeber será fundamental para ajudar na análise das ocupações escolares através de conceitos e práticas políticas como a construção de consenso no movimento social pautado pela democracia direta, pelo papel que anarquistas desempenharam ao longo da história e a própria ampliação do conceito de democracia para além do senso comum e dos autores clássicos da ciência política (Graeber, 2015).

Para debater a conjuntura de 2013 no Brasil – com foco no Rio de Janeiro – e as ações diretas promovidas nesse período, a obra de Wallace de Moraes (2018b) será central

para resgatar fatos, contextos e ações que moldaram o acontecimento político mais importante das últimas décadas no Brasil.

Algumas ocupações aconteceram nesse período no Rio de Janeiro, como por exemplo, a Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, entre 9 e 21 de agosto, e a Câmara dos Vereadores de Niterói entre 8 e 24 de agosto (Moraes, 2018b).

Em 2013, aconteceram também ocupações na frente da residência do Governador Sérgio Cabral (Ocupa Cabral)<sup>77</sup>, em frente ao terreno que foi instalado o campo de golfe (Ocupa Golfe)<sup>78</sup> para as Olimpíadas de 2016 numa região de proteção ambiental na cidade do Rio de Janeiro.

Portanto, entendemos que as ações diretas realizadas nas ocupações escolares em 2015, em São Paulo e em 2016, no Rio de Janeiro, não podem ser apresentadas como novidades, pois fazem parte de um histórico de lutas e táticas que vão além da intermediação da política institucional e precisam ser historicizadas para que não sejam esquecidas. Tais ocupações estudantis influenciaram tanto a expansão do movimento para outras escolas secundaristas em distintas unidades da federação nos meses e ano seguinte, quanto ações em universidades e movimentos sociais em geral.

Nas palavras de Moraes,

(...) podemos elencar as ocupações de escolas e universidades em 2015 e 2016 como parte de um movimento de contestação das estruturas existentes na sociedade, que teve muita influência de 2013. No IFCS<sup>79</sup>, por exemplo, os estudantes conseguiram um feito histórico ao ocuparem o prédio e exigirem o restaurante universitário. Depois de muita ação direta e negociação, a luta foi vitoriosa e, até a publicação desse livro, o “bandejão” estava em pleno funcionamento, possibilitando a centenas de estudantes um alimento que lhes permitiria cumprir mais horas de estudo e convivência na Universidade (Moraes, 2018b: 328).

Afirmamos que todos os exemplos ao longo da história que enquadrados como ações diretas, tanto conceitualmente quanto na prática, buscaram ressignificar o espaço

<sup>77</sup> Disponível em: <https://theintercept.com/2017/09/22/no-fim-das-contas-o-ocupa-cabral-tinha-razao/> Acesso em Agosto de 2019.

<sup>78</sup> Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/sem-dialogar-prefeito-do-rio-prefere-expulsar-dos-ativistas-do-ocupa-golfe/> Acesso em Agosto de 2019.

<sup>79</sup> Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, localizado na área central da cidade do Rio de Janeiro e congrega os cursos de Ciências Sociais, Filosofia e História.

no qual reivindicaram suas pautas. Seja nas fábricas, nas praças públicas, em prédios, na zona rural, em universidades ou escolas.

As ocupações escolares também são exemplos da ação direta sem intermediários com protagonismo de jovens de periferia ou de baixa renda que reinventaram o espaço escolar, um local historicamente hierárquico, cuja burocracia do Estado afasta estudantes e docentes da participação de processos decisórios. Consideramos que nesse fenômeno histórico houve uma quebra nas estruturas formais com o predomínio de outra lógica organizativa política e social implementada pela juventude durante alguns meses.

Em resumo, os estudantes se mobilizaram, propagaram suas ações, pautas e atividades políticas através de novas tecnologias e redes sociais. Contudo, essas mobilizações – incluindo as ações estudantis em 2015 e 2016 que Castells descreve em sua obra - são exemplos de novas formas de mobilização dos movimentos sociais que não ficaram apenas nas redes. Elas aconteceram nas praças públicas, nas ações contra os poderes constituídos e na construção de formas de fazer política que transcenderam a política institucional, dentre outros fatores. Logo, a noção prática e teórica de ação direta dialoga com esses eventos históricos recentes.

No Paraguai, em 2017, manifestantes invadiram e atearam fogo no Congresso do país após senadores e partidários do presidente Horacio Cartes aprovarem, à portas fechadas, a reeleição presidencial. Podemos notar a prática de ação direta se sobrepondo aos modelos indiretos de eleição e representação política.

Em outubro de 2019, a partir de medidas tomadas pelo presidente Lenin Moreno que tinha a intenção de aplicar um ajuste fiscal rigoroso, baseando-se no decreto 883 que tinha como cargo chefe o encarecimento do preço dos combustíveis – uma alta de 123% no preço na gasolina e diesel<sup>80</sup> – o povo se insurgiu nas principais cidades do país.

Foram 11 dias de revoltas, trancamentos das principais vias de acesso aos centros urbanos, greve geral e o povo nas ruas. Até a mudança de sede da capital pra outra cidade os governantes tiveram que fazer por conta da rebelião popular. E vale ressaltar que acompanhando os acontecimentos percebemos que a presença de indígenas nos protestos foi fundamental em todo o processo.

---

<sup>80</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/10/ecuador-inicia-dialogo-com-indigenas-buscando-encerrar-protestos.shtml?fbclid=IwAR3CSCgUk9o56-mnjqcNvcfKYiX6EZWmfn8UjVGEsabcFJHgyNRtVhMwUXw>

Por conta do protagonismo da CONAIE (Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador), tiveram marchas com milhares de indígenas saindo do interior em direção a capital para participar das manifestações. De forma descentralizada, indígenas nas linhas de frente, sem uma liderança específica e que faz parte do espectro da esquerda institucional, mas com organização popular e pautas bem definidas contra as medidas do Estado, os equatorianos conseguiram após muita resistência fazer com que o governo recuasse e voltasse atrás no decreto 883<sup>81</sup>.

A onda de protestos iniciada contra o aumento dos preços dos combustíveis obrigou o governo a mudar a sede governamental da cidade de Quito para **Guayaquil**. Após protestos e ações diretas nas proximidades do Palácio de Carondelet, até então sede do governo, a atuação dos povos indígenas e da população de forma geral ampliou o leque de reivindicações e questionou a própria legitimidade do governo.

No próximo ponto do artigo abordaremos o conceito de teoria das ruas que embasa e dá forma a toda ideia que buscamos apresentar ao longo do texto, e condiz de forma direta e simplificada o quão esses fenômenos históricos têm a nos dizer enquanto prática política.

### **Por uma Teoria das Ruas**

Nossa intenção nessa parte do artigo é estabelecer uma relação entre os conceitos já mencionados caros a literatura anarquista e os acontecimentos históricos traçados.

Buscamos ampliar a análise que Moraes (2018b) desenvolve em seu livro sobre as revoltas que ocorreram no ano de 2013 e 2014 no Brasil, em especial no Rio de Janeiro, que é o conceito de teoria das ruas.

Tanto os protagonistas destes eventos que se autointitularam anarquistas quanto os indivíduos ou grupos que se inspiraram nas suas ideias e conceitos, mas que não tenham materializado objetivamente nenhuma relação com o pensamento libertário, certamente valeram-se de seu *modus operandi* autogestionado e anti-estadolátrico, pautado na ação direta como instrumento de reivindicação política e social.

---

<sup>81</sup> Segundo alguns dados descontraídos foram 7 mortes, 1340 pessoas feridas e cerca de 1150 prisões durante os 11 dias de protestos no país. Ver em: <https://exame.abril.com.br/mundo/equador-cancela-pacote-de-austeridade-e-liderancas-encerram-protestos/>

Segundo o autor,

Uma teoria das ruas deve estar comprometida com os sinais emitidos por elas, problematizando-os, tentando decifrá-los. Diferente de outras perspectivas que almejam tutelar os governados, dizendo-lhes o que deveriam ter feito ou devem fazer; nós queremos entender seus sinais, que também são os nossos, pois somos parte desse povo. A primeira perspectiva parte de um plano pré-estabelecido; a nossa, ao contrário, deve aprender junto e construir coletivamente o novo mundo (Moraes, 2018b: 99)

É fundamental buscar entender que a realidade das conquistas de direitos ao longo da história da humanidade são frutos de mobilizações construídas de maneira coletiva, nas quais vários fatores e agentes participaram e ainda participam.

Nesse sentido, Moraes reforça que

(...) o método anarquista baseia-se na ideia de que ação direta dos governados constitui-se enquanto motor da história, isto é, é o movimento popular autônomo tomando as ruas, fazendo greves, organizando-se coletivamente, autogerindo-se, que pode fazer mudanças substantivas para melhoria da qualidade de vida, como um verdadeiro processo de auto-instituição<sup>82</sup> (Moraes, 2018b: 98-99).

A lente que tentamos estabelecer como paradigma teórico e político se constrói a partir de uma dialética de que teoria e prática não se separam, mas se complementam. Quando fazemos alusão aos diversos acontecimentos políticos citados no ponto anterior do trabalho, entendemos que todos eles se encaixam diretamente com o que Moraes (2018b) defende como uma teoria das ruas, sempre relacionando com conceitos e uma epistemologia de cunho político libertário.

Vejam a relação que a teoria das ruas possui com as outras teorias estodolátricas, nas palavras de Moraes (2019):

Diferente de teorias estodolátricas, como a liberal, a marxista, a social-democrata e a fascista, a perspectiva anarquista pressupõe a derrubada do Estado, das hierarquias, dos preconceitos e das governanças sociais e institucionais. A filosofia anarquista buscar uma revolução social não por uma vã vaidade, mas como única forma de garantir o

---

<sup>82</sup> O conceito de auto-instituição, criado por Castoriadis, “deve ser compreendido a partir do fato de que os homens não necessariamente precisam ter compromissos com as instituições existentes, com o Estado, com o capitalismo, com a escravidão, com o racismo. Por consequência, partimos do princípio de que a sociedade deve ter a liberdade de se auto-instituir; a história deve ser tratada como auto-instituição da comunidade que pode definir suas regras, sem que exista camisa de força que a prenda a determinadas leis/instituições criadas por outros, de maneira autoritária” (Moraes, 2018b: 94-95).



autogoverno popular. Ao mesmo tempo, essa construção deve ser realizada de forma horizontal, sem imposição vertical dos donos das propriedades privadas ou pela vanguarda revolucionária, únicos possuidores do saber, da verdade e da razão, como rezam as cartilhas marxistas, leninistas, liberais e fascistas. Podem acusar os anarquistas de tudo, menos de tentar usurpar o poder popular. Aliás, quem tem que explicar a subordinação popular são aqueles que defendem a legitimidade do Estado, seja ele qual for, pois sua simples existência significa a materialização da usurpação dos que serão por ele geridos, controlados, massacrados, vigiados, aprisionados, torturados, perseguidos, em uma palavra, governados (Moraes, 2019).

Portanto, romper a dicotomia Ordem/Desordem, aplicar e entender na teoria e na prática política as noções de ação direta e autogestão têm relações diretas com os princípios anarquistas e de uma teoria que se propõe ser das ruas e não “para as ruas”.

Defender a teoria das ruas é importante no sentido de fortalecer que o desenvolvimento de uma teoria e prática política do campo libertário necessita ter a sensibilidade de entender o que as ruas e as mobilizações populares nos dizem e, se possível, construir postulados teóricos que condizem diretamente com os fatos, amplamente conectados com as lutas dos governados.

## **Conclusão**

Nossa tese sobre experiencarmos um mundo em chamas poderá, em breve, ser corroborada se incorporarmos alguns eventos recentes que ainda se encontram em curso e demandam um tempo mínimo para uma conclusão analítica definitiva em termos de tamanho, motivações e consequências desses atos de forma geral.

No presente momento em que o trabalho foi redigido, verdadeiras rebeliões populares em diversos lugares podem ser observadas. Poderíamos ter incluído a onda de manifestações e o largo repertório de ações diretas por parte dos manifestantes denominados “Coletes Amarelos” na França, em 2018 e 2019, que pôs o governo do presidente Emmanuel Macron em sérias dificuldades, porém, ainda é cedo para analisarmos quais os resultados destas ações.

Na mesma lógica, encontram-se as rebeliões que ocorrem concomitantemente ao

levante francês no Haiti<sup>83</sup>, Chile<sup>84</sup>, Catalunha<sup>85</sup>, Colômbia<sup>86</sup> e Líbano<sup>87</sup>. Cada um com suas particularidades e dinâmicas de luta, mas com semelhanças interessantes como a ausência de um partido político ou líderes políticos profissionais se destacando, multidões nas ruas com pautas contra abusos de governos locais e acima de tudo, com enfretamento da ordem e ocupação dos espaços públicos pelo povo. Cada ação em sua individualidade, prática seus próprios repertórios de ações diretas contra as forças estadolátricas que vão mostrando-se cada vez mais falidas em termos representativo e sustentam-se no poder através de suas forças armadas e militares não democráticas.

Ao concluir o artigo, reforçamos que entendemos o exemplo contemporâneo das revoltas populares em diversos momentos e locais citados como dialógicos aos exemplos históricos mencionados e, principalmente, com a ideia de teoria das ruas. O povo se organizando a partir de suas demandas, busca avançar com suas pautas sem amos, chefes ou poder centralizado. Fazendo história, além de estar escrevendo mais um capítulo de conquistas e avanços contra o Estado e as instituições capitalistas.

## Bibliografia

BAKUNIN, Mikhail (2008). O princípio do Estado e outros ensaios (org. e trad. Plínio Augusto Coelho). São Paulo: Hedra.

CASTELLS, Manuel (2017). Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar.

CORRÊA, Erick; MHEREB, Maria Teresa (Org.) (2018). 68: como incendiar um país. São Paulo: Veneta (Coleção Baderna).

<sup>83</sup> <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/brasil/61015/haiti-vive-uma-situacao-pre-revolucionaria-e-esta-a-beira-de-uma-inssureicao-popular?fbclid=IwAR3DEfxCINAL5H6NhbdiIYZabfyXQmfaUZP5N2zKg3KfNiv-X57OX96FyAc>

<sup>84</sup> <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/20/entenda-a-onda-de-protestos-no-chile.ghtml>

<sup>85</sup> <https://lasoli.cnt.cat/2018/05/25/catalunya-y-las-anarquistas/?fbclid=IwAR2p2ks94GPcTuyXP4slbEQ4H4jeluoJS1zyUwL2gAxgd6qtqbx9ITOIxhs>

<sup>86</sup> <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2019/10/10/milhares-de-estudantes-vaio-as-ruas-da-colombia-protestar-contra-o-governo.htm>

<sup>87</sup> <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/18/protestos-sem-precedentes-reunem-dezenas-de-milhares-e-ameacam-governo-no-libano.ghtml>

GALLO, Silvio (2007). *Pedagogia libertária: anarquistas, anarquismos e educação*. São Paulo: Imaginário: Editora da Universidade Federal do Amazonas.

GRAEBER, David (2015). *Um projeto de democracia*. São Paulo: Paz e Terra.

GRAEBER, David (s/d). *O Anarquismo no século 21 e outros ensaios*. Adaptado do e-book editado por Rizoma Editorial.

HILSENBECK FILHO, Alexander; SPINELLI, Lucas Gebara (2012). *Zapatismo: pedagogia da autonomia e prática da liberdade*. In: RODRIGUES, Fabiana C.; NOVAES, Henrique T.; BATISTA, Eraldo L. São Paulo (orgs.). *Movimentos Sociais, Trabalho Associado e Educação para além do Capital*. São Paulo: Outras Expressões.

KROPOTKIN, Piotr (2005). *Palavras de um Revoltado*. São Paulo: Editora Imaginário.

LENOIR, Hugues (2017). *Autogestão pedagógica e educação popular: a contribuição dos anarquistas*. São Paulo: Intermezzo Editorial.

MAKHNO, Nestor; SKIRDA, Alexandre; BERKMAN, Alexandre (2001). *Nestor Makhno e a Revolução Social na Ucrânia*. São Paulo: Editora Imaginário.

MINTZ, Frank (2006). *O anarquismo social*. São Paulo: Imaginário.

MORAES, Wallace de (2018a). *Governados por quem? Diferentes plutocracias nas histórias políticas de Brasil e Venezuela*. Curitiba: Editora Prismas.

MORAES, Wallace de (2018b). *2013 – Revolta dos Governados: ou, para quem esteve presente, revolta do vinagre*. Rio de Janeiro: WSM Edições.

\_\_\_\_\_ (2019) *Você precisa ser governado? Uma crítica anarquista, quilombista e indigenista das bases centrais do colonialismo*. Rio de Janeiro. WSM edições. No prelo.

ÖCALAN, Abdullah (2016). *Confederalismo Democrático*. Rio de Janeiro: Rizoma.

PESCHANSKI, João Alexandre (2012). Os “ocupas” e a desigualdade econômica. In: HARVEY, David (Org.). Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior.

RODRIGUES, Glauco Bruce (2004). Territórios libertários: a experiência anarquista de autogestão na cidade de Barcelona durante a guerra civil espanhola (1936 – 1939). In: CIDADES, Revista Científica/Grupo de Estudos Urbanos – Vol. 1, n. 1, 2004. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos – v.9, n. 15.

SILVA, Peterson Roberto da (2018). O Anarquismo e a Legitimidade: tensões pós-modernas. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

VASSILEV, Pano (2008). A ideia dos soviets. São Paulo: Editora Imaginário.

## A GENEALOGIA E AS RELAÇÕES DE CENTRO-PERIFERIA

*Felipe Luiz*

Mestrando em Filosofia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Bacharel em Filosofia pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

**Resumo:** Há toda uma polêmica em torno da interpretação de Michel Foucault, e ela não se restringe aos temas por ele abordados, tocando mesmo o cerne de sua produção teórica, o método. Normalmente, aponta-se a coexistência de dois métodos distintos ao longo de seus trabalhos, o arqueológico e o genealógico, e as formas de apreender esta distinção também variam. Nosso intuito é aventar as possibilidades de uma leitura do método genealógico de Michel Foucault em um marco libertário, notadamente aproximando-o das noções de centro e periferia, que tem longa carreira, mas à moda de sua exposição pelo historiador neerlandês Rudolf de Jong, o qual desenvolveu certos pressupostos do pensamento de Malatesta, dentre outros anarquistas. Tentaremos argumentar acerca da possibilidade de uma interpretação dos trabalhos de Foucault nestes marcos, focando-se na inter-relação e reflexão sobre seus textos, e os correlacionando às noções de centro e de periferia.

**Palavras-chave:** Michel Foucault; genealogia; relações centro-periferia; Rudolf de Jong; anarquismo; filosofia política.

**Abstract:** There is a discussion surrounding Michel Foucault's interpretations, and it is not limited to the themes he approaches; it reaches the core of his theoretical production, his method. Normally, scholars say that there are two different methods in Foucault's production, the archaeological and the genealogical, and there is dissent in the ways we should interpret the distinction. Our objective is to list the possible interpretations of the genealogical method in an anarchist way, approaching it to the notions of center and periphery as developed by the Dutch historian Rudolf De Jong, which has elaborated Malatesta's vision and the visions of other anarchist authors. We will try to argue that we

can approximate Foucault's works to De Jong's results and we will reflect about the ensemble.

**Keywords:** Michel Foucault; genealogy; center-periphery relations; Rudolf De Jong; Anarchism; political philosophy.

## Introdução

Variadas maneiras de compreensão do pensamento de Michel Foucault foram ensejadas ao longo dos anos. Citaremos três, duas centradas no método, uma na temática: a primeira compreende a existência de um projeto *arqueogenealógico*, de modo que o *corpus* foucaultiano formaria um todo mais ou menos coeso, englobando inclusive as diferenças metodológicas (Machado, 2001); outra enxerga uma cisão radical entre o primeiro e o segundo Foucault, tomando como base estas diferenças de método, primeiramente *arqueológico* e, posteriormente, *genealógico* (Dosse, 1994); a terceira, enfim, focaliza três grandes fases de Foucault a partir de uma abordagem temática: *arqueologia do saber*, *genealogia do poder* e *genealogia da ética* (Pinto e Silva, 2001). Esta é uma polêmica que vai longe, e não nos atreveremos a nos enveredar por ela. Faremos notar, contudo, que por volta de 1970, quando da redação d' *A ordem do discurso* (Foucault, 2005a), Foucault progressivamente abandona suas pesquisas centradas em torno do *método arqueológico* em benefício de outro método, o *genealógico*. Com isto, diferentes enfoques vêm à tona, outros são retomados e expandidos. É a chamada *virada genealógica* (Dosse, 1994: 281).

Foucault tornara-se, então, expoente de um movimento não organizado, mais amplo, que criticava a psiquiatria, engrossando o coro de Franco Basaglia, *exempli gratia*; e, no correr da década de setenta, seus trabalhos sobre o sistema prisional e sobre sexualidade o sagrarão clássico nestes respectivos campos, e em tantos outros, posto que, sob a égide da pesquisa genealógica, Foucault fez vir à tona problemáticas na filosofia política e de teoria das ciências humanas e, mesmo, biológicas, por exemplo. Embora essa proficuidade da genealogia, Foucault não lhe consagrou um tratamento aprofundado, tal qual fizera, primorosamente, com o *método arqueológico*, cujo escopo, estofado e fundo dera a saber livrescamente, quando de sua aproximação com o estruturalismo, então corrente

(Piaget, 1970 e Dosse, 1994). O *método genealógico*, a seu turno, encontra-se explicado em estilhaços: em artigos, cursos, rápidas citações, etc.

É exatamente no hiato de Foucault que buscaremos nos situar. Primeiramente, buscaremos recolher alguns desses cacos, objetivando dotar-lhes de alguma coerência argumentativa, no bojo de pesquisa que desenvolvemos, a fim de sintetizar a genealogia enquanto método. Tarefa esta feita, apresentaremos as noções de *centro* e *periferia* tal como desenvolvidas por Rudolf de Jong, historiador holandês de menor fama, aparando arestas e precisando-as, visto sua larga utilização em outros campos, por exemplo, em teoria econômica. Por fim, cotejaremos estes resultados prévios tentando demonstrar a viabilidade e as problemáticas envoltas na utilização do *método genealógico* enquanto analítica das relações entre *centro* e *periferia*.

### O método genealógico

Pouco depois de expor (em 1971) a *genealogia*, Foucault falava da necessidade de elaborar uma dinástica do poder (Foucault, 2006a), em seguimento à *arqueologia* do saber; este é, com efeito, o tom da *genealogia*, que apresenta diferenças muito nítidas em relação ao *método arqueológico*. Como se sabe, durante a maior parte da década de 60, Foucault trabalhou sob os auspícios deste último método, tendo se aproximado em maior ou menor medida do estruturalismo. Em termos gerais, a *arqueologia* baseia-se em uma recolocação na problemática histórica<sup>88</sup>, disciplina a qual, na França, em tempos de Foucault, passava por mutações epistemológicas diversas a partir dos trabalhos da *nouvelle histoire*, isto é, da chamada Escola dos *Annales* (Burke, 1997), que muitos autores ligam a Foucault (Dosse, 1984); o campo historiográfico debatia-se então entre os problemas postos pelas distintas visões focadas na questão das estruturas (o estruturalismo, mas também Braudel), de um lado, e do devir, centrado na ênfase dos processos de mudança, posição esta afim ao marxismo. A *arqueologia* propunha-se a ser *diagonal*, como diz Deleuze, na medida em que desloca o cerne dos problemas para as variáveis envoltas no *métier* do historiador, em seu objeto de trabalho, o *documento*, mais

---

<sup>88</sup>Evidentemente, há outras ressonâncias da arqueologia, como, por exemplo, as discussões com a fenomenologia e o pensamento anglo-saxão. Mas é em termos de problemática histórica que Foucault, ele mesmo, apresenta a arqueologia. Para o primeiro tópico, cf. DOSSE, 1984; para o segundo, (Foucault, 2007a).



exatamente no *documento* enquanto *acontecimento*, o *discurso*<sup>89</sup>, e em sua parte constitutiva, o *enunciado*, no âmbito de uma economia do discurso, *id est*, nas suas formas de produção, circulação e consumo.

Os motivos que levaram Foucault a formular outra metodologia são múltiplos, e resolver esta problemática é entrar no cerne da questão de como entender os percalços de Foucault, tópico com o qual abrimos nossa discussão; e já demos ênfase que não será este nosso objeto. Apontaremos, de passagem, que no supracitado texto *A ordem do discurso* há elementos importantes que dão a saber esta mudança na medida em que, se Foucault recupera os elementos precedentes de sua reflexão arqueológica, ao mesmo tempo aponta para o futuro, formulando um programa de pesquisa, como outros que formulará, e dando a linha mestre de suas investigações vindouras. Pode-se dizer, em epígrafe, que há a passagem de uma economia do discurso para uma economia política do discurso, na medida que se tratará para o *método arqueológico* de pôr este discurso em um gradil de forças em luta; e Machado sintetiza com maestria ao afirmar que para a arqueologia tratava-se de responder o “como” conquanto que a genealogia terá sua *raison d’être* na pergunta relativa ao “porquê”.

Foucault elaborou considerações importantes acerca da *genealogia* no famoso necrológio a Hypollite. Filiando-se explicitamente a Nietzsche, o grande formulador deste método, Foucault precisa os meandros da *genealogia*. Para o mestre francês, a *genealogia* é um método documentário de pesquisa que se opõe à busca por uma origem originária, uma essência que se desenrolaria na história, designada por Nietzsche sob o nome de *Ursprung*, *princípio*, *origem*; as pesquisas envoltas em uma busca pela *Ursprung* de algo seriam metafísicas, pois buscariam a essência das coisas, mantida intocada frente aos acontecimentos externos. A *genealogia* partiria da asserção segundo a qual as coisas não têm esse gênero de essência, que esta se desenvolve paulatinamente em um campo de exterioridades: “o que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem — é a discórdia entre as coisas, é o disparate” (Foucault, 2001:18). A *genealogia* considera, antes, que “a história, com suas intensidades, seus desfalecimentos, seus furores secretos, suas grandes agitações febris como suas síncopes,

---

89 Toda a arqueologia do saber debruça-se sobre a definição de discurso, de modo que devemos ser sumários por questões de limitação de espaço; trata-se de questão ampla, complexa e controversa. Uma definição mais sucinta, com os desdobramentos e pontuações sobre o tema pode ser encontrada em (Castro, 2009:117-122).

é o próprio corpo do devir” (Foucault, 2001: 20). Para o genealogista “É preciso ser metafísico para lhe procurar [nas coisas] uma alma na idealidade longínqua da origem” (Foucault, 2001:20).

Enquanto método, a genealogia envolve um duplo movimento: de um lado a pesquisa de *Herkunft*, do outro a pesquisa de *Entstehung*<sup>90</sup>. O primeiro, *proveniência*, indica o pertencimento a um grupo, tratando-se de uma pesquisa de começo e que é dissociativa, buscando reencontrar, hoje, aquilo que foi perdido; por meio da *Herkunft* se buscam os acontecimentos através dos quais um caráter ou conceito se formou. Não é pesquisa de evolução de uma espécie ou povo, mas é “descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos — não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente” (Foucault, 2001:21). Foucault a define como uma pesquisa de herança, que vai mostrar a contingência e a heterogeneidade de fatores e acontecimentos coadunados naquilo que se toma por objeto, no corpo deste objeto, posto que a *Herkunft* se situa na articulação entre corpo e história. Quanto a *Entstehung*, *emergência* (no sentido de origem, de um ponto de surgimento), ela diz respeito ao aparecimento de algo, o momento onde deveio: “a genealogia restabelece os diversos sistemas de submissão: não a potência antecipadora de um sentido, mas o jogo casual das dominações [e é por isso que] a *emergência* se produz sempre em um determinado estado de forças” (Foucault, 2001:23). A *emergência* ocorre em um contexto de luta entre dominadores e dominados, visto que, historicamente, as formas de dominação se sucedem; ela não designa um *locus* de enfrentamento, mas um não lugar, uma distância, quer dizer, aquilo que separa, que diferencia as forças em luta.

A *genealogia* tem um sentido histórico. Seu objetivo é descontínuar, desfazer as unidades, mostrar os conflitos e acasos no corpo das coisas. Ela quer dissipar as unidades, posto que “as forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta” (Foucault, 2001: 28) e é no acontecimento que as forças se manifestam. O genealogista reconhece que “nos vivemos sem referências ou coordenadas originárias, em miríades de acontecimentos perdidos” (Foucault, 2001: 29). Paul Veyne, citando Deleuze, afirma que a *genealogia* não toma as coisas nem pelo princípio nem pelo termo, mas pelo meio (Veyne, 1982), quer dizer

---

90Na edição da Graal está grafado “Entestehung”, uma palavra que não existe no alemão. Assim, grafamos “Entstehung”, substantivação do verbo “entstehen”, “surgir”, “proceder”, “resultar”.

fugindo tanto da noção de fundamento, enquanto ponto arquimediano cartesiano, como dos distintos pensamentos pautados em um *telos*, a *genealogia* tenta situar as coisas em uma correlação de forças, para mostrar a origem meramente política, interessada das coisas.

“O método consiste então para Foucault em compreender que as coisas não passam das objetivações de práticas determinadas, cujas determinações devem ser expostas à luz já que a consciência não a concebe” (Veyne, 1982: 162). Veyne, um comentador privilegiado, visto as relações que entretinha com Foucault, considera que o filósofo francês está, assim, em um só golpe, se desfazendo de variados problemas metodológicos das humanidades (como o problema das intenções em um fato histórico, *c'est à dire*, das motivações do sujeito) e tentando constituir uma filosofia das relações; tomar as coisas pelo meio significa considerá-las enquanto práticas, e mesmo o discurso será entendido à moda de uma prática. Foucault teria querido escapar de uma filosofia do sujeito (a fenomenologia) sem cair em uma filosofia do objeto (o marxismo): elaborou assim uma filosofia das relações — evidentemente, sintetizamos bastante as coisas.

Em fato, estes elementos estão postos na análise de Foucault. Ele não só quis escapar de uma centralidade do sujeito, nodal para variados filósofos, sobretudo a partir do *cogito* cartesiano, como se esforçou para mostrar a constituição acidental do sujeito, com ele é fruto de relações de poder que o engendram por exemplo, (Foucault, 2005b) e (Foucault, 2006c). Ele não só quis escapar o marxismo — do materialismo dialético, da lógica dialética — como tentou mesmo, no mesmo movimento de explicação da *genealogia*, constituir uma *lógica estratégica* (Foucault, 2008).

No curso *Em defesa da sociedade* Foucault empreende um balanço da *genealogia* até então, ao mesmo tempo em que busca dar-lhe uma grade teórica de maior amplitude. Para ele, a *genealogia* seria marcada pela união entre o saber erudito e os saberes sujeitados, aqueles saberes das lutas por vezes desclassificados no contexto de uma ordem do discurso, sempre belicosa, que define sujeitos, objetos e *lócus* de fala. Anticiências, as genealogias visam mostrar como o presente é incerto e fruto de relações débeis, que devem ser situadas em uma correlação de forças e é notório que Foucault as explique como fruto de uma correlação, hodierna ao *l'esprit du soixante-huit*, cujo um dos efeitos é a criticabilidade geral das coisas; deste modo, ele escapa de qualquer imputação de metafísica a seu método: a *genealogia* resulta de embates de forças. Destarte o interesse

de Foucault orienta-se no sentido do problema da analítica das relações de poder, e não, exatamente, de uma substância poder. Com efeito, ele considera que as duas grandes matrizes analíticas do poder no Ocidente (a marxista e a liberal) incorrem em *economismo* das relações de poder, a concepção liberal por tomar o poder como mercadoria, portanto, cedível, alienável, no exato passo em que um indivíduo cede sua parcela de poder para a constituição de uma soberania; e o marxismo que incorreria em *economismo* na medida em que aponta uma *funcionalidade econômica* do poder, ou seja, uma tal que o *leitmotiv* das relações de poder seria a economia, mais exatamente, manter uma dominação de classe.

A seu turno, Foucault intenta escapar da referência a um fundamento, e já o dissemos. Assim, envereda na formulação do poder enquanto prática, a qual, por conseguinte, só existe enquanto praticada: o poder é um exercício sempre tenso. E um exercício tal que, a compreensão das relações de poder só pode se dar em uma analítica belicosa, enquanto, pois, guerra: “o poder é a guerra, é a guerra continuada por outros meios” (Foucault, 1999: 22). Surgido de relações bélicas, as relações de poder seguem em guerra, reconduzindo os resultados desta guerra em um investimento constante.

O pensador francês propõe, na seqüência, algumas precauções de método quando da analítica das relações de poder, tais sejam, buscar o poder em sua materialidade no lado dos sujeitos; em vez de estudar as questões de soberania, “estudar os corpos periféricos e múltiplos, esses corpos constituídos pelos efeitos do poder, como súditos” (Foucault, 1999: 34); estudar a reticularidade pulsante das relações do poder; analisar o concreto do poder nas microrrelações para compreender como são possíveis as estratégias globais de dominação; e assumir que o exercício do poder gera uma correlata relação de saber. O objetivo destas precauções seria fazer aparecer as técnicas de sujeição, em sua heterogeneidade e como estes operadores da dominação por vezes se apoiam, mas por vezes se negam em suas especificidades; o método serve para mostrar as condições de possibilidade das técnicas de dominação.

Ele compreende que, na exata medida em que é em uma correlação de forças que se mostra na organização de um corpo ou caráter, do mesmo modo não se pode compreender que o poder seria um bloco repressor, que serviria para desvirtuar desejos ou alterar relações essenciais, à moda do freudomarxismo; como o corpo e o caráter são organizados na história, o poder é produtivo, ele organiza estas relações.

Se bem seja em torno da problemática do poder que Foucault construa suas questões, ele não quer tomá-lo como uma problemática exatamente, posto que isto implicaria dar uma unidade a seus escritos a qual, por vezes ele se recusa, visto que um de seus alvos são as teorias totalitárias “envolventes e globais” (Foucault, 1999: 10). De todo modo, Fica explícito que a *genealogia* quer determinar os mecanismos, efeitos, relações e dispositivos de poder atuantes em níveis e campos diferentes da sociedade. Ela deve ser inscrita em um panorama de uma *lógica estratégica*:

“uma lógica da estratégia não faz valer termos contraditórios num elemento do homogêneo que promete sua resolução, [tal qual a lógica dialética]. A lógica da estratégia tem por função estabelecer quais são as conexões possíveis entre termos díspares e que permanecem díspares. A lógica da estratégia é a lógica da conexão do heterogêneo, não é a lógica da homogeneização do contraditório” (Foucault, 2008: 58).

Há a olhos vistos uma oposição ao marxismo e, bem dito, sua derivação, dependência ou relação com o pensamento hegeliano. Foucault a retoma em muitos momentos; de maneira geral, pode-se dizer que a crítica de Foucault aponta no sentido de que se deve abandonar uma lógica da contradição, posto que o real é isento de contradições; esta é uma categoria aplicável às proposições, mas não extensível ao conjunto do existente (Foucault, 2006a: 253-266); não nos cansamos de lembrar que Foucault considera que o discurso enquanto instância sofreu um achatamento<sup>91</sup>, e a lógica dialética, neste sentido, seguiria rasurando sua existência (Foucault, 2005a). Na visão de Foucault, a lógica dialética é reducionista: minoriza os distintos enfrentamentos a uma base comum, como se toda suprassunção fosse uma subsunção (Foucault, 2001). Em um horizonte foucaultiano, é mister, portanto, compreender dado caráter — por exemplo, a loucura na sociedade ocidental — em sua especificidade, que envolve disputas, combates; e somente então, após, buscar relacioná-la com outros caracteres; ou, para retomar uma terminologia d’*Arqueologia do saber*, primeiramente, elabora-se uma *série*, para, somente então, tentar elaborar um *quadro*, ou seja, uma *série* das *séries*, no qual as distintas estratégias se encontram e formam grandes estratégias.

---

91 Desde a emergência da vontade de verdade na Atenas Clássica, que enxovalhou o sofista em benefício da asserção de verdades fundamentais. Assim, desde então, o discurso somente comunica o verdadeiro, não estando, pois exposto às lutas. Cf. FOUCAULT, 2005a, idem, 2005b.

Não se trata, portanto, “de interrogar os universais, utilizando como método crítico a história, mas partir da decisão da inexistência dos universais para indagar que história se pode fazer” (Foucault, 2008: 5-6). Ao invés de partir de abordar o objeto de análise com pressupostos como “trata-se de uma dominação de classe”, investigar os múltiplos conflitos que envolveram a *emergência* deste objeto, ver sua *proveniência* belicosa, situá-lo em um gradil de forças, mostrar como sua essência é organizada em um contexto de embates. Uma vez estabelecido, ver como esta determinada série, como as microrrelações de poder, ou, como o poder investe o corpo mesmo; analisar como estas relações podem ser correlacionadas com grandes estratégias de poder: como, por exemplo, o internamento dos loucos, o controle familiar, as mudanças na estrutura dos hospitais, como tudo isto se relaciona com a emergência da biopolítica; investigar como as mudanças nas práticas de governo tiveram origem em formas pastorais de poder, uma origem baixa, menor, etc.. Enfim, como a lógica do mundo não é a contradição de opostos, mas o fulgor dos combates, que presidem tudo, inclusive o método ele mesmo.

### **As relações de centro e periferia**

É também com referências ao marxismo que De Jong constrói sua narrativa, buscando demonstrar, que o marxismo *in toto* está comprometido com dada visão da mudança social a qual, em último caso é incapaz de transformações efetivas nos marcos daquilo que se propõe fazer. O debate de Jong, contudo, contrariamente ao de Foucault, não é de ordem filosófica, embora nela resvale. Trata-se de, a partir de uma análise das posições marxistas, depreender seu caráter de teoria orientada para o *centro*, não para a *periferia*.

A utilização desta terminologia impõe a necessidade de que limpemos o meio de campo, posto que ela tem larga recorrência em uma área que nos escapa, e há ressonância de sua utilização nestes outros campos no texto de De Jong. No interior da *teoria da dependência*, *centro* e *periferia* designam, respectivamente, os pólos de capitalismo avançado e dependente, um produtor, de maneira geral, de manufaturados de alto valor agregado e exportadores de capital, o outro exportador de matérias-primas e importador de capitais (Marini, 2005).

Estes debates tipicamente econômicos, que se impunha às ciências humanas em meados do século passado, sobretudo fruto dos intelectuais agrupados na CEPAL, fazem eco em De Jong. Para este autor, um centro é uma área que domina uma periferia e a periferia é uma área dominada por um centro, tendo a relação se principiando por iniciativa do centro. Podem ser consideradas periferias: 1. culturas ou sociedades completamente distintas do centro; 2. áreas pertencentes a mesma estrutura social de um centro, mas que são ameaçadas em sua existência e identidade por este, posto serem tomadas como atrasadas ou subdesenvolvidas; 3. classes ou sistemas que foram outrora centros mas que passaram a uma posição periférica graças a desenvolvimentos tecnológicos ou sociais; 4. classes e grupos sociais que fazem parte do centro em um sentido econômico, mas são periféricos em um sentido social; 5. grupos sociais que não desempenham papel econômico ativo no centro; e 6. dominações de origem política intra ou interestatais.

Vê-se, pois, que o debate resvala a instância econômica, e não poderia deixar de fazê-lo, seja porque o capitalismo é, antes de mais nada, dada forma de produção de mercadorias — com tudo que disto decorre — seja pela centralidade da questão econômica no marxismo. Ao mesmo tempo, as noções de centro e periferia transbordam o meramente econômico e podem se referir a grupos sociais minoritários — como LGBT's, indígenas e mulheres<sup>92</sup>. É fato que um campo periférico, se deve ser dominada por um centro, pode ser ao mesmo tempo centro em relação a outro campo mais periférico; *exempli gratia*, um trabalhador francês, periférico em relação a um burguês, mas centro em relação a um imigrante líbio; ou uma mulher rica, periférica em relação aos homens, centro em relação aos pobres.

Para De Jong, seria traço constitutivo do anarquismo a luta contra o centro, e o processo revolucionário nos parâmetros anarquistas seria marcado pela destruição das relações que constituem o centro e o impedimento de sua reorganização; já no caso do marxismo (e De Jong não parece levar em conta marxistas como os do KAPD<sup>93</sup> ou à moda

---

92 Bem dito, minoritário em sentido qualitativo, não quantitativo.

93 *Kommunistische Arbeiterpartei Deutschlands* Partido Operário dos Trabalhadores da Alemanha, cisão radical do KPD, Partido Comunista da Alemanha.



de Tragtenberg ou João Bernardo<sup>94</sup>) tratar-se-ia sempre de lutar por meio de um centro (o partido) para tomar um centro (o estado). Outros elementos aproximariam, ainda, o marxismo do centro, sendo eles: a necessidade do desenvolvimento (de um centro) que massacra as áreas periféricas; a centralidade em um centro, o operariado fabril, em detrimento das periferias ou mesmo desprezo destas; e a noção da necessidade de revoluções nos países centrais, desprezando, pois, os periféricos, isto no pensamento de Marx, segundo De Jong, ao passo que Bakunin, fundador *in facto* do anarquismo, salientou as possibilidades revolucionárias dos países periféricos na Europa de meados do século XIX, como Rússia, Espanha e Itália, como é bem sabido.

No anarquismo contemporâneo, ao menos em algumas de suas vertentes (Farj, 2008)<sup>95</sup> a noção de classe é, mesmo, alargada para ir além da mera classe operária tradicional, e englobar toda a sorte de individualidades, grupamentos, comportamentos ou culturas periféricas, implicando em uma considerável expansão da noção de luta de classes; já no marxismo se encontraria uma noção tradicional e estrutural de classe, ligada à posição em relação ao processo produtivo, contrastando, pois, com a noção prévia, de caráter sociológico. A classe oprimida não pode, pois, ser restringida ao proletariado urbano tradicional, e engloba: mulheres, LGBT's, indígenas, o *lumpenproletariado*, desempregados, trabalhadores precarizados, etc. Ademais esta última noção de classe, em se tratando de uma concepção eminentemente sociológica, e não estrutural, na medida em que as *periferias* são definidas por uma relação com o centro, e não pelo pertencimento a um elemento estruturante de uma dada formação social; esta concepção de *periferia* presta-se a utilizações mais amplas.

Por esta afinidade prático-teórica com posições periféricas, De Jong salienta que se deu o anarquismo como pré-político, como ideologia típica de um momento onde o movimento operário estava se estruturando, não estava suficientemente maduro, conquanto o marxismo, e sua forma canônica no marxismo-leninismo, seria a ideologia típica, mesmo natural, do movimento operário, capaz, portanto, de orientá-lo da melhor maneira. Contudo, em áreas muito bem industrializadas, como a Catalunha, o anarquismo

---

94 Para estes marxistas cf. TRAGTENBERGM.; *Marxismo heterodoxo*, SP: Brasiliense, 1981. Para a figura de Tragtenberg, BERNARDO, J.: *A actualidade das reflexões de Mauricio Tragtenberg em Administração, Poder e Ideologia*, in Revista Margem à esquerda, nº 7, maio de 2006

95O artigo a seguir expõe alguns aspectos do anarquismo contemporâneo: MAZZONI, 2016.

teve expressiva força; e, hodiernamente, esta tese desfez-se, sobretudo após o reaparecimento do anarquismo no coração do capitalismo global, a França de 68.

Seria mais acertado, contudo, tomar que anarquismo e marxismo são estratégias opostas, e De Jong faz a analogia de que o anarquismo seria a luta de guerrilhas enquanto que o marxismo<sup>96</sup> seria a guerra por meio de exércitos regulares. Para os anarquistas, ademais, o campo de luta seria mais amplo, compreendendo toda a sociedade, não somente a área econômica, incluindo, pois, as lutas antiautoritárias. Em fato, é bem conhecida a posição do estalinismo acerca da homossexualidade, e, também, a importância que se deu à psiquiatria na URSS, fato que Foucault salienta (Foucault, 2001) e (Tragtenberg, 2007) chega a dar a lista de opositores políticos psiquiatrizados sob o regime estalinista.

### **Genealogia e periferia**

Como apontamos acima, Foucault se recusa a dar uma unidade a sua teoria, exatamente a unidade que buscamos dotá-la neste momento. Roberto Machado, um de seus comentadores, chega mesmo a afirmar que nem mesmo há uma teoria do poder em Foucault; e a expressão de que ele estaria lançando “flechas genealógicas” exemplifica bem esta questão. Contudo, fazemos notar que Salvo Vaccaro, em um texto já referido (Vaccaro, s/d), no qual relaciona-se Foucault e anarquismo, fala de certo “uso anarquista do texto” que Foucault propugnou, referindo-se, com esta inventiva, ao conhecido fato do pouco apreço de Foucault por métodos de citação que chamaríamos, hoje, no Brasil, de normais e esperados de um texto dito científico. Esta “utilização anarquista do texto” empreendida por Foucault põe, contudo, a questão: é foucaultiano ser foucaultiano? Ou, em outros termos, prestamos reverência a Foucault seguindo à risca seus escritos; ou nos valendo deles como bem nos aprouver, guardando o devido respeito e rigor, por óbvio, mas sem nos importarmos em obter as bênçãos do mestre? Somos foucaultianos fazendo um uso anarquista de seus textos ou o tornando santo, para usar a feliz expressão de Nietzsche em *Ecce homo*? A nosso ver, pois, a genealogia pode ser utilizada como instrumento analítico a serviço de uma estratégia bem definida, o anarquismo, mais especificamente o anarquismo de raiz malatestiana.

---

96Leia-se sempre marxismo-leninismo.

Nestes marcos, os termos em discussão não deixam dúvidas acerca da *possibilidade* de se compreender a *genealogia* enquanto um método de análise da periferia. Foucault analisou fundamentalmente três campos periféricos distintos: o da loucura, o carcerário e o da sexualidade. Nos textos onde isto foi empreendido, contudo, encontram-se apontamentos ou *petites genealogias*, concernentes, por exemplo, à escola e aos estudantes; à fábrica e ao operariado, etc. Mas há outros textos ainda. Foucault empreendeu a analítica das práticas de governo e do neoliberalismo, por exemplo; nestes casos, como resolver a equação, quer dizer, se a *genealogia* é a analítica das *periferias*, como compreender que se dê nestes casos a análise do *centro*? Ora, parece, pois, que ela se presta a esta dupla utilização, seja tomando o centro seja a *periferia* como objeto; ela analisa, portanto, as *relações centro-periferia*.

Parece-nos claro que estes campos supracitados possam ser tomados como periféricos. O carcerário, dominado pelos não presos, relação que ademais implica na instituição carcerária e, ademais, nos tribunais, etc. A relação não se principia pelos presos; o debate das reformas penais que redundariam na grande reforma penal na dobra do século das Luzes, na França, e na Europa de maneira mais geral, não se desenvolve entre os presidiários eles mesmos, e as mudanças, com a conseqüente implantação do maquinário do panóptico e a constituição da constelação carcerária, apreendem os presos em uma relação na qual eles não são o pólo dinâmico (Foucault, 2006c). A atuação de Foucault no Grupo de Informações sobre as Prisões e alguns textos escritos por esta ocasião (Foucault, 2006a) exemplificam bem as dificuldades de mobilização desta *periferia*.

Estas mesmas dificuldades encontrar-se-ão em outra grande *periferia*, com características muito similares à carcerária. O mundo psiquiátrico, especialmente aquele da psiquiatria policial, é eivado de dificuldades relativa aos “pacientes”, cujo contato reduzido com o mundo exterior é ademais mediado pela figura da doença e filtrado pelo aparato médico. É fato, contudo, pela marca mórbida que carrega, o doente mental encontra-se em situação ainda mais agravada que o presidiário, posto que, enquanto o presidiário cumpre pena por um ato cometido, o louco é enquadrado em uma relação muitas vezes apontada como orgânica, inescapável. De todo modo, trata-se de uma relação constituída entre os pólos da razão e desrazão (Foucault, 1972), esta desqualificada e, posteriormente inscrita em um horizonte médico (Foucault, 2006b).

Do mesmo modo, a constituição do campo da sexualidade, e logo daquelas que infringem o dispositivo da aliança, como Foucault chama as sexualidades circunscritas às formas tradicionais — ligadas bem de perto ao aparato psiquiátrico<sup>97</sup> — segue uma lógica parecida: a constituição de sujeitos periféricos, sua captura em relações de poder iniciadas pelas instituições, sua desqualificação, etc. (Foucault, 1997a).

É mister lembrar que nesses casos, e de outras instituições, tratava-se da emergência de uma tecnologia de poder — a disciplina — que se presta a múltiplos usos, e, correlatamente, o aparecimento de uma forma de saber, o exame, também muito profícuo; ou senão, trata-se da emergência da biopolítica. Pode-se dizer, pois, que se tratava do surgimento de uma forma geral de captura e tratamento das *periferias* pelo *centro* em se constituindo deste modo, forma esta que se viu aplicada nas fábricas, em empreendimentos coloniais, nas escolas, no exército, e, claro, na prisão, no hospital (e no hospital psiquiátrico em específico).

No caso particular supracitado, da *genealogia* de grandes práticas de governo, como o neoliberalismo, argumentamos que a *relação centro-periferia* estabelece-se entre elites econômicas e governados, uma relação deveras ampla, e, mesmo, frouxa, mas que permite, mesmo assim, o seu entendimento e estabelecimento. Em fato, os últimos trabalhos de Foucault são marcados pela analítica da proveniência do governo ele mesmo, nos conduzindo até a questão pastoral, etc. o que mostra a possibilidade das *genealogias*, apontando sua amplitude e força.

### **Genealogia enquanto método de análise das relações centro-periferia: problemas**

Se estes elementos que arrolamos trabalham no sentido de nossas intenções, há outros que dificultam nossa empreitada. Primeiramente, deve-se sublinhar que há um desnível entre os elementos da discussão que ora travamos, posto que há um arcabouço filosófico por trás da *genealogia*, conquanto que ele é pouco visível no texto de De Jong.

Uma vez que buscamos encontrar o caráter heurístico da *genealogia*, as dificuldades são de outra ordem. Não há dúvidas que sujeitos e campos analisados por Foucault — o louco e o mundo manicomial, o preso e o mundo carcerário, por exemplo

---

97Lantéri-Laura faz uma excelente exposição da captura das sexualidades dissidentes pela psiquiatria.  
LANTÉRI-LAURA, G; *Leitura das perversões*, RJ: Zahar, 1994

— são periféricos; contudo, sua organização enquanto movimento político é deveras debilitada, por definição, e Foucault ele mesmo o aponta. Outros elementos analisados por Foucault, como o campo da sexualidade, são, contudo, isentos deste tipo de preocupação.

Outra dificuldade, esta de monta, reside no seguinte: De Jong está vinculado a uma tradição anarquista explicitamente. Em Foucault esta vinculação é um pouco mais complexa. Foucault diz já no fim de sua vida que “[entre] o anarquismo e o método que eu emprego é certo que existe qualquer coisa como uma relação; mas vocês vêem que as diferenças são igualmente claras. Em outras palavras, a posição que eu assumo não exclui absolutamente a anarquia” (Foucault, 2007b: 34) e, na seqüência, que era lícito se falar em uma *anarqueologia*. Há um texto famoso que debate esta aproximação (Vaccaro, s/d), apontando os problemas, mas, contudo, passando longe do essencial; Vaccaro fez um levantamento, na bibliografia foucaultiana então disponível, das citações de Foucault de termos e autores anarquistas e, a julgar por seu resultado, seria vã a tentativa de estabelecimento de qualquer relação, posto que as referências não são nem muitas nem profundas.

Há ainda outro problema. Foucault afirma muitas vezes que a genealogia abandona os universais da política para adotar um procedimento indutivo, indo do corpo aos grandes esquemas de poder, e não partindo dos universais (classes, soberania) ao corpo; o anarquismo, já, assume a existência destes universais, como classe social. Ora, aqui argumentamos, contudo, que se trata do corpo periférico, de individualidades inseridas em uma relação de desnível. Não se trata para Foucault de se desvencilhar dos “universais da política” ou de negar-lhes a existência — não se nega em nenhuma parte a existência dos universais. Se Foucault se afirma, especialmente na *Microfísica do poder*, nominalista, devemos lembrar que o nominalismo não diz que o universal não existe, embora Foucault ele mesmo diga que não existe, cometendo um erro teórico<sup>98</sup>, o qual citamos mais acima; a posição do nominalismo, no entanto, é que o universal existe como uma emissão vocal, como um nome. A classe social é real enquanto induzida das particularidades, é o nome de uma relação, mas não é real enquanto um sujeito que existe seja nas coisas seja separada deles, um sujeito como que autoconsciente, à moda de uma

---

98Seguimos Porfírio, que é quem inicia a querela nos universais, neste aspecto: PORPHYRIUS, *Isagoge*, Paris: Vrin, 1947

Fenomenologia do Espírito ou como se encontra em muitos textos marxistas (“a burguesia fez isto ou aquilo”). Do mesmo modo, o corpo que ora chamamos de periférico existe em uma correlação e, se o inserimos em uma relação mais geral, isto não quer dizer que o anulamos, mas que, apenas, induzimos<sup>99</sup>.

Foucault se opõe à fenomenologia seja porque esta é uma filosofia do sujeito seja porque assume um fundamento (digamos, uma *arché*) para a pesquisa, ao qual Foucault se opõe, a consciência eidética (ele quer uma *anarché*<sup>100</sup>); e se opõe ao marxismo (à dialética), não porque não quer “um universal”, mas porque a lógica dialética não compreende que há uma lógica do mundo que ultrapassa os limites triádicos por ela estabelecidos, quer dizer, porque ela reduz os combates a uma forma esquemática, quando os combates que se desenvolvem a ultrapassam — eis o sentido da lógica estratégica. Portanto, trata-se de colocar o universal no centro dos combates, assumindo-o como disputante e em disputa, ao mesmo tempo que novos universais são constituídos (a disciplina, o biopoder, etc.) a partir de um esquema indutivo, como o nome de uma *estratégia sem sujeito*. Em suma, não se nega o universal, se revê seu caráter e forma de constituição.

Por trás disto, ainda, mais problemas se avolumam. A *genealogia* é, sobremaneira, negativa; ela não se liga imediatamente a um programa positivo, posto que se presta a mostrar as relações de poder que engendraram tal ou qual objeto, mas não está ligada a uma estratégia em específico; ou, em outros termos, ela mostra a formação das estratégias sem dar, ela mesmo uma estratégia, e isto bem pode ser entendido como uma estratégia; para falar em termos de uma das vertentes do anarquismo contemporâneo, a contribuição de Foucault seria no campo da teoria, não da ideologia (Fau, 1972). Em fato, contudo, esta recusa de Foucault em elaborar um programa talvez possa ser ligada (Bruni, 1989) a uma recusa em, de um lado, representar alguém, deixando às *periferias* o direito a determinar o próprio destino; de outro, deve-se ter em mente talvez uma recusa em

---

99 Trata-se de uma discussão complexa, que apenas pontuamos. Para um aprofundamento da questão é mister que desenvolvamos múltiplas pesquisas em diferentes campos, notadamente no que tange à querela dos universais. A introdução ao tema é simples, seu desenvolvimento mais complexo. Para a querela dos universais, nos apoiamos em dois textos, no próprio Aristóteles e em Porfírio. Cf. ARISTÓTELES, *Da Interpretação in Órganon*, SP: EDIPRO, 2005; PORPHYRIUS, *Isagoge*, Paris: Vrin, 1947

100 A brincadeira com estes termos devemos ao professor Rodrigo Gelamo, que nos alertou para a mesma.

constituir um sujeito, visto que a genealogia mostra, exatamente, como as relações de poder, em se exercendo, constituem relações de saber, de modo que têm como correlato uma e outra; Foucault se recusava a participar deste jogo.

Ao mesmo tempo, em outros problemas ainda podem aparecer. Seria muito difícil pensar a grade genealógica em termos revolucionários posto que ela parece excluir a noção da revolução, este carnaval dos desvalidos, onde as relações postas seriam simplesmente invertidas e as dominações se desfariam sob os pés da história, e seriam, em um só golpe, desfeitas. Como ela busca se colocar fora de um horizonte do fundamento, inclusive para pensar o fundamento do poder, não há um ponto nodal a ser tomado para inverter a ordem das coisas<sup>101</sup>; as mudanças nas relações de poder, a constituição de sujeitos libertários e de instituições assim coadunadas passaria por um modelo de guerra — e é assim que Foucault chama seu modelo de análise das relações de poder (Foucault, 1999)<sup>102</sup>. Para utilizarmos a fórmula de Clausewitz, a guerra não se ganha em uma batalha; a mudança social em Foucault necessariamente passaria por uma luta prolongada, um processo de acúmulo de forças que redundaria nas transformações almejadas. Assim, isto gera um descompasso entre seu pensamento e o anarquismo, ao menos em algumas de suas formas; note-se, contudo, que Malatesta, expoente do pensamento anarquista, aponta a salutariedade das reformas e seu papel positivo no movimento; pode-se ler nele a necessidade do acúmulo de força social para promover o processo revolucionário. Isto coaduna muito bem com aquilo que poderia ser pensado como uma mudança social no pensamento de Foucault. É claro, pois, que estas relações entre Foucault e o pensamento de Malatesta são possíveis, e devem ser empreendidas. Em fato no seguimento a este artigo, trabalharemos em algo desta ordem.

### **Conclusão**

Em nosso entender a genealogia pode ser encarada como um método de análise das *relações entre centro e periferia* (ou também como este método), cumprindo, pois, aprofundar as pesquisas e os paralelos, visto que as dificuldades não são poucas, como cremos ter mostrado. Buscamos explicitar que Foucault empreendeu a análise de algumas relações centro e periferia, tendo morrido quando seu escopo analítico encontrava-se

---

101 Boito Júnior observa bem que, em Foucault, exclui-se um modelo de tomada do estado. Contudo não observa as relações que este gênero de pensamento pode entreter com o pensamento anarquista. Note-se que Boito tem explícitas filiações ao pensamento leninista. Cf. BOITO JR, 2016.

102 Este modelo foi analisado em LUIZ, 2010.



focado em uma hercúlea tarefa intelectual, a genealogia do governo ele mesmo. Se, de um lado, as genealogias concernentes às tantas periferias que existam podem ser elaboradas, esta é uma missão que compete a nós, contemporâneos, realizar, estando os instrumentos postos e o material — a realidade das relações de dominação — fartamente disponível. E, primeiramente, é mister aprofundar as pesquisas, com o fito de saber se esta relação é se sustenta em fato, ou se é mero “efeito de superfície”.

Se há esta convergência metodológica, nós enveredamos no sentido de demonstrar as dificuldades políticas relativas a mescla entre Foucault e o pensamento libertário, especialmente pelo caráter negativo da genealogia, que não nos dota de nenhum programa político. Este caráter negativo não deve, contudo, ele mesmo ser encarado negativamente, visto que ele significa que aqueles que estão envolvidos nas lutas são os responsáveis por constituir a estratégia que adotarão; quer dizer, que devem estabelecer seu próprio devir, assenhorear-se de seu próprio destino. Naquela entrevista sobre a geografia (Foucault, 2001), Foucault exaspera-se com o que compreende, à primeira vista, como um pedido dos geógrafos para que ele analise a geografia; a posição de Foucault é de que os geógrafos, eles mesmos, devem tomar a própria disciplina como problema, e não esperar que alguém lhes forneça a chave de seu futuro. Em fato, é caro ao anarquismo e ao pensamento libertário em geral a crítica a divisão entre intelectuais e base, quer dizer, entre quem manda e quem faz, encarada como crítica à divisão social do trabalho, mas mirando também à noção de vanguarda intelectual<sup>103</sup>, muito utilizada por certa tradição marxista. Esta via de entendimento nos conduz à conclusão de que Foucault, mesmo quando guardou silêncio, estava se posicionando a favor da liberdade do sujeito (Bruni, 1989); assim, em seu mutismo, foi mais anarquista do que muitos anarquistas, estes que crêem possuir a chave do real, o caminho da revolução e as sendas para o futuro.

---

103A discussão entre Sartre e Daniel Cohn-Bendit é, neste quesito, bastante esclarecedora: COHN-BENDIT et. Ali; *A revolta estudantil*, RJ: Laudes, 1968

## Bibliografia

BOITO JR., A.; O estado capitalista no centro: crítica ao conceito de poder de Michel Foucault, 2016, disponível em <http://www.grabois.org.br/portal/artigos/153040/2016-09-16/o-estado-capitalista-no-centro-critica-ao-conceito-de-poder-de-michel-foucault> acessado em 06 de novembro de 2016.

BRUNI, J.C. (1989). *Foucault: o silêncio dos sujeitos*, SP: Revista Tempo Social, v.1., n. 1, pp.199-207.

BURKE, P. (1997). *A escola dos Annales (1929-1989)*, SP: EDUNESP

CASTRO, E. (2009). *Vocabulário de Foucault*, BH: Autêntica

COELHO, E.P (s/d). *Estruturalismo: antologia de textos teóricos*, Lisboa: Portugalia

CORRÊA, F. (2008). *Da periferia para o centro: sujeito revolucionário e transformação social* in DE JONG, R.; *A concepção libertária da transformação social revolucionária*, SP/RJ: Faísca/FARJ

DE JONG, R. (2008). *A concepção libertária da transformação social revolucionária*, SP/RJ: Faísca/FARJ,

DOSSE, F. (1994). *História do estruturalismo volume 2 — o canto do cisne: de 1967 aos nossos dias*, Campinas: Ensaio

FEDERAÇÃO ANARQUISTA DO RIO DE JANEIRO (FARJ) (2008). *Anarquismo social e organização*, RJ: FARJ

FEDERAÇÃO ANARQUISTA URUGUAIA (FAU) (1972). *Huerta grande: a importância da teoria*, s/l, disponível em <https://anarquismorj.wordpress.com/textos-e-documentos/teoria-e-debate/huerta-grande-a-importancia-da-teoria-fau/> acessado em 06/11/2016

FOUCAULT, M. (2007a). *A arqueologia do saber*, 7ª ed., RJ: Forense Universitária

\_\_\_\_\_ (2005a). *A ordem do discurso*, SP: Loyola,

\_\_\_\_\_ (2005b). *A verdade e as formas jurídicas*, 3ª ed., RJ: NAU,

\_\_\_\_\_ (2006a); *Ditos e escritos V — Estratégia, poder, saber*, 2ª ed., RJ: Forense Universitária

\_\_\_\_\_ (2007b). *Do governo dos vivos*, SP: Centro de Cultura Social

\_\_\_\_\_ (s/d). *Entrevista de Michel Foucault à Quinzaine Littéraire* in COELHO, E.P.; *Estruturalismo: antologia de textos teóricos*, Lisboa: Portugaláia, s/d

\_\_\_\_\_ (1972). *Histoire de la folie à l'âge classique*, Paris: Gallimard

\_\_\_\_\_ (1997a). *A história da sexualidade I: a vontade de saber*, RJ: Graal,

\_\_\_\_\_ (2001). *A microfísica do poder*, 16ª ed., RJ: Graal,

\_\_\_\_\_ (1999). *Em defesa da sociedade*, SP: Martins Fontes

\_\_\_\_\_ (2008). *Nascimento da biopolítica*, SP: Martins Fontes

\_\_\_\_\_ (2006b). *O poder psiquiátrico*, SP: Martins Fontes

\_\_\_\_\_ (1997b). *Resumo dos cursos no Collège de France: 1970-1982*, RJ: Zahar

\_\_\_\_\_ (2006c). *Vigiar e Punir — Nascimento da prisão*, 31ª ed., Petrópolis: Vozes

GOLDSCHMIDT, V. (1963). *A religião de Platão*, SP: Difel

\_\_\_\_\_ (1963). *Tempo histórico e tempo lógico na interpretação dos sistemas filosóficos* in GOLDSCHMIDT, V.; *A religião de Platão*, SP: Difel, 1963

LUIZ, F. (2010). Foucault genealogista: a guerra como modelo analítico das relações de poder Campinas: IFCH, *Cadernos da Graduação*, v. 1, pp. 145-152., disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/cadernosgraduacao/article/view/538> acessado em 06/11/2016

\_\_\_\_\_ (2010). O conceito de saber na epistemologia política de Michel Foucault, *Revista de Iniciação Científica da FFC*, v. 10, n. 2, 2010, disponível em

<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/view/331> acessado em 06/11/2016

MACHADO, R. (1988). *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault*, 2ª ed., RJ: Graal,

\_\_\_\_\_ (2001). *Por uma genealogia do poder* in FOUCAULT, M; *A microfísica do poder*, 16ª ed., RJ: Graal

MALATESTA, E. (s/d). *Anarcocomunismo italiano*, SP: Luta Libertária

\_\_\_\_\_ (2009). *Anarquismo e anarquia*, SP: Faísca

MARINI, R.M. (2005). *Desenvolvimento e dependência* in TRASPADINI, R., STÉDILE, J.P.; *Ruy Mauro Marini — vida e obra*, SP: Expressão Popular

MAZZONI, M. (2016). *O anarquismo segundo duas abordagens contemporâneas s/l: ITHA*, 2016, disponível em <https://ithanarquista.files.wordpress.com/2016/08/marcelo-de-marchi-mazzoni-o-anarquismo-segundo-duas-abordagens-contemporaneas.pdf> acessado em 06/11/2016

NIETZSCHE, F. (1999). *Ecce homo — como alguém se torna o que é*, SP: Cia das Letras

PIAGET, J (1970). *O estruturalismo*, SP: DIFEL

PINTO E SILVA, E. (2001). Ética, loucura e normalização, *Revista Psicologia Ciência e Profissão*, 21 (4), pp. 16-25

PORPHYRIUS (1947). *Isagoge*, Paris: Vrin

RICHARD, V. (org.) (2007). *Malatesta — pensamiento y acción revolucionários*, Buenos Aires: Tupac

TRAGTENBERG, M (2007). *A revolução russa*, EDUNESP

TRASPADINI, R., STÉDILE, J.P. (2005). *Ruy Mauro Marini — vida e obra*, SP: Expressão Popular

VACCARO, S. (s/d). *Foucault e o anarquismo* disponível em [www.sabotagem.cjb.net](http://www.sabotagem.cjb.net) acessado em 31 de outubro de 2016.

VEYNE, P. (1982); *Como se escreve a história/Foucault revoluciona a história*, Brasília: EDUnB

## IMIGRAÇÃO E ANARQUISMO NO MOVIMENTO OPERÁRIO DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA<sup>104</sup>

*Hamilton Santos*

Doutorando em História Comparada pela UFRJ e membro pesquisador do Observatório do Trabalho na América Latina da UFRJ (OTAL-UFRJ). Mestre em História pela UNIVERSO. Pós-graduado em Ciências da Religião. Professor de História da Rede Estadual do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ). Publicou sua dissertação de mestrado sob o título “Anarquismo e a formação do Partido Comunista do Brasil”

**Resumo :** O objetivo do presente artigo é analisar a influência da imigração europeia na formação do movimento operário brasileiro durante as primeiras décadas da Primeira República. Parte dos imigrantes europeus trouxe as ideias anarquistas de organização operária para o Brasil. A força do anarquismo no movimento operário brasileiro foi intensa. Setores mais combativos do movimento operário eram formados por militantes que, em sua maioria, eram oriundos do anarquismo, da tendência do sindicalismo revolucionário. O sindicalismo revolucionário foi a principal força sindical de resistência à opressão oriunda do incipiente capitalismo no Brasil. É importante conhecermos os alicerces do movimento sindical em nosso país, suas influências, através do estudo da formação da classe operária brasileira e suas estratégias de atuação.

### IMMIGRATION AND ANARCHISM IN THE WORKERS' MOVEMENT DURING FIRST REPUBLIC

**Abstract :** This article aims to analyze the influence of the european immigration in the formation of the brazilian labor movement during the first decades of the First Republic. Part of the european immigrants brought the anarchist ideas of workers' organization to Brazil. The strength of anarchism in the brazilian labor movement was intense. The most militant sectors of the labor movement were formed by militants who were mostly from

---

<sup>104</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

anarchism, from the tendency of revolutionary syndicalism. Revolutionary syndicalism was the main trade union resistance force against oppression that arose from incipient capitalism in Brazil. It is important to know the foundations of the trade union movement in our country, its influences, through the study of the formation of the Brazilian working class and its strategies of action.

**Palavres-chave:** imigração, anarquismo e movimento operário.

### **Introdução**

O presente artigo tem o objetivo de analisar a influência da imigração europeia no movimento operário brasileiro durante as primeiras décadas da Primeira República, especificamente no Rio de Janeiro. A força do anarquismo no movimento operário brasileiro foi intensa. Setores mais combativos do movimento operário eram formados por militantes que em sua maioria eram oriundos do anarquismo, da tendência do sindicalismo revolucionário. O sindicalismo revolucionário foi a mais combativa e atuante estratégia do anarquismo no Brasil, a principal força sindical de resistência ao incipiente capitalismo em nosso país.

Esboçaremos uma análise da formação da classe operária brasileira, para que possamos identificar os motivos que levaram muitos trabalhadores a apoiar e atuar a combativa concepção do sindicalismo revolucionário. Para alcançarmos tal entendimento será preciso analisar o surgimento das primeiras atividades industriais no Rio de Janeiro, ainda no século XIX. Da mesma forma não podemos ignorar o peso de séculos de escravidão enquanto obstáculo para a implementação de um incipiente modo de produção capitalista no Brasil e conseqüentemente na formação da classe operária brasileira.

No Brasil, as primeiras indústrias surgiram nos anos finais do governo de D. Pedro II. Algumas incipientes fábricas surgiram no início do século XIX e tiveram curto tempo de vida e com elas surgiram também os primeiros operários. A formação do proletariado brasileiro diferiu do modelo clássico de formação de classe operária nas sociedades europeias, particularmente do proletariado inglês, analisado por Thompson em *A formação da classe operária inglesa*<sup>105</sup>.

---

<sup>105</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa: A Árvore da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.



Em meados do século XVIII, a Inglaterra foi o primeiro país a realizar sua Revolução Industrial, seguida de Bélgica e França, que consolidou seu processo industrial no início do século XIX e depois a Alemanha, que iniciou sua industrialização meio século após os ingleses. Um mundo novo estava surgindo na Europa e os europeus se esforçaram para entendê-lo com os meios de análise que dispunham na época. Gradativamente foram sendo desenvolvidas as primeiras análises a respeito da sociedade capitalista e nelas era notória a diferenciação entre os proprietários dos meios de produção, os burgueses, e aqueles que dispunham unicamente da sua própria força de trabalho para vendê-la e assim alcançar a sobrevivência, o proletariado.

Nos países que se industrializaram, foi notório o processo de enriquecimento da minoria que possuía os meios de produção em contraste com a grande massa de trabalhadores que vivia na miséria absoluta, intensamente explorados, obrigados a trabalhar 16 horas por dia em ambientes sem a mínima condição de higiene, escuros e insalubres, em que o risco à integridade física era uma constante. Dentro desse contexto de relação de produção, o único legislador do trabalho era o próprio patrão.

### **Formação do Movimento Operário Brasileiro**

Diferentemente da industrialização europeia, o processo de industrialização no Brasil foi gerado nas entranhas de uma sociedade escravista. O capital adquirido pela venda do café para o mercado internacional, explorando a mão de obra escrava, gerou capital suficiente para que os cafeicultores estimulassem o desenvolvimento das primeiras indústrias, que vão surgir aqui mais de um século após a Revolução Industrial na Inglaterra.

Assim a formação do proletariado brasileiro foi um processo singular, resultado do surgimento e existência das primeiras fábricas no século XIX. Essa formação representou um processo gradativo de transição econômica pela qual o país estava passando.

Os séculos de escravidão em nosso país influenciaram a formação e o comportamento dos trabalhadores brasileiros. Após o fim da escravidão, o comportamento do trabalhador continuou influenciado pelas relações geradas por ela. Exigir melhorias trabalhistas teria como consequência a possibilidade de ser violentamente punido pelos patrões.

Outro desdobramento da escravidão para o trabalhador assalariado brasileiro foi a marginalização do trabalho. O mercado de trabalho no Brasil se desenvolveu entendendo-se o trabalho como uma atividade negativa e penosa. Dentro dessa realidade, era difícil para o trabalhador desenvolver alguma forma de conhecimento. Filho de trabalhador não estudava, trabalhava. Aqueles que não aceitassem trabalhar sem qualquer tipo de regulação do trabalho, caíam na marginalidade. Eram as únicas alternativas: aceitar a opressão trabalhista do incipiente sistema capitalista no Brasil ou ficar à margem da sociedade. O trabalhador brasileiro entrou, por isso, em um processo de alienação, não desenvolvendo consciência de classe necessária para lutar por seus direitos.

O Brasil viveu o sistema econômico da escravidão durante quase três séculos, fato que alicerçou o crescimento de uma sociedade capitalista com graves desequilíbrios sociais e econômicos. Nosso país, em meados do século XIX, ainda tinha sua produção baseada na exploração do trabalho escravo, do latifúndio de culturas agrícolas extensivas, com seus produtos destinados à exportação, sem centros urbanos desenvolvidos, nem população industrial ativa, com alto grau de adesão ao catolicismo e com altíssimo índice de analfabetismo da população brasileira. Dentro desse contexto, complexas ideias socialistas poderiam criar raízes e se desenvolver, como ideias revolucionárias - o anarquismo ou o marxismo, por exemplo - poderiam levar os trabalhadores brasileiros a se entender enquanto classe social explorada dentro de um sistema capitalista mundial.

Na segunda metade do século XIX, os países latino-americanos já haviam deixado de utilizar mão de obra escrava há dezenas de anos. Com exceção de Cuba e Haiti, o trabalho escravo nunca foi a base da produção dos países de colonização espanhola e francesa. O Brasil manteve a escravidão enquanto pôde, porém a abolição da escravidão era questão de tempo, estando o Brasil inserido em um mundo capitalista, que não abria mais espaço para a manutenção de relações de produção baseadas na escravidão. Antes da abolição, a intensidade da imigração de trabalhadores europeus que vieram trabalhar em nosso país foi pequena, bem menor do que o que o período após a proclamação da República.

O trabalhador brasileiro gradativamente desenvolveu uma consciência de classe necessária para o surgimento de um incipiente movimento operário. A ideologia católica era muito forte entre a população, mas assim como na história do movimento operário francês, o catolicismo não foi um empecilho para o desenvolvimento de uma consciência

de classe dos trabalhadores brasileiros. Em algumas regiões isoladas dos sertões do Brasil, trabalhadores camponeses desenvolveram uma espécie de catolicismo popular que lhes permitiu interpretar o mundo, enfrentar o incipiente capitalismo e o governo republicano. Foram os episódios de Canudos na Bahia, as cidades santas do Contestado no Paraná e Santa Catarina, o Caldeirão no Ceará, entre outros. Entretanto, tais enfrentamentos contra o *status quo* foram focos isolados em regiões distantes dos grandes centros urbanos brasileiros. Além do que eles não criaram condições para o desenvolvimento de uma consciência de classe do trabalhador brasileiro, principalmente por envolver camponeses excluídos e marginalizados.

Dentro do gradativo processo de transição para uma sociedade capitalista, surgiram algumas poucas e efêmeras fábricas, baseadas em manufaturas, que não utilizavam trabalhadores assalariados, mas apenas trabalhadores escravos.<sup>106</sup> No Rio de Janeiro existiu uma fábrica de velas que até 1857 só utilizou escravos. Depois empregou alguns trabalhadores imigrantes que recebiam a mesma alimentação e alojamento destinados aos escravos.

Alguns escravos chegaram a desenvolver alguma especialização em seu ofício.<sup>107</sup> Tal fato representa justamente o processo gradativo de transição do modo de produção escravista para o capitalista.

Também no século XIX existiram algumas poucas fábricas onde trabalhadores assalariados e escravos trabalharam juntos. Essas fábricas utilizavam os operários livres apenas para tarefas que necessitavam de trabalhadores especializados. Assim, em algumas poucas fábricas que surgiram no referido período, o trabalho pesado ainda era feito por escravos. Tal prática era comum em fábricas pertencentes a grupos nacionais ou estrangeiros no século XIX. A fábrica St. John del Rey Mining Co., constituída com capitais ingleses em 1830, utilizava escravos para trabalhos de perfuração de galerias de propriedade da referida empresa. Na Fábrica São Miguel, em Minas Gerais, 150 escravos trabalhavam com fundição em fornos e forjas no ano de 1867.<sup>108</sup> A convivência de trabalhadores assalariados ao lado de escravos, que não recebiam salários por sua força

---

<sup>106</sup> HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos 20**. Rio de Janeiro: Ed. Ática, 1991, p. 90.

<sup>107</sup> Ibid., p. 90 e 91.

<sup>108</sup> Ibid., p. 91.

de trabalho e nem sequer possuíam a liberdade perante a lei, possibilitava a construção de uma luta operária por melhores condições de trabalho. Inicialmente alguns dos primeiros proletários brasileiros conviveram com trabalhadores escravizados que não recebiam pagamento pela exploração de sua força de trabalho.

Algumas das primeiras associações operárias tiveram relevante participação na luta abolicionista, pois a manutenção da escravidão no Brasil era um obstáculo para o proletariado lutar por suas reivindicações. Em 1853 a Imperial Associação Tipográfica Fluminense<sup>109</sup> lutou pela libertação de um escravo tipógrafo do Rio de Janeiro.<sup>110</sup> Fatos como esse aconteceram em diversas regiões do Brasil.

A grande maioria das primeiras indústrias no Brasil utilizava apenas trabalhadores assalariados. A companhia construtora de estradas de rodagens, pertencente a Mariano Procópio não utilizava escravos. Os trabalhadores dessa empresa que estavam na construção da estrada União e Indústria, ligando Petrópolis a Juiz de Fora, entre 1856 e 1861, foram imigrantes portugueses e alemães. Os contratos de produção da estrada proibiam a utilização da mão de obra escrava.

A construção de ferrovias ao longo do século XIX utilizou trabalhadores assalariados, pois em 1852 foi criada a lei que proibia a utilização de escravos na construção de ferrovias. Assim, os milhares de quilômetros de ferrovias, ligando diferentes regiões economicamente estratégicas, utilizaram o trabalho assalariado.

No Brasil, as primeiras manifestações de organização dos trabalhadores aconteceram ainda na época do Império. Na década de 1830 surgiram as primeiras associações de trabalhadores influenciadas pelo mutualismo. Nelas os trabalhadores passaram a se organizar por conta própria, praticando ajuda mútua. Essas associações mutualistas foram surgindo em várias regiões do território nacional.

Em 1833 surgiu a Sociedade de Oficiais e Empregados da Marinha. Também surgiram a Sociedade Mecânica Aperfeiçoadora das Artes Beneficentes (1836), Sociedade de Auxílio Mútuo dos Empregados da Alfândega (1838), Associação Tipográfica Fluminense (1853), a Sociedade de Bem-Estar dos Cocheiros (1856), a

---

<sup>109</sup> Em 25-12-1853 foi fundada a Imperial Associação Tipográfica Fluminense, a mais antiga organização profissional e um dos primeiros agrupamentos operários do Brasil.

<sup>110</sup> HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos 20**. Rio de Janeiro: Ed. Ática, 1991, p. 94.

Associação Protetora dos Caixeiros (1858), a Associação de Auxílio Mútuo dos Empregados da Tipografia Nacional (1873) e a União Beneficente dos Operários da Construção Naval (1884).<sup>111</sup>

As organizações mutualistas atuavam através da ajuda mútua entre seus associados, auxílio aos necessitados, socorro mútuo em caso de doenças e de acidentes, ajuda financeira na velhice ou em enterros de parentes próximos ao associado. Eram objetivos muito mais econômicos do que políticos. Essas primeiras organizações operárias inauguraram um longo e gradual processo de desenvolvimento como classe, embora não fosse seu objetivo primordial. Faltava a elas uma ideologia que organizasse a mobilização dos trabalhadores, proporcionasse uma interpretação do mundo ao qual estavam inseridos e lhes fornecesse uma estratégia de luta.

Organizações mutualistas também se desenvolveram na Europa. Surgiram como as primeiras formas de organização dos trabalhadores do Velho Mundo. O tipógrafo e pensador anarquista, o francês Pierre Proudhon, desenvolveu uma forma de mutualismo na qual os trabalhadores deveriam se organizar, ajudando-se mutuamente e utilizando essas associações de ajuda mútua como mecanismos de organização da sociedade.

A partir da década de 1870 surgiram as Ligas Operárias, uma nova forma de organização que se desenvolveu visando a resistência dos trabalhadores frente a seus patrões. Também ficaram conhecidas como associações de resistência. A ajuda mútua deixava de ser o foco principal dos trabalhadores, era necessário organizar-se coletivamente para reivindicar melhores condições de trabalho. Os trabalhadores começaram a paralisar suas atividades até que suas reivindicações fossem atendidas. Em outras palavras, passaram a fazer greve. Algumas associações mutualistas passaram a agir conforme as associações de resistência e essas duas formas de organização operária atuaram juntas durante todo o século XIX<sup>112</sup>. Os trabalhadores europeus também se organizavam através de associações de resistência, nova concepção de organização do anarquista russo Mikhail Bakunin.

Em 1857, trabalhadores acendedores de lampião no Rio de Janeiro tentaram se mobilizar para realizar um movimento grevista. Porém a primeira greve operária que se

---

<sup>111</sup> HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos 20**. Rio de Janeiro: Ed. Ática, 1991, p. 101.

<sup>112</sup> Ibid., p. 108.

tem registro no Brasil foi realizada pelos gráficos de três jornais do Rio de Janeiro, em 1858. Os trabalhadores do *Correio Mercantil*, *Jornal do Comércio* e *Diário do Rio de Janeiro* eram obrigados a trabalhar até quinze horas por dia nas oficinas dos referidos jornais, em condições inóspitas de trabalho. Os galpões onde funcionavam as gráficas eram mal iluminados, prejudicando a visão dos trabalhadores que exerciam seu ofício durante a noite e os salários eram baixos para o alto custo de vida. Exigiram aumento salarial mas não foram atendidos, sendo que não recebiam aumento há anos. No dia 9 de janeiro os gráficos dos três jornais cruzaram os braços. Durante os dias de greve, o único jornal que circulou no Rio de Janeiro foi o *Jornal dos Tipógrafos*, utilizado pelos grevistas para explicar a população fluminense os motivos da paralisação<sup>113</sup>.

A *Associação Tipográfica Fluminense* apoiou o movimento e os patrões recorreram à polícia para pôr fim à greve. O ministro da Fazenda, Souza Franco, colocou as oficinas da Imprensa Nacional à disposição dos donos dos jornais paralisados, mas os operários gráficos do jornal governamental se recusaram a imprimi-los em solidariedade aos grevistas. Apesar de ter envolvido oitenta operários, o movimento não alcançou sucesso.

Em 1863 houve uma greve dos ferroviários na *Estrada de Ferro Pedro II*, no Rio de Janeiro. Em Barra do Piraí, operários que trabalhavam na construção da referida ferrovia aderiram à greve que ganhou tamanha amplitude que o governo enviou para a cidade quatrocentos soldados da Guarda Nacional para acabar com o movimento.

O movimento operário desenvolveu inúmeras ferramentas para atrair e conscientizar os trabalhadores sobre a necessidade do desenvolvimento da consciência de classe e também a respeito das condições de trabalho a que eram submetidos.

O principal veículo de propaganda do movimento operário nesses primeiros anos foram os jornais. Uma quantidade relevante de jornais operários começou a circular. Os principais deles, que circularam no Rio de Janeiro nas décadas seguintes à greve de 1858 foram: *Echo dos Artistas* (1861), *Revista Tipográfica* (1864), *Gazeta dos Operários* (1875) e *O Proletário* (1878). Eram jornais pequenos, com tiragem reduzida e curto tempo de circulação mas sua importância não pode ser desprezada.

---

<sup>113</sup> Ibid., p. 103.

Apesar da predominância do mutualismo nos anos iniciais de formação do proletariado brasileiro, havia também as Ligas Operárias de Resistência, ligadas ao proletariado mundial. Em 1871 surgiu a *Liga Operária do Rio de Janeiro*, que se tornou uma sociedade mutualista em 1878.<sup>114</sup> Surgem outros jornais operários nesse período, porém o processo de formação da classe operária, antes de 1888, se desenvolvia muito lentamente.

### **A Imigração e o Anarquismo no Brasil**

Volto a lembrar que o trabalhador no Brasil era intensamente explorado e o governo italiano alertava seus conterrâneos sobre essas difíceis condições. Assim que os imigrantes desembarcavam no Brasil, recebiam nos portos de chegada um guia chamado “*Avvertenze per l'emigrante italiano*”, de dezesseis páginas, produzidos pelo *Commissariato Generale dell'Emigrazione*. Em suas primeiras páginas, alertava os conterrâneos sobre os perigos que os rondava em terras brasileiras. Nele havia uma lista de representações diplomáticas italianas em diversas regiões do Brasil e mundo afora: “Mantenha sua dignidade de trabalhador e de italiano: não aceite ocupação humilde demais ou pagamento inferior ao do trabalhador em nosso país”. (Magalhães, 2012:34).

Em março de 1902 o governo italiano proibiu a imigração de seus cidadãos para o Brasil, através do Decreto Primitti, alegando maus tratos aos seus cidadãos, por parte de patrões e cafeicultores brasileiros. Tal proibição se deu após muitas queixas de imigrantes italianos e também da percepção de que o governo brasileiro em nada se esforçava para frear a intensa exploração a que estavam submetidos os trabalhadores estrangeiros.<sup>115</sup>

Tal fato nos permite entender como os trabalhadores eram tratados no Brasil. Esse tratamento criou as condições para o surgimento de um forte movimento anarquista, principalmente através da vertente do sindicalismo revolucionário, nas duas primeiras décadas do século XX. Entender esse período é fundamental para a compreensão sobre o

---

<sup>114</sup> Relatório da Comissão Executiva do Partido Operário do Brasil. São Paulo, 1893.

<sup>115</sup> DULLES, John W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil: 1900-1935**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p17.



surgimento do Partido Comunista do Brasil em março de 1922, justamente no início da década que se seguiu às duas décadas de apogeu do movimento libertário.

Esse foi o contexto político, econômico e social no qual a classe operária brasileira estava se formando. Analisando-o é possível entender como o anarquismo ganhou grande força e se tornou a principal ideologia proletária. No entanto não podemos cair na armadilha de considerar o anarquismo como a única ideologia capaz de unir o proletariado brasileiro. Podemos sim entender como ele se tornou tão forte no Brasil a ponto de assombrar as autoridades que temiam a emancipação dos trabalhadores.

No Brasil, na segunda metade do século XIX, ainda durante a escravidão, a imigração estrangeira foi baixa, pois as denúncias que chegavam à Europa falavam das difíceis condições de trabalho e da escravidão que continuava existindo em nosso país. Preferiam reconstruir suas vidas em outros países latino-americanos e principalmente nos Estados Unidos da América.

A Inglaterra se esforçou para sufocar a escravidão no Brasil, através da imposição do fim do Tráfico Negreiro, o que só se deu depois da Lei Eusébio de Queiróz em 1850. A Inglaterra pretendia conquistar novos mercados consumidores ao redor do mundo. Após a abolição da escravidão no Brasil em 1888, o número de trabalhadores imigrantes que vieram para o Brasil aumentou consideravelmente, pois havia necessidade de mão de obra. Houve também uma expressiva expansão urbana. Desta forma, os imigrantes foram substituindo os antigos escravos nas diversas atividades econômicas, até mesmo nas mais árduas, e os antigos cativos ficaram à margem da sociedade capitalista, pois careciam de especialização e conhecimento.

Vários dos contratos firmados na Europa para a vinda de trabalhadores imigrantes tinham entre outras cláusulas a indicação para trabalhar nas cidades, principalmente em obras públicas. Era preciso manter os escravos na lavoura, que passava por um período de escassez de capitais e de mão de obra, de acordo com o Congresso Agrícola de 1878.<sup>116</sup>

Inicialmente as elites brasileiras preferiram trazer trabalhadores imigrantes provenientes da Itália, Portugal e Espanha devido à facilidade de aclimação, facilidade com o idioma e religião católica em comum. Outro fator foi a necessidade, por parte das autoridades brasileiras, de embranquecer a população, inspiradas nas teorias racistas da

---

<sup>116</sup> CF. Congresso Agrícola. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1988, p. 240.

época. Em muitos países da América houve tentativas similares. No processo de imigração também vieram trabalhadores de outros países europeus, porém não tiveram tanta representatividade quanto italianos, portugueses e espanhóis.

Entre 1871 e 1920, por aqui chegaram 3.390.000 imigrantes. Desse grupo 1.373.000 eram italianos, 901 mil eram portugueses e 500 mil eram espanhóis.<sup>117</sup> De acordo com os dados fornecidos pelos censos realizados no Rio de Janeiro, de 1838 a 1920, a população de imigrantes estrangeiros cresceu consideravelmente capital da República. O número desses imigrantes, em 1838, foi de 9.530 em uma população de 137.078 pessoas, ou seja: apenas 6,9% da população carioca. Em 1872 eram 73.310 trabalhadores imigrantes, em uma população de 152.723 brasileiros livres na capital e 48.939 indivíduos escravizados. Os estrangeiros já eram quase a metade da população. Em 1890 o número de trabalhadores estrangeiros foi de 155.202 em uma população de 522.651. Esses dados demonstram que a população estrangeira no Rio de Janeiro havia duplicado. Em 1906 o número de imigrantes chegou a 210.515 indivíduos em uma população de 811.443 habitantes. De acordo com os dados fornecidos pelo censo de 1907, os imigrantes eram 25% da população do Rio de Janeiro. Um índice alto levando-se em conta as proibições de emigração para o país e a expulsão de estrangeiros indesejáveis. Em 1920 a população de estrangeiros na capital chegou a 239.129 pessoas em um total de 1.157.873 habitantes<sup>118</sup>.

Durante todo o período imperial, a capital consolidou-se como o centro da vida política do país. Nos primeiros anos da República, o Rio de Janeiro era a capital da República e referência para as demais cidades do país. Nela viviam 500 mil habitantes. Era a capital política, econômica e cultural do país. O Rio de Janeiro como capital da República conheceu um intenso fluxo de indivíduos oriundos de diversas regiões do país e do exterior. Aumentou o número de habitantes e a composição étnica e cada vez chegavam mais trabalhadores imigrantes europeus à capital da República.<sup>119</sup> Com isso

---

<sup>117</sup> SALLES, Iza. **Um cadáver ao sol**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005, p. 30 e 31.

<sup>118</sup> MENEZES, Lená Medeiros de. **Os indesejáveis: desclassificados da modernidade**. Rio de Janeiro: edUERJ, 1996, p. 62 e 63.

<sup>119</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia da Letras, 1987, p. 16.

surgiu também uma massa de subempregados e desempregados, criando um exército industrial de reserva.<sup>120</sup>

Indivíduos sobreviviam de pequenos serviços, sem vínculos empregatícios permanentes. Em 1890, na capital, a quantidade de trabalhadores com ocupações mal definidas chegava a mais de 100 mil pessoas. Muitas delas viviam entre os mundos da legalidade e da ilegalidade. Em 1906 esse número chegou a mais de 200 mil. Eram desempregados, ladrões, ambulantes, prostitutas, jornaleiros, criados, serventes de repartições públicas, desertores do Exército, da Marinha, de navios estrangeiros, engraxates, bicheiros, crianças de rua que já praticavam pequenos furtos, receptadores, capoeiristas etc.<sup>121</sup>

Essas pessoas viviam, atuavam e trabalhavam nas principais ruas do centro da capital. Eram constantemente incriminados nas estatísticas da época. Geralmente incriminados sob acusações de desordem, embriaguez, jogo e vadiagem. Essas acusações condenaram 60% dos detidos na Casa de Detenção em 1890.<sup>122</sup>

Acompanhando o desenvolvimento da classe operária surgiram as primeiras tentativas de organização. A luta dos trabalhadores fluminenses contra a intensa exploração econômica e consequente miséria que os afligiam ganhava visibilidade no restante do país, pois no Rio de Janeiro o comportamento político da população terminava por refletir em todo país, sendo referência para diferentes regiões.<sup>123</sup>

A grande maioria dos trabalhadores pobres, estrangeiros ou não, carregava consigo o sonho de uma vida melhor, a possibilidade de fugir da pobreza. Os progressos realizados no Rio de Janeiro, em processo de industrialização, no final do século XIX, transformaram a capital da República em um possível alvo de imigrantes que tentavam melhorar de vida, mesmo que tivessem de deixar sua terra natal e a família para trás. O

---

<sup>120</sup> Conceito desenvolvido por Karl Marx na **Crítica da Economia Política**, analisando o desemprego estrutural na economia capitalista. O exército industrial de reserva corresponde à força de trabalho que excede as necessidades de produção. Para o bom funcionamento do modo de produção capitalista e garantir o processo de acumulação, é necessário que parte da população ativa esteja permanentemente desempregada. Esse contingente de desempregados atua como um inibidor das reivindicações dos trabalhadores e contribui para o rebaixamento dos salários.

<sup>121</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia da Letras, 1987, p. 16.

<sup>122</sup> Ibid., p. 18.

<sup>123</sup> Ibid., p. 13.

desenvolvimento na área de transportes, principalmente com a navegação a vapor e o transporte ferroviário se deu anteriormente pela necessidade de suprir e distribuir a produção. Foram diminuídas as distâncias, facilitando o acesso para o Distrito Federal e o local se tornou uma opção para os trabalhadores imigrantes.

O governo brasileiro empenhava-se em criar uma falsa visão romântica de que o Brasil era um paraíso a ser explorado por trabalhadores estrangeiros. Entre 1884 e 1903, chegaram ao Brasil mais de um milhão de imigrantes italianos. Esse número é superior à soma dos demais trabalhadores imigrantes do período que vieram trabalhar no Brasil na mesma época.<sup>124</sup> Partiram da Itália fugindo de inóspitas condições de vida, principalmente da região sul daquele país, que era agrária e empobrecida. No Distrito Federal, o grupo de trabalhadores estrangeiros majoritário era de portugueses.

Alguns imigrantes vieram diretamente de seus países de origem, para trabalhar nas primeiras indústrias<sup>125</sup> brasileiras. Outros já viviam no Brasil, desiludidos com as péssimas condições de vida e de trabalho nas fazendas de café. Embora inicialmente a imigração europeia tivesse o objetivo de substituição gradativa da mão de obra escrava, principalmente nas fazendas de café, a imigração urbana também aconteceu nesses primeiros anos. No Rio de Janeiro, capital da República, o mercado livre de trabalho aumentou desde a implementação da Lei Eusébio de Queiróz.<sup>126</sup>

Para entendermos a importância do trabalhador imigrante europeu na economia nacional do referido período, no ano de 1900, em São Paulo, 90 por cento do proletariado local era composto de trabalhadores estrangeiros.<sup>127</sup> No Rio de Janeiro capital da República os portugueses eram 72% dos imigrantes. Os italianos eram 9% e os espanhóis 8%. Muitos deles trouxeram seus sonhos de uma vida melhor e também as ideias anarquistas propagadas principalmente por Piotr Kropotkin (1842-1921) e Errico Malatesta (1853-1932).

---

<sup>124</sup> DULLES, John W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil: 1900-1935**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p. 17.

<sup>125</sup> Ibid., p. 17.

<sup>126</sup> MENEZES, Lená Medeiros de. **Os indesejáveis: desclassificados da modernidade**. Rio de Janeiro: edUERJ, 1996, p. 64.

<sup>127</sup> BANDEIRA JÚNIOR, Antonio Francisco. **A indústria no estado de São Paulo em 1901**. São Paulo: Editora Typ. do Diário Oficial, 1901, p. 8.

Vários fatores impulsionaram portugueses a saírem de Portugal para tentar uma nova vida, entre eles: mudanças no tradicional modo de vida de famílias rurais portuguesas, alterações em preços de mercadorias, aumento dos tributos, assim como a decrepitude da indústria artesanal. Outro importante fator que impulsionou o processo migratório português para o Brasil foi a destruição da indústria vinícola do norte de Portugal, principalmente da província do Douro. A imigração para o Brasil acabou se tornando uma possibilidade de sair da miséria em que muitos portugueses se encontravam. Muitos portugueses ouviam falar da melhoria de vida que conterrâneos alcançaram trabalhando no Brasil. Mesmo as notícias das dificuldades que portugueses passavam no Brasil não diminuíram a esperança de melhorar de vida trabalhando aqui.<sup>128</sup>

O Rio de Janeiro recebeu imigrantes portugueses naturais principalmente das províncias do norte, especificamente de Minho, Douro, Tras-os-Montes. Também chegaram à capital imigrantes das cidades de Viana do Castelo, Braga, Guimarães, Vila Real, ou então camponeses pobres de Vila Nova de Foz Coa e Moimenta da Beira. Os portugueses trabalharam em diversas áreas, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento da capital da República. Pouco mais de três séculos fizeram com que eles deixassem de ser encarados como colonizadores e passassem a ser vistos como um estrangeiro trabalhador em busca de uma vida melhor.<sup>129</sup>

No final do século XIX, os italianos tinham plena liberdade para imigrar. A maioria dos imigrantes italianos eram oriundos de áreas rurais do sul da Itália, principalmente das regiões de Cosenza, Potenza e Salerno. De 1872 a 1890, o número de imigrantes italianos no Rio de Janeiro cresceu de 1.738 indivíduos para 17.789. Chegaram a 20.000 imigrantes italianos no início do século XX. Muitos deles trabalharam como vendedores ambulantes e vendiam de tudo, legumes, peixes, verduras, aves, vassouras, jornais, frutas etc. Representaram a substituição do escravo de ganho que desempenhava justamente esse ofício nos centros urbanos brasileiros. Italianos também desempenharam outras atividades profissionais humildes e, além do comércio ambulante, trabalharam de engraxates, jornaleiros, amoladores, sapateiros, varredores de ruas, pedreiros, alfaiates, barbeiros etc. Dedicavam-se a profissões humildes e a subempregos com a esperança de

---

<sup>128</sup> MENEZES, Lená Medeiros de. **Os indesejáveis: desclassificados da modernidade**. Rio de Janeiro: edUERJ, 1996, p. 70.

<sup>129</sup> *Ibid.*, p. 72 e 73.

alcançar uma vida melhor. Alguns se dedicavam à atividades marginais. Os italianos provenientes do sul da Itália eram vítimas do preconceito ao imigrante italiano dessa região, pois alguns eram considerados membros da máfia. A máfia italiana surgira justamente no sul da Itália e alguns imigrantes de lá saíram para cruzar o atlântico e desenvolver atividades mafiosas principalmente nos Estados Unidos da América..<sup>130</sup>

Entre os imigrantes espanhóis, os grupos de maior expressão eram oriundos de regiões da Galícia, da qual fazem parte as cidades de La Coruña, Orense e Corrinha. Em 1890 eram 10.750 imigrantes. Em 1906, os espanhóis duplicaram seu contingente, chegando a 20.699 indivíduos. Trabalharam principalmente no comércio, armazéns, restaurantes realizando o ofício de copeiros e garçons. Também trabalharam na exploração de pedreiras, construção civil, marcenaria, alfaiataria, fabricação de sapatos etc. Os galegos, espanhóis naturais da Galícia, trabalharam em muitos armazéns na capital da República. Imigrantes portugueses e espanhóis sofreram no Rio de Janeiro, os mesmos preconceitos e discriminações de que eram vítimas do outro lado do Atlântico. Os galegos eram discriminados pelos portugueses que residiam na capital do Brasil, assim como em Portugal. Apesar de se referir ao espanhol da Galícia, no Brasil o termo “galego” ganhou uma conotação pejorativa, significando indivíduo rude, sem cultura, ignorante que aceitava as atividades profissionais mais degradantes, laboriosas, aceitando qualquer tipo de remuneração. Esse rótulo terminou por atingir trabalhadores imigrantes que aqui tentavam ganhar a vida, inclusive os portugueses, pois os brasileiros não diferenciavam galegos de portugueses, devido à semelhança da língua, física, cultural, proximidade geográfica.<sup>131</sup>

Entre 1870 a 1920 imigrantes de outras nacionalidades também passaram a viver na capital da República. Ingleses e alemães aqui viviam desde as últimas décadas do Império. Já nos primeiros anos da República, vieram para a capital imigrantes russos, argentinos, uruguaios e turcos<sup>132</sup>. Entre 1850 a 1890, os franceses eram o segundo grupo de imigrantes na capital. A imigração francesa na capital estava relacionada aos setores ligados à moda e empreendimentos ligados ao lazer. Muitos franceses abriram suas lojas na Rua do Ouvidor, ligadas à indústria da moda e também voltaram-se para o comércio

---

<sup>130</sup> Ibid., p. 77 e 78.

<sup>131</sup> Ibid., p. 78.

<sup>132</sup> Ibid., p. 78.

ligado à vida noturna do Rio de Janeiro. Algumas francesas trabalharam como prostitutas na boemia carioca e ficaram conhecidas como “especialistas na arte do amor”. Chegaram ao topo da hierarquia da prostituição carioca do período, na qual as mulheres polacas eram a base. A imigração francesa teve relevante participação no desenvolvimento da capital republicana, porém estava restrita a espaços específicos distantes de setores ligados ao incipiente proletariado carioca. Os franceses jamais perderam o domínio nos espaços de luxo e sofisticação da capital, que tradicionalmente eram relacionados à cultura francesa. Como os principais espaços ocupados pela imigração francesa eram tipicamente femininos, entende-se o número superior de mulheres entre os imigrantes franceses na capital. Esse fato distinguiu a imigração francesa dos demais grupos de imigrantes europeus do período, formado em sua maioria por homens, que viviam sozinhos. Na passagem do século XIX para XX, a imigração francesa caiu para o quarto lugar. Entre 1906 até 1920 tornaram-se o quinto grupo de imigrantes no Rio de Janeiro. No Censo de 1920, viviam 3.538 franceses no Rio de Janeiro. Desse grupo, as mulheres eram a maioria, representando 64,7%.<sup>133</sup>

Porém esses grupos imigrantes não fazem parte do nosso objeto de pesquisa, pois não tiveram uma relevante participação no processo de formação e luta da classe operária no Rio de Janeiro.

A imigração europeia, particularmente de portugueses, italianos e espanhóis foi de grande importância na formação e desenvolvimento da classe operária no Brasil, particularmente no Rio de Janeiro. A incipiente classe operária brasileira organizou-se também através do sindicalismo revolucionário de inspiração anarquista para defender os interesses proletários, protagonizando o setor mais combativo do sindicalismo do referido período.

A referência do Centro Galego para os trabalhadores brasileiros representou a relevância e influência dos trabalhadores imigrantes na formação da classe operária. Foi o local do I Congresso Operário Brasileiro (1906), na Rua da Constituição nº 30 e 32, no Centro do Rio. Muitos imigrantes estrangeiros que vieram trabalhar no Brasil trouxeram uma consciência de classe desenvolvida em seus países de origem. Outros imigrantes desenvolveram-na aqui. Nem todos eram anarquistas, embora muitos fossem. Ao chegar

---

<sup>133</sup> Ibid., p. 75 e 76.



ao Brasil, nas décadas finais do século XIX, muitos anarquistas tentaram se organizar para combater a exploração capitalista, participando das organizações sindicais que já existiam e criando outras organizações operárias. Partindo do princípio da necessidade de organização da classe operária brasileira para lutar contra as inóspitas relações de produção, grupos anarquistas ligados à vertente do sindicalismo revolucionário, desenvolveram uma importante e frutífera relação com o já referido Centro Galego do Rio de Janeiro. O espaço era cedido para diversas programações sindicais e sociais organizadas pelos anarquistas.

Muitos trabalhadores estrangeiros tentavam reconstruir suas vidas em países do Novo Mundo. Se alguns queriam escapar das miseráveis condições de vida que levavam em seus países de origem, outros tinham alguma condição financeira mas vislumbravam a possibilidade de prosperar em melhores condições do que as que estavam submetidos em seus países. Alguns poucos imigrantes conseguiram se tornar empresários bem sucedidos.

Trabalhadores nacionais conviviam com trabalhadores estrangeiros dentro das mesmas indústrias. Com a chegada dos imigrantes europeus novas maneiras de interpretar o mundo por aqui chegaram, ideologias utilizadas na Europa para lutar contra a opressão do sistema capitalista que se espalhava por todo o mundo.

No final do século XIX cresceu muito o número de trabalhadores urbanos livres no Rio de Janeiro. A cidade tinha o porto mais importante do país, que exportava principalmente café; era a sede da Monarquia e reunia muitos bancos e negociantes estrangeiros. Por conseguinte, na capital do Brasil foram criadas condições para o surgimento e desenvolvimento das primeiras fábricas, embora tenham surgido fábricas em diferentes regiões do território nacional. O Rio de Janeiro concentrava capitais provenientes da cafeicultura e do comércio exterior. Muitos latifundiários que enriqueceram com o comércio internacional do café passaram a investir parte do capital acumulado na instalação de pequenas indústrias na capital e nas principais cidades do Brasil. Empresas estrangeiras também instalaram pequenas fábricas em território nacional. As novas possibilidades de lucro através da industrialização transformaram a economia nacional.

Em 1826, no Rio de Janeiro, surgiu no Andaraí Pequeno, atual bairro da Tijuca, uma estamperia que desapareceu em 1848<sup>134</sup>. Em 1841 surgiu uma fábrica de tecidos, também no bairro do Andaraí Pequeno, cujo dono era Frederico Guilherme. Essa fábrica empregou 22 operários assalariados, possuía maquinário movido a energia hidráulica e desapareceu em 1865. Seu maquinário foi utilizado na instalação da Fábrica de Santa Tereza, localizada na cidade de Parati. Essa fábrica empregou 47 operários, entre eles 30 crianças. Produzia 500.000 metros de tecidos anualmente.<sup>135</sup>

Em Petrópolis surgiu a Fábrica São Pedro de Alcântara, de propriedade de Joaquim Diogo Hartley. Essa fábrica utilizava energia a vapor em 1852. Na mesma cidade surgiu também uma fábrica de meias em 1851 de propriedade de Alfredo Solier Gand. A partir de 1850 o número de fábricas no território nacional passou a crescer. Na referida data existiam apenas cinquenta fábricas no país e em 1866 havia nove fábricas de tecidos em todo o Brasil. Nesse mesmo período, nos Estados Unidos da América existiam 1000 fábricas de tecidos. Em 1882 surgiram 36 novas fábricas de tecidos no Brasil e onze delas estavam instaladas no Rio de Janeiro, capital imperial.<sup>136</sup>

Na mesma época as indústrias metalúrgicas eram pequenas empresas. A primeira fundição do Rio de Janeiro pertenceu a Theodoro de Macedo Freire em 1815. Oficinas do governo também atuavam no ramo da metalurgia, como foi o caso do Arsenal da Marinha e a Estrada de Ferro Pedro II, ambas no Rio de Janeiro.<sup>137</sup>

No ramo de calçados a maior fábrica no capital do Império empregava cem trabalhadores. Pertencia ao Sr. Moriame e tinha a produção de aproximadamente 50.000 pares de sapatos por ano.<sup>138</sup> Nesse ramo a produção se dava através da utilização de máquinas e do trabalho artesanal tradicional do ramo no período.<sup>139</sup>

A partir de 1870, o número de fábricas aumentou ainda mais em todo território nacional e a produção passou a alcançar maior importância na economia. Com a abolição

---

<sup>134</sup> Relatório apresentado ao Ministério da Fazenda pela Comissão de Inquérito Industrial. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1882, vol. 1, p. 10.

<sup>135</sup> Ibid., p. 21.

<sup>136</sup> HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos 20**. Rio de Janeiro: Ed. Ática, 1991, p. 33.

<sup>137</sup> Ibid., p. 36.

<sup>138</sup> Relatório da Comissão de Inquérito Industrial, 1882, op. cit., p. 120.

<sup>139</sup> HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos 20**. Rio de Janeiro: Ed. Ática, 1991, p. 36.

da escravidão em 1888, a relevância e crescimento das fábricas brasileiras cresceu bastante e alguns historiadores chamaram esse decênio de “primeiro surto industrial brasileiro”.<sup>140</sup>

A proclamação da República não incluiu a participação do cidadão na atividade política. Deveria ter como pré-requisito a consideração legal de que todos os indivíduos seriam cidadãos e estariam incluídos de quaisquer benefícios do regime político. O Império era uma máquina estatal decrépita, enferrujada, que não atendia mais as necessidades governamentais brasileiras nesse período de transição da escravidão para o modo de produção capitalista.

O governo brasileiro gastou grandes quantias financeiras para remodelar seus principais centros urbanos, adaptar as estruturas econômicas do país para ajustá-las às demandas internacionais. A República foi proclamada um ano após indivíduos terem sido libertos dos grilhões do modo de produção escravista. A capital da incipiente República foi idealizada e transformada para materializar esse projeto republicano. Escravos eram mercadorias no ano anterior e não se tornaram cidadãos apenas porque o governo brasileiro colocou uma pá de cal no sistema escravagista. Os antigos escravos eram desprezados até mesmo como mão de obra. Já os imigrantes deveriam ocupar o espaço aberto pela ausência de mão de obra e também não eram considerados cidadãos, dentro do conceito de cidadania inerente a uma República.

Criou-se um contexto político, social e econômico extremamente fértil para o surgimento de ideologias que defendessem os interesses de pessoas exploradas economicamente e excluídas de uma cidadania plena. Dentro desse contexto, não é surpresa nenhuma o florescimento e desenvolvimento de ideologias que lutassem por uma sociedade igualitária, em que todos seriam iguais, com participação política na organização social, sem miséria e com a inexistência de um estado opressor que atende unicamente aos interesses econômicos e políticos da classe dominante.

O Brasil em fins do século XIX e início do século XX estava em um lento e gradual processo de industrialização e conseqüentemente urbanização. Os operários brasileiros, desprotegidos e sem ter a quem recorrer, reagiram violentamente contra seus supervisores, contramestres e patrões. Gradativamente foram deixando essas reações

---

<sup>140</sup> Ibid., p. 21.

isoladas e passaram a pensar coletivamente. Sentiam a necessidade de se organizar enquanto classe, para lutar por direitos básicos.

... “Cada fábrica tinha um aspecto fosco e hostil de presídio, com seus guardas de portão fardados e armados, operários e operárias submetidos a vexatórias revistas e humilhantes observações, quando não recebiam ameaças de toda a sorte”. (Dias, 1962:212).

Nesse período, a organização dos trabalhadores como classe social estava apenas começando. A consciência de classe do proletariado nacional ainda era incipiente. Alguns fatos demonstram o gradativo processo do desenvolvimento da organização dos trabalhadores e conseqüentemente de sua consciência de classe. Para um melhor entendimento do nosso objeto de estudo, precisamos entender as especificidades do movimento operário do período analisado. Acreditamos que as organizações operárias de inspiração anarquista, foram os principais instrumentos de luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e conseqüentemente de sobrevivência.

Não podemos analisar a organização de trabalhadores em meados do século XIX, tentando encaixá-los dentro dos padrões sindicais e trabalhistas do século XX e XXI. Nos dias atuais, a grande maioria dos sindicatos encontram-se aparelhados por partidos políticos que se apresentam como organizações políticas progressistas. No entanto, utilizam-se dessa importante ferramenta de luta operária para alcançar seus mesquinhos objetivos políticos: fazer cadeiras no parlamento burguês, alcançar o poder executivo e usufruir os privilégios políticos e materiais concedidos aos membros dos executivo e legislativo.

Dentro do contexto econômico industrial brasileiro do respectivo período, que proporcionava exploração, miséria e violência contra o trabalhador, não foi surpresa o surgimento de trabalhadores indignados e insatisfeitos com suas condições de trabalho, que assimilaram as ideias anarquistas e as propagaram em diversas regiões do país, principalmente na Capital da República. No Brasil, a luta de classes terminou se manifestando de diferentes formas durante o processo de industrialização brasileira. Os patrões, capitalistas, pertencentes à elite do país, proporcionavam privilégios a funcionários federais para que estes trabalhassem de acordo com os interesses da classe

dominante. A máquina estatal, com seus tentáculos, existia para defender os interesses da burguesia, favorecendo a intensa exploração do proletariado.

O convívio desses trabalhadores em episódios de socialização num mesmo bairro ou fábrica fez com que fossem ouvidas ideias que defendiam a luta do proletariado contra a exploração capitalista. Ouviram ideias anarquistas e socialistas que os operários imigrantes traziam consigo de seus países de origem. Jornais anarquistas e encontros sociais também foram ferramentas de fundamental importância para espalhar as ideias libertárias entre os trabalhadores brasileiros.

Assim como no sul do continente europeu, o anarquismo encontrou terreno fértil entre os trabalhadores do Brasil e dos países sul americanos. Inicialmente, no Brasil, o anarquismo ganhou muito mais adeptos do que o socialismo. Nas primeiras fábricas brasileiras, principalmente as de tecidos no Rio de Janeiro e em São Paulo, os trabalhadores, entre eles muitas mulheres, imigrantes e crianças, trabalhavam por horas intermináveis, sendo ameaçados por seus patrões, surrados e sem qualquer legislação trabalhista. O anarquismo oferecia aos trabalhadores brasileiros justiça social, o fim da exploração, da miséria, da fome, uma vida com dignidade conforme as necessidades de cada um, liberdade e autonomia individual, combate ao governo, a Igreja, à propriedade privada e aos partidos políticos.

“Sendo os meios de produção obra coletiva da humanidade, devem regressar à coletividade humana. A apropriação pessoal não é justa nem proveitosa. Tudo é de todos, visto que todos precisam de tudo, visto que todos tem trabalhado na medida de suas forças, e que é materialmente impossível determinar a parte que poderia pertencer a cada um na produção atual das riquezas” (Kropotkin, 2011:24).

Os trabalhadores imigrantes chegavam ao Brasil, se instalavam e começavam a ganhar a vida percebendo que o Brasil estava longe de ser o país das oportunidades, em que poderiam melhorar de vida e ajudar suas famílias. As condições de trabalho dos imigrantes e ex-escravos nas fábricas<sup>141</sup> eram tão ruins que não foram poucas as queixas de trabalhadores estrangeiros a seus governos sobre as inóspitas condições de vida no Brasil em fins do século XIX e início do século XX.

---

<sup>141</sup> HARDMAN, Francisco Foot. e LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Ática, 1991, p. 94.

Foram os trabalhadores do sul da Europa, da Espanha, Itália e Portugal que trouxeram a ideologia anarquista consigo. Nos seus países de origem, entre os operários europeus, o anarquismo era mais representativo do que o marxismo na luta por um mundo mais justo.

Os governos dos países de onde vinha a grande maioria dos trabalhadores imigrantes consideravam as ideias anarquistas perigosas e viam com bons olhos a possibilidade de se ver livres desses indivíduos agitadores que influenciavam e revolucionavam os trabalhadores locais. Alguns anarquistas europeus, inspirados pelo lema “propaganda pelo fato”, participaram ativamente da organização do proletariado local, de greves, de insurreições armadas, revoltas de trabalhadores, dando vida ao sindicalismo revolucionário, em seus respectivos países.

O principal temor das elites europeias era que revoltas de trabalhadores pudessem se transformar em uma revolução. Portanto, o êxodo de trabalhadores para os países da América, entre eles militantes anarquistas, foi estimulado e praticado por alguns governos europeus, o que resolvia também a questão do crescimento demográfico dentro de suas fronteiras.

Na Inglaterra e Alemanha o socialismo era mais forte. Já Barcelona, a maior cidade industrial da Espanha, era conhecida como a “capital do anarquismo”.<sup>142</sup>

Famosos militantes anarquistas espanhóis, portugueses e italianos vieram tentar ganhar a vida nos países da América, muitos deles foram expulsos pelos governos de seus países. O importante militante anarquista italiano Errico Malatesta saiu da Itália em 1878 rumo ao Egito, fruto da intensa vigilância e perseguição policial, após amargar anos de confinamento por causa de suas atividades revolucionárias em solo italiano. De 1885 até 1889 viveu na Argentina, sobrevivendo com o trabalho em uma oficina mecânica. Nesses anos em que viveu na América continuou sua militância anarquista publicando jornais na língua italiana e espanhola com o objetivo de propagar a ideologia libertária no país portenho. Não chegou a viver no Brasil. Malatesta foi um dos mais destacados militantes libertários e o fixar moradia por tantos anos no continente americano mostra a importância do continente americano na vida desses imigrantes

---

<sup>142</sup> DULLES, John W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil: 1900-1935**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p. 19.

Outro militante anarquista italiano que desempenhou importante papel em solo latino-americano foi Oreste Ristori. Uma importante fonte de estudo sobre a vida de Ristori e conseqüentemente de parte do movimento anarquista é a biografia “*Oreste Ristori, uma aventura anarquista*” de autoria de Carlo Romani. Assim como Malatesta, foi para a Argentina inicialmente, depois para o Uruguai e dali seguiu para o Brasil. Em São Paulo, criou em 1904 o jornal em italiano *La Battaglia*, com objetivo de expor suas ideias libertárias. Participou de inúmeras conferências por todo o Brasil, expondo o anarquismo, mobilizando e agitando os trabalhadores. Era excelente orador e homem pronto para ação. Em 1911, Ristori usou o referido semanário para analisar a situação do trabalhador em terras brasileiras:

“A jornada de trabalho, aqui, como em qualquer país, vai de 10 a 13 ou 14 horas por dia; os salários não são melhores do que os da Europa, quando se considera os preços dos gêneros e da moradia é aqui mais alto. A vida horrorosa, infernal das fazendas é desconhecida na Europa. O trabalhador dos campos aqui trabalha quatorze a quinze horas por dia e vive em imundas pocilgas de barro”. (Dulles, 1977:20).

Tal análise feita pelo imigrante italiano Oreste Ristori, nos permite encontrar algumas semelhanças entre a intensa exploração que o trabalhador estava submetido nos países do sul da Europa, com aquela que o anarquista encontrou no Brasil. Assim como nos países europeus de origem de muitos militantes anarquistas o anarquismo no Brasil também criou raízes e se desenvolveu, tornando-se a principal e mais combativa ideologia a defender os interesses dos trabalhadores que tentavam sobreviver.

Em 1889, chegou em terras brasileiras, ainda jovem, outro imigrante italiano, que seria um dos mais importantes militantes anarquistas no Brasil: Gigi Damiani, que já havia amargado penas de prisão na Itália. Ficou seis anos no Paraná, onde exerceu o ofício de pintor. Fundou em Curitiba o jornal proletário *O Direito* com objetivo de influenciar os trabalhadores curitibanos, em sua grande maioria de origem alemã e polonesa. Foi depois para São Paulo, onde, durante vários anos, colaborou com Ristori em seu jornal *La Battaglia*, e com outros semanários anarquistas. Foi um homem conhecido por suas poucas palavras e intensa atividade militante.

Everardo Dias e Florentino de Carvalho (pseudônimo de Primitivo Raimundo Soares) foram dois importantes imigrantes espanhóis, que chegaram no Brasil ainda crianças e aqui tornaram-se destacados militantes libertários. Em 1887, Everardo Dias



tinha apenas dois anos de idade quando chegou no Brasil. Ao constatarmos a tenra idade de ambos quando chegaram às terras brasileiras fica evidente que adotaram o anarquismo aqui no Brasil. Tal fato demonstra que o anarquismo encontrou aqui condições específicas para se desenvolver ao ponto de se tornar uma ideologia de enorme combatividade na luta da defesa dos interesses do proletariado. Não é demais ressaltar que nem todos os imigrantes que vieram para o Brasil eram anarquistas.

Florentino de Carvalho chegou bem novo e cresceu no Brasil. Alistou-se na Força Pública de São Paulo, na qual chegou a cabo. Encontrou por acaso, em uma livraria de São Paulo, um exemplar do livro *A Conquista do Pão*, de Kropotkin. O livro influenciou a sua vida a ponto de pedir baixa na Força Pública e ir trabalhar nas docas como estivador e também como tipógrafo, como Proudhon. Tornou-se um importante líder anarquista, sindicalista, intensamente perseguido pela polícia. A ligação desses imigrantes anarquistas com o Brasil foi tão intensa que mesmo depois de terem sido expulsos pelo governo brasileiro, considerados perigosos agitadores, regressaram para o Brasil, como foi o caso de Oreste Ristori, Gigi Damiani, Everardo Dias e Florentino de Carvalho

Enquanto os militantes anarquistas tentavam organizar o proletariado nas duas principais cidades do país, Rio de Janeiro e São Paulo, um grupo de imigrantes italianos tentou criar uma colônia anarquista no interior do Paraná, em 1890. Nesse período não existia uma presença significativa de anarquistas nas cidades brasileiras. Ainda na Itália, o anarquista italiano Giovanni Rossi solicitou ao governo de D. Pedro II uma autorização para que um grupo de imigrantes italianos colonizassem terras no interior do Paraná. O governo brasileiro permitiu a empreitada. A experiência de colonização anarquista na referida região ficou conhecida como Colônia Cecília. Em 20 de janeiro de 1890, partiu do porto de Gênova o navio *Cittá di Roma*, com vários imigrantes. Foram liderados por Giovanni Rossi, agrônomo de 35 anos e tiveram por objetivo de criar uma comunidade anarquista no interior do Brasil. O navio, ao entrar nas águas do Rio de Janeiro, causou bela impressão a eles:

“Entramos na baía majestosa do Rio de Janeiro. O espetáculo é tão imponente pela elevada cadeia de montanhas que rodeia o espelho amplo das águas, tão pitoresco em virtude das belas construções espalhadas sobre as costas e nas pequenas ilhas, tão gentil por todos matizes de verde que oferecem à vista os morros ornados por elegantes palmeiras, tão fulgurantes graças ao sol que resplandece entre o azul do céu e o verde claro do mar, tão eloquente em

sua linguagem universal que cada passageiro, seja qual for sua condição e cultura, levanta o rosto e exclama: -Ah! Como é lindo!” (Lopes, 2013:23).

Errico Malatesta desaprovou esse tipo de experiência libertária, e em uma carta enviada ao amigo Vito Panzacchi, escreveu:

“Quanto à empresa de Rossi, eu a deploro, porque oferece aos oprimidos a vã esperança de se emanciparem sem a necessidade de revolução, Se Rossi quer fazer sua experiência, que a faça, mas deixe em paz os revolucionários, recolha os trabalhadores mais pobres, em embrutecidos, e faça a nobre tentativa de elevá-los à dignidade. Vá, portanto, Rossi ao Brasil repetir tardiamente, quando o problema tornou-se gigante e reclama soluções urgentes, a experiência de diletantes com as quais precursores do socialismo encheram a primeira metade do século. Os revolucionários continuem em seu posto de luta”.<sup>143</sup>

Imigrantes anarquistas portugueses também desempenharam importante papel no Brasil. O principal deles foi Neno Vasco (Gregório Nazianzeno Moreira de Queirós e Vasconcelos). Formado advogado pela Universidade de Coimbra e filho de pai rico, chegou no Brasil em 1901 e logo se juntou a um grupo de anarquistas italianos que viviam em São Paulo. Em 1902 dirigiu o jornal anarquista *O Amigo do Povo*, publicado quase todo em português, com uma página em italiano para a qual Gigi Damiani colaborava do Paraná.

Além de dirigir o jornal *O Amigo do Povo*, Neno Vasco fundou e dirigiu o jornal *A Terra Livre* ao lado de Manoel Moscoso e Edgard Leuenroth, publicou uma revista chamada *Aurora* e escreveu peças teatrais. É o autor da letra em português de *A Internacional*. Sua produção literária e militância política lhe renderam a fama de ser o anarquista mais culto do Brasil. Seu jornal *A Terra Livre* circulou entre 1905 até 1910, primeiramente em São Paulo e depois no Rio de Janeiro e novamente em São Paulo. Quando Neno Vasco voltou para sua terra natal, o jornal deixou de circular.

---

<sup>143</sup> La Riveudicazione (18/03/1891). Apud. SALLES, Iza. **Um cadáver ao sol**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005, p. 31.

## Conclusão

É comum associarmos o anarquismo à imigração europeia. Consideramos os heterogêneos contingentes de trabalhadores imigrantes europeus como vetores de entrada da ideologia anarquista em nosso território. No entanto, não podemos cair em alguns erros que consideram todos os imigrantes europeus como militantes anarquistas. É uma análise superficial sobre a entrada do anarquismo no Brasil, pois nem todos imigrantes eram militantes libertários.

Grande parte desses contingentes procurava alcançar uma vida melhor, estavam fugindo da miséria e da ausência de perspectivas de vida que lhes eram impostas em seus países de origem. Outra característica importante dos trabalhadores imigrantes europeus no Brasil, é que alguns eram socialistas e atuaram efetivamente para construir organizações socialistas em nosso país. Publicaram importantes periódicos socialistas, como foi o caso do jornal *Avanti!*. Sua publicação era no idioma italiano e foi o veículo de propaganda do Partido Socialista Brasileiro, fundado em 1902. Foi editado por destacados militantes socialistas, entre eles Antonio Piccarolo. Alcançou a circulação e duração de quinze anos. Mesmo com breves interrupções, é considerado um dos principais instrumentos de propaganda socialista no início do século XX no Brasil. O jornalista italiano Vicente Varcica também dirigiu o referido periódico.<sup>144</sup>

Vários trabalhadores imigrantes buscavam apenas melhores condições de vida. Apenas fugiam das inóspitas condições materiais de sobrevivência em seus países de origem. Não eram militantes anarquistas ou socialistas infiltrados no país para propagar uma ideologia específica, ou para organizar trabalhadores brasileiros desorganizados e dóceis às incipientes relações de produção capitalistas em nosso território. Muitas vezes o anarquismo foi associado à imigração italiana. Como se todos os italianos fossem anarquistas. Não eram. Muitos imigrantes portugueses e espanhóis se organizavam politicamente através do anarquismo e haviam aqueles que não se interessavam pelas ideias libertárias. Alguns trabalhadores europeus se tornaram pequenos comerciantes no

---

<sup>144</sup> SANTOS, Hamilton Moraes Theodoro dos. **Anarquismo e a formação do Partido Comunista do Brasil**. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2017, p. 46.

decorrer dos anos no Brasil. Tornaram-se donos de lojas e de pousadas e não retornaram para os seus países de origem.

Em um país distante encontravam diversas dificuldades de adaptação e de sobrevivência. Seus dois principais objetivos eram trabalho, moradia e conseqüentemente melhores condições de vida. Muitos perceberam que o sonho de uma vida melhor no Brasil era uma ilusão e enquanto trabalhadores explorados, ao lado dos brasileiros, não restava outra alternativa a não ser lutar por melhores condições de trabalho e de vida. Aí a ideologia era encarada como uma importante ferramenta de luta contra as inóspitas relações de produção as quais estavam submetidos. Precisavam fugir da miséria e superar as relações de produção do incipiente capitalismo brasileiro.

Outro erro crasso é considerar que os trabalhadores brasileiros não fossem capazes de criar organizações e estratégias de enfrentamento ao capitalismo. Portanto precisariam da liderança, experiência dos trabalhadores europeus para construir os sindicatos revolucionários e assim organizar o proletariado brasileiro através da ideologia ácrata. Trabalhadores brasileiros protagonizaram diversos episódios de enfrentamento à ordem social vigente. Sindicatos revolucionários, inúmeros periódicos foram criados e desenvolvidos por trabalhadores brasileiros.

A imprensa operária foi uma importante estratégia de propagação de ideias sobre a necessidade de luta proletária contra a opressão capitalista em nosso território. Tais periódicos acusavam a inóspita realidade material imposta aos trabalhadores. O período que abrange a segunda metade do século XIX até os anos finais da Primeira República foi de grande publicação e circulação de jornais operários. Foram 343 títulos entre 1858 a 1927. Desse expressivo número, sessenta foram publicados em língua estrangeira. Tal fato demonstra o expressivo quantitativo de jornais na língua local. Claro que os portugueses eram o maior contingente imigrante europeu na Capital da República. Em 1923 circularam 94 jornais operários publicados em português em São Paulo e 97 no Rio de Janeiro.<sup>145</sup>

---

<sup>145</sup> FERREIRA, Maria Nazareth. **A imprensa operária no Brasil, 1880-1920.** : Editora Vozes, 1978, p. 90-96.

O mais famoso e prolífico editor de jornais anarquistas no Brasil foi Edgard Frederico Leuenroth<sup>146</sup> (1881-1968). Era brasileiro, nascido em Mogi Morim em São Paulo. Publicou sete jornais operários em língua portuguesa. O segundo maior editor de jornais operários foi Antonio Bernardo Canellas<sup>147</sup> (1898-?), nascido em Niterói no Rio de Janeiro. Publicou seis periódicos em língua portuguesa.<sup>148</sup> Importantes lideranças anarquistas eram brasileiras, como o caso de Fábio Luz, Maria Lacerda de Moura, Domingo Passos, José Oiticica etc. O militante Domingo Passos chegou a ganhar a alcunha de “Bakunin brasileiro” em referência à sua ativa militância no movimento operário. Se fossemos abordar historicamente importantes esses importantes militantes anarquistas brasileiros, seriam necessárias as publicações de vários livros.

Existiram imigrantes europeus que chegaram ainda crianças no Brasil e não se envolveram inicialmente com a militância operária . Ou seja, se tornaram anarquistas em nosso país, quando alcançaram a idade adulta, provavelmente por causa de dolorosas experiências materiais proporcionadas pelos seus envolvimento no mundo do trabalho ou na experiência do cotidiano urbano. Um exemplo desse processo de desenvolvimento político foi o famoso caso do anarquista espanhol Primitivo Raymundo Soares, que possuía o pseudônimo Florentino de Carvalho. Chegou ainda criança em nosso país, trabalhava como sargento da Força Pública do Estado de São Paulo. Em 1901 entrou em uma livraria e pegou o livro *A Conquista do Pão*<sup>149</sup> de autoria do geógrafo anarquista russo Piotr Kropotkin. Em seguida pediu baixa da Força Pública e tornou-se estivador nas docas de Santos. Em seguida tornou-se tipógrafo, mesma profissão do anarquista francês Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865). Desenvolveu importante militância libertária entre o movimento operário brasileiro.

Através da análise desses referidos dados estatísticos, é possível afirmar que o movimento operário brasileiro não era liderado e nem protagonizado por militantes

---

<sup>146</sup> Edgard Leuenroth publicou os jornais *Folha do Brás*, *A Lanterna*, *Terra Livre*, *Folha do Povo*, *A Vanguarda*, *A Plebe* e *A Patuleia*.

<sup>147</sup> Antonio Bernardo Canellas publicou os jornais *A Semana Social* (Maceió), *A Patuleia* (Porto Alegre), *Tribuna do Povo* (Recife), *Tribuna do Povo* (Viçosa), *Cinco de Julho* (clandestino nos anos 20) e *Cinco de Julho* (legal nos anos 30).

<sup>148</sup> SALLES, Iza. **Um cadáver ao sol**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005, p. 36.

<sup>149</sup> KROPOTKIN, Piotr Alexeyevich. **A conquista do pão**. Rio de Janeiro: Ed. Achiamé, 2011.

imigrantes. O fato é que trabalhadores brasileiros e imigrantes trabalharam juntos na construção de organismos de resistência e sindicatos revolucionários de enfrentamento e superação do modo de produção capitalista. Os dois maiores editores de jornais anarquistas no Brasil foram dois brasileiros.

Além do que, no Brasil, existe um complexo de inferioridade civilizatória. Esse complexo é constantemente estimulado e manipulado pelas elites para domesticar a população e assim manter a propriedade privada dos meios de produção em suas mãos. A origem desse complexo está em nossa História, pois nossa sociedade foi construída sobre os alicerces da colonização portuguesa. Assim foi construído um imaginário, baseados em ideias que consideravam a Europa enquanto referência de desenvolvimento e o nosso país como sinônimo de inferioridade civilizatória. Durante os séculos de domínio português sobre o Brasil, fomos obrigados a aceitar as políticas administrativas metropolitanas que impediram que fossemos capazes de trilhar nossa própria história.

Assim foi forjada a ideia de que a Europa era o centro do mundo, um continente com países realmente desenvolvidos, no qual Portugal nos impunha o que consumir, o que pensar e como nos organizar. No decorrer dos séculos tudo o que era oriundo da Europa ganhava um verniz de glamour, era valorizado, visto com fruto de uma cultura superior.

Esse modelo de pensamento foi utilizado pelas elites e autoridades para criminalizar a combatividade do movimento operário brasileiro na Primeira República. Assim foi forjada a ideia de que o anarquismo era uma planta exótica prestes a desvirtuar a cordialidade e bondade dos trabalhadores brasileiros. Os imigrantes anarquistas europeus seriam indivíduos desajustados com ideias absurdas, que deveriam ser aprisionados e expulsos do país, pois eles lideravam esse enfrentamento classista contra os patrões. Como se os trabalhadores brasileiros fossem incapazes de organização, de protagonizarem a luta contra todo peso da exploração capitalista nas primeiras décadas do século XX. Claro que existia um objetivo nefasto na propagação desse tipo de pensamento, pois o brasileiro não seria capaz de organizar a luta contra sua exploração. Pois tal enfrentamento seria uma atitude sem sentido, protagonizada por pessoas estrangeiras, estranhas, diferentes e desajustadas.

## Bibliografia

ADDOR, Carlos Augusto. (1986), **A insurreição anarquista no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. Dois Pontos.

\_\_\_\_\_ e Deminicis, Rafael (organizadores). (2009), **História do anarquismo no Brasil (2º volume)**. Rio de Janeiro: Achiamé.

ARENDT, Hannah. (1990), **Da revolução**. Brasília: EDUNB/Ed. Ática.

BANDEIRA JÚNIOR, Antonio Francisco. (1901), **A indústria no estado de São Paulo**. São Paulo: Editora Typ. Do Diário Oficial.

BAKUNIN, Michael Alexandrovich. (2014), **Textos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM.

BANDEIRA, Moniz. (2004), **O ano vermelho**. São Paulo: Expressão Popular.

BATALHA, Cláudio H. M. (2009), **Dicionário do movimento operário**. São Paulo: Perseu Abramo.

\_\_\_\_\_. (2000), **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed..

BLOCH, Marc. (2001), **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, N. e PASQUINO G. (1986), **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

BOSI, Alfredo. (1992), **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras.

BOTTOMORE, Tom. (1988), **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

BRENER, Jayme. (1998), **O jornal do século XX**. São Paulo: Ed. Moderna.

CANELLAS, Antonio Bernardo. (1920), **Viagem à Europa em missão da Federação de Resistência das Classes Trabalhadoras de Pernambuco, 21 de janeiro a 6 de setembro de 1919**. Pernambuco.

\_\_\_\_\_. (1923), **Relatório da delegacia à Rússia como representante do Partido Comunista do Brasil, acompanhado de uma exposição dos**



**motivos que determinaram a minha demissão do C.C.E. do Partido.** Rio de Janeiro : [s.n.].

CARONE, Edgard. **O PCB – 1922/1943 (1º volume).** Ed. Bertrand Brasil: São Paulo, 1ª Edição

\_\_\_\_\_. (1989), **Classes sociais e movimento operário.** São Paulo: Ed. Ática.

\_\_\_\_\_. (1982), **Movimento operário no Brasil (1877-1944).** São Paulo: Ed.

DIFEL.

CARR, Edward Hallett. (1981), **A Revolução Russa de Lênin a Stalin (1917-1929).** Rio de Janeiro, Zahar Editores.

\_\_\_\_\_. (1996), **O que é História ?** São Paulo: Ed. Paz e Terra.

CARVALHO, José Murilo de. (1987), **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo: Companhia da Letras.

CHACON, Vamireh. (1981), **História dos partidos políticos.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília.

CHILCOTE, M. (1982), **Partido Comunista Brasileiro.** Rio de Janeiro: Ed. Graal.

CORRÊA, Felipe. (2011), **Ideologia e estratégia: anarquismo, movimentos sociais e poder popular.** São Paulo: Faísca Publicações Libertárias.

DEL PIORE, Mary (organizadora). (2007), **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto.

DIAS, Everardo. (1977), **História das lutas sociais no Brasil.** São Paulo: Editora Alfa-Omega.

DULLES, John W. F. (1977), **Anarquistas e comunistas no Brasil: 1900-1935.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

FAUSTO, Boris. (2002), **História concisa do Brasil.** São Paulo: Edusp.

\_\_\_\_\_. (1976), **Trabalho urbano e conflito social.** São Paulo: Difel.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília Neves. (2004), **O Brasil republicano (4º volume).** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.

FERREIRA, Maria Nazareth. (1978), **A imprensa operária no Brasil, 1880-1920.** Petrópolis: Editora Vozes.

FERRO, Marc. (1984), **O Ocidente diante da revolução soviética.** São Paulo: Ed. Brasiliense.

- FÜCHTNER, Hans. (1980), **Os sindicatos brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora Graal.
- FURTADO, Celso. (1985), **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional.
- GARAUDY, Roger. (1949), **Les sources françaises du socialisme scientifique**. Paris: Editeurs Réunis.
- GATTAI, Zélia. (1988), **Anarquistas, graças a Deus**. Rio de Janeiro: Ed. Record.
- GRAMSCI, Antonio. (1968), **Maquiavel: a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.
- HARDMAN, Francisco Foot. (2002), **Nem pátria, nem patrão!**. São Paulo: Ed. UNESP.
- \_\_\_\_\_ e LEONARDI, Victor. (1991), **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos 20**. Rio de Janeiro: Ed. Ática.
- HOBBSAWM, Eric. (1995), **A era dos extremos**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras.
- \_\_\_\_\_. (1983), **História do marxismo I: o marxismo no tempo de Marx**. São Paulo: Ed. Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (1982), **História do marxismo II: o marxismo na época da Segunda Internacional**. São Paulo: Ed. Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (1982), **História do marxismo III: o marxismo da Terceira Internacional**. São Paulo: Ed. Paz e Terra.
- JÚNIOR, Caio Prado. (1966), **A revolução brasileira**. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- KONDER, Leandro. (2002), **A questão da Ideologia**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras.
- KROPOTKIN, Piotr Alexeyevich. (2011), **A conquista do pão**. Rio de Janeiro: Ed. Achiamé.
- LEVAL, Gaston. (2009), **Bakunin: fundador do sindicalismo revolucionário**. São Paulo: Imaginário/Faísca.
- LINHARES, Hermínio. (1977), **Contribuição à história das lutas operárias no Brasil**. São Paulo: Ed. Alfa-Omega.
- LINHARES, Maria Yedda (organizadora). (1990), **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Campus.
- LOPES, Milton. (2013), **Crônica dos primeiros anarquistas no Rio de Janeiro (1888-1900)**. Rio de Janeiro: Ed. Achiamé.
- LOWY, Michael (organizador.). (1999), **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos nossos dias**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo.

- MALATESTA, Errico. (2009), **Entre camponeses**. São Paulo: Hedra.
- \_\_\_\_\_. (1989), **Escritos revolucionários**. São Paulo: Novos Tempos Editora.
- MARAM, Sheldon Leslie. (1979), **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. (1997), **O manifesto comunista: 150 anos depois**. São Paulo: Ed. Contraponto.
- \_\_\_\_\_. (2002), **A ideologia alemã**. São Paulo: Editora Martins Fontes.
- MENEZES, Lená Medeiros de. (1996), **Os indesejáveis: desclassificados da modernidade**. Rio de Janeiro: edUERJ.
- OITICICA, José. (1983), **A doutrina anarquista ao alcance de todos**. São Paulo: Editora Econômica.
- PEREIRA, Astrojildo. (1924), **O processo de um traidor**. Rio de Janeiro: PCB.
- \_\_\_\_\_. (2012), **Formação do PCB**. 3ª Ed., São Paulo: Anita Garibaldi.
- \_\_\_\_\_. (1923), **Resolução sobre o relatório do delegado do P.C.B. ao IV Congresso da I.C., adotada em seção do 6.6.1923**. Rio de Janeiro: PCB.
- PROUDHON, Pierre Joseph. (1988), **A propriedade é um roubo**. Porto Alegre: L&PM.
- \_\_\_\_\_. (1997), **O que é a propriedade?**. Lisboa: Estampa.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. (1991), **História do marxismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_ e DEMICINIS, Rafael Borges (organizadores). (2006), **História do anarquismo no Brasil. (1º volume)**. Niterói: edUFF : Rio de Janeiro: MAUAD.
- \_\_\_\_\_ e MORAES, João Quartim de (organizadores). (2003), **História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções (1º volume)**. Campinas: Editora da UNICAMP.
- RÉMOND, René. (1981), **O século XX: de 1914 aos nossos dias**. São Paulo: Ed. Cultrix.
- RODRIGUES, Edgard. (1969), **Socialismo e sindicalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Laemmert.
- \_\_\_\_\_. (1987), **ABC do sindicalismo revolucionário**. Rio de Janeiro: Ed. Achiamé.

\_\_\_\_\_. (1979), **Novos rumos**. Rio de Janeiro: Ed. Mundo Livre.

\_\_\_\_\_. (1979), **Alvorada operária**. Rio de Janeiro: Ed. Mundo Livre.

\_\_\_\_\_. (1980), **Socialismo, uma visão alfabética**. Rio de Janeiro: Ed. Porta Aberta.

ROMANI, Carlo. (2002), **Oreste Ristori: uma aventura anarquista**. São Paulo: Annablume.

SALLES, Iza. (2005), **Um cadáver ao sol**. Rio de Janeiro: Ediouro.

SAMIS, Alexandre. (2002), **Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil**. São Paulo: Ed. Imaginário.

\_\_\_\_\_. (2009), **Minha pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos**. Lisboa: Letra Livre.

\_\_\_\_\_ e RAMOS, Renato. (2009), **Domingos Passos: o Bakunin brasileiro**. São Paulo: Faísca Publicações Libertárias.

SANTANA, Marco Aurélio. (2001), **Homens partidos**. São Paulo: Boitempo Editorial.

SANTOS, Hamilton Moraes Theodoro dos. (2017), **Anarquismo e a formação do Partido Comunista do Brasil**. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial.

SANTOS, Kauan Willian dos e Silva, Rafael Viana da (organizadores). (2018), **História do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária**. Curitiba: Editora Prismas.

SCHMIDT, Michael e VAN DER WALT, Lucien. (2009), **BlackFlame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism**. Oakland: Ak Press.

SODRÉ, Nelson Werneck. (1966), **A História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

\_\_\_\_\_. (1968), **Fundamentos do materialismo histórico**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

\_\_\_\_\_. (1968), **Fundamentos do materialismo dialético**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.

THOMPSON, Edward Palmer. (1987), **A Formação da Classe Operária Inglesa: A Árvore da Liberdade**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.

TOLEDO, Edilene. (2004), **Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo.

ULAM, Adam B. (1976), **Os bolcheviques**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira.

Vários autores. (1998), **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea (4º volume)**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras.

VINHAS, Maurício. (1970), **Estudos sobre o proletariado brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.

WOODCOK, Geroge. (2002), **História das ideias e dos movimentos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM.

## NA CASA AO LADO: A SITUAÇÃO DOS REFUGIADOS PALESTINOS QUE HABITAM O LIBANO

*Karime Ahmad Borrascchi Cheaito*

Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), com área de concentração em Ciência Política.

**Resumo:** O presente artigo visa analisar a situação dos refugiados palestinos que migraram para o Líbano a partir dos anos 1940, em busca de compreender a relação existente entre o sistema político libanês, pautado no Confessionalismo, e a forma como os refugiados foram tratados pelas autoridades libanesas e pelas forças militares. Para analisar essa relação conflituosa, têm-se como foco do estudo as violências praticadas pelo Exército Nacional Libanês contra os campos de refugiados palestinos durante os anos 1960 e 1970. A metodologia empregada na realização da pesquisa tem como referência uma “concepção instrumental”, que consiste em analisar as manifestações militares a partir de interesses de classes, considerando a interação civil-militar que reflete nas ações do Exército. Para seu desenvolvimento, recorreu-se a técnicas histórico-documentais, realizando levantamento e análise de bibliografias referentes à temática e estudo de documentos oficiais, além da coleta de dados em campo.

**Palavras-chave:** Palestinos. Líbano. Confessionalismo. Exército Nacional Libanês. Refugiados.

**Abstract :** This article aims to analyze the situation of the Palestinian refugees who have migrated to Lebanon since the 1940s, in order to understand the possible existence of a relationship between the Lebanese political system based on Confessionalism and the way refugees were treated by Lebanese authorities and the military. In order to analyze this conflicting relationship, the study focuses on the violence practiced by the Lebanese National Army against the Palestinian camps during the 1960s and 1970s. The methodology used in the research is based on an “instrumental conception”, which consists in analyzing the military manifestations through class interests, considering the

existence of a civil-military interaction that reflects in the actions of the Army. For its development, we used historical-documentary techniques, performing a survey and an analysis of bibliographies referring to the thematic and a study of official documents, as well as data collection in the field.

**Keywords:** Palestinians. Lebanon. Confessionalism. Lebanese National Army. Refugees.

### **Introdução**

Compreender os conflitos que se estendem pelo Oriente Médio está para além de uma visão simplista que considera em sua análise apenas os fatores religiosos. Em uma região onde a maioria dos Estados unem oficialmente política e religião, os motivos que levaram a diversos confrontos, principalmente no século XX e XXI, nunca foram por causa, exclusivamente, de disputa entre valores religiosos. No caso do Líbano, por exemplo, a religião a qual o indivíduo se insere ao nascer define não só sua crença e sua comunidade religiosa, mas determina também a posição social a qual ele ocupa e os cargos políticos e militares que poderá exercer. Sendo assim, os conflitos que se estenderam no Líbano estão para além de lutas religiosas, pois representam também uma luta entre classes.

Atualmente, um assunto que vem sendo bastante discutido, não só nos espaços acadêmicos, mas nas mídias de forma geral, são os movimentos migratórios de refugiados, que se estenderam para diversos países em proporções alarmantes. Ao buscar compreender, nesse artigo, as condições de vida dos refugiados palestinos que habitam o Líbano e suas relações com o governo libanês, foi possível notar que essa denominada crise de refugiados, repercutida atualmente, na realidade não é um problema atual. Observa-se que, desde o século XX, a questão das migrações de refugiados está para além do movimento de saída do país de origem em si, que apresenta causas diversas, mas abarca também a discussão sobre o país de destino desses refugiados: como será essa recepção; como será o tratamento dentro do país; quais consequências sociais, econômicas e políticas que esse movimento pode acarretar; existe ou não alguma assistência governamental aos refugiados, etc. Essas são algumas das questões que se colocam e que são pertinentes para analisar, no estudo do caso aqui proposto, os



movimentos de palestinos que migraram para o Líbano e as consequências que deles vieram.

Para isso, tornou-se necessário o estabelecimento de algumas relações para que fosse possível compreender as correlações de poder e as disputas políticas que se estenderam na primeira metade do século XX. Dentre as análises que se tornaram necessárias, está a do Confessionalismo, sistema político libanês legitimado a partir do Pacto Nacional Libanês de 1943, o qual foi elaborado no processo de independência do país. Esse regime político, que consiste na divisão dos poderes políticos e institucionais entre as comunidades religiosas oficiais do Líbano, determinou que os principais cargos políticos e militares deveriam ser ocupados, obrigatoriamente, pelos cristãos maronitas. Essa decisão não pode ser analisada sem antes considerar a forte influência da dominação francesa no país, que perdurou por 23 anos e atribuiu privilégios políticos e econômicos aos cristãos maronitas, como uma forma de garantir uma base de apoio na região que facilitasse a penetração das potências imperialistas europeias no local. Dessa forma, o Confessionalismo moldou o governo libanês e suas características, onde os interesses privados das comunidades cristãs detinham uma primazia sobre os interesses dos grupos muçulmanos. Por esse motivo, para estudar a presença dos refugiados palestinos no Líbano e os confrontos que se estenderam entre a Organização pela Libertação da Palestina (OLP) e o Exército Nacional, visto aqui como um instrumento utilizado pelo Estado, é necessário relacionar esses conflitos com as consequências sociais e políticas que resultaram do Confessionalismo enquanto um frágil e instável sistema político.

Como obra central do artigo, recorreu-se ao trabalho de Domingo del Pino, intitulado *A Tragédia do Líbano: retrato de uma Guerra Civil*, no qual o jornalista descreveu as características centrais do Confessionalismo e analisou as consequências sociais e políticas que resultaram desse sistema, exemplificando com a Guerra Civil de 1958 e a Guerra Civil de 1975, abrangendo em seus estudos a questão da presença palestina no território e a força política que eles representavam.

Foi exatamente essa força que a Resistência Palestina simbolizava que instigou o desenvolvimento da hipótese desse trabalho, a qual, através de uma análise crítica, se buscou observar como a presença palestina no Líbano foi identificada, pelos cristãos, como uma ameaça à manutenção da ordem confessional que fundamentava o governo, que era composto majoritariamente por cristãos maronitas que haviam ascendido política

e economicamente no país através de privilégios atribuídos pela França durante a execução de seu mandato. A partir de então, pressupõem-se que os palestinos, organizados politicamente, foram capazes de fortalecer os movimentos muçulmanos que se sentiam injustiçados pela lógica política que vigorava no território. Por esse motivo, a presença palestina foi vista como uma ameaça às autoridades libanesas, já que ela poderia incentivar e fortalecer os movimentos de oposição ao governo e à classe dominante cristã.

A legalização da ação palestina em solo libanês fez com que as tensões internas entre os grupos confessionais do país crescessem nos anos seguintes, motivadas, sobretudo, pelo apoio e rejeição que os diferentes grupos políticos do Líbano mantinham em relação à presença e atuação da Organização para Libertação da Palestina (OLP) em seu território. (...) criando um Estado libanês enfraquecido por uma crise interna de comando. (MEIHY, 2016: 66).

Dessa forma, torna-se essencial compreender a importância, naquela conjuntura, do Exército Nacional Libanês e de suas ações realizadas nos anos 1960 e 1970, pois, segundo a análise aqui proposta, a força militar foi utilizada pelas classes dominantes cristãs como um instrumento para garantir a manutenção de seu poder no país, rompendo com os ideais de uma instituição nacional que, na teoria, deveria servir ao povo e garantir sua segurança. Por isso, a metodologia utilizada fundamenta-se em uma “*Concepção instrumental*” de estudo do Exército, que considera, enquanto pressuposto, a existência da interação civil-militar (ROUQUIÉ, 1980). Nessa perspectiva, entende-se que os motivos das manifestações militares estão vinculados aos interesses de classes, grupos, forças políticas e correntes de opinião presentes. A partir desta leitura, as ações militares sempre favorecem um grupo ou uma classe específica, a qual busca o poder e o controle do Estado. No estudo de caso, observou-se a determinante influência dos cristãos e do Confessionalismo nas atuações do Exército, a partir do levantamento de bibliografias referentes ao tema e análise de documentos do período estudado em questão, assumindo, o estudo, um caráter histórico-documental.

Embora o levantamento bibliográfico e documental tivesse sido realizado diversas vezes durante a pesquisa, a mesma ainda possui diversas limitações, devido à lacuna ainda existente nessa área de estudos, que acaba limitando o acesso a informações e as pesquisas realizadas se concentram em algumas fontes específicas. Por esse motivo, justifica-se também o interesse em realizar esse artigo, visto que o mesmo pode contribuir para

expansão dessa área de conhecimento tão pouco estudada nos ambientes acadêmicos. Além disso, entende-se que estudar a complexa história política, econômica e social do Líbano é fundamental para se compreender os movimentos anti-imperialistas do Oriente Médio, tanto no século XX, como no tempo atual.

Sendo assim, a importância de estudar essa temática consiste em romper com paradigmas ocidentais aliados aos ideais das potências imperialistas europeias que impõem e difundem um olhar sobre o Oriente Médio que é responsável por reforçar ações xenofóbicas, islamofóbicas e racistas. Desse modo, o presente artigo visa trazer outro olhar sobre os conflitos libaneses e sobre a questão dos refugiados palestinos, compreendendo a força política e social que eles representam. Além disso, destaca-se, mais uma vez, a importância de relacionar a questão palestina no Líbano com o governo do país, pois essa relação é primordial para se compreender grande parte dos confrontos que se seguiram no território durante o século XX.

Em síntese, para compreender essa relação entre o governo libanês e os grupos palestinos, o objetivo do estudo consiste em analisar, a partir de uma perspectiva crítica, os confrontos que se estabeleceram entre o Exército Libanês e a OLP nos anos 1960 e 1970, buscando os motivos que levaram a manifestação militar de ataque aos palestinos e as correlações de forças envolvidas. A partir do estudo desse caso, torna-se possível compreender a forma como os refugiados palestinos eram vistos pelas autoridades libanesas e os motivos da sua situação de extrema miserabilidade no país até os dias atuais.

### **O sistema político confessional**

Com a queda do Império Otomano após a Primeira Guerra Mundial, as regiões que antes compunham o Império foram divididas entre duas potências ocidentais, a França e a Inglaterra, tendo como fundamento o acordo Sykes-Picot<sup>150</sup>, elaborado em 1916 entre os dois países que manifestavam interesses políticos e econômicos naquela

---

<sup>150</sup> O Acordo Sykes-Picot permitiu com que os franceses e os ingleses, após a Primeira Guerra Mundial, repartissem entre si as zonas que possuíam interesses no Oriente Médio, impondo suas influências políticas, econômicas e sociais na região. Em relação a essa divisão feita no território, que correspondia até então ao denominado Levante, estipulou-se que a região Norte pertenceria à França, a qual dividiu o seu território em Síria e Líbano, e o Sul à Grã-Bretanha, que dividiu a sua parte territorial em Palestina e Transjordânia.

região (CARDOZO, 2012). Nessa separação, o Líbano passou ao domínio francês, que exerceu um tipo de protetorado no país até 1943. Com a Segunda Guerra Mundial, diversos movimentos pela independência começaram a se manifestar no Oriente Médio e na África, e o Líbano se incluiu nessa luta por sua emancipação, principalmente após o cenário de extremo autoritarismo e repressão que a França havia instalado no país. Em 1943, desse modo, a França não suportou as pressões realizadas e o Líbano conquistou sua independência. Através de um acordo entre diferentes grupos religiosos que coexistiam no país, elaborou-se o Pacto Nacional Libanês de 1943, o qual reorganizou e estruturou os poderes dos novos grupos políticos. O Pacto não foi escrito constitucionalmente e nem formalizado em um texto público, sendo considerado, então, apenas o seu pronunciamento. Foi a partir desse acordo que se consolidou o Confessionalismo como sistema político do Estado libanês.

O Confessionalismo é um sistema político fundamentado na união entre política e religião. Em sua organização, os cargos políticos e administrativos do Estado são divididos entre as comunidades religiosas oficiais do país, seguindo uma lógica proporcional. No caso do Líbano, para definir a proporcionalidade que seria adotada, baseou-se em um censo demográfico realizado pela França em 1932, no qual os cristãos apareceram como a maioria populacional. Desse modo, a proporção adotada tanto na composição do Parlamento, como para todos os cargos do funcionalismo militar, judiciário e civil foi a de 6:5, ou seja, seis cristãos para cada cinco muçulmanos, impondo, como obrigatoriedade, que os cargos políticos-administrativos mais elevados de cada instituição fossem ocupados pelos cristãos maronitas<sup>151</sup>. A França, durante a execução de seu mandato, atribuiu cargos políticos de alto escalão aos maronitas e fez alianças com essa comunidade, para que tivesse, em troca, uma base de apoio que facilitasse a penetração dos países ocidentais no Oriente Médio. Dessa forma, o Sistema Político Confessional, ou Confessionalismo, foi visto como o modelo ideal para que os cristãos conseguissem manter sua dominação no território, já que essa comunidade, como

---

<sup>151</sup> Indivíduos que pertencem a Igreja Maronita, de origem oriental, a qual compõe uma das vertentes do Cristianismo. A Igreja Maronita reconhece a autoridade do Papa como líder da Igreja Católica Apostólica Romana e é mais tradicional no Líbano. Os maronitas possuem um ritual próprio, no qual a missa é propagada em aramaico, diferente do rito latino adotado pelos católicos ocidentais.

demonstrado, havia ascendido política e economicamente através de privilégios que foram atribuídos pelos franceses.

Assim que se estabeleceu o Pacto (que passou a ser visto como uma extensão da Constituição), a lógica confessional determinou que o cargo de Presidente da República pertenceria obrigatoriamente a um maronita; a Presidência do Conselho de Ministros (Primeiro-Ministro) pertenceria aos sunitas; e a Presidência do Parlamento a um muçulmano xiita. Esse modelo de organização política foi aprovado pelas potências ocidentais, sendo considerado, inclusive, como um modelo de excelência no interior do Oriente Médio. Essa aprovação vinda dos países europeus demonstrava o contentamento dessas potências em se ter, como obrigatoriedade, um cristão maronita ocupando o cargo de Presidente do Líbano, pois havia grandes possibilidades deste ser um aliado aos seus interesses, diferente do posicionamento político dos muçulmanos, que se opunham ao domínio europeu na região.

(...) mesmo que a proposta de distribuição de cargos políticos por grupos confessionais tentasse equilibrar o peso político de setores distintos da sociedade libanesa, ao destinar as funções políticas mais importantes à maronitas e sunitas, reforçava o domínio desses dois grupos no cerne do Estado libanês recém-construído. (MEIHY, 2016: 62).

No entanto, desde seu estabelecimento, o Pacto demonstrou suas fragilidades e instabilidades, pois o mesmo não considerava em sua elaboração as mudanças demográficas que poderiam ocorrer. Logo após ser estabelecido em 1943, evidenciou-se que os cristãos não representavam mais a maioria do país, como havia sido constatado pelo censo demográfico em 1932, devido o crescimento da população muçulmana no território libanês. Com essa perda da primazia cristã, criou-se o mito da maioria maronita (FISK, 2007), que representou a tentativa dessa classe dominante de legitimar seu status e sua dominação política, econômica e militar. Estima-se que naquele momento os cristãos representavam 40% da população, sendo 23% dessa porcentagem maronitas. Enquanto os muçulmanos passaram a representar 60% da população, sendo 27% dessa porcentagem xiitas (PINO, 1989).

No interior dessa nova conjuntura que se manifestava, os muçulmanos passaram a exigir que um novo censo demográfico fosse realizado e que o sistema Confessional passasse por reformas que contemplasse a nova realidade social evidenciada,

considerando ilegítimo um sistema político que privilegiava os cristãos em detrimento das comunidades muçulmanas, que passaram a representar a maioria populacional.

Cada vez que os muçulmanos falavam da necessidade de que se levasse a cabo um novo censo populacional, os cristãos respondiam que nesse caso era necessário levar em conta os libaneses emigrados, até a terceira geração, que se supunha serem majoritariamente cristãos. A União Cultural e Libanesa Mundial (UCLM), celebrava todos os anos festivais para emigrados em Baalbeck, criada pelos cristãos como um laço de união entre eles e seus emigrados, sustentava então que os libaneses distribuídos pelo mundo eram mais de quatro milhões. (PINO, 1989: 56).

A esquerda libanesa<sup>152</sup>, nesse momento, representava as reivindicações que objetivavam uma distribuição realista do poder, que considerasse as bases numéricas confessionais atualizadas; a distribuição igualitária e planificada dos recursos para o desenvolvimento; a participação solidária do Líbano nas discussões dos problemas do mundo árabe e a promulgação de uma reforma fiscal que visasse eliminar as grandes desigualdades sociais e econômicas do país (PINO, 1989).

A importância, nesse primeiro momento, de se compreender o Confessionalismo enquanto um sistema político imposto que gerou consequências e instabilidades nas relações sociais e de poder no Líbano, é fundamental para analisar os debates e os posicionamentos políticos que foram adotados posteriormente em relação à presença palestina no território. A consolidação desse sistema confessional intensificou os embates entre os cristãos e os muçulmanos devido às condições de desigualdades que ocorriam entre essas duas comunidades que passaram a ser legitimadas por esse acordo. A presença palestina, somada a essa rivalidade existente, intensificou os conflitos entre esses dois grupos devido à divergência de ideias e de posicionamentos apresentados acerca da questão palestina e o que representava aquela comunidade no país para cada um.

### **As migrações palestinas para o Líbano**

Analisa-se nesse artigo os movimentos migratórios palestinos em três períodos históricos: em 1947 e 1948; em 1967; e em 1970 e 1971. A primeira migração palestina

---

<sup>152</sup> A esquerda libanesa era composta, em sua maioria, pelas comunidades muçulmanas, as quais representavam a oposição ao governo maronita e realizavam críticas ao Pacto Nacional Libanês e ao Confessionalismo como sistema político, que privilegiava os cristãos e negligenciava os muçulmanos.

em massa ocorreu entre 1947 e 1948, quando o Estado da Palestina foi dividido em dois Estados, um judeu e outro árabe. Essa primeira divisão resultou, em 1948, na criação oficial do Estado de Israel, o qual gerou a expulsão de diversas famílias palestinas de suas casas devido aos conflitos que se estabeleceram no local. No entanto, uma das problemáticas que envolvem a Questão Palestina é justamente esse movimento de saída dos palestinos de suas residências com a expectativa de um dia retornarem às suas terras. Porém, esse movimento de retorno, na maioria dos casos, foi proibido de ocorrer.

O segundo movimento migratório analisado aqui ocorreu em 1967, durante a Guerra dos Seis Dias ou Guerra Árabe-Israelense. Esse confronto representou a resposta mais consistente dos países árabes à criação de Israel, que se posicionaram contrários ao estabelecimento do mesmo. Nesse período, grande parte dos imigrantes palestinos se refugiou no Líbano, concentrando-se em Beirute, que se tornou não só a capital cultural do movimento palestino como também a sede do quartel-general da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), sendo vista pelos israelenses, a partir de então, como uma capital inimiga (FISK, 2007).

Quando chegaram ao Líbano, inicialmente, foram bem recebidos pelas comunidades xiitas que habitavam a região sul e que representavam a classe dos subproletariados e dos camponeses mais pobres (KARAM, 2010). A sua chegada, juntamente com as forças armadas palestinas – concentradas principalmente na OLP – representou para esses muçulmanos a oportunidade de fortalecer os movimentos de resistência contra o governo e contra a imposição de suas políticas, que lhes eram prejudiciais. Como mencionado anteriormente, a estrutura confessional do governo libanês já era motivo de revoltas por parte dos muçulmanos. A chegada dos palestinos ao país, organizados politicamente, favoreceu e fortaleceu os movimentos muçulmanos de oposição à estrutura do Confessionalismo e às injustiças advindas desse sistema, que privilegiava os cristãos.

Por fim, a terceira migração palestina ocorreu entre 1970 e 1971, no confronto que ficou conhecido como Setembro Negro. Nesse conflito, embates violentos entre o Exército jordaniano e a OLP fizeram com que os palestinos fossem massacrados e expulsos da Jordânia e, mais uma vez, migrassem para o Líbano. Beirute, que já concentrava grande parte das aglomerações de refugiados palestinos, tornou-se um centro de informações e estabeleceu instituições de estudos sobre a Palestina. Além da



concentração na capital, muitos desses palestinos refugiados se aglomeraram na região sul do país, que era negligenciada pelos governos cristãos por conter majoritariamente uma população xiita. Dessa forma, essa chegada massiva de palestinos armados e combativos a partir dos anos 1970 no sul resultou em diversos desequilíbrios sociais, agravando a situação econômica da região (COSTA, 2006).

### **Relação dos refugiados palestinos com o governo libanês**

A partir de 1967, a presença dos palestinos e o estabelecimento de suas organizações políticas e militares no território libanês fez com que esse grupo fosse identificado pelas comunidades cristãs e pelas autoridades libanesas como uma ameaça à soberania nacional, devido o início dos ataques constantes de Israel ao sul do Líbano, que era onde se concentravam os maiores campos de refugiados palestinos. No entanto, nota-se que esse discurso propagado pelos cristãos, tanto pelas comunidades como pelas autoridades políticas, na realidade manifestava a análise realizada pelos maronitas de que a presença palestina no país manifestava um caráter subversivo, a qual possuía a capacidade de incentivar as massas muçulmanas a se oporem ao governo libanês e ameaçar o status de dominação cristã vigente até aquele momento (DUTRA JÚNIOR, 2014).

Nota-se, então, como a chegada dos palestinos no Líbano foi vista como uma ameaça à dominação cristã, que era legitimada pelo Pacto Nacional de 1943 e executada através do Confessionalismo. As forças palestinas exaltaram as massas muçulmanas, que já se encontravam insatisfeitas com as condições políticas e sociais impostas, e forneceram apoio aos movimentos de oposição ao governo. Nessa conjuntura, os cristãos perceberam que precisavam utilizar recursos para defender a ordem confessional vigente que lhes beneficiava, passando a acusar a Resistência Palestina<sup>153</sup> de invadir o Líbano e ameaçar a soberania nacional com o estabelecimento de suas forças armadas no país (PINO, 1989).

A partir dos anos 1960, se instalou um clima de tensões entre a OLP e o governo libanês, devido os ataques aos campos de refugiados palestinos vindos de Israel e as

---

<sup>153</sup> A Resistência Palestina, segundo Pino (1989), era composta pelos cinco líderes dos movimentos palestinos: Georges Habache (Frente Popular), Nayef Hawatmeh (Frente Democrática), Salah Khalaf (Al Fatah), Zuheir Mohsen (Al Saika) e Chefic el Hut (Diretor da OLP).



ofensivas realizadas pelos falangistas libaneses<sup>154</sup> também contra os palestinos. Na tentativa de estabelecer uma estabilidade política, o governo optou por conceder permissão aos palestinos para que eles pudessem desenvolver suas atividades políticas no território, desde que não executassem ações de cunho militar (DUTRA JÚNIOR, 2014). No discurso propagado por essas autoridades, no entanto, dizia-se que os palestinos eram os culpados pelas desigualdades e pelos problemas políticos e econômicos que o país estava enfrentando, afirmando, inclusive, que eram os palestinos que estavam destruindo as liberdades democráticas do Líbano (FISK, 2007). Em uma análise crítica desse discurso, observa-se que os cristãos não realizavam uma distinção dos problemas que eram conjunturais, como os ataques de Israel e a presença palestina no local, dos problemas que eram estruturais, ou seja, aqueles que advinham do Pacto Nacional Libanês de 1943 e do estabelecimento do Confessionalismo, que resultaram nos primeiros confrontos entre as comunidades religiosas e consolidaram um sistema de desigualdades pautado na religião, já que a comunidade religiosa a qual o indivíduo pertencia definia os cargos sociais, políticos e militares os quais ele poderia exercer.

Como reação ao discurso cristão que se difundia entre as comunidades maronitas, os muçulmanos, aliados aos ideais pan-arabistas<sup>155</sup>, formaram uma frente de oposição às medidas políticas que estavam sendo adotadas pelos governantes em relação aos palestinos no país, com o apoio dos grupos armados palestinos. Temendo o fortalecimento dessa oposição, os grupos cristãos começaram a se armar e a treinar com o apoio e auxílio oferecido pelo governo, que passou a ter como objetivo eliminar qualquer oposição palestina que ameaçasse seu poder e incentivasse movimentos muçulmanos a se rebelarem contra a ordem vigente.

Os superiores [cristãos] recordavam ao presidente que ele havia jurado defender a Constituição, salvaguardar a soberania nacional e a segurança do território, e lhe recomendavam que não cedesse em nada às reivindicações que naqueles dias eram feitas pela esquerda até que tivesse sido restabelecida a soberania do Estado e sua autoridade de fato sobre todo o território, o que em bom árabe libanês significava: até que

<sup>154</sup> Adeptos do Partido Falangista Libanês, criado em 1936 por Bashir Gemayel, de extrema-direita, que teve inspiração no nazismo e nos falangistas espanhóis que apoiavam a ditadura de Francisco Franco.

<sup>155</sup> O Pan-arabismo foi um movimento iniciado e liderado por Gamal Abdel Nasser, no Egito, que tinha como objetivo a unificação de todos os países árabes-muçulmanos, visando fortalecer a cultura e a causa islâmica e se opor a presença dos países imperialistas ocidentais nos países árabes.

não tivesse sido expulsa a Resistência palestina. (PINO, 1989: 28, comentário nosso).

Devido essa instabilidade social, o Estado se tornou cada vez mais frágil e impotente diante os ataques e represálias que ocorriam entre os guerrilheiros da OLP no Líbano e Israel (COSTA, 2006). A conjuntura interna estava conturbada enquanto a relação entre Líbano e Israel também se agravava.

### **Confrontos entre os palestinos e o Exército Nacional Libanês**

A partir dos anos 1950, os muçulmanos já demonstravam suas tendências em estabelecer alianças e em se solidarizar com as causas palestinas, sendo esse um dos motivos de receio dos governantes maronitas que desejavam manter sua posição de dominação do poder. Importante ressaltar que o temor que a presença palestina causava aos governantes se deve ao fato de, naquele momento, aquela população representar 10% da população total do Líbano, um número significativo e elevado, que, somado às comunidades muçulmanas libanesas, poderia ser uma ameaça concreta a ordem confessional e aos cristãos que ocupavam o poder. O acúmulo de tensões que se manifestaram entre os anos 1950 e 1960, resultou em diversos confrontos entre as comunidades religiosas e entre o governo e os palestinos.

Temendo uma revolta contra a ordem, o governo libanês solicitou ao Exército Nacional Libanês que exercesse um controle sobre a vida dos refugiados palestinos no país. A forma como o Estado começou a lidar com a presença palestina gerou um incômodo na população libanesa, principalmente entre os muçulmanos que viviam nas periferias das cidades e tinham um contato mais próximo com aquelas comunidades. Segundo Dutra Júnior (2014), a forma como os refugiados foram tratados pelos governantes libaneses serviu como incentivo para que, a partir da década de 1960, os palestinos optassem pela adesão à luta armada, pois foi a única forma que encontraram de lutarem para que seus direitos fossem respeitados dentro do país.

Enquanto a conjuntura libanesa apresentava esses conflitos internos entre os governantes cristãos e os palestinos aliados às comunidades muçulmanas, as forças armadas de Israel continuaram realizando ataques contra as forças palestinas que haviam se concentrado no sul Líbano. No entanto, os ataques de retaliação realizados do interior do Líbano à Israel pela Resistência Palestina passaram a ser fortemente reprimidos pelo

Exército Libanês, que se tornou responsável por comandar a força militar do país desde a chegada de Fuad Chehab, ex comandante do Exército, ao poder presidencial em 1958. Até que, Khalal Kauash, membro do comando palestino, foi preso pelo Exército e encarcerado, morrendo na prisão vítima de tortura. Esse acontecimento intensificou os confrontos e a rebelião interna dos palestinos e muçulmanos contra o governo (PINO, 1989).

De 1968 a 1969 ocorreu o primeiro confronto direto entre a OLP e o Exército Libanês, devido à insatisfação apresentada pelos palestinos com o governo e com a violência que estava sendo praticada pelo Exército. A OLP contou com o apoio do Partido Comunista Libanês e dos demais partidos de esquerda do país, que eram compostos majoritariamente por muçulmanos. Diante esses confrontos, as comunidades muçulmanas passaram a identificar o Exército como uma instituição que representava os interesses das classes dominantes cristãs, as quais não eram favoráveis à presença palestina no país. A denominação atribuída pelos muçulmanos à força militar foi de Exército Cristão (PINO, 1989), já que seus ataques aos palestinos representavam os interesses da classe dominante que buscavam garantir a manutenção do sistema político confessional. A instituição militar pode ser identificada, dessa forma, como um instrumento que foi utilizado pelos governantes para representar seus interesses e garantir a manutenção daquela ordem vigente.

O ano de 1969 se caracterizou pela onda de protestos e confrontos que se estenderam por todo o país. As críticas feitas pelos muçulmanos ao Exército Nacional se intensificaram, e, conseqüentemente, intensificaram-se também as críticas feitas ao Pacto de 1943, que permitia com que o posto de comandante da instituição estivesse sempre ocupado por um cristão maronita. Os confrontos estavam atingindo proporções preocupantes para o governo, fazendo com que Charles Helou, presidente do Líbano a partir de 1964, desejasse retaliar de forma violenta qualquer ação que viesse dos palestinos no país, que, além de ameaçar a ordem confessional, possuía inclinações pan-arabistas. O Primeiro-ministro da época, Rashi Karami, se posicionou de forma contrária à decisão do presidente, não autorizando os ataques aos campos de refugiados palestinos, pois, segundo a visão de Karami, o mesmo representava um projeto particular dos cristãos maronitas, que estavam buscando formas de garantir sua manutenção no poder eliminando toda e qualquer fonte de ameaça.

Ao fim de 1969, após um ano de confrontos, o governo optou por realizar uma negociação entre a OLP e o Exército Nacional, na tentativa de organizar a convivência da organização e da instituição militar no país. Essa negociação originou o Acordo do Cairo de 1969, que foi assinado no Egito entre Emile Bustany, como representante do Exército, e Yasser Arafat, presidente da OLP, mediado por Gamal Abdel Nasser, presidente do Egito. O documento regularizou a presença palestina e a movimentação dos comandos armados palestinos no Líbano, simbolizando uma conquista para os palestinos, que passaram a possuir uma relativa liberdade e autonomia no interior do país já que a OLP se tornou responsável pelos campos de refugiados, que antes eram controlados pelo Exército (PINO, 1989; MEIHY, 2016). As concentrações palestinas foram consideradas um tipo de extraterritorialidade no país, sendo identificadas como um Estado dentro do Estado (COSTA, 2006).

Segundo Costa (2006), como consequência do que foi acordado, a soberania do Líbano ficou comprometida, pois o país ficou suscetível a uma intensificação dos ataques vindos de Israel. Esse acordo e, conseqüentemente, a legalização da ação e da presença palestina no território libanês, aumentou as tensões entre os grupos confessionais, que se dividiram em apoio ou rejeição à presença palestina. Os cristãos, e, principalmente, os partidos cristãos de direita, criticaram e questionaram o Acordo, enquanto a esquerda muçulmana se manteve aliada a OLP.

O Falange, durante essas tensões e confrontos que se estenderam pelos anos de 1960, passou a representar cada vez mais os interesses dos grupos cristãos maronitas, que se mostravam insatisfeitos e temerosos com a ascensão dos grupos guerrilheiros palestinos no Líbano (DUTRA JÚNIOR, 2014). Mesmo com o apoio desse grupo cristão, considerado um dos mais fortes e bem equipados grupo armado do Líbano, as comunidades maronitas exigiram também que o governo utilizasse das forças do Exército Nacional para conter os avanços e as ofensivas que eram realizadas pela OLP, antes que esta fortalecesse ainda mais os movimentos muçulmanos e favorecesse a rebelião contra o sistema político libanês. Na tentativa de legitimar os ataques realizados contra os palestinos, Pino (1989) menciona que em 1975, no diário *Al Amal*<sup>156</sup>, os maronitas do Falange chegaram a afirmar que, sem a presença palestina no país, as massas muçulmanas

---

<sup>156</sup> Órgão oficial de comunicação da Falange.

não teriam podido se rebelar, reforçando o argumento que culpabiliza os palestinos pelos problemas que o Líbano enfrentava e não reconhecendo que estes problemas eram estruturais.

Após esse conjunto de conflitos que se estenderam durante os anos de 1960, os quais envolveram muçulmanos libaneses, palestinos e cristãos, a partir de 1970 explicitou-se um enfraquecimento do poder maronita sobre o Líbano, devido às críticas muçulmanas que afirmavam ser aquele um poder exercido de forma ilegítima no país, devido à nova composição demográfica que se apresentava, onde a maioria populacional era composta por muçulmanos, xiita e sunitas, radicalizados em torno da questão palestina (MEIHY, 2016). Novamente, a questão palestina e a discussão em torno dessa pauta levou as comunidades religiosas nos anos de 1970 a novos debates e confrontos.

Em 1973, os ataques vindos de Israel se intensificaram, assim como os conflitos internos que se estendiam para todas as regiões do país. Temendo as ações do governo e dos grupos armados cristãos, os partidos de esquerda, concentrados no sul e aliados das forças palestinas, criaram os primeiros comitês de autodefesa, os quais foram vistos como uma ameaça aos partidos de direita cristãos, que temiam mudanças no poder político do país. Naquele mesmo ano, três importantes líderes da Al Fatah<sup>157</sup> foram assassinados pelo comando israelense, agravando ainda mais as tensões entre os palestinos e o Exército Nacional, o qual fora acusado pela OLP de ter permitido com que os agentes israelenses que cometeram os assassinatos escapassem (PINO, 1989).

Com a retomada dos conflitos entre os palestinos e a instituição militar, desrespeitou-se tudo aquilo que havia sido previsto e acordado no Acordo do Cairo de 1969. Aproveitando-se dessa situação e da instabilidade interna a qual se encontrava o Líbano, o Exército de Israel passou a realizar ataques mais agressivos às cidades da região sul do território, visando eliminar os focos de resistência palestina (KARAM, 2010). Diante a conjuntura política libanesa e o posicionamento do governo diante a presença palestina no país, o governo da Síria optou por fechar suas fronteiras com o Líbano e acusou o presidente Suleiman Franjeh de participar do complô externo destinado a liquidar a resistência palestina (PINO, 1989). Com isso, a população muçulmana xiita que habitava o sul foi a que mais sofreu com os ataques internos, vindos do Exército, do

---

<sup>157</sup> Organização política e militar fundada em 1959 por Yasser Arafat, que se caracteriza por ser o maior grupo de guerrilha que compõe a OLP.

Governo e dos grupos armados cristãos, e dos externos, vindos de Israel. Ambos os ataques tinham como objetivo atingir as populações palestinas e enfraquecer qualquer movimento muçulmano.

Desse modo, aumentou-se a solidariedade e a união entre os muçulmanos libaneses e os palestinos, visto os interesses de forças internas e externas em desestruturar através de confrontos armados qualquer movimento de oposição ao governo libanês e qualquer movimento palestino. Com a intensificação dos confrontos entre a OLP e o Exército, os muçulmanos passaram a exigir a aplicação do Acordo do Cairo, já que os direitos que haviam sido conquistados por aquele povo estavam sendo desrespeitados pela força militar. Tentou-se, então, realizar uma nova negociação entre a instituição militar e os guerrilheiros palestinos, no qual o primeiro-ministro Amin el Hafes optou por mediar um possível acordo entre as duas forças. Porém, antes do mesmo se realizar, o Exército cercou os dois principais campos de refugiados palestinos, localizados no sul de Beirute, e realizou ataques violentos, que permaneceram durante semanas, contra aqueles combatentes (PINO, 1989).

Em 1987 o Acordo do Cairo foi revogado pelo Parlamento libanês, durante a Guerra Civil que havia se iniciado em 1975 e o governo de Bashir Gemayel, representante da extrema-direita libanesa que caracterizou seu mandato pelos privilégios atribuídos apenas à sua comunidade religiosa e seus aliados, o que gerou ainda mais revolta dos muçulmanos que eram favoráveis à questão palestina e se encontravam negligenciados pelas autoridades políticas, vivendo em condições precárias e de pobreza. A revogação do Acordo demarcou o fim das liberdades e dos direitos dos palestinos que habitavam o Líbano (KARAM, 2010; COSTA, 2006).

### **A atual situação dos refugiados palestinos no Líbano**

A Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA) estima que existam atualmente cerca de 5,34 milhões de refugiados palestinos no mundo. No Líbano, existem doze campos de refugiados e 156 aglomerações palestinas, ambos concentrados, principalmente, na região sul. Devido suas extensões e densidade demográfica, alguns campos são considerados bairros dentro das cidades libanesas.

De acordo com os dados apresentados pela Agência, 70,8% dos palestinos que residem no território libanês estão abaixo da linha da pobreza, vivendo com US\$208/mês. Além disso, 23,2% se encontram hoje desempregados e apenas 14% possuem emprego no setor formal da economia. Esses dados mostram que, desde os anos de 1960 e 1970, período estudado nesse trabalho, até os dias atuais, o governo libanês continuou negligenciando os palestinos no país, os quais continuaram em situações de extrema pobreza e não inseridos, de fato, na sociedade libanesa. Como exemplo dessa exclusão, cabe mencionar que os palestinos foram proibidos pelo governo de exercerem até vinte profissões no interior do país, incluindo medicina, direito e engenharia. Essa proibição serviu para agravar, ainda mais, os índices de desemprego entre os refugiados.

Ein el Hilweh é o maior campo de refugiados palestinos do Líbano, o qual fica localizado na cidade de Saída, ao sul do país, e possui uma forte dependência financeira dos Estados Unidos e das agências da ONU que atuam no Líbano, principalmente da UNRWA. No entanto, desde 2018, as condições estruturais e os recursos básicos utilizados no campo, como saúde e educação, têm sofrido um processo gradual de precarização e sucateamento, devido o corte financeiro anunciado por Donald Trump, atual Presidente dos Estados Unidos, de 80% da verba que era destinada especificamente aos trabalhos desenvolvidos pela UNRWA, agência que é responsável por ajudar financeiramente e oferecer oportunidades de empregos e serviços àquela comunidade, auxiliando mais da metade dos palestinos que habitam Ein el Hilweh. O corte promovido e anunciado pelo governo de Trump, em uma análise crítica das propostas e dos discursos propagados pelo presidente estadunidense, pode ser entendido como uma forma de punir os grupos de refugiados palestinos que moram no Líbano que se recusaram a negociar qualquer acordo com o governo de Israel, aliado da potência estadunidense.

Em relação ao posicionamento do governo libanês acerca da presença palestina no país em tempos atuais, no ano de 2003, Rafic Rariri, Primeiro-Ministro do Líbano, esteve em uma visita oficial ao Brasil, onde afirmou que se mantinha contrário à integração dos refugiados ao país, pois a mesma agravaria os problemas sociais, políticos e econômicos do Estado. Observa-se, a partir desse discurso, como os problemas estruturais do Líbano ainda são atribuídos a presença palestina no território. As autoridades libanesas continuam não reconhecendo que a forma como o Confessionalismo foi estruturado no Líbano consolidou e aprofundou os problemas de



desigualdades econômicas e sociais do país, já que o regime imposto não condiz e nem é legítimo visto a composição social atual, ou seja, um sistema político que não representa a maioria da população libanesa. Por esse motivo, a presença dos palestinos não pode ser culpabilizada pelos problemas enfrentados pelo Estado Libanês, já que o cerne desses problemas está na própria organização política e social do Líbano.

Embora o posicionamento de Rariri represente o sentimento antipalestino que ainda se reproduz em esferas da política e em parcelas da sociedade libanesa, sentimento esse que rejeita a naturalização dos mesmos ao Líbano, ao fim de sua fala, o Primeiro-Ministro completa afirmando que deseja ver os palestinos retornarem às suas terras, na Palestina, afirmando o apoio do governo libanês à reivindicação dos grupos palestinos que lutam, desde 1948, pela possibilidade de retornar às suas terras e suas casas.

Com a Guerra Civil na Síria, retornou-se esse mesmo debate acerca da presença palestina no país, já que, com a guerra, muitos refugiados palestinos que habitavam a Síria migraram para o Líbano, gerando um aumento na superlotação dos campos. Em 2017, o governo optou por realizar o primeiro censo oficial da população palestina no Líbano, constatando uma população de 174 mil refugiados – número inferior às estimativas realizadas até então por órgãos não oficiais, que pressupunham uma população de 500 mil refugiados.

Como foi demonstrado, durante os anos 50, 60 e 70, os grupos palestinos foram identificados pela classe dominante cristã libanesa como uma ameaça à manutenção do seu poder político e econômico, que era garantido e legalizado através do Pacto Nacional de 1943 e do Confessionalismo. A presença palestina no território libanês fortaleceu e incentivou as massas muçulmanas a se revoltarem contra as injustiças de um sistema político que agravava as desigualdades sociais do país. No entanto, nota-se que a situação dos refugiados palestinos na atualidade é diferente daquele que caracterizou a primeira metade do século XX.

Depois da Guerra Civil de 1975, ocorreram, novamente, diversos debates e divergências acerca da presença palestina no território libanês. O que se diferencia do período anterior à Guerra é que, nesse segundo momento, algumas parcelas das comunidades muçulmanas passaram a se posicionar também contrárias à presença dos palestinos no país. Com isso, a resistência antipalestina se fortaleceu após 1975 e ganhou



apoio, demonstrando que a rejeição aos palestinos não é mais uma exclusividade dos grupos cristãos do Líbano (CHEAITO, 2019).

Analisa-se, a partir de então, que durante o século XX, os grupos palestinos que habitavam o Líbano enfrentaram diversos confrontos com o Exército Nacional, que representava o poder do Estado, e com os grupos armados cristãos, principalmente com o Falange, que tinha como intuito eliminar os palestinos do país. No entanto, o século XXI tem se caracterizado por uma mudança no cenário libanês, pois se estabeleceram novos confrontos com novos sujeitos. Agora, os conflitos que se estendem entre os grupos palestinos são internos, nos próprios campos de refugiados, e acontecem entre diferentes facções que coexistem naquele espaço. No campo de Ein el Hilweh, por exemplo, estima-se que cerca de vinte facções diferentes estejam em conflito atualmente. Esse fato demonstra que os campos de refugiados palestinos se tornaram redutos para muitos militantes do extremismo islâmico, alguns com inspirações na Al Qaeda e outros no Estado Islâmico, demonstrando que aqueles espaços se tornaram locais de trânsito dos conhecidos jihadistas sírios<sup>158</sup>, e as violências que são praticadas naqueles locais explicitam um caráter político e religioso.

Os motivos que levaram os grupos extremistas que penetraram o Líbano a adentrarem aos campos de refugiados, que já lidavam com condições de extrema miserabilidade e superlotação, consistem no fato de que, segundo as observações feitas, mesmo com a revogação do Acordo do Cairo, o Exército permanece não adentrando naqueles espaços. Ou seja, embora na teoria o Acordo tenha sido revogado nos anos 80, na prática as autoridades libanesas e as forças militares continuaram não interferindo nos assuntos e nos problemas internos dos campos, respeitando a extraterritorialidade e a autonomia dos palestinos no interior daqueles espaços, como havia sido acordado em 1969. Como as autoridades do governo e o Exército não interviam nos acontecimentos internos dos campos, aqueles se tornaram terrenos férteis para a propagação de radicalismos e para que grupos extremistas pudessem atuar sem a repressão estatal (CHEAITO, 2019).

---

<sup>158</sup> Denomina-se jihadistas aqueles indivíduos que são adeptos da ideologia do jihadismo, que consiste em um movimento sunita que defende o uso da violência para difusão do islã e para garantia da “moral e da fé”. Essa ideologia está vinculada às ações de grupos islâmicos extremistas, sendo importante ressaltar que a maioria dos muçulmanos não compartilha desses ideais de defesa da violência e se posiciona contrária à mesma.

Como força de oposição à esses grupos radicais, palestinos e sírios, que penetraram no Líbano e passaram a atuar nos campos de refugiados, surgem novos grupos, que possuem como objetivo frear o avanço dessas ações de cunho extremista. O Hamas<sup>159</sup> e o Fatah<sup>160</sup> são os exemplos mais conhecidos e de maior atuação na luta contra as facções aliadas aos ideais radicais que executam suas ações no interior dos campos de refugiados palestinos contra os próprios palestinos.

Acerca da relação atual entre o Exército Libanês e os grupos palestinos, observa-se que hoje a força militar é responsável apenas por cercar os campos e impedir que os confrontos que se estabeleceram em seu interior, como mencionado, não se estendam para as cidades libanesas, controlando a entrada e a saída daqueles espaços. Sendo assim, embora não esteja mais em vigor, na prática o Acordo do Cairo se mostra presente e a extraterritorialidade dos campos foi mantida.

### **Considerações finais**

Nota-se, dessa forma, como o Pacto Nacional Libanês e todo o suporte atribuído às lideranças maronitas serviram para reforçar o sectarismo existente entre as comunidades religiosas do país, tornando sua convivência e coexistência no território cada vez mais delicada e instável. Mesmo com o estabelecimento de um regime democrático, observa-se como essa democracia se assemelha a um caráter restrito, já que as decisões políticas eram tomadas por uma parcela mínima da sociedade, representada pelos cristãos maronitas. Os muçulmanos, principalmente os xiitas, se sentiam injustiçados nesse sistema político, que legitimou e aprofundou todo um sistema de desigualdades sociais, políticas e econômicas que havia se iniciado no Império Otomano e se consolidado com o protetorado francês a partir de 1920.

A partir dos anos 40, iniciou-se um movimento intenso de migração de palestinos, o qual muitos migraram para o Líbano em busca de refúgio. Mesmo com anos de debates e conflitos, que se estenderam durante os anos 60 e 70, os cristãos e os muçulmanos não

---

<sup>159</sup> O Hamas, grupo palestino de ideologia sunita, surgiu em 1987 a partir da Primeira Intifada, que consistiu na manifestação dos palestinos contra a ocupação de suas terras por Israel. É considerado hoje como um dos principais grupos islâmicos que lutam pela defesa da Palestina.

<sup>160</sup> O Fatah surgiu em 1959 com o objetivo de resistir à ocupação israelense e defender os interesses dos palestinos. O grupo ficou conhecido devido a sua intensa atuação pela causa palestina e devido à figura de Yasser Arafat, líder político que simbolizou a luta pela libertação da Palestina no século XX.

chegaram a um consenso acerca do posicionamento que deveria ser adotado em relação à presença palestina no país. Os muçulmanos seguiram oferecendo apoio e solidariedade aos movimentos palestinos, porque sua presença no território fortalecia os partidos de esquerda e os movimentos que se opunham ao sistema político confessional da maneira como ele era estruturado. Enquanto isso, os cristãos maronitas mantinham seu posicionamento contrário à presença palestina no Líbano, argumentando que os mesmos ofereciam um risco a soberania do Líbano e estavam gerando diversos problemas sociais e políticos. Porém, a análise realizada nesse artigo percebe que, como pano de fundo, esse grupo, na realidade, representava uma ameaça à manutenção da classe dominante cristã nas instâncias de poder.

Temendo a perda de seu poder e a mudança do sistema confessional, que lhes era benéfico e garantia seus privilégios, os cristãos maronitas optaram por utilizar as forças do Exército Libanês para atacar e enfraquecer os movimentos palestinos. Observa-se, a partir desses confrontos, como o Exército se mostrou empenhado em eliminar os focos de resistência palestina instalados no país, contrariando os interesses defendidos pelos muçulmanos, que representavam a maioria populacional, e agindo de acordo com os interesses das classes dominantes cristãs. Nessa perspectiva, a instituição militar não simbolizava uma instituição vinculada aos interesses nacionais e do seu conjunto de cidadãos, mas estava aliada a interesses particulares de um grupo específico dessa sociedade civil, que, naquele momento, representava a minoria populacional. Dessa forma, analisa-se nesse artigo a força militar como um instrumento utilizado pelas classes dominantes para garantir a manutenção da ordem e de seu poder.

Por fim, ao estabelecer uma análise da situação dos refugiados durante os anos 60 e 70 e nos dias atuais, observa-se que a trágica realidade dos campos palestinos, descrita anteriormente, permanece até o tempo presente. Situações de extrema pobreza, superlotação dos campos, crises de desemprego e precariedade nas condições estruturais e de infraestrutura continuaram se reproduzindo por mais de 50 anos, com pouco interesse das autoridades libanesas em modificar esses quadros (CHEAITO, 2019).

Analisar e compreender a história libanesa e os confrontos que ocorreram naquele país, envolve um estudo minucioso sobre as forças políticas e religiosas envolvidas, assim como a alteração nas correlações de força que ocorreram em diversos períodos. Sendo assim, torna-se necessário observar as diversas relações que se manifestaram na realidade

histórica concreta, não sendo possível um estudo simplista e reducionista da complexidade e das particularidades que permeiam o território libanês. Seu sistema político confessional, os grupos religiosos que coexistem no local, a presença palestina, seus conflitos internos e externos, somados a uma luta antiimperialista, destacam a importância de se estudar o Líbano em sua totalidade, onde uma rede de correlações se explicitam e demonstram a importância do estudo em questão.

### **Bibliografia**

CARDOZO, Poliana Fabíula (2012). **O Líbano ausente e o Líbano presente: espaço de identidades de imigrantes libaneses em Foz do Iguaçu**. 2012. 194 f. Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

CHEAITO, Karime Ahmad Borrascchi (2019). **Exército Nacional Libanês: reflexos do Confessionalismo na Instituição Militar**. Marília: Lutas Anticapital.

COSTA, Renato José da (2006). **O Islamismo e suas implicações no processo democrático libanês**. 2006. 336 f. Dissertação (Mestrado em História Social)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

DUTRA JÚNIOR, José Ailton (2014). **O Líbano e o Nacionalismo Árabe (1952-1967): o Nasserismo como projeto para o mundo árabe e o seu impacto no Líbano**. 2014. 320 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FISK, Robert (2007). **Pobre Nação**. Rio de Janeiro: Record.

KARAM, Christian da Camino (2010). **Da revolução política ao reformismo socioeconômico: Hizballah, islamo-nacionalismo e economia de redes no Líbano do pós-guerra civil (1992-2006)**. 2010. 133 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica)-

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MEIHY, Murilo (2016). **Os Libaneses**. São Paulo: Contexto.

PINO, Domingo del (1989). **A tragédia no Líbano: retrato de uma Guerra Civil**. São Paulo: Clube do Livro.

ROUQUIÉ, Alain (Org.) (1980). **Os Partidos Militares no Brasil**. Record.

*UNITED NATIONS RELIEF AND WORKS AGENCY FOR PALESTINE REFUGEES.*

Disponível em: <<https://www.unrwa.org/>> Acesso em: 15 de Fevereiro de 2019.

## ENTREVISTA 2º EDIÇÃO REL

O objetivo desta seção é trazer intelectuais e/ou militantes libertários para comentar assuntos de interesse social. Nesse segundo semestre de 2019, importantes assuntos políticos não faltaram. O novo (velho) governo brasileiro interveio em institutos federais, colocando interventores, cortou bolsas de estudos, fez contingenciamento de verba para educação. Testemunhamos uma grande mobilização internacional devido a escalada da degradação ambiental no Brasil. Na América Latina, em especial, no Chile, Equador, Haiti pipocaram movimentos e protestos sociais. Em meio a tudo isso, percebemos a ascensão de grupos proto-fascistas em outros países. O prof. Rômulo Castro, a partir da lente teórica anarquista revolucionária nos presenteou com suas análises acerca dos assuntos supracitados. Vale a pena ler abaixo.

**REL:** Temos observado com indignação as nomeações em diferentes Universidades/Institutos federais de interventores que não foram escolhidos pela comunidade. Pior, alguns deles nem sequer pertencem à comunidade que se propõe a gerir. Gostaríamos de saber sua opinião a respeito, principalmente sobre a mobilização e ações diretas.

**Prof. Rômulo Castro:** O atual governo tem como objetivo a destruição da educação pública estatal. Acredito que haja dois componentes para isso: 1) um de ordem político e outro 2) de ordem econômica. Do ponto de vista político, o atual governo e ministério identificam no setor estatal da educação um centro de luta política, na visão dele de difusão do que eles chamam de “marxismo cultural”. Podemos entender isso como uma espécie de alucinação, mas também é fato que o setor da educação foi um dos que mais tiveram atuação política nas últimas décadas mediante o desmonte de outras categorias de trabalhadores. Não podemos esquecer, por exemplo, as greves recentes e as ocupações de escola. Sem contar que umas das maiores categorias na base da CUT são de trabalhadores da educação. Do ponto de vista econômico, está claro a intenção de um modelo privatista e de entrega do setor para grandes grupos econômicos que foram extremamente beneficiados no governo PT. Em termos de mobilizações, apesar de termos conseguido uma boa mobilização nas primeiras semanas, ainda precisamos avançar muito numa experiência sindical e de movimento social com base na ação direta.

Ou seja, na criação de um saber político sindical revolucionário. Além de experiência política e sindical com base no estatismo e na socialdemocracia, ainda temos a pequena política de disputa de ocupações de cargos que mobiliza boa parte dos trabalhadores destas instituições.

**REL:** Desde o início do ano temos visto ameaças constantes aos recursos destinados à educação. Como você observa o contingenciamento de despesas na área e os cortes das bolsas de estudos?

**Prof. Rômulo Castro:** O contingenciamento de recursos para educação e bolsas de estudos está de acordo com a política de austeridade que vem sendo implantada no Brasil desde 2015 e que passou pela aprovação da medida no governo Temer de contenção de recursos públicos por 20 anos. Neste sentido, o corte afeta primeiro estudantes e trabalhadoras e trabalhadores mais precarizados, neste caso, principalmente, mulheres negras. O corte em bolsas afeta na graduação e mesmo no ensino médio estudantes que dependem desse recurso para sobreviver. Do mesmo modo as bolsas de pesquisa nos programas de pós-graduação que acabam funcionando como fonte de renda, em muitos casos uma renda maior que salário na rede pública e privada de ensino. Já em curto prazo temos uma gradual queda na qualidade e por outro lado a possibilidade de uma saída de trabalhadores qualificados que vão buscar empregos e uma condição de vida de melhor em outros países.

**REL:** Como você tem interpretado esse momento político brasileiro? Quais contribuições podemos salientar a partir das perspectivas anarquistas e libertarias?

**Prof. Rômulo Castro:** A vitória da chapa Bolsonaro-Mourão (PSL/PRTB) significa o avanço do militarismo, do teologismo e do ultraliberalismo na estrutura de poder do Governo Federal. É um governo de contrainsurgência, e as últimas falas dos membros da “família” demonstram isso. O período entre 2013-2017 a luta de classes no Brasil viveu um período de acirramento com o desenvolvimento de lutas autônomas e da ação direta do povo que questionaram tanto o pacto de conciliação de classes petista, quanto o próprio sistema de dominação. Apesar de o governo Dilma ter aumentado a pressão e ampliado a agenda neoliberal, a alternativa burguesa foi o recrudescimento do regime com o *impeachment* e a ascensão do atual MDB ao comando do governo federal, enquanto



medida de *contrainsurgência*. Já no governo Temer uma série de militares foram alçados a estrutura de poder. É preciso dizer que as forças políticas do PT ao PSTU, passando por PCdoB e PSOL, preferiram combater a insurreição e defender as instituições do que apostar na mobilização popular e suas demandas. Preferiram fortalecer o lado da ordem, da autoridade, do que do lado da insurreição, da liberdade, da anarquia. A Burguesia dobrou aposta numa política de austeridade, neoliberal e antipovo. Inicialmente a partir dos latifundiários, usineiros, setores do comércio e serviços (Havan, Centauro, Riachuelo, Localiza, Coco Bambu), e o apoio indireto da Fundação Lemann (quem tem projeto de formação de lideranças políticas). Mas já no segundo turno contou com o apoio de setores orgânicos do empresariado representados pela Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), e pelo Instituto Aço Brasil. Trata-se do apoio à agenda ultraliberal liderada por Paulo Guedes. Todos setores que apoiavam o PT e chegaram a participar de mobilizações conjuntas com a CUT. A possibilidade de fechamento do regime, de uma perseguição mais sistemática mesmo a setores legalistas do movimento social, não deve ser descartada. A contribuição anarquista e libertárias passa por estar preparado para uma nova insurreição bem como resistir a tempos de maior repressão e de uma escalada fascista. Não ser sectário, mas também não ceder a gritos de unidade com base em conciliação de classe. Para isso é preciso se organizar e ser uma referência de auto-organização de massa para o conjunto da classe, principalmente da juventude negra e das mulheres que possuem as piores condições de vida e trabalho. Temos que pensar não só o durante a insurreição, mas também os dias que se seguem e estar cada vez mais preparados para esses dias.

**REL:** Temos observado nos últimos anos a ascensão de grupos proto-fascistas em diversos países. Como você observa o panorama político mundial contemporâneo?

**Prof. Rômulo Castro:** No geral temos um desgaste da chamada democracia liberal, ou melhor, da plutocracia. A concentração de riqueza e poder cada vez maior tem gerado enormes descontentamentos. Os grupos proto-fascistas e suas legendas têm tentado capitalizar essa situação, diante de um quadro recessivo econômico e das guerras

promovidas pelo imperialismo que provocam enormes deslocamento de populações para Europa e EUA, dentro de um quadro econômico de falta de emprego e subemprego. Tivemos então a desestruturação de vários grupos de trabalhadores e de todo um modo de vida e por outro lado a piora nas condições de vida dos jovens. Por outro lado, os partidos socialistas e comunistas, em geral tem apostado na defesa da ordem, na institucionalidade, na moderação política. Do ponto de vista internacional, temos as disputas imperialistas que vemos no conflito sino-americano e mesmo na guerra da Síria com os curdos tendo que se movimentar dentro do conflito geopolítico global entre Rússia e EUA e das questões regionais com apoio de russos e americanos ao governo neotamano neoliberal de Erdogan na Turquia. Portanto, temos elementos suficientes para considerar que o capital imperialista lança mão dos governos de extrema direita/proto-fascistas para avançar sobre os direitos e os recursos dos povos.

**REL:** Quais soluções podemos vislumbrar? Alguma crença dentro do campo institucional? E fora dele? É possível algum tipo de articulação? Onde os governados estão mais avançados neste processo de resistência?

**Prof. Rômulo Castro:** A solução demandará tempo e dedicação. Reconstruir o Sindicalismo Revolucionário e suas experiências de ação direta e mutualidade é urgente. Dentro do campo institucional não teremos avanço para uma sociedade socialista. Só conciliação. Do ponto de vista das resistências pontuais é possível articulação, mas a reforma da previdência e trabalhista já demonstrou que nem isso tem sido possível pelo grau de degeneração e assimilação a ordem das principais forças políticas nacionais. A incorporação da CUT na edificação do poder de Estado durante o governo Lula levou a central diretamente para o desenvolvimento de um modelo social-democrata dentro de uma estrutura social e de classes numa conjuntura histórica do sistema mundo contrarrevolucionária, que legou a formação de sistema cognitivo e de saber político-sindical particular. Um saber político-sindical conciliador, de manutenção da ordem vigente. Ao passo que precisamos construir um saber político-sindical insurgente. A meu ver temos duas grandes experiências de resistência que deve nos servir de referência: 1) os zapatistas e as comunidades indígenas no sul do México e 2) o PKK, os curdos e os povos de Rojava.

**REL:** Os partidos de esquerda (PT e seus aliados) ocuparam o poder no Brasil por mais de uma década sendo excluídos por um golpe/manobra institucional. É possível atribuir, em algum aspecto, uma responsabilização ao petismo e seus apoiadores pela emergência da extrema direita que culminou na ascensão de Jair Bolsonaro ao poder?

**Prof. Rômulo Castro:** Com certeza. O petismo e seus aliados querem jogar no colo dos insurretos de 2013 o golpe que sofreram em 2016. Mas é fundamental lembrar que o projeto de conciliação de classes petistas assumiu a forma histórica da capitulação e, consequente, degeneração da social-democracia no Brasil pós política da anistia sob tutela militar. Esse é o processo de capitulação e degeneração, resultante da dialética de assimilação à ordem burguesa de organizações políticas de origem popular, sindical e estudantil, ou seja, a supremacia do *sistema da autoridade* sobre o *sistema da liberdade*. Em outras palavras, *as forças populares que assumiram a forma de movimentos de massa contra a Ditadura Empresarial-Militar, foram convertidas em forças comprometidas com a ordem burguesa, resultado da estratégia da via eleitoral para a conquista do poder*. Isso é muito evidente quando da insurreição de 2013. Trata-se de um aspecto que se deve levar em consideração e é de determinante, não significa que seja a única determinação. Mas PT e seus aparato sindical, a CUT, forjaram aliança com o empresariado e com setores conservadores e reacionários da sociedade. Ajudaram no fortalecimento dos militares e na ampliação da aliança com setores conservadores e reacionários da sociedade. Se dedicaram a fornecer elementos para políticas públicas estatais. E tudo isso articulando amplo setor conservador, como de igrejas, passando por militares e por espectro da burguesia.

**REL:** Temos acompanhado nos noticiários uma grande mobilização Internacional devido a escalada da degradação ambiental no Brasil. Como o anarquismo observa essa questão e de que forma isso pode representar algum tipo de ameaça, interna ou externa para o atual governo?

**Prof. Rômulo Castro:** Essa deve ser uma questão central para o anarquismo. Teoricamente não temos o peso do industrialismo e suas vertentes. Assim, devemos rechaçar duas de suas principais ideias: 1) de uma tecnologia por si só salvadora e redentora esteja no próprio capitalismo para uma sociedade sem classes; 2) que o capital

pode ser um regenerador e que através de um estado possa redistribuir a base coletiva do trabalho produzida pelo próprio desenvolvimento do capital. Dito isso, a luta por terra e liberdade e contra a exploração deve ser central. A agência da luta ambiental está nos próprios sujeitos para a mudança radical da condição e situação de vida. Não é por acaso que mesmo o PT no governo, e agora o governo do PCdoB de Flavio Dino no Maranhão, ataquem frontalmente as populações camponesas e suas frações étnicas. Neste sentido, o anarquismo pode ser uma referência para os povos que tem resistindo a degradação ambiental e afetado sua condição de vida. No Brasil os casos mais emblemáticos são de comunidades ribeirinhas, quilombolas e povos indígenas. Essa resistência é fundamental para qualquer possibilidade revolucionária no Brasil e de aliança internacionalista com trabalhadoras e trabalhadores de outros países para expandir uma luta contra o capitalismo que destrói outros modos de vida e agora ameaça nossa própria existência. Do ponto de vista das disputas imperialistas, não acho que vá ter alguma intervenção político-militar na Amazônia, uma vez que esses capitais já usufruem de todas as possibilidades de exploração por aqui. Do ponto de vista das pressões econômicas pode afetar uma importante base de apoio, o chamado agronegócio, que precisa fingir que tem responsabilidade ambiental e ao mesmo tempo ter um controle mínimo e deixar que os órgãos ligados a questão ambiental minimamente tenham algum tipo de atuação e controle. Mas não vejo que haverá alguma mudança na linha de política ambiental do atual governo.

**REL:** Nas últimas semanas aconteceram diversos protestos pelo mundo. Na América Latina destacaram-se os casos do Equador, do Chile e do Haiti. A partir de uma perspectiva libertária, como é possível analisar esses protestos? Qual a sua opinião a respeito?

**Prof. Rômulo Castro:** Acredito que podemos ver o início de um novo ciclo de lutas dentro de um contexto internacional marcado pelo fim da estabilidade política das autocracias da Líbia, Síria, Egito e Iraque promovida pelo ataque imperialista dos EUA e da União Europeia. Tal situação é fortemente marcada por guerras que se arrastam a mais de uma década, como no Afeganistão. Dentro disso, temos as disputas entre EUA e o eixo sino-russo. Os russos com seu protagonismo político, principalmente no caso Sírio, e a China como um dos centros da economia mundo capitalista e contínua ascensão e conflito

com os EUA. Temos no caso do Chile o esgotamento do modelo Neoliberal, o laboratório de Pinochet-Milton Friedman. São mais de 30 medidas neoliberais mantidas e organizadas por uma constituição ainda do período da Ditadura. A situação de desigualdade e das consequências dessas políticas são sentidas agora. Endividamento dos jovens estudantes e suas famílias, aposentadorias que mal cobrem custo de vida levando diversos trabalhadores e trabalhadoras aposentados ao suicídio. As mobilizações e protestos no Chile tem ocorrido com bastante frequência há algum tempo, como as mobilizações estudantis reivindicando melhoria do ensino e universidades públicas e gratuitas. No caso do Equador temos claramente um levante popular contra um governo oriundo do governo anterior, Lenin Moreno era vice de Rafael Correa, que optou por medidas neoliberais e alinhamento ao governo Estadunidense, isso ficou evidente no caso de Julian Assange e do ativista pelo Software Livre Ola Bini. Por fim, no caso do Haiti existe um levante contra o governo de Jovenel Moise, fantoche dos EUA, e que vem implementado medidas econômicas de austeridade impostas pelo FMI. O estopim desses protestos foi a crise de abastecimento dos combustíveis, que fez com que o governo usasse como justificativas para aumentar o preço dos combustíveis, ao mesmo tempo que armazenava secretamente Petróleo. Sem esquecer o legado de 13 anos de invasão das tropas da ONU comandadas pelo exército brasileiro, governadas pelo PT. Esses protestos podem abrir potência de insurgência, no entanto é preciso ter claro os caminhos e meios de auto-organização para avançar um projeto socialista, para um autogoverno das trabalhadoras e trabalhadores e de todos os povos das américas. Temos muito claramente um setor de extrema-direita clerical (neopetencostal), neoliberal e militarista, isso em vários países das américas e a necessidade de ter um setor revolucionário para combater o autoritarismo e esses projetos antipovo. Talvez seja nosso maior dilema, a falta de expressão de massa, de auto-organização de massas em meio a essas possibilidades que estas lutas podem criar na América Latina de maneira geral. No final dos anos 1990 e início dos anos 2000 essa insurgência foi capitalizadas pelos distintos reformismos de cada país. Parece também que esse modelo moderado chegou ao fim de um ciclo, no entanto sem, ao que parece olhando sem maiores detalhes, ter conformado um campo político revolucionário, insurgente.

## TEORÍA E HISTORIA ANARQUISTA EN PERSPECTIVA GLOBAL<sup>161</sup>

*Felipe Corrêa*

Profesor universitario, investigador y editor; doctorado en la Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) y maestría en la Universidade de São Paulo (USP); coordinador del Instituto de Teoría e Historia Anarquista (ITHA).

**Resumen :** Este trabajo tiene como objetivo presentar la investigación conducida durante algunos años por el autor y que culminó con la publicación del libro *Bandera Negra: rediscutiendo el anarquismo* (Editorial Prismas, Brasil, 2014, 346 pp.). El libro parte de un proceso colectivo de investigación global del anarquismo que viene siendo conducido por investigadores de distintas partes del mundo en el seno del Instituto de Teoría e Historia Anarquista (ITHA) y tiene como objetivo general responder con profundidad *qué es el anarquismo*. Se parte de un balance crítico de los estudios de referencia más influyentes sobre el tema en castellano, portugués, inglés y francés, discutiendo sobre sus virtudes pero, principalmente, identificando sus problemas, limitaciones y omisiones. Se constata que tales estudios no responden adecuadamente a la pregunta formulada y sostienen una cantidad innumerable de tesis sin ningún fundamento histórico, que continúan siendo repetidas hoy en día. *Bandera Negra* propone entonces un nuevo abordaje teórico-metodológico para los estudios del anarquismo: define aspectos comunes a autores y episodios, permitiendo conceptualizar esta ideología y diferenciarla de otras; identifica continuidades y permanencias a largo plazo; actualiza categorías analíticas para dar cuenta del fenómeno; toma como base la historia del anarquismo desde la Asociación Internacional de los Trabajadores hasta el presente, en los cinco continentes; utiliza elementos de la nueva historia del trabajo y de la historia global del trabajo; abarca la totalidad e interdependencia entre teoría e historia, pensamiento y

---

<sup>161</sup> Artículo producido para el I Congreso de Investigadorxs sobre Anarquismo (Buenos Aires, 26, 27 y 28 de octubre de 2016). Agradezco a Jesús Jiménez por la revisión del castellano, en cuyo idioma el artículo fue originalmente escrito.

acción, autores y episodios, forma y contenido, anarquismo y luchas sociales, críticas y propuestas; enfatiza en la relevancia de los estudios comparativos. Además de esto, el libro basa en la revisión de la producción escrita de más de 80 autores / organizaciones anarquistas y en la historia global del anarquismo en sus casi 150 años de existencia y presenta una redefinición del anarquismo, que es complementada con la exposición de sus principales debates históricos y sus grandes corrientes. Entre otras tesis, el sostiene que el anarquismo es un tipo de socialismo revolucionario que posee una inmensa e influyente historia entre todos los tipos de trabajadores, tanto de los campos como de las ciudades. El libro plantea en esta historia un conjunto de diez principios político-ideológicos que se explican mediante tres ejes (crítica a la dominación, defensa de la autogestión y estrategia fundamental) y permiten constatar una coherencia ideológica entre los anarquistas. A pesar de esto, tres grandes cuestiones estratégicas vienen dividiendo a los anarquistas: organización, reformas y violencia, en torno a las cuales se propone una redefinición de las corrientes anarquistas. *Bandera Negra* no solo contrapone muchas de las tesis de los estudios de referencia, sino que presenta nuevos elementos para comprender la teoría y la historia anarquista en perspectiva global.

**Palabras clave:** anarquismo, sindicalismo revolucionario, anarco-sindicalismo, teoría/filosofía política anarquista, *Bandera Negra*

**Abstract :** This work aims to present the research conducted for some years by the author that culminated in the publication of the book *Bandeira Negra: discutindo o anarquismo* [Black Flag: rediscussing anarchism] (Prismas, Brazil, 2015, 346 pp.). The book is based on a collective process of global investigation of anarchism that has been conducted by researchers from different parts of the world within the Institute for Anarchist Theory and History (ITHA) and its general objective is to respond in depth what is anarchism. It starts with a critical balance of the most influential reference studies on the subject in Spanish, Portuguese, English and French, pointing its virtues but, mainly, identifying its problems, limitations and omissions. It is found that such studies do not respond adequately to the question asked and support an innumerable amount of thesis without any historical basis, which continue to be repeated today. *Black Flag* then proposes a new theoretical-methodological approach to the studies of anarchism: it

defines common features to authors and episodes, allowing to conceptualize this ideology and differentiate it from others; it identifies long-term continuities and permanence; it updates analytical categories to study the phenomenon; it takes into account the history of anarchism from the International Workers Association up to the present, on all continents; it uses elements of the new labour history and the global labour history; it encompasses the totality and interdependence between theory and history, thought and action, authors and episodes, form and content, anarchism and social struggles, criticisms and proposals; it emphasizes the relevance of comparative studies. In addition to this, the book is based on the review of the written production of more than 80 anarchist authors / organizations and on the global history of anarchism in its almost 150 years of existence and presents a redefinition of anarchism, which is complemented by the exhibition of its main historical debates and its great currents. Among other theses, it argues that anarchism is a type of revolutionary socialism that has an immense and influential history among all kinds of workers, both in the rural and in urban areas. The book raises in this history a set of ten political-ideological principles that are explained by three axes (criticism of domination, defense of self-management and fundamental strategy) and allow to verify an ideological coherence among the anarchists. Despite this, three major strategic issues have been dividing the anarchists: organization, reforms and violence, around which a redefinition of the anarchist currents is proposed. *Black Flag* not only contrasts many of the thesis of the reference studies, but presents new elements to understand anarchist theory and history in a global perspective.

**Keywords:** anarchism, revolutionary syndicalism, anarcho-syndicalism, anarchist political theory / philosophy, *Black Flag*

Este artículo tiene como objetivo presentar resumidamente la investigación de Felipe Corrêa y que culminó con la publicación de su libro *Bandera Negra: rediscutiendo el anarquismo* (Corrêa, 2014a).

Parte de un proceso colectivo de investigación global del anarquismo que viene siendo conducido por investigadores de distintas partes del mundo en el seno del Instituto



de Teoría e Historia Anarquista (ITHA), este libro tiene un objetivo general: responder con profundidad *qué es el anarquismo*.

Para ello se desarrolla en tres frentes fundamentales: 1.) Balance crítico de los estudios de referencia del anarquismo (en castellano, portugués, inglés y francés); 2.) Propuesta de un nuevo abordaje teórico-metodológico para los estudios del anarquismo; 3.) Redefinición del anarquismo, complementada con la exposición de sus grandes debates históricos y sus corrientes, tomando por base la producción escrita de más de 80 autores/organizaciones anarquistas y la historia global del anarquismo en sus casi 150 años de existencia.

A continuación serán expuestos los principales argumentos del libro tomando como fundamento los mencionados tres frentes.

### **Balance crítico de los estudios de referencia**

Fueron considerados estudios de referencia del anarquismo aquellos que aparecieran frecuentemente en las bibliografías de las obras utilizadas en la elaboración del libro y que fueron identificados en un análisis bibliométrico hecho en Google Académico. Por medio de este procedimiento, emergieron siete estudios, citados aquí cronológicamente, por su nombre en castellano y seguidos del año original de su publicación: *El Anarquismo* de Paul Eltzbacher (1900), *Anarquía a Través de los Tiempos* de Max Nettlau (contenido de los años 1920 y versión modificada en castellano en 1935), *El Anarquismo: historia de las ideas y movimientos libertarios* de George Woodcock (1962), *Anarquistas y Anarquismo* de James Joll (1964), *Anarquismo: de la doctrina a la acción* de Daniel Guérin (1965), *Exigiendo el Imposible* [Demanding the Impossible] de Peter Marshall (1992), *FAQ Anarquista* [Anarchist FAQ] de Iain McKay (desde 1995 en internet y primer volumen en libro en 2007).<sup>162</sup>

Parte considerable de estos estudios, afines al anarquismo hay que decir, tuvo importancia en su tiempo y lugar, y menciono en este sentido particularmente la producción de M. Nettlau; los autores de ellos no disfrutaron de las posibilidades que existen hoy en día. Vale también destacar que casi la totalidad de estos estudios, aunque unos más que otros, cuentan con aportes relevantes para nuestro tiempo. Sin embargo, es

---

<sup>162</sup> Para la referencia bibliográfica completa de las ediciones de estos estudios que fueron utilizadas en *Bandera Negra*, ver la bibliografía al final de este artículo.

necesario hacer una crítica de ellos que, al igual que generosa y sin descalificarlos, debe buscar la solución de problemas que vienen subsidiando afirmaciones equivocadas constantemente repetidas. Un análisis crítico y más profundo permite la identificación de inconvenientes e insuficiencias que deben ser corregidos y complementados para que se avance en las investigaciones y que se eleve el nivel de comprensión del anarquismo.

En términos de metodología historiográfica, en general, prepondera en estos estudios el foco en los grandes hombres, fundamentado en lo que se podría llamar la “historia desde arriba”<sup>163</sup>. En términos de alcance geográfico, predomina un foco casi exclusivo en la Europa Occidental o en el eje Atlántico Norte, disminuyendo o ignorando absolutamente a los autores y episodios de otras partes del mundo. Es frecuente que estos estudios operen con un conjunto bastante restringido de autores y episodios haciendo, frecuentemente, generalizaciones a partir de una limitada base de datos.

Eltzbacher (2004) enfoca el anarquismo por medio de un estudio de los “siete sabios”, en su mayoría europeos: William Godwin, Max Stirner, Pierre-Joseph Proudhon, Mikhail Bakunin, Piotr Kropotkin, Liev Tolstoi y Benjamin Tucker; no presenta episodios en que el anarquismo estuviera involucrado. Nettlau (2008/en prensa) escapa un poco a la regla ya que trabaja, más allá de los grandes pensadores, con un conjunto amplio de iniciativas y movimientos; aun así, aborda principalmente a Europa Occidental, Rusia y Estados Unidos, respecto al resto del mundo se ocupa en menos de 10% de su obra.

Woodcock (2002) dedica casi la totalidad de la parte teórica de su estudio a seis grandes pensadores, todos europeos; son los mismos de Eltzbacher sin tomar a B. Tucker. En la parte que enfoca la práctica, dedica 60% a los análisis de Francia, España, Italia, Rusia y solamente algunas páginas a América Latina y Estados Unidos. Joll (1970) fundamenta la parte de teoría de su obra casi solamente en P.-J. Proudhon y M. Bakunin; en la parte sobre la práctica, se concentra en los debates europeos sobre la llamada “propaganda por el hecho” y en el sindicalismo, así como en el estudio de las Revoluciones Rusa y Española. Guérin (1968) dedica su parte teórica básicamente a tres autores: M. Stirner, P.-J. Proudhon y M. Bakunin; y su parte que enfoca la práctica revisa a la Revolución Rusa, los Consejos de Fábricas Italianos y la Revolución Española.

---

<sup>163</sup> Término este que es, claramente, una inversión de la “Historia Desde Abajo”, promovida por E. P. Thompson y otros historiadores. Para saber más sobre esta corriente historiográfica, ver: Thompson, 2002.

Marshall (2010) emplea más de 200 páginas de su reflexión teórica en el análisis de 10 autores: los seis de Woodcock añadiendo a Élisée Reclus, Errico Malatesta, Emma Goldman y Mahatma Gandhi; en su volumen de más de 800 páginas, menos de 10% se dedican a Asia y América Latina, en tanto que África y Oceanía no son siquiera mencionados. McKay (2008) moviliza un conjunto mayor de autores que la mayoría de los otros estudios, pero aún se destacan entre ellos a los clásicos europeos y los autores norte-americanos.

El abordaje que predomina en los estudios de referencia tiende a resumir el anarquismo a algunos de sus “grandes clásicos” y a pocos episodios históricos, que son, no raro, elegidos arbitrariamente. Del mismo modo es común que no se considere, en la mayoría, aquello que hemos llamado “vectores sociales” del anarquismo – expresiones de masas en las cuales las posiciones de los anarquistas fueron determinantes o hegemónicas en términos estratégicos.

*Bandera Negra* sostiene que el anarquismo debe ser estudiado, en términos de teoría e historia, como un fenómeno global de prácticamente 150 años de existencia. Sobre sus clásicos, preconiza que es necesario desarrollar un método adecuado para delimitar cuáles son ellos y relacionarlos con los movimientos de su tiempo y los anónimos que permitieron la existencia real del anarquismo. Sobre sus episodios, se recomienda la necesidad del estudio de las iniciativas en las cuales los anarquistas estuvieron involucrados y el establecimiento, igualmente por un método adecuado, de cuáles fueron los grandes episodios del anarquismo en el mundo. En este proceso, es fundamental observar con atención los citados vectores sociales, sin los cuales el anarquismo no puede ser entendido, especialmente el sindicalismo de intención revolucionaria (sindicalismo revolucionario y el anarco-sindicalismo). Tanto para los clásicos como para los episodios y vectores, el libro indica que, más allá del eje Atlántico Norte, es imprescindible mirar a América Latina, Europa Oriental, Asia, África y Oceanía.

Además, los estudios de referencia del anarquismo frecuentemente hacen uso de abordajes ahistóricos, como el argumento que el anarquismo ha existido siempre, o de definiciones amplias, como las que refieren que el anarquismo es sinónimo de lucha contra la autoridad, de anti-estatismo, de la defensa de la libertad. Entre otras cosas, como argumenta Lucien van der Walt (2016: 86-91), estos abordajes, más allá de las

innumerables inconsistencias lógicas, no están en condiciones de explicar por qué el anarquismo surge y se desarrolla en algunos contextos y no en otros, ni de diferenciar el anarquismo de otras ideologías; incluso, algunos comúnmente operan con un distanciamiento demasiado grande entre teoría e historia.<sup>164</sup>

Marshall (2010: 3-4) sostiene, según el primer argumento, que “el primer anarquista fue la primera persona que sintió la opresión de otra y se rebeló contra ella”. Nettlau (2008/en prensa) y Woodcock (2002) caminan en sentido semejante, así como otros estudios influyentes, como el libro *Anarcosindicalismo* de Rudolf Rocker (1978) y, principalmente, el artículo “Anarquismo” de P. Kropotkin (1987), los cuales presentan el anarquismo como un trazo universal de la humanidad. En una amplia definición, Eltzbacher (2004: 292) constata que: “los enseñamientos anarquistas tienen en común solamente una cosa: ellos niegan el Estado en el futuro”. Las definiciones amplias e imprecisas también están presentes en los estudios de Nettlau (2008/en prensa), Woodcock (2002, vol. I: 7, 16) y Marshall (2010: xv, 3), así como en otros, tales como *Los Anarquistas* [The Anarchists] de Roderick Kedward (1971: 5-6) y *La Bandera Negra de la Anarquía* [The Black Flag of Anarchy] de Corinne Jacker (1968: 3).

Complican estos problemas de los abordajes ahistóricos y de las definiciones amplias e imprecisas dos otros procedimientos.

Primero, la utilización descontextualizada de los análisis etimológicos del término “anarquía” y sus derivados. Aunque Guérin (1968: 19-20) y McKay (2008: 19-21) recurran a él, son Woodcock (2002, vol. I: 8) y Marshall (2010: 3) que lo hacen de manera descontextualizada y la consideran como algo relevante en sus definiciones de anarquismo, sin conseguir escapar de las complicaciones de amplitud e imprecisión. Sin contextualización, este procedimiento apunta necesariamente para una definición del anarquismo como contraposición de la autoridad, del gobierno, del Estado que, más allá del grave abandono de la historia, no permite, entre otras cosas, conocer sus aspectos constructivos.

---

<sup>164</sup> Este distanciamiento o mismo la cisión entre historia y teoría viene presentando, en los estudios del anarquismo, un doble resultado: de un lado, abordajes teóricos sin fundamentos históricos – en los cuales llaman atención las reflexiones que establecen similitudes teóricas y lógicas por medio de ideas puras y, con esto, una supuesta trayectoria del anarquismo; de otro lado, abordajes históricos sin referenciales teóricos – cuando parten para la investigación de la historia del anarquismo sin saber exactamente que es el anarquismo y, con esto, que debe o no ser abarcado en la investigación.

Segundo, la utilización descontextualizada de la auto-identificación de los anarquistas. La inclusión de P.-J. Proudhon en el canon anarquista, por ejemplo, es fundamentada, en parte importante de los estudios y como argumenta Woodcock (2002, vol. I: 10), en función del “sentido positivo” que el francés dio al término “anarquía” en su obra *¿Qué es la Propiedad?* de 1840. Otro ejemplo se encuentra en el estudio de McKay (2008) que, por más que no trabaje con este criterio de manera absoluta, abarca a individualistas como Susan Brown, B. Tucker, el periódico *Anarchy: a journal of desire armed* y primitivistas como John Zerzan y el periódico *Green Anarchy* que, más allá del hecho de considerarse a sí mismos anarquistas, no tienen mucho en común con lo que ha sido la tradición histórica anarquista.

*Bandera Negra* sostiene que es fundamental hacer uso de un método histórico y de una mediación adecuada entre teoría e historia. Por esto, preconiza abandonar los abordajes ahistóricos del anarquismo, fortalecidos ampliamente por anarquistas que siguieron los pasos de P. Kropotkin (1987), que cuando utilizó el argumento de la universalidad atemporal del anarquismo, más que hacer su historia, creaba un “mito legitimador”, una “meta-historia”, que, consciente o inconscientemente, buscaba fortalecer su propia ideología y contraponer el argumento de que ella estaría contra la naturaleza humana. Distintamente, el libro argumenta que el anarquismo tiene una historia, relacionada a un contexto; su surgimiento y desarrollo, sucesos y fracasos, flujos y reflujos, solo pueden ser comprendidos y explicados en términos históricos. Se recomienda además que es imprescindible operar con una definición del anarquismo que sea no solamente histórica sino precisa, permitiendo, entre otras cosas, descartar absurdos como la idea de “anarco-capitalismo”, que deriva de la comprensión del anarquismo como sinónimo de anti-estatismo; y diferenciar el anarquismo de otras ideologías, entre ellas el liberalismo y el marxismo.

De los mencionados abordajes problemáticos derivan varias conclusiones equivocadas, que pueden ser encontradas en los estudios de referencia y también en otros estudios. Entre ellas, se destacan algunas.

Eltzbacher (2004: 270), Woodcock (2002, vol. I: 14) y Joll (1970: 29, 325) destacan que *el anarquismo constituye una ideología incoherente*; para este último, “fue el conflicto entre estos dos tipos de temperamento, el religioso y el racionalista, el apocalíptico y el humanista, que torno la doctrina anarquista tan contradictoria”. Marshall

(2010: 3), McKay (2008: 18) y Guérin (1968: 12), aunque constatando tales contradicciones, creen que ellas son positivas, pues derivan del anti-dogmatismo anarquista y pueden ser conciliadas entre sí. La constatación de incoherencia, incluso, permitió a autores como Caio T. Costa (1990: 7, 12) y Ricardo Rugai (2003: 2) que hablasen de la existencia “anarquismos”.

Enfatizando que *el anarquismo no tuvo impacto popular significativo*, Irving Horowitz (1982: 9) constató su “desaparecimiento virtual [...] como movimiento social organizado” al paso que Kedward (1971: 120) fue más lejos, escribiendo que “el ideal de la anarquía nunca fue popular” y que “él encontró oposición de todas las clases y de todas las edades”.

Sosteniendo que *el anarquismo prácticamente terminó después de la Revolución Española (1936-1939)*, Woodcock (2002, vol. II: 288, 295), aunque modificando levemente de posición años después, defendió “el término de esta historia del anarquismo en el año de 1939”, pues este año “marca la verdadera muerte” del “movimiento anarquista histórico”. Guérin (1968: 155), en acuerdo con esto, señaló: “la derrota de la Revolución Española privó al anarquismo de su único bastión en el mundo”, siendo que “de esta experiencia, el movimiento anarquista salió aplastado”. En líneas generales, tal argumento se aproxima con aquél que sostiene que *esta revolución constituye una excepción en la historia anarquista, por haber sido este uno de los pocos casos en que el anarquismo se convirtió en un amplio movimiento de masas*.

Joll (1970: 327-328) y Woodcock (2002, vol. II: 293; 290) argumentan, como muchos de los marxistas (por ejemplo: Hobsbawm, 1985), que *el anarquismo movilizó bases clasistas limitadas, restringiéndose a los campesinos y artesanos en decadencia, no consiguiendo adaptarse al capitalismo industrial*.

Otras conclusiones que los estudios sostienen son que *el anarquismo se fundamenta en bases idealistas* (Eltzbacher, 2004: 273; Woodcock, 2002, vol. I: 15), *espontaneístas* (Eltzbacher, 2004: 280), *individualistas* (Joll, 1970: 32-33; Horowitz, 1982: 16; Woodcock, 2002, vol. I: 36, vol. II: 292) y *juveniles* (Joll, 1970: 330; Kedward, 1971: 120). Curiosamente, estas conclusiones son próximas de las críticas leninistas del anarquismo (por ejemplo: Kolpinsky, 1976: 333), que no tienen nada de científicas; son solamente afirmaciones ideológicas, sin base histórica, con el fin de autopromoción en detrimento del adversario.

### Nuevo abordaje teórico-metodológico

*Bandera Negra* propone nuevos fundamentos de método y teoría para los estudios del anarquismo, los cuales son capaces, según sostiene, no solamente de enfocar este objeto de manera más adecuada, sino de demostrar el equívoco de las conclusiones anteriormente presentadas.

Antes que nada, el libro recomienda recurrir a – en su propio caso, elaborar – una *definición histórica y precisa de anarquismo* que contemple los aspectos comunes de sus autores y episodios y que sea capaz de diferenciarlo de otras ideologías, abarcando sus continuidades y permanencias a largo plazo.

Además, enfatiza en marcar una clara *distinción* entre dos cosas diferentes: *una tradición histórica anarquista* y un universo “*libertario*” más amplio y no necesariamente histórico, siendo la primera, parte del segundo. Así, todo anarquista es libertario, pero no todo libertario es anarquista. La tradición histórica anarquista, según esta concepción, involucra un conjunto de fenómenos históricos que se desarrollan y se difunden a partir de bases comunes y se explican por las relaciones sociales establecidas por distintos medios (contactos presenciales, epistolares, libros, prensa etc.), al igual que adaptaciones y modificaciones en función de los diferentes contextos en los cuales se presenta. El universo libertario es un todo no necesariamente relacionado en términos históricos y que incluye luchas e iniciativas antiautoritarias, contrarias a la dominación y defensa de formas igualitarias las relaciones.<sup>165</sup>

En término de metodología historiográfica y alcance geográfico hay algunas recomendaciones, que encuentran aportes en la Nueva Historia del Trabajo y la Historia Global del Trabajo, así como en la producción teórico-metodológica de organizaciones,

---

<sup>165</sup> En este sentido, no sería pertinente decir, como David Graeber (2002), que los zapatistas son “nuevos anarquistas”. Es cierto que son libertarios (en este sentido amplio y ahistórico), pero incluirlos en el rol del anarquismo implica explicar, históricamente, como se relacionaron con esta tradición y incorporaron, al menos considerablemente, sus posiciones. Lo que hace Graeber es identificar similitudes entre pensamientos y prácticas de los zapatistas, definitivamente libertarios, con el anarquismo, por medio de un abordaje teórico-lógico, no histórico. Esto es el mismo procedimiento criticado en *Bandera Negra* realizado por autores que incluyeron a W. Godwin y a M. Stirner en el canon anarquista.



investigadores y militantes anarquistas.<sup>166</sup> Esto contribuye con la elaboración de conceptos capaces de subsidiar los estudios del anarquismo, los cuales no tienen que ser necesariamente elaborados por los anarquistas. Entre ellos, se pueden mencionar los de *totalidad e interdependencia*, que se aplican, en el caso de los estudios del anarquismo, a la relación entre teoría e historia, entre pensamiento y acción, entre autores y episodios, entre forma y contenido, anarquismo y luchas sociales, críticas y propuestas.

*Bandera Negra* considera necesario operar con un *método histórico: que haga uso de los elementos de la historia desde abajo*<sup>167</sup>; *que permita relacionar a los clásicos con los movimientos y luchas de su tiempo; que haga una precisa relación del anarquismo y de los anarquistas con el contexto en lo cual estuvieron insertos; que lleve a consideración, conforme sea necesario, reflexiones globales del anarquismo, tomando en cuenta el período amplio que se extiende desde su surgimiento en el siglo XIX hasta el presente; que identifique los caminos de la difusión del anarquismo, por medio de contactos entre militantes, cartas, lecturas compartidas etc. y que responda en qué medida los trazos generales de este anarquismo en difusión se mantuvieron y se fueron modificando/adaptando a realidades locales incorporando otras tradiciones de lucha y resistencia; que permita identificar las continuidades y permanencias del anarquismo en el tiempo y en el espacio, así como sus modificaciones contextuales fruto de relaciones sociales. El libro propone, incluso, siempre que sea posible o deseable, extrapolar el eje Atlántico Norte y abarcar los cinco continentes, recurriendo, también en caso de necesidad, a las comparaciones.*

### **Redefinición del anarquismo**

Por medio de este nuevo abordaje, se puede constatar que el anarquismo es un tipo de socialismo, caracterizado por un conjunto preciso de principios, que se manifiesta históricamente en el mundo moderno y contemporáneo. Éste cuenta en su trayectoria con

---

<sup>166</sup> Entre estos aportes, cumple mencionar algunos. En términos de referencial historiográfico general, la producción de Marcel van der Linden (2009, 2013) se destaca; en términos de la aplicación de este referencial a los estudios del anarquismo, la producción de Lucien van der Walt (2009, 2010, 2015, 2016) se destaca; en términos teórico-metodológico la producción de anarquistas vinculados al especificismo sudamericano y sudafricano y al Instituto de Teoría e Historia Anarquista se destacan.

<sup>167</sup> En acuerdo con la tradición thompsoniana anteriormente mencionada y que hoy involucra toda una generación de investigadores, de entre ellos, anarquistas, los cuales vienen complementando este referencial con otras producciones específicamente libertarias y anarquistas.



la oposición al Estado, la defensa de la libertad individual (aunque dependiente y relacionada a la libertad colectiva) y la distinción frente al marxismo (aunque compartiendo algunas posiciones similares); pero que no puede ser resumido como anti-estatismo, individualismo o antítesis del marxismo. Más bien,

*el anarquismo es una ideología socialista y revolucionaria que se fundamenta en principios determinados, cuyas bases se definen a partir de una crítica a la dominación y de una defensa de la autogestión; en términos estructurales, el anarquismo defiende una transformación social fundamentada en estrategias, que deben permitir la substitución de un sistema de dominación por un sistema de autogestión. (Corrêa, 2014a: 117)*

Hablar de ideología, aquí, no significa adoptar el significado marxista de “falsa consciencia”, sino el sentido de praxis, de un conjunto de pensamiento y acción que emerge en la relación entre movimientos populares y teóricos. *El anarquismo es, principalmente, una praxis históricamente conformada y que se expresa en un cuerpo de principios político-ideológicos centrados en la transformación social revolucionaria, en relación al cuál hay significativa unidad por parte de los anarquistas.*

El anarquismo no es, pues, una manera homogénea de leer la realidad, un corpus de teoría y método. Sin embargo, se funda en análisis racionales, métodos y teorías que tienen elementos en común y que no pueden ser caracterizadas como idealistas, en el sentido de las explicaciones teológicas y/o metafísicas, y tampoco como un *corpus* que prioriza a modo general las ideas en relación a los hechos. *El anarquismo tiene como trazo constituyente la apertura, la pluralidad y el anti-dogmatismo en el campo de teoría y método para la comprensión de la realidad.*

*El trípede crítica de la dominación / defensa de la autogestión / estrategia fundamental puede ayudar a detallar la mencionada definición, visto que es, el mismo, en Bandera Negra, el núcleo explicativo del concepto de anarquismo.*

La crítica de la dominación se caracteriza por una crítica de las relaciones jerárquicas, en las cuales unos deciden sobre lo que se dice respecto a muchos o todos y que involucran vinculación de mando y obediencia. Las relaciones de dominación se encuentran en la base de las desigualdades e injusticias sociales, y pueden abarcar varios tipos: explotación del trabajo, coerción física, dominación político-burocrática,

alienación cultural; pueden ser dominaciones de clase, nacionales, de género, de etnia/raza, etc. Su generalización implica la existencia de un sistema de dominación.

La defensa de la autogestión se caracteriza, como antítesis de la dominación, por la participación en los procesos decisorios en la medida que se es afectado por ellos, o sea, las decisiones son tomadas desde la base y las delegaciones rotativas con control de la base. Una sociedad autogestionaria se caracterizaría por la socialización de la propiedad, habiendo sido conciliada con la propiedad familiar en el campo; por el autogobierno democrático, involucrando la socialización de la política, gestionada por asociaciones de trabajadores y delegaciones rotativas con control de la base; por la cultura autogestionaria, apoyada en una nueva ética y en una nueva educación, comunicación y ocio libertarios. Su generalización implica la existencia de un sistema de autogestión.

La estrategia fundamental se caracteriza por un conjunto de fines y medios – o sea, objetivos, estrategias y tácticas – concebidos para salir del sistema de dominación y llegar al sistema de autogestión y en el cual hay subordinación de los medios a los fines. Este conjunto incluye la movilización de las clases dominadas como un todo: trabajadores de la ciudad y del campo, campesinos, precarizados y marginales – entendiendo que las clases sociales son concebidas más allá de las relaciones de producción o de la esfera económica. Incluye también la permanente búsqueda por transformar, en las tres esferas – económica, política/jurídica/militar y cultural/ideológica – la capacidad de realización de estas clases en fuerza social concreta y, con esto, pelear por la constitución de un poder autogestionario no dominador. Rechaza la movilidad individual o sectorial en el capitalismo o en el Estado y se defiende la transformación social por medio de procesos autogestionarios de lucha que implican una revolución inevitablemente violenta, que puede tener mayor o menor duración.<sup>168</sup>

Este trípode, que se sostiene en el libro, puede ser expresado en un conjunto relativamente fijo de diez principios político-ideológicos, que han sido mantenidos, continua y permanentemente, entre los anarquistas. Ellos constituyen las bases fundamentales de esa definición de anarquismo y permiten comprender dónde está su coherencia.

---

<sup>168</sup> La conceptualización pormenorizada que se hace en *Bandera Negra* de las llamadas “categorías centrales” (ideología, estrategia, fuerza social, poder, dominación y clases sociales) y de los conceptos accesorios a ellas relacionados, a pesar de no poder ser aquí reproducida, es muy importante para la comprensión de estos argumentos. (Cf. Corrêa, 2014a: 118-143)

*1) Ética y valores. La defensa de una concepción ética, capaz de subsidiar críticas y propuestas racionales, pautadas en los siguientes valores: libertad individual y colectiva; igualdad en términos económicos, políticos y sociales; solidaridad y apoyo mutuo; estímulo permanente a la felicidad, la motivación y la voluntad. 2) Crítica de la dominación. La crítica de las dominaciones de clase – constituidas por la explotación, coacción física y dominaciones político-burocráticas y cultural-ideológicas – y de otros tipos de dominación (género, raza, imperialismo, etc.) 3) Transformación social del sistema y del modelo de poder. El reconocimiento de que las estructuras sistémicas fundamentales en distintas dominaciones constituyen el sistema de dominación y la identificación, por medio de una crítica racional, fundamentada en los valores éticos especificados, de que ese sistema ha de ser transformado en un sistema de autogestión. Para eso se torna fundamental la transformación del modelo de poder vigente, de un poder dominador, a un poder autogestionario. En las sociedades contemporáneas, esa crítica de la dominación implica una oposición clara al capitalismo, al Estado y a las otras instituciones creadas y sustentadas para el mantenimiento de la dominación. 4) Clases y lucha de clases. La identificación de que, en los diversos sistemas de dominación, con sus respectivas estructuras de clases, las dominaciones de clase permiten concebir la división fundamental de la sociedad en dos grandes categorías globales y universales, constituidas por clases con intereses irreconciliables: las clases dominantes y las clases dominadas. El conflicto social entre esas clases caracteriza la lucha de clases. [...] Otras dominaciones deben ser combatidas concomitantemente a las dominaciones de clase, siendo que el fin de las últimas no significa, obligatoriamente, el fin de las primeras. 5) Clasismo y fuerza social. La comprensión de que esa transformación social de base clasista implica una práctica política, constituida a partir de la intervención en la correlación de fuerzas que constituye las bases de las relaciones de poder vigentes. Se busca, en ese sentido, transformar la capacidad de realización de los agentes sociales que son miembros de las clases dominadas en fuerza social, aplicándola en la lucha de clases y buscando aumentarla permanentemente. [...] 6) Internacionalismo. La defensa de un clasismo que no se restringe a las fronteras nacionales y que, por eso, se fundamenta en el internacionalismo, lo cual implica, en el caso de las prácticas junto a los actores dominados por relaciones*

*imperialistas, el rechazo del nacionalismo y, en las luchas por la transformación social, la necesidad de la ampliación de la movilización de las clases dominadas más allá de las fronteras nacionales. [...] 7) **Estrategia.** La concepción racional, para ese proyecto de transformación social, de estrategias adecuadas, que implican lecturas de la realidad y el establecimiento de caminos para las luchas. [...] 8) **Elementos estratégicos.** Aunque los anarquistas defiendan estrategias distintas, algunos elementos estratégicos son considerados principios: el estímulo a la creación de sujetos revolucionarios, movilizados entre los actores que constituyen parte de las clases sociales concretas de cada época y localidad, las cuales dan cuerpo a las clases dominadas, a partir de procesos que incluyen a la consciencia de clase y del estímulo a la voluntad de transformación; el estímulo permanente al aumento de fuerza social de las clases dominadas, de manera que permita un proceso revolucionario de transformación social; la coherencia entre objetivos, estrategias y tácticas y, por ende, la coherencia entre fines y medios y la construcción, en las prácticas de hoy, de la sociedad que se quiere para el mañana; la utilización de medios autogestionarios de lucha que no impliquen la dominación, sea entre los propios anarquistas o en la relación de los anarquistas con otros actores; la defensa de la independencia y de la autonomía de clase, que implica la oposición a las relaciones de dominación establecidas por partidos políticos, Estado u otras instituciones o agentes, garantizando el protagonismo popular de las clases dominadas, lo cual debe ser promovido por medio de la construcción de la lucha por la base, de abajo hacia arriba, incluyendo la acción directa. 9) **Revolución social y violencia.** La búsqueda de una revolución social, que transforme el sistema y el modelo de poder vigentes, siendo que la violencia, como expresión de un nivel de mayor tensión de confrontación, se acepta, en la mayoría de los casos, por ser considerada inevitable. Esa revolución implica luchas combativas y cambios de fondo en las tres esferas estructuradas de la sociedad y no se encuentra dentro de los marcos del sistema de dominación actual – está más allá del capitalismo, del Estado, de las instituciones dominantes. 10) **Defensa de la autogestión.** La defensa de la autogestión que fundamenta la práctica política y la estrategia anarquista constituye las bases para la sociedad futura que se desea construir e implica la socialización de la propiedad en términos económicos, el autogobierno democrático en términos políticos y una cultura autogestionaria. [...]* (Corrêa, 2014a: 186-189)

Se observa, sin dificultades, que así conceptualizado el anarquismo niega no solamente la idea de que podría ser considerado sinónimo de anti-estatismo, individualismo o antítesis del marxismo, sino, de la misma manera, la idea de que defendería la negación de la política y mismo del poder. *No parece haber duda que, a depender de cómo se conceptúa política y poder, los anarquistas no pueden ser considerados apolíticos y contrarios a todo tipo de poder.*<sup>169</sup>

Esta manera de concebir el anarquismo, aunque sea acusada de restrictiva por algunos opositores tales como Robert Graham y Nathan Jun, en realidad no lo es. Como contestó a estos autores L. van der Walt (2013), si por un lado ella implica la exclusión de algunos pensadores y episodios que vienen siendo presentados como anarquistas, por otro lado permite que se incluyan, con mucho más coherencia metodológica, una cantidad innumerable de otros anarquistas en el canon de sus grandes representantes y de varios otros episodios en su trayectoria de luchas.

Por ejemplo, según el abordaje de *Bandera Negra*, W. Godwin y M. Stirner no deben ser considerados anarquistas. No solamente por su no identificación teórico-lógica con la definición ya señalada, sino principalmente porque no tuvieron ninguna relevancia en el período de conformación del anarquismo entre 1868 y 1886; fueron, mas bien, rescatados después, en el esfuerzo de creación del mencionado “mito legitimador”.

Pero, por otro lado, el libro propone que muchos otros anarquistas sean incluidos en el canon anarquista al lado de M. Bakunin y P. Kropotkin: Ricardo Flores Magón (mexicano, 1874-1922), Ida Mett (rusa, 1901-1973), Edgard Leuenroth (brasileño, 1881-1968), Ba Jin (chino, 1904-2005), Mikhail Gerdzhikov (búlgaro, 1877-1947), He Zhen (china, 1884-1920), T.-W. Thibedi (sudafricano, 1888-1960), Kim Jwa-Jin (coreano, 1889-1930), Sam Dolgoff (ruso-estadunidense, 1902-1990) Emma Goldman (lituana, 1869-1940), Enrique Roig de San Martín (cubano, 1843-1889), Constantinos Speras (griego, 1893-1943), Monty Myler (australiano, 1839-1920), Lucy Parsons (estadunidense, 1853-1942) y muchos otros más, incluso recientes, que tuvieron y/o tienen importancia en el campo del pensamiento y/o de la acción anarquista.

---

<sup>169</sup> Recomiendo a los interesados dos artículos sobre la relación entre anarquismo y poder. “Anarquismo, Poder, Clase y Transformación Social” (Corrêa, 2014c) y “Poder y Anarquismo: aproximación o contradicción?”. (Corrêa, 2014d)

Otro ejemplo es que, según el abordaje de *Bandera Negra*, si lo que pasó en Europa Occidental y Estados Unidos es indudablemente significativo, como la Revolución Rusa (1917-1921) y la Revolución Española (1936-1939), es también necesario mirar a otros episodios de estas partes y tiempos así como otros, de partes y tiempos diferentes. El libro propone que muchos otros episodios sean incluidos, junto a estos, como parte considerable del anarquismo en acción.

Un punto de partida para la enumeración de estos episodios con las respectivas referencias bibliográficas se encuentra en el libro online *Surgimiento y Breve Perspectiva Histórica del Anarquismo, 1968-2012* (Corrêa, 2013), producido como soporte a *Bandera Negra*. Un balance de estos episodios en los cuales hubo presencia e influencia significativas de los anarquistas permite afirmar que la extensión y el impacto del anarquismo son amplios y van de 1868 hasta el presente en los cinco continentes, con flujos y reflujos; autoriza, también, sostener que el anarquismo movilizó trabajadores de todos los tipos: principalmente del proletariado de las ciudades, pero también de los proletarios del campo, los campesinos y aquellos llamados “lumpen-proletariado” por la tradición marxista.

Los anarquistas desarrollaron y fortalecieron distintas iniciativas y herramientas de movilización y lucha: sindicalismo de intención revolucionaria, organizaciones políticas y grupos de afinidad, insurrecciones urbanas y rurales, ocupaciones y tomas de empresas y regiones, consejos de trabajadores, cooperativas de producción y consumo, escuelas, libros, periódicos, volantes de propaganda, atentados contra autoridades, manifestaciones callejeras, etc.

Para complementar los mencionados episodios del anarquismo en acción se podría mencionar, en una lista no definitiva ni exhaustiva, un amplio conjunto de acontecimientos, en los cuales tuvieron participación más o menos determinante de los anarquistas.

La Asociación Internacional de los Trabajadores (especialmente entre 1868 y 1877), la Comuna de Lyon (Francia, 1870), la Comuna de París (Francia, 1871), las Revueltas Cantonalistas (España, 1873), la Insurrección de Boloña (Italia, 1874), la Insurrección de Benevento (Italia, 1877). La participación en la Confédération Générale du Travail (Francia, 1895-1914) y en los Industrial Workers of the World (Estados Unidos, a partir de 1905), la Revuelta de Macedonia (Macedonia, 1903), la Revolución

Mexicana (México, particularmente en 1911), la Revolución Ucraniana (1919-1921), las coordinadoras que involucraran a muchos países – tales como la East Asian Anarchist Federation (fundada en 1928), la Asociación Continental Americana de Trabajadores (fundada en 1929) y Comisión Continental de Relaciones Anarquistas (fundada en 1948) –, la Revolución en Manchuria (Corea, 1929-1932), la militancia en torno a la Federación de los Anarco-Comunistas de Bulgaria (Bulgaria, entre los años 1920 y 1940). Las articulaciones internacionales de la Internacional Sindicalista (IWA-AIT), fortalecida en los años 1950, y la Internacional de Federaciones Anarquistas (IFA), fundada en 1968; la Revolución Cubana (Cuba, 1959), la militancia en torno a la Federación Anarquista Uruguay (Uruguay, especialmente entre 1963 y 1973), el Mayo de 1968 francés (Francia, 1968). Después de esto, hubo y vienen habiendo episodios importantes, con presencia e influencia anarquista. Un ejemplo, que puede ser complementado por otros, es el movimiento de resistencia global (“anti-globalización”) en general, y la Acción Global de los Pueblos, fundada en 1998, en particular.

### **Grandes debates entre anarquistas**

Sin embargo, afirmar la unidad de los anarquistas en torno de determinados principios no implica decir que no hubo (y que hay aún) divergencias significativas entre ellos en relación a varias cuestiones. *Bandera Negra*, en su análisis de las diferencias más relevantes que aparecen entre los anarquistas – y por relevantes, se refiere a las diferencias que tienen permanencia histórica y que son realmente significativas – presenta lo siguiente.

En función de las mencionadas apertura y pluralidad para comprensión de la realidad, no hay que buscar estos debates más importantes del anarquismo en el campo del método de análisis, teoría social, filosofía etc. – donde es cierto que hay grandes diferencias y muchas controversias interesantes, pero que no es el campo que define el anarquismo – sino en el aludido trípode. En relación a la crítica anarquista de la dominación, no hay debates relevantes; las posiciones son, en general, bastante similares. Hay cuatro debates relativos a la defensa anarquista de la autogestión y otros tres relativos a la estrategia fundamental anarquista, que serán ahora presentados. Es importante



destacar que, a pesar de las polarizaciones, en muchos de los casos, hay posiciones intermediarias y conciliadoras.

En términos del funcionamiento de la sociedad futura, hubo un debate económico que contrapuso la defensa de un *mercado autogestionario* – como en el caso de Abraham Guillén (1990; 2004), que argumentó no ser el mercado necesariamente capitalista, sino un ambiente de circulación y distribución, un espacio donde hay informaciones sobre oferta y demanda, y que la planificación no sería posible en función de la complejidad de las sociedades modernas – a la defensa de una *planificación democrática* – como en el caso de Alexandre Berkman (2003: 217) y Kôtoku Shûsui (2012: 2), que sostuvieron la necesidad de un planeamiento hecho por productores y consumidores, y el consumo sin la utilización del dinero.

Aún en este eje hubo otro debate que contrapuso, en el campo de la distribución de los productos del trabajo, la defensa del *colectivismo* – como en el caso de M. Bakunin (2009: 85), quien sostuvo que la remuneración debería estar de acuerdo con el trabajo realizado (lógicamente, habría un equivalente general, salarios y una estructura de poder que sería autogestionaria y controlaría este proceso) – a la defensa del *comunismo* – como en los casos de Shifu (2005: 349), Carlo Cafiero (2011) y P. Kropotkin (1975: 46, 51), que argumentaron a favor de la remuneración de acuerdo con las necesidades (lógicamente, no habría dinero, salarios, etc.). Cabe decir que anarquistas como James Guillaume (1998), E. Malatesta (2007: 100-103) y Neno Vasco (1984: 191-205) mantuvieron posiciones intermediarias, afirmando que, dependiendo del período o del producto en cuestión, se podría variar entre colectivismo y comunismo o se podría optar por la coexistencia.

Hubo un tercer debate que contrapuso, en el campo de las decisiones políticas, la defensa de que *la política se debería hacer exclusivamente en la local de vivienda* – como en el caso de Murray Bookchin (1992; 1999: 33-34), que preconizó las articulaciones hechas por comunidades y municipalidades, que serían locales propios a la democracia directa y minimizarían las amenazas del economicismo y del corporativismo – a la defensa de que *la política se debería hacer exclusivamente en el local de trabajo* – como en los casos de R. Rocker (1978: 96, 102) y Diego Abad de Santillán (1980: 87), que argumentaron que los sindicatos deberían ser los responsables de la reorganización social y de las decisiones de la sociedad, ya que serían los espacios privilegiados de reunión de



los trabajadores. Otros anarquistas, como L. van der Walt (2014), defienden articulaciones mixtas, que vinculen políticamente local de vivienda y de trabajo.

Un cuarto debate involucró a la cuestión de los límites y las posibilidades de la cultura en una sociedad futura y contrapuso la defensa de que la *cultura es secundaria* – como en los casos de Bakunin (2001a/b; Bakunin, 2003: 93-94) y de la Federazione dei Comunisti Anarchici, FdCA (2005: 33-34), quienes sostuvieron que la cultura y todo lo que ella implica: ética, valores, propaganda, comunicación, ocio etc., está sumamente limitada por elementos políticos y, sobretudo, económicos – a la defensa de la *cultura es completamente central* – como en los casos de Wu Zhihui (2005: 347-348) y E. Reclus (2002), quienes argumentaron que la cultura tiene un rol determinante en el desarrollo de la autogestión económica y política. Los defensores de la primera posición comúnmente priorizaron la militancia en sindicatos y/o cooperativas y los de la segunda la educación y la propaganda. Hubo, también, innumerables posiciones intermedias, con muchos militantes intentando conciliar ambas posiciones e iniciativas.

En un balance general, se pueden decir algunas palabras. El debate *mercado versus planificación* no tuvo impacto histórico y geográfico considerable y las posiciones de defensa del mercado fueron muy poco expresivas. El debate *colectivismo versus comunismo* tuvo relevancia en Europa de los años 1870 hasta el inicio del siglo XX, pero después el comunismo se tornó posición completamente hegemónica, en gran medida bajo influencia de P. Kropotkin, y las posiciones intermedias también se fortalecieron, considerando este un problema secundario. El debate *política y decisiones por local de habitación versus por local de trabajo* no implicó grandes polarizaciones, dado que los defensores estrictos de la política comunitaria/municipalista fueron completamente marginales y hubo una posición conciliadora mayoritaria, al menos en la práctica, de articulación entre sindicatos y barrios, locales de trabajo y vivienda. El debate *cultura secundaria versus central* tendió a concentrarse en posiciones intermedias, que le atribuían un rol relevante, pero sin radicalismos rumbo al economicismo o al culturalismo extremos. En función de esto, *Bandera Negra* argumenta que estos cuatro debates relativos a la defensa de la autogestión pueden ser considerados relevantes, pero no para marcar las divergencias permanentes en términos históricos y geográficos entre los anarquistas.

En términos de los caminos de cambio, hubo un debate que contrapuso las *posiciones favorables a la organización* – como en los casos de José Oiticica (2009) y L. Parsons (2004: 131), que preconizaran la necesidad de organización de los anarquistas en el nivel social, de masas, y/o en el nivel político-ideológico, específicamente anarquista – a las *posiciones contrarias a ella* – como en los casos de Alfredo Bonanno (2012a: 9, 19; 2012b: 45) y Luigi Galleani (2011: 2, 3-6), que sostuvieron que la organización formal en movimientos de masas o organizaciones estructuradas ofrecían riesgos de burocratización y recomendaron la actuación individual o en pequeños grupos o redes informales.

Entre los defensores de la organización, u organizacionistas, también hubo divergencias considerables, entre las cuales se destacan tres. Una, que contrapuso la defensa del *sindicalismo o comunalismo exclusivos* – como en los casos de Pierre Monatte (1998: 206-207), que defendió la necesidad de organización de los anarquistas solamente en nivel social, de masas, y que las organizaciones anarquistas serían algo redundante, visto que los movimientos populares tendrían condiciones plenas de promover la estrategia anarquista – a la defensa del *dualismo organizacional* – como el caso de E. Malatesta (1998: 208; 2000: 56) y Amedée Dunois (2010), que argumentaron que, más allá de las organizaciones sociales masivas, serían necesarias organizaciones específicas anarquistas para promover sus posiciones más consistentemente entre los trabajadores.

Otra, entre los que reflexionaron sobre las organizaciones sociales de masas, que opuso los *sindicalistas revolucionarios* – como los Industrial Workers of the World (IWW) y la Confédération Générale du Travail (CGT), que no tenían vinculación programática y explícita con el anarquismo – a los *anarco-sindicalistas* – como la Federación Obrera Regional Argentina (FORA) y la Confederación Nacional del Trabajo (CNT), que se vincularon, la primera desde 1905 y la segunda desde 1919, en estos términos, al anarquismo (o “comunismo libertario”) como doctrina oficial programática y explícitamente promovida entre sus miembros.

Y finalmente, una última diferencia sobre las organizaciones específicamente anarquistas, que contrapuso los defensores de una *organización programática* – como en el caso de Juan Carlos Mechoso y la Federación Anarquista Uruguaya (Mechoso, 2012) e Ida Mett y la Plataforma Organizativa por una Unión General de Anarquistas (Dielo Truda, 2001: 57-59), los cuales preconizaron un modelo de organización fuerte, con

afinidad amplia entre los miembros y focalizados en la incidencia en la lucha de masas; siendo que tales organizaciones autogestionarias trabajarían con organicidad bien definida, correspondencia de derechos y deberes, autodisciplina, responsabilidad y unidad en los campos del pensamiento y de la acción, buscando el consenso pero optando por el voto de la mayoría en caso de divergencia – a los defensores de una *organización flexible* – como Volin (2011) y Sébastien Faure (2009), que partieron de la posición de poner fin a los conflictos entre los anarquistas y sostuvieron la necesidad de un modelo también federalista de organización, pero con organicidad limitada, posibilidad de participación de todos anarquistas, alto grado de autonomía de individuos y grupos, sin unidad de acción (no obligación de adherirse a las posiciones mayoritarias en caso de divergencias) y aceptando diversidad amplia en términos teóricos, ideológicos y estratégicos/prácticos.

Un segundo debate relativo a los caminos de cambio opuso la defensa de las *reformas como un camino posible para llegar a la revolución* (“posibilismo”) – como en el caso de Osugi Sakae (2011), Ba Jin (2008) y Sam Dolgoff (2005: 34-38), que argumentaron que las luchas por conquistas inmediatas podrían permitir la realización de un tipo de gimnástica revolucionaria y que las reformas, para allá de que, siendo conquistadas, tornarían la vida de los trabajadores en menos dura y las condiciones de movilización serían mejores, tendrían aún una capacidad pedagógica que fortalecería a los trabajadores para un proyecto revolucionario – a la defensa de que *las reformas deben ser rechazadas en general* (“imposibilismo”) – como en el caso de Alessandro Cerchiai (*apud* Romani, 2002: 175), L. Galleani (2011: 7) y Emile Henry (1998: 180), que sostuvieron que las reformas generalmente refuerzan (y no debilitan o destruyen) el sistema y por ello las huelgas reivindicativas no son útiles para un proyecto revolucionario; las eventuales conquistas contra los patrones serían utilizadas por ellos en el incremento de los precios de los productos que los propios trabajadores consumen y las conquistas contra el Estado harían solamente que se refuerce y continúe su proceso de dominación.

Aún en este eje hubo otro debate que contrapuso la defensa de la *violencia revolucionaria como elemento concomitante y derivado de los movimientos de masas* – como en los casos de Nestor Makhno (1996: 86) y Pierre Besnard (1931: 212-215), que recomendaron que la violencia, imprescindible para la transformación revolucionaria, debería ser utilizada para fortalecer movimientos populares en la lucha de clases y no

como un simple gatillo para creación de estos movimientos o como medio exclusivo y eficaz de propaganda – a la defensa de la *violencia como gatillo y elemento movilizador* – como en el caso de Severino di Giovanni (*apud* Bayer, 2006: 83) y Ravachol (1981: 36) que, más allá de la cuestión de venganza popular, concibieron la violencia como un elemento de propaganda capaz de involucrar los trabajadores en procesos más radicalizados de lucha.

En un balance, se pueden decir algunas palabras. Estos tres grandes debates – *organizacionismo* versus *anti-organizacionismo*, *posibilismo* versus *imposibilismo*, *violencia simultánea/derivada* versus *violencia como gatillo* – son, en *Bandera Negra*, resaltados como aquellos que poseen mayor relevancia, o sea, que más dividieron y que siguen dividiendo a los anarquistas en todo el mundo. Y justamente es sobre ellos que él propone hacer una redefinición de las corrientes anarquistas.

### **Corrientes anarquistas**

Discutir las corrientes anarquistas implica, como en el caso de la definición del anarquismo, replantear todo el tema. Los estudios de referencia del anarquismo y otros presentan un conjunto inmenso de “corrientes anarquistas”; por más que sea más común hablar de anarco-individualismo, anarco-sindicalismo y anarco-comunismo, hay una serie de otras: anarquismo pacifista, anarquismo cultural, anarco-colectivismo, mutualismo, anarquismo terrorista, anarquismo social, anarquismo sin adjetivos, anarquismo campesino, anarquismo verde, anarco-feminismo, anarquismo reformista, utilitarista, conspiratorio, de estilo de vida, etc. La lista es inmensa...

Los problemas que involucran estas definiciones son varios. Más allá de las corrientes creadas que abarcan un “gran sabio” (“anarco-pacifismo” para Tolstoi, por ejemplo), hay, como en este mismo caso del “anarco-pacifismo”, problemas de comprensión y definición del anarquismo: pacifismo (contrariedad a la violencia en todos los casos), reformismo (reformas entendidas como fin en sí mismas) e individualismo (búsqueda de la emancipación individual lejos de un proyecto colectivo de liberación) no son siquiera parte de los principios históricos anarquistas. La solución de este problema fue hecha anteriormente, con la redefinición relativamente precisa del anarquismo.

Existen también problemas sobre los criterios elegidos para el establecimiento de las corrientes, dado que no pueden ser comparados en función de su superposición. Hay

criterios relativos a la distribución de los frutos del trabajo en la sociedad futura – comunismo y colectivismo; hay criterios relativos a estrategias de lucha y aspectos estratégicos de la lucha – intervenciones individuales, colectivas; sindicales, barriales o cooperativas; violentas o pacíficas; económicas, políticas o culturales; posiciones sobre reformas, modelo de organización anarquista, clases/sujetos capaces de impulsar el proceso de cambio; y hay criterios relativos a elementos político-filosóficos – posiciones en relación al espiritualismo y a la religión, a la concepción de libertad individual y a las luchas ecológicas y de género.

En la frecuente distinción entre anarco-comunismo y anarco-sindicalismo, por ejemplo, el comunismo enfatiza respecto a la distribución de los productos del trabajo y el sindicalismo en general a una estrategia. Makhno y N. Vasco, que defendían la organización de consejos y sindicatos como medios y el comunismo como fin, presentan diferencias muy claras con L. Galleani y Oreste Ristori, antiorganizadores en términos de camino de lucha, pero también comunistas en su perspectiva de futuro. ¿Todos serían “anarco-comunistas”? N. Vasco ¿sería al mismo tiempo “anarco-comunista” y “anarco-sindicalista”? Este problema involucra a innumerables ejemplos.

Como solución al dilema, es necesario un retorno no solo a la redefinición del anarquismo, sino a la discusión acerca de los grandes debates entre los anarquistas y su relevancia histórica y geográfica. Como se ha argumentado, son tres las cuestiones que subsidian los debates más importantes: *organización, reformas y violencia*. Y más que esto. Se puede notar, en términos globales y desde los años 1860 hasta el presente, que hubo muchas circunstancias en las que las posiciones acerca de estas cuestiones confluyeron. Fue común que organizacionistas defendieron posiciones posibilistas y la necesidad de violencia simultánea/derivada; fue también común que anti-organizacionistas defendieran posiciones anti-posibilistas y la violencia como gatillo.

En función de esto, *Bandera Negra* argumenta que estos dos conjuntos constituidos por las posiciones históricas acerca de las tres mencionadas cuestiones forman el fundamento de la redefinición de las corrientes anarquistas. El primer conjunto (organizacionismo + posibilismo + violencia simultánea/derivada) constituye el *anarquismo de masas*, corriente históricamente mayoritaria en el anarquismo. El segundo conjunto (anti-organizacionismo + imposibilismo + violencia como gatillo) constituye el *anarquismo insurreccionalista*, históricamente minoritario, pero aún así, bien

considerable. Anarquistas conocidos como L. Parsons, M. Bakunin, N. Vasco, Thibedi, J. Oiticica, Ba Jin entre muchos otros serían representantes del anarquismo de masas; di Giovanni, E. Henry, Ravachol, L. Galleani, Clément Duval, Bartolomeu Vanzetti y muchos otros serían representantes del anarquismo insurreccionalista. P. Kropotkin y E. Malatesta, dependiendo del momento de sus vidas, pertenecieron a una y otra corriente.

Sin embargo, es imprescindible destacar que esta asociación que constituye la base de las corrientes (organizacionismo + posibilismo + violencia simultánea/derivada y anti-organizacionismo + imposibilismo + violencia como gatillo) no fue una constante. Analizando contextos particulares, los mencionados debates pueden aparecer o no aparecer, estar o no relacionados entre sí. Parece claro que tal redefinición no involucra a todos los contextos y no debe ser utilizada como una “camisa de fuerza” para forzar el encaje de la historia concreta y real. Pero, al mismo tiempo, estos debates y esta redefinición de las corrientes pueden funcionar como hipótesis y ofrecer elementos para los análisis de contextos particulares.

En el caso del anarquismo en la Primera Republica brasileña (1889-1930), por ejemplo, tomando este modelo como hipótesis, se constata, con base en la producción historiográfica de A. Samis (2004), que no hay una adecuación completa a él. Pero los debates expuestos permiten identificar las diferencias más consistentes entre aquellos anarquistas, que se dieron en torno a la cuestión de la organización. Organizacionistas y anti-organizacionistas fueron las dos principales corrientes de aquel contexto; entre los organizacionistas, hubo aún otro debate relevante que opuso sindicalistas revolucionarios (inspirados por la CGT francesa) a anarco-sindicalistas (inspirados por la FORA argentina).

### **Consideraciones finales**

En suma, las contribuciones de *Bandera Negra* permiten que se refuercen tres tesis que fueron enunciadas durante este artículo.

Primero, los estudios de referencia del anarquismo tienen problemas significativos de orden teórico-metodológico, involucrando: la base de datos (histórica y geográfica) con la cuál trabajan, la manera que sitúan el anarquismo en la historia y como leen la historia; las definiciones de anarquismo que son desarrolladas y adoptadas; las

conclusiones extraídas de sus análisis. Tales problemas dificultan las investigaciones y no permiten definir, adecuadamente, el anarquismo, sus debates, sus corrientes y comprender su desarrollo histórico.

Segundo, un abordaje basado en un método histórico y en un amplio conjunto de datos, que interaccione con las nociones de totalidad e interdependencia, permite solucionar los problemas de los estudios de referencia y realizar investigaciones adecuadas del anarquismo.

Tercero, entre los elementos fundamentales que pueden ser afirmados en relación al anarquismo están: su definición como una ideología coherente, un tipo de socialismo revolucionario, que se puede describir por un conjunto preciso de principios; el desarrollo racional de críticas, propuestas y estrategias fundamentales, en relación a las cuales se establecen sus dos corrientes: el anarquismo de masas y el anarquismo insurreccionalista; su amplio impacto popular entre obreros y campesinos, en áreas urbanas y rurales; su desarrollo histórico permanente y global, desde su surgimiento, en la segunda mitad del siglo XIX, hasta el presente.

### **Bibliografía:**

- BA JIN. (2008), El Anarquismo y la Cuestión de la Práctica [Tres Artículos de Ba Jin (Li Pei Kan) sobre los Problemas del Anarquismo y la Revolución en China, 1921-1927]. In: Anarkismo.net.
- BAKUNIN, Mikhail. (2001a) Carta ao Jornal *La Liberté* de Bruxelas. In: Escritos Contra Marx. San Pablo, Imaginário.
- \_\_\_\_\_. (2001b), Escrito Contra Marx. In: Escritos Contra Marx. San Pablo, Imaginário.
- \_\_\_\_\_. (2003), A Instrução Integral. San Pablo, Imaginário.
- \_\_\_\_\_. (2009), Programa da Sociedade da Revolução Internacional. In: Catecismo Revolucionário / Programa da Sociedade da Revolução Internacional. San Pablo, Imaginário/Faísca.
- BAYER, Oswaldo. (2006), Severino Di Giovanni: el idealista de la violencia. Buenos Aires, Booket.



- BERKMAN, Alexander. (2003), *What is Anarchism?*. Oakland, AK Press.
- BERTHIER, René. (2008), *Philosophie Politique de l'Anarchisme. Essai sur les fondements théoriques de l'anarchisme*, vol. I. Paris, Monde Nouveau.
- BESNARD, Pierre. (1931), *Os Sindicatos Operários e a Revolução Social*. Lisboa, Argonauta.
- BONANNO, Alfredo. (2012a), *Insurrectionalist Anarchism: part one*. In: *Anarchist Library*.  
\_\_\_\_\_. (2012b), *A Critique of Syndicalist Methods*. In: *Anarchist Library*.
- BOOKCHIN, Murray. (1992), *The Ghost of Anarcho-Syndicalism*. In: *Anarchy Archives*.  
\_\_\_\_\_. (1999), *Para um Novo Municipalismo*. In: *Municipalismo Libertário*. San Pablo, Imaginário.
- CAFIERO, Carlo. (2011), *Anarquía y Comunismo*. In: *Portal Libertario OACA*.
- COÊLHO, Plínio A. (org.) (2008), *História do Anarquismo*. San Pablo, Imaginário/Faísca.
- CORRÊA, Felipe. (2011), *Ideologia e Estratégia: anarquismo, movimentos sociais e poder popular*. San Pablo, Faísca.  
\_\_\_\_\_. (2013), *Surgimento e Breve Perspectiva Histórica do Anarquismo*. San Pablo, Faísca [Biblioteca Virtual].  
\_\_\_\_\_. (2014a), *Bandeira Negra: discutindo o anarquismo*. Curitiba, Prismas.  
\_\_\_\_\_. (2014b), *Cuestiones Organizativas del Anarquismo*. In: *Anarkismo.net*.  
\_\_\_\_\_. (2014c), *Anarquismo, poder, clase y transformación social*. In: *Anarkismo.net*.  
\_\_\_\_\_. (2014d), *Anarquismo y poder: aproximación o contradicción?* In: *Ekintza Zuzena*, num. 41.
- CORRÊA, Felipe y SILVA, Rafael V. da. (2013), *Anarquismo, Teoria e História*. In: *Instituto de Teoria e História Anarquista*.
- COSTA, Caio T. (1990), *O que é Anarquismo*. San Pablo, Brasiliense.
- DE JONG, Rudolf. (2008), *A Concepção Libertária da Transformação Social Revolucionária*. San Pablo, Faísca.
- DIELO TRUDA. (2001), *A Plataforma Organizacional*. In: MAKHNO, Nestor; *Anarquia e Organização*. San Pablo, Luta Libertária.
- DOLGOFF, Sam. (2005), *A Relevância do Anarquismo para a Sociedade Moderna*. San Pablo, Faísca.
- DUNOIS, Amédée. (2010), *Anarquismo e Organização*. In: *Anarkismo.net*.
- ELTZBACHER, Paul. (2004), *The Great Anarchists: ideas and teachings of seven major thinkers*. Nueva York, Dover.

- FAURE, Sébastien. (2009), A Síntese Anarquista. In: Anarkismo.net.
- FDCA (Federazione dei Comunisti Anarchici). (2005), Anarchist Communists: a question of class.
- GALLEANI, Luigi. (2011), The Principal of Organization to the Light of Anarchism. In: Anarchist Library.
- GRAEBER, David. (2002), The New Anarchists. In: New Left Review, num. 13.
- GUÉRIN, Daniel. (1968), O Anarquismo: da doutrina à ação. Rio de Janeiro, Germinal.
- GUILLAUME, James. (1998), Ideas on Social Organization. In: GUÉRIN, Daniel; No Gods, No Masters, vol. I. Oakland: AK Press.
- GUILLEN, Abraham. (1990), Economia Libertaria. Móstoles, Madre Tierra.
- \_\_\_\_\_. (2004), Socialismo Libertário. In: Autogestão Hoje: teorias e práticas contemporâneas, San Pablo, Faísca.
- HENRY, Emile. (1998), A Defesa de um Terrorista. In: WOODCOCK, George (org.); Grandes Escritos Anarquistas. Porto Alegre, LP&M.
- HOBBSAWN, Eric. (1985), Revolucionários: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- HOROWITZ, Irving. (1982), Los Anarquistas, vol. I La teoria. Madrid, Alianza.
- ITHA (Instituto de Teoría e Historia Anarquista). (2015), Curso online: Teoria e História do Anarquismo. San Pablo, Universidade de San Pablo. Vídeos y presentaciones disponibles. [<https://ithanarquista.wordpress.com/teoria-e-historia-do-anarquismo>]
- JACKER, Corinne. (1968), The Black Flag of Anarchy: antistatism in the United States. Nueva York, Charles Scribner's Sons.
- JOLL, James. (1970), Anarquistas e Anarquismo. Lisboa, Dom Quixote.
- KEDWARD, Roderick. (1971), The Anarchists: the men who shocked an era. Londres, Library of the Twentieth Century.
- KOLPINSKY, N. Y. (1976), Epílogo. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich y LENIN, Vladimir; Acerca del Anarquismo y el Anarcosindicalismo. Moscou, Progreso.
- KROPOTKIN, Piotr. (1975), A Conquista do Pão. Lisboa, Guimarães.
- \_\_\_\_\_. (1987), Anarquismo. In: TRAGTENBERG, Maurício (org.); Kropotkin: textos escolhidos. Porto Alegre, LP&M.
- MAKHNO, Nestor. (1996), The ABC of the Revolutionary Anarchist. In: The Struggle Against the State and Other Essays. Oakland, AK Press.

- MALATESTA, Errico. (1998), *Sindicalismo: a crítica de um anarquista*. In: WOODCOCK, George (org.); *Grandes Escritos Anarquistas*. Porto Alegre, LP&M.
- \_\_\_\_\_. (2000), *A Organização II*. In: *Escritos Revolucionários*. San Pablo, Imaginário.
- \_\_\_\_\_. (2007), *La Prosperidad*. In: RICHARDS, Vernon (org.); *Malatesta: pensamiento y acción revolucionarios*. Buenos Aires, Tupac.
- MARSHALL, Peter. (2010), *Demanding the Impossible: a history of anarchism*. Oakland, PM Press.
- MCKAY, Iain. (2008), *An Anarchist FAQ, vol. I*. Oakland, AK Press.
- MECHOSO, Juan C. (2012), *La Estrategia del Especificismo (entrevista a Felipe Corrêa)*. Rosario, *Pensamiento y Voluntad*.
- MELTZER, Albert. (1996), *Anarchism: arguments for and against*. Oakland, AK Press.
- MONATTE, Pierre. (1998) *Em Defesa do Sindicalismo*. In: WOODCOCK, George (org.); *Grandes Escritos Anarquistas*. Porto Alegre, LP&M.
- NETTLAU, Max. (2008/ en prensa), *História da Anarquia, 2 vols*, San Pablo, Hedra.
- OITICICA, José. (2009), *Críticas e Proposições Organizacionistas*. In: *Anarkismo.net*.
- PARSONS, Lucy. (2004), *Freedom, Equality & Solidarity: writings and speeches, 1878-1937*. Chicago, Charles H. Kerr.
- PRICE, Wayne. (2008), *Revolutionary Class-Struggle Anarchism*. Fordsburg, Zabalaza Books.
- RAVACHOL. (1981), *Memórias de Ravachol*. In: MAITRON, Jean; *Ravachol e os Anarquistas*. Lisboa, Antígona.
- RECLUS, Élisée. (2002), *A Evolução, a Revolução e o Ideal Anarquista*. San Pablo, Imaginário.
- ROCKER, Rudolf. (1978), *Anarcosindicalismo: teoria y práctica*. Barcelona, Picazo.
- ROMANI, Carlo. (2002). *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. San Pablo, Annablume.
- RUGAI, Ricardo. (2003), *O Anarquismo Organizado: as concepções práticas da Federação Anarquista Uruguaia (1952-1976)*. Campinas, UNICAMP (mestrado em História).
- SAKAE, Ôsugi. (2011), *Del Ideal Social*. In: *Anarkismo.net*.
- SAMIS, Alexandre. (2004), *Pavilhão Negro sobre Pátria Oliva*. In: COLOMBO, Eduardo (org.); *História do Movimento Operário Revolucionário*. San Pablo, Imaginário.
- SANTILLÁN, Diego Abad de. (1980), *Organismo Económico da Revolução: a autogestão na Revolução Espanhola*. San Pablo, Brasiliense.

- SHIFU (Liu Sifu). (2005), Goals and Methods of the Anarchist-Communist Party. In: GRAHAM, Robert (org.); Anarchism: a documentary history of libertarian ideas, vol. I. Montreal, Black Rose.
- SHÛSUI, Kôtoku. (2012), Abolish Money!. In: Anarchist Library.
- SILVA, Rafael Viana da. (2014), Os Revolucionários Ineficazes de Hobsbawm: reflexões críticas de sua abordagem do anarquismo. San Pablo, Faísca.
- SKIRDA, Alexandre. (2002), Facing the Enemy: a history of anarchist organization from Proudhon to May 1968. Oakland, AK Press.
- THOMPSON, E. P. (2002), La Historia desde Abajo (The Times Literary Supplement). In: THOMPSON, Dorothy; Edward Palmer Thompson. Barcelona, Crítica.
- VAN DER LINDEN, Marcel. (2009), História do Trabalho: o velho, o novo, o global. In: Revista Mundos do Trabalho, vol. 1, num. 1.
- \_\_\_\_\_. (2013), Trabalhadores do Mundo: ensaios para uma história global do trabalho. Campinas, UNICAMP.
- VAN DER WALT, Lucien. (2013), (Re)Construindo um Cânone Anarquista e Sindicalista Global. In: Instituto de Teoria e História Anarquista.
- \_\_\_\_\_. (2014), Speech to Metalworkers: anarcho-syndicalism for South African unions today. In: Anarcho-Syndicalist Review, num. 61.
- \_\_\_\_\_. (2015), Contrapoder, Democracia Participativa e Defesa Revolucionária. In: Instituto de Teoria e História Anarquista.
- \_\_\_\_\_. (2016), Global Anarchism and Syndicalism: theory, history, resistance. In: Anarchist Studies, vol. 24, num 1.
- VAN DER WALT, Lucien y HIRSCH, Steven (orgs.). (2010), Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940. Leiden, Koninklijke NV.
- VAN DER WALT, Lucien y SCHMIDT, Michael. (2009), Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism. Oakland, AK Press.
- VASCO, Neno. (1984), Concepção Anarquista do Sindicalismo. Porto: Afrontamento.
- VOLIN. (2011), A Síntese Anarquista. In: Anarkismo.net.
- WOODCOCK, George. (2002), História das Idéias e Movimentos Anarquistas, 2 vols. Porto Alegre, LP&M.
- ZHIHUI, Wu. (2005), Education as Revolution. In: GRAHAM, Robert (org.); Anarchism: a documentary history of libertarian ideas, vol. I. Montreal, Black Rose.

